



Volume VI | Number 1 | June 2020

 **Public
Sciences
& Policies**
Ciências e Políticas Públicas

ISSN 2183-7384 | e-ISSN 2184-0644 | PUBLICAÇÃO BIANUAL | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Director | Diretor
PEDRO CORREIA

CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA





Volume VI

Number 1

2020

Public Sciences & Policies | Ciências e Políticas Públicas

Volume VI, Number 1, June 2020

PROPRIETÁRIO / EDITOR

Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP)

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

DIRETOR

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

SEDE DE REDAÇÃO

Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

CORREIO ELETRÓNICO

cappedicoes@iscsp.ulisboa.pt

INTERNET

<http://capp.iscsp.ulisboa.pt>

ESTATUTO EDITORIAL

O Estatuto Editorial pode ser visto na internet na página:

<http://capp.iscsp.ulisboa.pt/publicacoes/cienciasepoliticaspublicas>

PERIODICIDADE

Bianual

ISSN 2183-7384

e-ISSN 2184-0644

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM

250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 434704/17

IMPRESSÃO

Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Zona Industrial de Salemas, Fração A2, Tocadelos – 2670-769 Lousa LRS

Capa: Hong Kong, fotografia de Chor Tsang / unsplash.com.

PUBLICAÇÃO ANOTADA NA ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

This work was supported by Portuguese national funds through
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, under project UIDP/00713/2020.

PUBLIC SCIENCES & POLICIES
CIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Volume VI, Number 1, June 2020

DIRECTOR AND EDITOR-IN-CHIEF | DIRETOR E EDITOR PRINCIPAL

PEDRO MIGUEL ALVES RIBEIRO CORREIA
CAPP/ISCSP-ULisboa

EXECUTIVE DIRECTOR | EDITOR EXECUTIVO

IRENEU DE OLIVEIRA MENDES
ISCSP-ULisboa

EDITOR FOR INTERNATIONALIZATION | EDITOR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

PEDRO P. RODRIGUES
CAPP/ISCSP-ULisboa

EDITORIAL ASSISTANT | ASSISTENTE EDITORIAL

SANDRA PATRÍCIA MARQUES PEREIRA
CAPP/ISCSP-ULisboa

TABLE OF CONTENTS

9 **Editorial**

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

12 **Linguistic legacies of British and Portuguese (de)colonization in Africa: (un)successful common bonds?**

Rita Amorim, Raquel Baltazar & Isabel Soares

33 **The Media's Representation of the Content of the Inaugural Speeches and State of the Nation by João Lourenço, President of the Republic of Angola**

59 **A Representação Mediática do Conteúdo dos Discursos de Tomada de Posse e Estado da Nação de João Lourenço Presidente da República de Angola**

Gabriel Luciano Maria Benguela

87 **Differences in Perceptions of Parental Acceptance / Rejection in Students of the 3rd Cycle of Schooling**

103 **Diferenças nas Perceções de Aceitação / Rejeição Parental em Estudantes do 3.º Ciclo de Escolaridade**

Ana Rita Reboredo

123 **Transition to the Second Child: from Health to Public Policies**

139 **Transição para o Segundo Filho: da Saúde às Políticas Públicas**

Joana Rita Guarda da Venda Rodrigues & Maria Antónia Rebelo-Botelho

159 **Preliminary Study of Adaptation of the Motivation Model for the Perry Public Service (1996) within the Portuguese Context**

183 **Estudo Preliminar de Adaptação do Modelo de Motivação para o Serviço Público de Perry (1996) para o Contexto Português**

João Marcos Rodrigues da Fonseca, José Luís Rocha Pereira do Nascimento & Damasceno Dias

213 **INFORMATION FOR AUTHORS**

214 **INFORMAÇÃO AOS AUTORES**

Editorial

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.9-12

In these times of uncertainty and change that we live in, a little normality and familiarity are received with thanks and appreciation. The *Public Sciences and Policies (CAPP)* kept going through the turmoil of recent months and has, in this way, the satisfaction of sharing with the academic community yet another regular edition of the CAPP Journal, relating to the first semester of 2020.

The first number of this volume comes with yet another victory, an important milestone in the journey of *Public Sciences and Policies* — the recent launching of a new editorial management platform, that of the prestigious *ScholarOne Manuscripts*, from *Clarivate Analytics*, the parent

Nestes tempos de incerteza e mudanças em que vivemos, um pouco de normalidade e familiaridade são recebidas com agrado e apreço. A *Ciências e Políticas Públicas* não parou durante a agitação dos últimos meses e tem, assim, a satisfação de partilhar com a comunidade académica mais uma edição regular da Revista do CAPP, correspondente ao primeiro semestre de 2020.

O do primeiro número deste novo volume é acompanhado por mais uma vitória, um relevante marco no percurso da *Ciências e Políticas Públicas* — o recente lançamento da nova plataforma de gestão editorial, a prestigiada plataforma *ScholarOne Manuscripts*, da *Clarivate Analytics*, casa mãe do Grupo *Web of Science*. Esta transição irá permitir a

company of the *Web of Science* Group. This transition will pave the way for simplifying the submission, revision and editing process by peers, authors, proofreaders and editors, supplying those involved with a modern, efficient, stable and trustworthy tool. This is an important step in the progressive development and maturing process of our publications.

Another novelty which it gives me pleasure to emphasize, is the listing of the journal in *Google Scholar*, a search engine so familiar and well-known by everyone, which allows efficient searches of academic works, scientific articles, books and scientific journals, amongst others. We are of the belief that this connection will assist you with future investigations and searches for scientific material. Furthermore, it will give the benefit of a single source containing every issue of the journal together with the number of citations received for each one, data of undeniable interest for measuring the impact of the work produced.

This edition highlights the interdisciplinary approach of the journal, with quantitative and qualitative studies in equal measure, covering differing areas of social sciences, including linguistic realities, political communication and political discourse, perceptions of parental acceptance/rejection and its psychological adjustment, public policies in the health sector and, furthermore, the motivation for public service.

simplificação do processo de submissão, revisão e edição por pares, para autores, revisores e editores, fornecendo aos envolvidos uma ferramenta moderna, eficaz, estável e de confiança. Este é um importante passo no desenvolvimento progressivo e no amadurecimento das nossas publicações.

Uma outra novidade que me apraz sublinhar, é a indexação da revista no *Google Scholar*, uma ferramenta de pesquisa tão familiar e bem conhecida de todos, que permite uma pesquisa eficiente de trabalhos académicos, artigos científicos, livros, revistas científicas, entre outros materiais. Acreditamos, que esta conexão vos irá auxiliar em futuras investigações e futuras procuras de matérias científicas. Permitirá ainda usufruir de uma fonte única que inclui todas as entradas da revista bem como o número de citações obtidas por cada uma delas, uma métrica com interesse indubitável para aferir o impacto do trabalho produzido.

Esta edição coloca em relevo a interdisciplinaridade da revista, com estudos tanto quantitativos como qualitativos, abrangendo variadas áreas das ciências sociais, incluindo realidades linguísticas, comunicação política e discurso político, percepções de aceitação/rejeição parental e o seu ajustamento psicológico, políticas públicas na área da saúde, e ainda a motivação para o serviço público.

Em primeiro lugar, o artigo desenvolvido por Rita Amorim, Raquel Baltazar, e Isabel Soares apresenta um estudo comparativo, analisando as esferas lin-

In first place, the article prepared by Rita Amorim, Raquel Baltazar and Isabel Soares presents a comparative study, analyzing the English-speaking and Portuguese linguistic and cultural spheres in Africa.

In the second article, Gabriel Benguela qualitatively analyzes the media's representation of the content of the inaugural speeches and the State of the Nation by the President of the Republic of Angola, João Lourenço, with the objective of identifying which are the principal themes of these speeches circulated in the news published in the *Jornal de Angola* and in the *O País* newspaper.

Written by Ana Rita Reboredo, the third study deals with the differences regarding perceptions of parental acceptance/rejection, mother and father, in relation to the school year of the pupils (7th, 8th and 9th years, of the 3rd cycle of basic education), based upon the concepts of the theory of interpersonal acceptance-rejection.

Joana Rodrigues and Maria Velez address the theme of transition to the second child, with the objective of presenting how, in national and international scientific output, the transitional experience with reference to the birth of a second child presents itself, together with the challenges to research, clinical practices and public policies.

To conclude, João Fonseca, José Luís Nascimento and Damasceno Dias, in a preliminary study, contribute to the validation, within the Portuguese context,

guísticas e culturais anglófonas e lusófonas em África.

No segundo artigo, Gabriel Benguela analisa qualitativamente a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação do Presidente da República de Angola, João Lourenço, com o objetivo de identificar quais são as principais temáticas destes discursos difundidas nas notícias divulgadas pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal O País*.

Escrito por Ana Rita Reboredo, o terceiro estudo trata as diferenças quanto às percepções de aceitação/rejeição parental, mãe e pai, de acordo com o ano de escolaridade frequentado pelos alunos (7.º, 8.º e 9.º ano, do 3.º ciclo do ensino básico), com base em conceitos da teoria da aceitação/rejeição interpessoal.

Joana Rodrigues e Maria Velez abordam o tema da transição para o segundo filho, com o objetivo de enunciar como é que na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo descendente, bem como os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas.

Por fim, João Fonseca, José Luís Nascimento e Damasceno Dias, num estudo preliminar, contribuem para a validação, no contexto português, do modelo de motivação para o serviço público (*Public Service Motivations* – PSM) conceptualizado por Perry e Wise, em 1990.

Neste número são abordados temas contemporâneos, convidando à reflexão, desenvolvimento de novas ideias e ao

of a motivation model for public service (*Public Service Motivations* – PSM) conceptualized by Perry and Wise, in 1990.

In this issue, current themes are broached, inviting reflection, the development of ideas and critical thought. It is our hope that these articles inspire research in our readers and give a boost to their scientific output.

Before concluding, I would further like to proffer some essential thanks. In the name of the Editorial Council, I hereby express our gratitude for the support of the entire ISCSP and CAPP bodies, without whose support this project would certainly never have been feasible.

I would equally like to express my gratitude to all the proofreaders who work with us with such speed and with total dedication and effort. And of course, a huge thankyou to the authors of this edition, for their trust in our work and for having chosen *Public Sciences and Policies*.

I conclude this editor's note with a message of continued encouragement to the academic community, inviting researchers of the CAPP, of the ISCSP and all those researchers in the fields of social sciences to think upon *Public Sciences and Policies* as a sure option for the dissemination of scientific work.

pensamento crítico. Esperamos que os presentes artigos inspirem as pesquisas dos leitores e impulsionem a sua produção científica.

Antes de terminar, gostaria ainda, de tecer um conjunto de agradecimentos indispensáveis. Em nome do Conselho Editorial, agradeço o apoio de toda a estrutura do ISCSP e do CAPP, apoio sem o qual, este projeto não seria certamente viável.

Exprimo igualmente, agradecimentos a todos os revisores que conosco colaboram, de forma tão pronta e com toda a dedicação e esforço. E claro, aos autores desta edição, um muito obrigado pela confiança no nosso trabalho e por escolherem a *Ciências e Políticas Públicas*.

Termino este editorial com uma mensagem de estímulo continuado à comunidade acadêmica, convidando os investigadores do CAPP, do ISCSP e todos os demais investigadores nas áreas das ciências sociais a considerar a *Ciências e Políticas Públicas* como a opção certa para a difusão da produção científica.



Linguistic legacies of British and Portuguese (de)colonization in Africa: (un)successful common bonds?

Legados linguísticos da (des)colonização britânica e portuguesa em África: laços comuns (mal)bem-sucedidos?

Rita Amorim *

Center for Public Administration and Public Policies, Center of African Studies, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, Portugal

Raquel Baltazar **

Center for Public Administration and Public Policies, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, Portugal

Isabel Soares ***

Center for Public Administration and Public Policies, Center of African Studies, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.13-31

Article received on 26/11/2019 and approved for publication by the Editorial Council on 11/03/2020.

* Rita Amorim holds a PhD in International Relations and is Assistant Professor at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, where she teaches English for Specific Purposes. She is a research fellow at the Centre for Administration and Public Policies and the African Studies Centre.
E-mail: ramorim@iscsp.ulisboa.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3119-4541>

** Raquel Baltazar holds a PhD in Literary and Cultural Studies and is Assistant Professor at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, where she teaches English for Specific Purposes. She is a research fellow at the Centre for Public Administration and Public Policies.
E-mail: rbaltazar@iscsp.ulisboa.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7010-3994>

*** Isabel Soares holds a PhD in Anglo-Portuguese Studies and is Associate Professor at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, where she coordinates the Language School and serves as Vice-Dean. She was a founding member of the International Association for Literary Journalism Studies and its President between 2016 and 2018. She is a research fellow at the Centre for Public Administration and Public Policies and the African Studies Centre.
E-mail: isoares@iscsp.ulisboa.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4077-5084>

ABSTRACT

The United Kingdom and Portugal share a past of territorial expansion in multilingual Africa, a continent with great cultural and linguistic variety. The linguistic and educational policies implemented during colonization and decolonization prevail because of the economic and financial interdependence generated by the present global order. The Commonwealth and the CPLP are also, partly, responsible for sustaining distinctive relationships with former African colonies, which have led to the promotion of language as a form of soft power. This is a comparative study analyzing the Anglo- and Portuguese cultural and linguistic spheres in Africa. Conclusions reveal an undesirable gap between official policies and linguistic realities, which can only be understood through paradox, the best-defining characteristic of English and Portuguese linguistic legacies in Africa.

Keywords: Africa, CPLP, Commonwealth, linguistic policy and reality

RESUMO

O Reino Unido e Portugal partilham um passado de expansão territorial em África, um continente com uma grande variedade cultural e linguística. As políticas de língua e de educação implementadas durante a colonização e descolonização prevalecem devido à interdependência económica e financeira gerada pela atual situação global. A Commonwealth e a CPLP são também, em parte, responsáveis pela manutenção de relações distintas com as antigas colónias que levaram à promoção da língua como forma de *soft power*. Este é um estudo comparativo que analisa as esferas linguísticas e culturais Anglófonas e Lusófonas em África. É possível concluir que existe uma lacuna indesejável entre as políticas oficiais e as realidades linguísticas, que só podem ser entendidas através do paradoxo, a característica que melhor define os legados linguísticos do inglês e do português em África.

Palavras-chave: África, CPLP, Commonwealth, políticas e realidades linguísticas.

1. Introduction

The legacies of the British and the Portuguese Empires are still felt today when many African countries have granted official language status to English and Portuguese in post-independence scenarios. In a curious twist of fate, the languages of former colonial powers have become the vehicles for the pursuit of self-determination and the quest for African cultural identities. Simultaneously, they operate as bridges between the various African languages that coincide with the geographic loci of modern African countries. This is a comparative study focusing on the linguistic situation of two geographic African spheres associated to two major language organizations: the Commonwealth and the CPLP (Community of Portuguese-speaking Countries). Coincidentally, Mozambique, a former Portuguese colony, is located at a common interstice linking these two spaces by belonging to both the Commonwealth and the CPLP. This study compares the language policies and realities of countries belonging to these two organizations, which also border one another geographically, and analyzes the perception of how English

and Portuguese (still) impact African cultural identities and their quest for autonomy. The issues tackled by our research are of significant importance for the field of African Cultural Studies pertinent to both the Commonwealth and the CPLP as these communities share historical, cultural, political and economic ties.

Taking into consideration the processes of colonization and decolonization of the Portuguese and the British Empires in Africa so as to focus on their long-standing linguistic legacies, this study scrutinizes points of convergence and divergence between the Anglo- and the Lusophone (Portuguese-speaking) spheres in Africa.

2. A common trajectory

Historically, the United Kingdom and Portugal share a past of territorial expansion on the African continent. This past, which, at its height between 1875 and 1921, came to be known as the age of Empire because imperialism took on a formal, read colonial, form (Hobsbawm, 1987, p. 57), can still be felt as a lingering presence in Africa. Indeed, were it not for Empire, English would not be an official language in nineteen African countries and Portuguese in five.

The political/diplomatic relationship between what is now the United Kingdom and Portugal dates back to 1386, when England and Portugal signed the Windsor Treaty, the oldest, still-standing alliance in the world. Because the United Kingdom and Portugal share such a lasting agreement between sovereign states, also known as the Anglo-Portuguese Alliance, it can be argued that so, too, the Commonwealth and the CPLP are connected. Portuguese and British interest in Africa predates the period of the Scramble for Africa in the last quarter of the nineteenth century. In fact, from the sixteenth century onwards, both countries came to establish vast overseas empires in Africa through political, military and economic means. British and Portuguese cultures and languages (both of Indo-European roots) were diffused and still endure as legacies in the African continent. Today, the Commonwealth and the CPLP are, partly and respectively, responsible for sustaining British and Portuguese relationships with Africa in what were once their formal spheres of influence.

Over the centuries, after the first Portuguese navigators circumnavigated and mapped the African coast during the fifteenth century, large portions of Africa were either invaded, conquered or annexed by European powers. Some became protectorates, as with British Somaliland, others, such as Angola, became colonies. Before European arrival, the African continent had no linguistic borders, but after the expansion of the British and the Portuguese Empires by the late nineteenth century, many of their former colonies shared borders that were perpetuated in post-independence. However, these, 'which were drawn in Europe by the

colonial powers at the turn of the century, do not pay any regard to the cultural, linguistic or historical affinity of the Africans' (Lodhi, 1993, pp. 79-80).

When the British and the Portuguese granted independence to their African colonies in the second half of the twentieth century, self-determination came amidst struggle. Despite periods of stress, the ties between colonizers and the colonized were not altogether severed. When the struggles for independence subsided, the so-called language organizations, such as the Commonwealth, L'Organisation Internationale de la Francophonie (OIE, or just Francophonie) and later the CPLP, became pivotal in maintaining cordial relations between former colonizers and the colonized. In countries of the Commonwealth that were once British colonies, English has persisted either as an official or semi-official language or it has otherwise retained a special status. For most of the children of African English-speaking territories, this means that English is the language of education, even though it may not be their first language or mother tongue. Similarly, in member-states of the CPLP, once Portuguese African colonies, Portuguese has also retained the status of official language. Formal education is carried out in Portuguese even though students may not speak it at home and only have a first contact with it when they start school, usually at the age of six. An analogous scenario exists in the eighty-eight countries that form the Francophonie, where French is promoted as a language of work and education coexisting with the linguistic and cultural diversity of those countries. Sanches (2014, p. 8) states that the Commonwealth, the CPLP and the Francophonie are 'artificial groupings' that bring together countries with a shared history and language which belonged to the previous Portuguese, British and French empires who are 'interested in promoting its language as a source of soft power' (2014, p. 5).

The linguistic and educational policies implemented during the processes of colonization and decolonization prevail because of the major economic effects and financial interdependence generated by the present world order. In linguistically diverse African territories, the statuses of English and Portuguese as powerful tools and commodities for going global persist, because during the colonial period, African languages were generally not used 'in high-status functions, not even in domains such as secondary and tertiary education' Alexander (2000, p. 6). This may explain why today's students, the future generations of Africans, carry out their education in English or Portuguese which may mean, in the long run, that their national languages will never be duly recognized and the African continent will forever be linguistically dependent on former colonial languages. There is a 'continued dependence on colonial languages' and a situation of 'linguistic imperialism' (Lodhi, 1993, p. 81), undermining indigenous languages which are an inestimable cultural resource. According to Cabecinhas and Feijó (2010, p. 42), 'we

are living in postcolonial times, but colonialism persists in people's minds, shaping personal trajectories and intergroup relations'. Thiong'o (1994, p. 16) claims that the true goal of colonialism was control over the colonized peoples' economic and political wealth, but above all control over their minds and 'the destruction or the deliberate undervaluing of a people's culture and the conscious elevation of the language of the colonizer'. The author emphasizes that 'the domination of a people's language by the languages of the colonizing nations was crucial to the domination of the mental universe of the colonized' (1994, p. 16).

3. Rushing into Africa and scrambling for it

British expansionism

Historically, Portugal and Spain were the first European nations to start the Age of Discoveries by pioneering sea routes that led them across the Atlantic to the New World and down the African coast to the Indian Ocean. In 1607, the British established their first settlement in North America at Jamestown, the place of birth of the United States. Immigrants from different linguistic backgrounds kept coming in for a myriad of reasons:

the glory of the realm, gains from piracy, founding new utopias, wealth from agriculture and mining, trade, personal glory, a stirring duty to spread the gospel, global strategy, windfall spoils from military victories, even in the end some sense of obligation to educate the native inhabitants (Ostler, 2005, p. 478).

The economic success of these newly-founded colonies, depended on bonded labor. In the sixteenth century, the 'Atlantic Triangle' meant that slaves from West Africa were taken to the American colonies and the Caribbean to work in plantations. Communication between slaves and masters was established through Pidgin English, the slaves' *lingua franca*, which evolved into Creole English.

Across the Atlantic, England seized the Dutch settlement of Cape Town in 1795 thus beginning its expansionist movement in Africa. English-speaking South Africans had co-existed with the Afrikaner Dutch since the middle of the seventeenth century. In 1822, English was made the language of law and education and the official language of many other aspects of public life in the Cape Colony. Crystal (1995, p. 100), explains this new complex linguistic situation:

Afrikaans was perceived by the black majority as the language of authority and repression: English was seen by the white government as the language of protest and self-determination. Many blacks saw English as a means of achieving an international voice and uniting themselves with other black communities.

The real colonization of the rest of Africa by European powers took place throughout the nineteenth century, reaching a zenith in the last quarter of the century when the Scramble for Africa was kick-started by the Berlin Conference (1885-1885), which partitioned the continent into spheres of influence and established the clause of effective occupation. Before the century was over, the British took over the ruling of large stretches in Southeast Africa and Western Africa, either by establishing protectorates or colonies. English was one of the tools for conquest, domination and administration. The struggles of indigenous populations and nationalist movements eventually led to independence, but English retained official or semi-official status in virtually all territories, or, as Phillipson put it: ‘the British empire has given way to the empire of English’ (1992, p. 1). All in all, the British Empire extended to four continents and lasted for more than three hundred years.

Portuguese Empire-building

The Portuguese voyages of discovery began in the 1400s and went as far as South America, Africa and Asia. Opening new maritime routes, the Portuguese soon gained a dominant position in the spice trade and helped Europe to find new markets from where to get raw materials and where to export its manufactured goods. Additional goals were to spread the Catholic faith and ‘civilize’ the natives.

In 1500, the Portuguese reached Brazil, which would become Portugal’s largest colony in terms of both territory and population. The Portuguese imported slaves from Africa and forced them to work in plantations. Throughout the 1500s, Portugal spread its sphere of influence to the African territories that would eventually comprise their former colonies of Angola, Mozambique and Guinea-Bissau. These colonies were at the center of the slave trade to the New World and were a source of gold and diamonds. Cape Verde and São Tomé and Príncipe, two archipelagos off the western coast of Africa, were also part of this Portuguese sphere of influence and *de facto* colonies. Unlike the Portuguese, the British in Africa developed an indirect rule in the administration of their colonies and ‘sought not to displace African systems of authority and administration, but rather to rule through them whenever possible’ (Gilbert & Reynolds, 2004, p. 287).

The pan-African independence movements that swept Africa in the 1960s led the Portuguese colonies to also initiate their struggle for liberation from the metropolis. The Portuguese African colonies gained their freedom in 1975. Since then, many African immigrants have fled the conflicts and civil wars which have meantime erupted in those countries. Although some of these former colonies have valuable natural resources, most remain poor and politically unstable.

Unarguably, and despite four decades of post-independence, Portugal left in all these countries political, economic, social and, most conspicuously, linguistic

legacies. It maintains cordial diplomatic relations with all its former African colonies. Altogether, the Portuguese empire lasted more than six centuries and spread across fifty countries. The Portuguese language is maintained as an important link with these countries, but it also works as a reminder of the oppressor. Namburete (2006, p. 63) questions the linguistic identity of so many speakers who live in the so-called Lusophone countries, but who do not speak, read or write Portuguese. Lusophony is not a cultural area but a post-colonial defined space. Even the denomination 'African countries of Portuguese Expression' represents the dominant connotation of the Portuguese empire. Cao Ponso^[1] questions how far countries where the colonization process involved a violent imposition of the European language, leaving a lingering imaginary of submission and insufficiency produced during the colonial period, truly feel represented by the term *Lusophony*.

4. Imagined Communities

The Commonwealth of Nations

In the years that followed independence, many territories once part of the sphere of the British Empire kept English as the language of law, government, education and in other sectors of society. These nations, once former colonies of the British Empire, struggled to conciliate mixed, antithetical sentiments in regard to keeping British cultural values and the English language, all the while asserting their own feelings of nationalism and independence. The Commonwealth of Nations, born out of the free-will of peoples that were once part of the British Empire to maintain a common bond based on a shared past, meant that the ties uniting Britain and the former colonies were never severed. Its Charter places great acumen in the fact that the English language lies at the core of the strength of the Commonwealth, acting, simultaneously, as an element of 'shared inheritance' ('The Commonwealth Charter'). Indeed, English is a symbol of Commonwealth heritage and unity, a privileged means of communication within the organization.

Currently, the Commonwealth is composed of 53 countries across Africa, Asia, the Americas, Europe and the Pacific and the home of 2.2 billion citizens^[2]. More strikingly, it includes countries that were never part of the British Empire, such as Mozambique, a former Portuguese colony until its independence in 1975, and Rwanda, a territory under Belgian administration after World War II, which became independent in 1961.

-
1. "Um foco sobre a situação sociolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", in <<http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/5/dlingua/LETICIA.pdf>>, (accessed January 28, 2019).
 2. "About Us", in <<http://thecommonwealth.org>>, (accessed September 28, 2019).

The Community of Portuguese Language-Speaking Countries

According to Cabecinhas and Feijó (2010), after decolonization, Portugal did not abandon the historical connection to the Portuguese-speaking countries. The CPLP, which was created in 1997 with the aim of strengthening the bonds between Portugal and its former empire, is an entity ‘with a new political project, based on the Portuguese language’^[3]. It is a ‘highly heterogeneous and dispersed geo-linguist community of eight “Lusophone” countries’ (Cabecinhas & Feijó, 2010, p. 30), Angola, Brazil, Cape-Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, São Tomé and Príncipe and East Timor, which share a common-rooted past in language and history. It is this shared cultural identity and mostly the common bond of the Portuguese language that enables the community and the countries it represents to be more globally recognized, as ‘language is one of the assets allowing this organization to increase its international projection and attractiveness’ (Sanches, 2014, p. 1). Language is also the ‘key to the effectiveness of soft power’ and ‘how well a country has projected itself’ (Sanches, 2014, p. 3). As Eduardo Lourenço (1999) mentions, *Lusophony* is a specific area of intersection with other identities. This vast Portuguese-speaking imaginary linguistic community (Anderson, 1991) was recently enlarged to include Equatorial Guinea, which had to declare Portuguese as an official language as ‘language is the backbone of the CPLP’ (Sanches, 2014, p. 4). Upon its creation, Portuguese needed to be presented as a cohesive language. In light of this, the community has tried to implement a common orthography of the Portuguese language through the *Acordo Ortográfico da Língua*/ Portuguese Language Orthographic Agreement. This document stipulates common rules for usage and spelling of the Portuguese vocabulary in all its forms whether European, Brazilian, African or Timorese. The ruling has been met with some antagonism and has thus failed to be fully applied.

5. Africa’s current linguistic scenario

Africa, a continent with a very significant linguistic variety, has an estimated 1500-2000 languages belonging to four groups, Afro-Asiatic, Nilo-Saharan, Niger-Saharan, and Khoisan^[4]. Most post-colonial African countries represent multicultural and multilingual environments where many different languages in diverse geographic locations take on multiple roles. The linguistic ‘patch-work’ and the ‘abundance of languages in Africa has meant enormous problems of communication, in education and [...] political stability’ (Lodhi, 1993, p. 80). Multilingualism,

3. “Histórico: Como surgiu?”, in <www.cplp.org>, (accessed January 28, 2019).

4. “Official and Spoken Languages of African Countries”, in <http://www.nationsonline.org/oneworld/african_languages.htm>, (accessed January 28, 2019).

it has been argued, can be pointed out as a cause of slowing down development. Indeed, in the wake of independence, 'the multilingualism that characterized the majority of those newly independent states came to be perceived negatively by governments as a significant obstacle to achieving national unity and cohesion' (Frydman, 2011, p. 179). Alexander (2000), believes it was precisely 'because of the multilingual character of most colonially defined states in Africa and elsewhere and because of the intuitive policies of imperialist powers, [that] the languages of Europe, specifically Portuguese, Spanish, Dutch, English and French (on the African continent) became the languages of power' (p. 6).

Local languages have been considered 'chaotic, imprecise, lacking in abstractness and not at all real languages, just dialects' (Stroud, 2002, p. 28) whereas the languages of the colonizers are viewed as export commodities used in education, because they were cheaper and easier to keep and because linguistic homogenization would mean some degree of national integration, peace, growth and prosperity (Lodhi, 1993, p. 82). The implementation of reform strategies has been inconsistent. Some attempts at replacing the former colonial languages have had some success, as is the case of Swahili (Lodhi, 1993, p. 80), but generally it may be said that all African countries are characterized by an asymmetrical coexistence of languages or linguistic stratification, and that educational policies in most countries do not bear in mind their linguistic realities. Baldauf and Kaplan refer to English and Portuguese as 'officialized languages' (2004, p. 9) and state that 'there is a substantial gap between official policy and linguistic reality' (2004, p. 10). They conclude by stating that language in education policies are many times 'ad hoc and driven by market forces' (2004, p. 11), dependent on changes in the direction of political agendas, 'often fragmented and frequently simply ineffective – even wasteful of resources' (2004, p. 11).

English-speaking Africa

English is now considered the global language and said to be spoken by a third of the world's population (Crystal, 2006, p. 5). Authors as Phillipson (1992, 2001, 2003a, 2003b), Pennycook (1994, 1998, 1999), amongst others, consider the present status of English a mere continuation of the colonial legacy, or a covert form of linguistic imperialism. For Alexander (2000), two movements go hand in hand: 'the ever expanding global hegemony of the English language and the apparently inexorable corollary marginalization of local, national and regional languages' (p. 5). In Africa, language has always been a complex issue with the English language being perceived bifidly: a symbol of nationalism, a sign of prestige, a liberating force, though still representing the shadow of the oppressor. In South Africa, for example, 'English became not just a language of oppression but also a language

of liberation' (Mazrui, 2004, p. 32), and of 'national unity' (Alexander, 2000, p. 7). All Africans should have access to English to become empowered, but multilingualism and African languages having to be promoted as language policy is linked to underdevelopment, poverty and undemocratic political regimes according to Alexander (2000).

In Africa, there are several indigenous languages, or 'urban vernaculars' (Makoni & Pennycook, 2005, p. 141), some of which work as *lingua franca* or contact language allowing for communication between different linguistic communities. Overall, English-speaking African countries are characterized by either bilingualism or multilingualism.

Stroud views multilingualism in Africa as a societal resource rather than a hurdle to overcome, adding that it is 'fast becoming an economic necessity rather than a liability' (2002, pp. 38-39). The main objective of language policy is to 'facilitate communication between different language groups' (Alexander, 1989, p. 52) and to encourage multilingualism. However, one of the major challenges to promoting African languages is the negative attitudes of the speakers themselves (Alexander, 1989; Hornberger, 2002), and 'the wishes of parents and local community [which] may well not be in favour of using local languages as instructional media' (Stroud, 2002, p. 8). The defense of national languages in Africa is up against several challenges. The heavy global promotion of English which marginalizes African languages and disempowers its speakers (Alexander, 1989; Coulmas, 1992; Mazrui, 2004; Phillipson, 1992, 2001, 2003a, 2003b; Pennycook, 1994, 1998, 1999); the widespread negative community and classroom attitudes (Alexander; Hornberger; Stroud, 2002; Benson, 2005, 2010; Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004), and parental wish for their children to be taught in English (Tshotsho, 2013, p. 43). English has gained territory giving place to a mismatch between multilingual language policies and observed language practices (Frydman, 2011, p. 180).

After independence, there was a drive for mother-tongue education but also a need to be able to use international languages. This generally led to a 'retention of the status quo' with English, the colonial language, being used in education, because it could be seen as the 'extra-ethnic, and politically neutral language' (Frydman, 2011, p. 183), facilitating communication. Children who were not familiar with English would acquire it by being emerged, or submerged into (Skutnabb-Kangas, 1981) the new linguistic environments, 'artificial' learning contexts (Owhotu, 2009, p. 1).

Language policies vary as some governments, such as that of South Africa, advocate English at secondary and tertiary education but still provide education at early ages in local languages to sustain multilingualism, and others, such as those of Ghana and Namibia, are introducing an English-only policy as from the

first year of primary school. Namibia is a multilingual nation with thirteen national languages and a progressive language policy that is not being implemented (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004, p. 72) and where 'English as the language of instruction has been demonstrated [...] to impede quality teaching and learning, contributing to extremely poor academic performance and high rates of failure, repetition, and wastage among students' (Frydman, 2011, p. 186). Malawi has English as an official and prestige language alongside Chichewa, and Botswana has English as its official language and Setswana as its national language. Tanzania has English and Kiswahili as official languages and confusing, contradictory and ambiguous language policies (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004, p. 2). Teachers and learners resort to coping strategies such as code-switching, code-mixing and translation between English and Kiswahili, but 'exams are to be written in English, leading to bad grades, drop outs and repetition, which indicates that it is not a learning problem but a language problem' (2004, p. 67). Code-switching in different African countries has been reported as a strategy used when learners are not familiar with the language of instruction (Saville-Troike, 1982; Myers-Scotton, 1993; Ndayipfukamiye, 1993; Heugh, 2000).

South Africa has been a rather linguistically complicated case, due to the imposition of, firstly, Afrikaans, and later English. It is still true that the vast majority of the population speaks one of the 11 official African languages or one of the many unofficial ones. Quantitatively, English is only the fourth most spoken home language and more so in urban areas and amongst the educated, as opposed to the rural areas and the working class. English is, notwithstanding, the *lingua franca*, the language of prestige and power. Although South Africa has a more 'liberal and progressive language policy' (Frydman, 2011, p. 180), and a clearer one (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004, p. 67), the once colonial language is preferred for widespread national communication, but at the local level, people use their mother tongues (De Kadt, 2005, p. 4). This is proving problematic particularly in education because learners take exams in languages other than those in which they are taught and teachers teach in languages they hardly know (De Kadt, 2005, p. 4). A curious note is that Portuguese is one of the many spoken languages mentioned in the South African Constitution. In spite of Africa's multilingualism, communication is accomplished across linguistic boundaries with ease, due to the different roles that languages play. We can state that there are horizontal and vertical relationships between different linguistic codes that allow for the co-existence of multiculturalism.

Portuguese-speaking Africa

Portuguese, a Romance language, is now spoken by approximately 260 million people, ranking sometimes the sixth^[5] and sometimes the eighth^[6] most spoken language in the world, depending on the source.

Portuguese-speaking African countries are characterized by bilingualism or multilingualism, with several indigenous languages acting as *lingua franca* or contact language between the different linguistic communities. They have poor living conditions and consequently high levels of illiteracy (Cao Ponso)^[7]. According to Stroud (2002, p. 8), 'Portuguese was made the official and working language of the state, and ideologically portrayed as a national heritage at the same time as it was taken to represent modernity, order, consensus and a unified nation state. National languages, on the other hand, were associated with tradition, ethnic division, and colonial control'. After independence, countries tried to dislodge the colonial language, but there was no efficient replacement, and so Portuguese remained the official language (Frydman, 2011, p. 180), and the language of prestige. In most countries, however, only a small percentage of the people speaks it or has it as a mother tongue. In São Tomé and Príncipe, 98.9% of the population understands Portuguese, while *Santomé* is the main creole language spoken by 72.4% of the inhabitants. *Kabuverdianu*, a creole, is the most spoken language in Cape Verde, where only at the age of six do the majority of the children have their first contact with Portuguese. In Mozambique, there are forty-three languages. Almost 40% of the population is able to speak Portuguese, but it is the mother tongue of only a scarce 6.5%. Angola has forty-one national languages, with Portuguese being used as the first language by 30% of the population. Guinea-Bissau has twenty-one local languages and only 11% of the people speak Portuguese (Seibert, 2008)^[8], a high-status language with few speakers (Benson, 2010, p. 325). Portuguese is spoken and taught more in the urban and better-off areas than in the surrounding and rural areas, creating inequalities in education (Benson, 2005, p. 249).

Although figures vary from country to country, formal education is close to 40% on average. All countries are trying to implement a multilingual education system in Portuguese and in the national languages, but unfortunately there have been many obstacles and the creole languages do not really have an official status and are excluded from the education systems. Levels of failure, retentions and

5. "Summary by language size" in <<https://www.ethnologue.com/>>.

6. <<http://www.photius.com/rankings/languages2.html>>.

7. <<http://www.revistaicarayh.uff.br/revista/html/numeros/5/dlingua/LETICIA.pdf>>.

8. Gerhard Seibert. A Situação Linguística no Espaço Lusófono: Contributo para um debate científico. 22/04/2008. Saber Tropical Knowledge, Instituto de Investigação Científica Tropical <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13116>> (accessed March 31, 2019).

drop-outs in primary education are high and said to be a consequence of language policies and syllabi which do not take into account the reality of multilingualism. Studies have shown that 'children who are taught in their mother tongue do better in school than those who are taught in Portuguese' (Johnsen, 2011). Challenges include the submersion of children in L2 classrooms to sink or swim, mother tongue even being considered a source of shame, decision makers and peasant farmers believing unconditionally in the power of exogenous 'official' languages and various misconceptions on the part of parents and teachers (Benson, 2005, p. 250). Many authors defend bilingual schooling for these African territories (Benson, 2005, 2010; Bloch & Alexander, 2001; Stroud, 2002).

In Guinea-Bissau, teachers must speak only Portuguese in the classroom, a fact that drives many children away from primary school (Benson, 2010, p. 325). There is a low literacy rate, education is only compulsory until the 6th grade (age eleven) and most young people cannot pay for education beyond that (Luís Cardador)^[9]. According to Johnsen (2011), Mozambican children start school without knowing Portuguese, yet they study all subjects in this language. A significant 300,000 children did not have access to primary education in 2011. Secondary education was only attended by less than 20% of those who completed primary school and the drop-out rates were chronically high. Mozambique lacks a clear policy, realistic funding and good governance (Roberto Luis)^[10]. Approximately 80% of Mozambicans have no education, the unemployment rate is high, and many find work in South Africa. Mozambique shares its borders with six former British colonies; South Africa and Swaziland to the south, Zimbabwe to the west, and Zambia, Malawi and Tanzania to the north. In addition, the civil war of the 1990s provoked mass emigration to Malawi and Zimbabwe. This is why English, the additional language, is used in cities, particularly in the capital, Maputo, with tourists and businesspersons.

The Angolan government has been trying to reduce illiteracy since 2001 and still now not all children have access to primary education. In 2007, some of the national languages were gradually introduced in some provinces. São Tomé and Príncipe implemented compulsory education from the age of six in 2003, but it is still far from reaching its goal of universal education. Children live far away from schools and teachers still do not receive adequate training and materials. In secondary education, enrolment is low and many students drop out. The Cape

9. Luís Cardador. Educação guineense à procura de uma 'visão'. BBC para África. <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/07/090716_gbeducationmt.shtml> (accessed March 31, 2019)

10. Richard Lee. Youth and Adult Learning and Education in Mozambique in <<http://www.osisa.org/open-learning/education/mozambique/youth-and-adult-learning-and-education-mozambique>> (accessed March 31, 2019)

Verdean government wishes to introduce bilingual education, but for the moment it is striving to reach the objective of primary schooling for all (Garcia & Fonseca)^[11]. As seen, lack of resources to provide education for all by 2015 is common to all Portuguese-speaking African countries.

6. (Un)successful Common Bonds

Whether former British or Portuguese colonies, the majority of the above-mentioned African countries have enough natural resources and could figure amongst the wealthiest nations, but they are generally developing countries with great discrepancies between urban and rural areas. There are many shantytowns with poor security and sanitation. They are frequently stricken by diseases, epidemics and civil wars. The vast majority of the African population is rural and has poor standards of living. Some of these countries share geographical borders and a colonial past with the imposition of religious, cultural and linguistic values. The intention to ‘civilize’ the natives and the use of slavery were common to both British and Portuguese empires, hence the reason for the appearance of so many pidgins and creoles. All African English-speaking and Portuguese-speaking countries are characterized by bilingualism and multilingualism. All past and present language policies have been based on colonial and western assumptions and interests, and their minority languages ‘have suffered throughout the course of colonialism, post colonialism and globalization’ (Stroud, 2002, p. 8). Both the Commonwealth and the CPLP are communities born out of the desire to maintain the political, economic and cultural links between the two former European overseas empires and their colonies through, first and foremost, their languages, English and Portuguese. Having English or Portuguese as an official language is no longer a prerequisite for belonging to either community. Mozambique belongs to the Commonwealth and the CPLP, whereas, on a different sphere, Equatorial Guinea is a member of the CPLP and the OIF. Although English and Portuguese are official languages in African countries, in many of them they are spoken only by a minority. Ironically, English and Portuguese, legacies of the colonial system, are perceived as a unifying factor. All of these countries have a drive for mother-tongue education but see the need for more international projection through the use of the former colonial language. The colonial languages are more used in urban areas, by better-off people (Owhotu, 2009, p. 7) and they are often imposed or preferred by governments, parents and learners (2009, p. 7). In several countries, children who are not taught in their first language or mother tongue, reveal high-class repetition and dropout rates (2009, p.5), yet indigenous languages are

11. <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Premio%20Bartolomeu/237A.pdf>>.

believed to be ‘less complex and therefore less able to express abstract, referential, and logical thought’ (Stroud, 2002, p.42). On the whole, educational policies are not based on and do not mirror the linguistic reality of African countries. Mother tongue education and bilingual schooling programs are advocated for all these territories as ‘much more accessible and inclusionary’ (Benson, 2005, p. 249). Additive bilingualism as advocated by Alexander (2000, 1989) and Phillipson (1992, 2001, 2003^a, 2003b) could be linguistic and educational way outs for Africa: ‘If the African child’s major learning problem is linguistic, [...] then all the attention of African policy-makers and aid western donors should be devoted to strengthening the African languages as languages of instruction, especially in basic education’ (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004, p. 81).

7. Final Remarks

Prior to European colonization, Africa had its own geographical and linguistic borders, a situation which changed dramatically after European meddling in African affairs, most notably after the Scramble for Africa, or ‘rush into Africa’ (Makoni & Pennycook, 2005, p. 142) in the late nineteenth century. After independence, in the second half of the twentieth century, similarities remain between the linguistic situation of the former British colonies and the former Portuguese colonies in Africa, but there are also differences as has been stated. The legacies are, firstly, a result of colonization, decolonization, signed treaties, impoverishment and the slave trade. Secondly, and maybe more importantly, these legacies are also a result of the economic and political pressures to learn and use languages with higher status in world ranking. Despite differences in the total amount of speakers of both English and Portuguese in Africa, both languages translate as opportunities for development, access to international markets while also functioning as common languages binding distinct linguistic communities. Nevertheless, both English and Portuguese are not only apprehended positively, as it is difficult not to regard them as reminiscences of a colonial past and as hindrances to the identitarian struggles of African nations in a postcolonial context.

All of this means that, to improve the educational standards of their populations, African governments face myriad challenges, namely the hegemonic power of English and Portuguese. Individually, some children are learning a high-commodity language (those that manage), but generally, the African education systems are generating a significant amount of failures and class repetitions which, ultimately, mean many children being left without schooling, the only means out of poverty. Fafunwa (1990, p. 103), believes the imposed medium of communication is working against the spread of knowledge and holding back the rapid social and economic development of most in Africa. For the author, there is a link between

underdevelopment and the use of a foreign language as English and/or Portuguese as official languages in African countries, because knowledge and skills come mostly through these languages. This is a massive impediment to reaching the goal of Education for All (EFA) according to UNESCO (2005) and may be creating 'artificial' learning environments and generating problems of cultural identity for future generations (Owhotu, 2009, p. 1). Additionally, it will never mean real independence, although it is a dynamic and pervasive situation: 'if Africa is truly to have independence then policy-makers throughout Africa need to be reminded that it is the masses that ultimately suffer when a language is imposed on them through such policies and practices' (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004, p. 81). Makoni (2005, p. 149) suggests: 'the battle for independence' is simply not won by opting for vernaculars over English as normally articulated in the decolonization literature'. According to Brock-Utne and Holmarsdottir (2004, p. 68) 'the choice of a language of instruction in Africa is a political choice [...] that may redistribute power in a global context, as well as within an African country, between the elites and the masses'. They add, 'choosing as the language of instruction an indigenous language, a language people speak, are familiar with and which belongs to their cultural heritage would redistribute power from the privileged to the masses'. Language may empower or marginalize (Stroud, 2002). So long as governments continue to attribute greater value to the stronger languages, weaker languages will not be desirable. On the whole, there is great lack of political will (Brock-Utne & Holmarsdottir, 2004; Alexander, 2000, 1989; Hornberger, 2002; Stroud, 2002), and of 'decision-making action' (Benson, 2005, p. 251) to change the medium of instruction and status of indigenous languages throughout the African continent.

These are countries torn between choosing education in the former colonial language or in their own national languages. Either path leads to barriers. Therefore, paradox may well be the best-defining characteristic of English and Portuguese linguistic legacies in Africa.

References

- Alexander, N. (1989). *Language policy and national unity in South Africa/Azania*. Cape Town: Buchu Books.
- Alexander, N. (2000). English unassailable but unattainable: The dilemma of language Policy in South African education. *Occasional Papers*, 3. Cape Town: PRAESA.
- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Baldauf, R. B., & Kaplan, R. B. (2004). Language policy and planning in Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa: Some common issues. In R. B. Baldauf, & R. B. Kaplan (Eds.), *Language Planning & Policy, Africa, Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa* (pp. 5-19). Toronto: Multilingual Matters Ltd.

- Benson, C. (2010). How multilingual African contexts are pushing educational research and practice in new directions. *Language and Education*, 24(4), 323-336. doi: 10.1080/09500781003678704
- Benson, C. (2005). Bilingual schooling as educational development: From experimentation to implementation. In J. Cohlen, & K. T. McAlister, & K. Rolstad, & J. MacSwan (Eds.), *ISB4: Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism* (pp. 249-258). Somerville, MA: Cascadilla Press.
- Bloch, C., & Alexander, N. (2001, April). A luta continua! The struggle continues!: The relevance of the continua biliteracy to South African multilingual schools. Presented at the *Third International Bilingualism Symposium*, Bristol, England.
- Brock-Utne, B., & Holmarsdottir, H. B. (2004). Language policies and practices in Tanzania and South Africa: Problems and challenges. *International Journal of Educational Development*, 24, 67-83.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 28-44.
- Coulmas, F. (1992). *Language and Economy*. Oxford: Blackwell.
- Crystal, D. (1995). *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, D. (2006). *A History of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- De Kadt, J. (2005, July). Language development in south Africa – past and present. Presented at *LSSA Conference*, 6-8. Princeton, USA. Retrieved from <http://www.academia.edu/1778481/Language_development_in_South_Africa_past_and_present>.
- Fafunwa, B. A. (1990). Using national languages in education: A challenge to African educators. In UNESCO/UNICEF: African thoughts on the prospects of educational for all. *Regional Consultation on Education for All*, Dakar.
- Frydman, J. (2011). A critical analysis of Namibia's english-only language policy. In E. G. Bokamba, & R. K. Shosted, & B. T. Ayalew, (Eds.), *Selected Proceedings of the 40th Annual Conference on African Linguistics*, Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 178-189. Retrieved February, 2019, from <<http://www.lingref.com/cpp/acall/40/abstract2574.html>>.
- Gilbert, E., & Reynolds, J. T. (2004). *Africa in world history: From prehistory to the present*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Heugh, K. (2000). The case against bilingual and multilingual education in South Africa. Occasional Paper 6. Cape Town: PRASE.
- Hobsbawm, E. J. (1987). *The age of empire, 1875-1914*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- Hornberger, N. H. (2002). Multilingual language policies and the continua of biliteracy: An ecological approach. *Language Policy*, 1(1), 27-51. <<http://dx.doi.org/10.1023/A:1014548611951>>.
- Johnsen, S. (2011, December 31). Teaching children in their mother tongue in Mozambique. *ScienceNordic*. Retrieved September 27, 2019, from <<http://sciencenordic.com/teaching-children-their-mother-tongue-mozambique>>.

- Lodhi, A. Y. (1993). The language situation in Africa today. *Nordic Journal of African Studies*, 2, 79-86.
- Lourenço, E. (1999). *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Makoni, S., & Pennycook, A. (2005). Disinventing and (re)constituting languages. *Critical Inquiry in Language Studies: An International Journal*, 2(3), 137-156.
- Mazrui, A. M. (2004). *English in Africa: After the Cold War*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Myers-Scotton, C. (1993). *Duelling Languages: Grammatical Structure in Code-Switching*. Oxford: Clarendon Press.
- Namburete, E. (2006). Língua e lusofonia: A identidade dos que não falam português. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas* (pp. 63-74). São Paulo: EDUC.
- Ndayipfukamiye, L. (1993). Code-switching in Burundi primary classrooms. *Working papers Series*. England: Lancaster University.
- Ostler, N. (2005). *Empires of the word: A language history of the world*. New York, London, Toronto, Sydney: Harper Perennial.
- Owhotu, V. B. (2009). Policy shift, inconsistency and the reality of first and second language in learning contexts in the west African sub-region. Presented at *International Conference on First and Second Languages, Exploring the Relationship in Pedagogy-Related Contexts*, England: University of Oxford.
- Pennycook, A. (1994). *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman.
- Pennycook, A. (1998). The right to language: towards a situated ethics of language possibilities. *Language Sciences*, 20(1), 73-87.
- Pennycook, A. (1999). Development, culture and language: Ethical concern in a postcolonial world. Proceedings of *The 4th International Conference on Language and Development*, 13-15. Retrieved February 27, 2019, from <<http://www.langdevconferences.org/publications/1999HanoiVietnam/PartnershipandInteraction-ConferenceProceedingsIntroduction.pdf>>
- Phillipson, R. (1992). *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Phillipson, R. (2001). English for globalization or for the world's people? *International Review of Education*, 47(3), 185-200.
- Phillipson, R. (2003a, May 27). Add language, don't take it away. *The Guardian*. Retrieved from <<http://www.guardian.co.uk/education/2003/nov/13/tefl3/print>>.
- Phillipson, R. (2003b). *English-only Europe? Challenging Language Policy*. London: Routledge.
- Sanches, E. R. (2014). The community of Portuguese language speaking countries: The role of language in a globalizing world. *Atlantic Future*, Scientific Paper 14. University of Pretoria.
- Saville-Troike, M. (1982). *The Ethnography of Communication, An Introduction*. Oxford: Blackwell.

- Skutnabb-Kansas, T. (1981). *Bilingualism or not: The Education of Minorities*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Stroud, C. (2002). Towards a policy for bilingual education in developing countries. *New Education Division Documents. No. 10*. Stockholm: Sida, Department for Democracy and Social Development.
- Thiong'o, N. W. (1994). *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African literature*. London and Portsmouth: James Curry Ltd and Heinemann.
- Tshotsho, B. P. (2013). Mother Tongue Debate and Language Policy in South Africa. *International Journal of Humanities and Social Science*, 3(13), 39-44.



The Media's Representation of the Content of the Inaugural Speeches and State of the Nation by João Lourenço, President of the Republic of Angola

A Representação Mediática do Conteúdo dos Discursos de Tomada de Posse e Estado da Nação de João Lourenço, Presidente da República de Angola

(PT: 59-85)

Gabriel Luciano Maria Benguela*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.33-57

ABSTRACT

Analyzing the political speeches, this article examines the media's representation of the content of the inaugural and state speeches of the Nation by João Lourenço President of the Republic of Angola. The purpose of this article is to identify how João Lourenço's speeches were represented by the media and which are the main themes of the speeches that were published in the news by the *Jornal de Angola* and the *Jornal O País*. This article was produced based on the qualitative method, the discourse analysis was done with the help of the discourse analysis technique that gave an understanding of the language and the social significance which constitute the political-social action given in João Lourenço's political speeches. The pieces were collected through clippings and followed the prerequisites of the foundation of diversity of news as per the different threads which lead the interdiscourse, which helped to understand the communication trends in the selected *corpus*. The analysis shows that the most discussed topics in the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País*, are related to Political-Ideological values, Social Challenges, Economic Challenges and Progress, ignoring in some cases key themes that João Lourenço's government proposed to correct, such as combating corruption, impunity and nepotism. The decomposition of the speeches

Article received on 23/01/2020 and approved for publication by the Editorial Council on 15/04/2020.

* PhD student in Communication Sciences at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon. Masters Degree in Public Government and Management, specializing in Public Government and Policy at the Faculty of Law of the Agostinho Neto University and graduated with Distinction in Journalism at the Faculty of Philology and Journalism of the Federal University of Southern Russia.
E-mail: gmariz1955@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2689-3201>

showed that the concerns that the President of the Republic of Angola, João Lourenço, presents, fall under the promotion of the Social State, the strengthening of the connection between the powers, the improvement of the quality of public information, the impetus to private enterprise and to the economy, the production of electricity and running water, inclusive and participatory governance, the promotion of freedom of the press, the control of illegal acts, the consolidation of democracy, the modernization of the Armed Forces, the enhancement of foreign ones, the implementation of local government combating corruption and impunity.

Keywords: Political Communication, Political Discourse, *Media* and Angola

RESUMO

Fazendo a análise do discurso político, este artigo examina a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação de João Lourenço Presidente da República de Angola. O objetivo deste artigo é identificar como foram representados mediaticamente os discursos de João Lourenço e quais são as principais temáticas destes discursos difundidas nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal O País*. Produziu-se este artigo com base no método qualitativo, a análise dos discursos foi feita com a ajuda da técnica análise do discurso que permitiu perceber a linguagem e os significados sociais que constituem a ação político-social descritas nos discursos políticos de João Lourenço. As peças foram coletadas com a ajuda do *clipping* e obedeceu os pressupostos da heterogeneidade constitutiva das notícias nos diversos tipos de sequências dominadas pelo interdiscurso ajudando a compreender as tendências de comunicação constantes do *corpus* selecionado. A análise demonstra que os temas mais abordados no *Jornal de Angola* e no *Jornal o País*, estão relacionados com os valores Políticos-Ideológicos, Desafios Sociais, Desafios Económicos e Progresso, ignorando nalguns casos temas chaves que a governação de João Lourenço se propôs em corrigir, tais como o combate à corrupção, a impunidade e ao nepotismo. A decomposição dos discursos demonstrou que as preocupações que o Presidente da República de Angola, João Lourenço apresenta recaem para a promoção do Estado Social, o reforço da ligação entre os poderes, a melhoria da qualidade da informação pública, o impulso a iniciativa privada e a economia, a produção de energia elétrica e água canalizada, a governação inclusiva e participativa, a promoção da liberdade de imprensa, o controlo dos atos ilícitos, a consolidação da democracia, a modernização das Forças Armadas, o aprofundamento das externas, a implementação das autarquias locais, o combate a corrupção e a impunidade.

Palavras-chave: Comunicação Política, Discurso Político, *Media* e Angola

1. Introduction

On September 26th, 2017, João Manuel Gonçalves Lourenço was elected as the third President of the Republic of Angola, succeeding José Eduardo dos Santos, who had led Angola in an authoritative and paternalist fashion for 38 years. After taking power, João Lourenço promised a series of reforms aimed at changing the social standing of his people and transforming the country.

This analysis aims to contribute to reflection over the media's representation of the political speeches made by João Lourenço, the President of the Republic of Angola, which were disseminated by the well-known newspapers the *Jornal de Angola* and the *Jornal O País*, laying emphasis on the changes made within the structure of the Angolan government, resulting from the 2017 elections which elected a new political leader and which set out a series of actions towards changing some practices which in no way enhanced the country.

In his speeches, President João Lourenço sent messages to bring about change in the social perception of his people and to give credibility to State institutions. From these messages, we can identify the promotion of measures such as the detention of high-ranking dignitaries and State employees together with the filing of judicial proceedings, retention of funds of dubious provenance, the repatriation of funds wrongfully transferred abroad and the expulsion of illegal foreigners in police operations.

Despite the existence of various studies of political discourses, as observed by Poku (2001), these concern, in particular, situations in the East, in Asia or in the Pacific and not in Angola. Analysis of Angola is infrequent according to the academic-scientific point of view.

This article is arranged in three parts. The first is aimed at contextualizing the subjects broached, outlining the overview and the introduction. The second presents the literary review and impact and the methodological options. The third and last part describes the analysis made of President João Lourenço's political speeches and the news articles in the press analyzed with regard to the topic, presenting the results, discussing them and imparting the final considerations.

2. Political Communication and Political Speeches

According to Norris (2000), political communication is an interactive process relating to the transmission of information between politicians, the media and the public. From various possible definitions, political communication can be characterized as "the exchange and comparison of matters of public-political interest which the political system produces, media channels and the public" (Mazzoleni, 2010, p. 36). Mutsvairo and Karam (2018), which consider that in an academic field, Political Communication is not only centered upon the political relationship between politicians, the media and the public, but upon all the forms of communication used by politicians and other political agents with a view to achieving specific objectives.

As observed by Espírito Santo (2011) the different presidential speeches reveal themselves to be sufficiently rich and diverse for reflection on the objectives, the values, the symbols and the patterns of communication underlying the political

message of the President of the Republic. It is with this in mind, as refers Cardina (2016), that presidential speeches should be analyzed. With this as a basis, Van Dijk (2002) considers that the processing of political information is frequently a form of unraveling of the speech, because much political action and participation come to be through discourse and communication.

Political communication has changed dramatically over the last few decades (Serrano, 2010). From being a communication based upon interpersonal relationships between politicians and journalists, it has become a professional and specialized process of strategic communication, participated in by different groups of people who wish to influence the flow of the news. Since political discourse is a component of political communication, Reyes-Rodríguez (2008) perceives the concept of political discourse as being the whole of a relatively autonomous communication produced orally by a politician in front of an audience, whose objective is merely to persuade, to transmit information or to entertain.

In relation to the media's representation of political speeches, Ahmed and Matthes (2016), consider that the stories and images in the media supply resources (symbols) through which we compile a culture, in the measure of the way that means of communication to the masses articulate values, ideologies and leading social developments, and those characteristics frequently lead to the publication of the ideas and facts in the media. According to Espírito Santo (2008), the basic functions of political discourse are intrinsically linked and can reveal several important aspects, starting with the molds for realization of party-political strategies.

Despite studies on political speeches having historically been begun in the 60s in the United States of America, as an interdisciplinary and multidisciplinary field, in Angola they only started to emerge over the last two decades of the 20th century (Mutsvairo & Karam, 2018).

The researcher Okoro (2013) justifies this delay in the development of studies on political discourse with the decades of civil war and corruption which culminated in a series of economic and financial exploitation, which the media could not expose, discuss or disseminate.

For Mutsvairo and Karam (2018), at the base of this delay was also the diversity factor, not just in relation to culture, religion and geographical area, but also to political, cultural and communication infrastructures.

Regarding the nature of political speeches, Cardina (2016) considers that it is more to do with reiterating symbolic moments or foundational narratives, than with the shaping of historiographic arguments. Political discourse is, consequently, a part of the interactive process of transmission of information to the media and to the public (Mutsvairo and Karam, 2004). In clarifying the nature

of political discourse, Koussouhon and Dossoumou (2015) assert, that in political discourse, the final goal is to highlight how the President codifies the meaning of his communication in order to get across his presidential and political ideologies and the aims of his administration, so as to be able to assess the national reality and, ultimately, broach the different types of problems the country is afflicted with.

The main argument formulated, starting with the concept of political communication as operationalized above, is based, in the first place, on the notion that political discourse is an integral part of political communication and that mastering it aided the perception of the articulation between the media and the broadcasting of João Lourenço's messages transformed into political actions by the government of Angola.

Having concluded the theoretical review, let us continue to the characterization of the Republic of Angola.

3. Geopolitical and Socio-economical Characterization of Angola.

The Republic of Angola (henceforth Angola) is located in the eastern part of southern Africa. With the globalization of economies over the last two decades, there has been a growth in political relations and economic strategies. Meanwhile, with regard to Angola, the political system still presents serious challenges, because the country continues to be politically unstable and economically unsustainable (Okoro 2013).

According to the Constitution of the Republic of Angola (CRA), at article 2, the Republic of Angola is a Democratic State based on the Rule of Law, which has as its foundations popular sovereignty, the supremacy of the Constitution and the law, the separation of powers and interdependence of functions, national unity, plurality of expression and of political organization, and a representative and participatory democracy. Angola is a unitary State which respects, within its organization, the principles of autonomy for local authorities and of administrative deconcentration and decentralization, within the terms of the Constitution and the law (article 8, CRA).

Regarding the organization of the executive power, the President of the Republic is the Head of State, the Head of the Power Executive and the Commander-in-Chief of the Angolan Armed Forces, and has authority over the power executive, aided by a Vice-President, Ministers of State and Ministers (article 108, CRA).

Within its vast territory, Angola has resources which could make it potentially very rich, especially with regard to the oil and diamonds for which it is commonly known. Despite this, it is a country with a population which in the majority has a

poor lifestyle, caused by the reflection of the fragility of a State possessing natural resources but with worrying levels of corruption. According to the Corruption Perceptions Index 2018, Angola comes 165th out of 180 countries.

Data from the National Institute of Statistics (INE) estimates the Angolan population to be around 30,175,553 inhabitants, of which 14,219,652 are over 18, in 2019. Angola has a rate of unemployment estimated at around 20%. From the INE again, in 2018 the Economic Climate continued to be below the average and the Economic Situation continues to be unfavorable. According to the Enquiry into the Well-Being of the Population (IBEP 2008/09), principal production came from agriculture and fishing (the leading sector). Alongside these centuries-old activities, Jauhari (2018) affirms, that at the beginning of the 21st century, many African countries opened the way to economic growth. The International Monetary Fund (IMF) cites the following countries as having achieved this: Rwanda, Mozambique, Nigeria, Chad, Ethiopia and Angola.

According to Pearce, Péclard and Oliveira (2018), after the victory of the government of President José Eduardo dos Santos in 2002 against the rebels of the UNITA, Angola increased its oil production, going from just over one million barrels a day to around two million, between 2002 and 2008. With the price of this raw material increasing from 20 to 147 dollars, the GDP of Angola grew ten times between 2002 and 2013, which made it the third leading economy of sub-Saharan Africa, with an income of around 121 billion US dollars per year.

As advocated by Gaio (2017), in the period after the civil war, the transnational capital became more and more relevant in the program for national reconstruction, which accentuated the government's autonomy cherished by the Government of President dos Santos and is how Angola managed, in the end, to finance the program for reconstruction without having to submit to the neo-liberal government requirements attributed to the Official Development Aid body (ODA).

With reference to the economic system, Ferreira and Oliveira (2018) consider that the financial and banking sectors increased greatly in less than a decade, placing them as one of the leaders in Africa driven by the great search for oil. The banks became crucial in coordinating interaction with the international system, which was approved by President Eduardo dos Santos, in order for the domestic program of the consolidated oligarchy of the MPLA leading elite to come into being.

As regards media outlets, Martins (2016) considers that Angola exists in a restricted environment for the media, which includes the intimidation and imprisonment of journalists who cover sensitive matters, such as the protests against the government of President Eduardo dos Santos, or corruption at the heart of government. Cunha and Araújo (2018) describe this situation as a result of the authoritarian political system, which was in power, meaning that the country could

not have a sufficiently independent press to investigate and disseminate occurrences to any extent.

In the Press Freedom Status chapter, the 2017 report by Freedom House, which analyzed the Freedom of the Press in Angola, the country was labeled as *Not Free*, placing it 73rd out of 100 countries, taking into consideration in equal measure the political, economic and legal environment. The country was given some scores, but no narrative report with regard to the situation with the press.

In its world classification of 2019, the Reporters Without Borders organization placed Angola at 109 out of 180 countries, with a score of 34.96. This score is due to the fact that the traditional media still continued to be under the control of the government, and the four television channels, seventeen radio stations and the newspapers are mostly under the control or under the influence of the government and of the party in power. Only Rádio Eclésia and a handful of individual internet websites transmit critical and independent information. The exorbitant costs of radio and television licenses constitute an obstacle to diversification.

It is within this compliance that Joffe (2014, p. 3) proposes that the government should adjust its relationship with the media. Relations between the media and Angolan State figures have always been protected, especially those with journalists in the service of the State, who work to actively promote the party in power (Mutsaers & Karam, 2018, p. 5).

Having characterized the Republic of Angola, let us describe the process of political transition.

4. Political Transition in Angola

After the announcement in 2016 by the ex-President of the Republic of Angola, José Eduardo dos Santos, during a meeting with the central committee of the MPLA, the governing party of Angola which would cede its place to the then minister of National Defense, João Lourenço, as a candidate with a new mandate as President of the Republic, great expectations were created as to the manner of re-launching the foundations for the prosperity of the country, as there was a possibility of constructing a new model for development which would benefit every citizen. Discussion began over the details of the political system of the country, which had been under an authoritarian regime since the 1979 proclamation of independence.

The country was on the brink of collapse, caused by the heavy dependence on oil (Stevenson, 2018). Prices fell to below 50 USD per barrel, which, combined with production which was fixed at only about 1.5 million barrels per day, pushed government revenue down and the economy went into a steep dive. The devaluation of the exchange rate and high inflation (42% in 2016) forced countless businesses to close their doors and caused many foreign investors to leave Angola.

This entire situation arose, according to Gaio (2017), because the government of President Eduardo dos Santos maintained an atypical governing autonomy, and was known for this posture by international institutions. The government drove the process of privatization of state companies without public tenders and under direct negotiations with selected buyers. This action played a negative role in the creation of the construction of the market, as the beneficiaries of these privatizations were the agents and allies who represented a strategic value for the regime, as Ferreira (1999) notes. Everything would convert into an intense struggle to overcome an entrenched political regime, which imitated activities of a genuinely functioning system, but which was actually hollow and subject to the same dictates (Faria, 2013).

Considering the affirmations of Santos (2017), the government did not have a strong political opponent, nor a plausible alternative for the party doctrine. It is for this, according to Faria (2013), that post-war Angolan politics and public life showed waves of oppression and resistance, and he cites, as an example, the protests against the government of President Eduardo dos Santos and his party which occurred in a climate of fear and repression. The scenario described caused some concern with regard to the successor of President Eduardo dos Santos, even though President João Lourenço aspired to a more efficient government (Pearce, Péclard, & Oliveira, 2018). Meanwhile, there was no evidence that he was capable of reconfiguring the political economy in a way to affect the interests of his electorate (Oliveira, 2018).

It was within a context of political and economic adversity that on August 23rd 2017, the representatives of the National Assembly, the President and the Vice-President of the Republic were all elected simultaneously (n.1, article 109, CRA).

Describing a certain pessimism regarding the new term of government, Stevenson (2018) considers that despite the speeches of President João Lourenço focusing the attention of his citizens on the necessity of bringing corruption to a halt and rescuing essential State values, the President cannot act in line with these, as it would challenge the legacy of his predecessor.

This study is founded upon the Theory of Social and Media Representations, through which the media, based on interpersonal, institutional and communication aspects, focuses on the determination of the representations as well as on thought on the construction of a social reality (Jodelet, 2001).

For this theory, the importance of the media resides in the constitution of the social representations, which fall into three aspects: the vector of transmission of the language, which is the bearer of the representations; the structural and formal processes of social thought and influence, consensus, dissent, discussion and production of representations which, supported by social resolve, are pertinent to col-

lective life, just as with the Theory of Political Action, which uses media news instrumentally, namely, by objectively subjecting itself to certain political interests.

For Traquina (2007), this theory defends the position of the news being a systematic distortion at the service of political interests of certain specific social figures, who use it for the projection of their vision of the world and of society.

Having reviewed political communication, political discourse, having characterized the Republic of Angola and having analyzed political transition in Angola, with a view to proceeding with our objectives, we present herewith the methodological options.

5. Methodological Options

This article was based on the qualitative method, with which, as Bryman (2012, p. 30) confirms, an alternative to orthodox positivity can be denoted. This allowed for the article to be structured on the media's representation of the content of the inaugural and State of the Nation speeches by João Lourenço. For this, a general objective and two research topics were defined.

The general objective of this study is to identify how the first two speeches of President João Lourenço were represented in the media, and what were the principal themes of the speeches broached by the *Jornal de Angola* and the *Jornal O País*. Specifically, the objective of this study is to describe the themes most touched on in João Lourenço's speeches at the investiture ceremony as President of the Republic, and in his first speech to the nation, as well as to evaluate the media's representation of the content of these speeches.

In order to construct this article, two research topics (RT) were identified:

- ♦ RT1 – What are the themes most touched upon in the speeches of João Lourenço?
- ♦ RT2 – How did the media represent the content of the speech made by João Lourenço at his investiture as President of the Republic and of his first speech to the nation?

In the study and the ordering of the speeches, we were aided by technical discourse analysis, which assisted in the perception of the language, reflecting the social significance which formed the catalyzing factor of the socio-political action in order to achieve the established objectives (Fonseca & Ferreira, 2016). Based on the technique described by Fonseca and Ferreira (2015), the speeches of João Lourenço, President of the Republic of Angola were unraveled, being categorized by theme in order to understand the social effect. The themes identified, were those which seemed to us to create particular interest in the relationship between

language and power, reflected in the promises and concerns derived from the opaque structural relationships, as well as from the transparent ones of dominance, discrimination, power and control manifested in their language.

The collation of data was done based on research and bibliographical and document analysis. With the aid of the clippings manual, the news about the speeches being analyzed was compiled from the online archives of the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País* published in the period between September 27th through October 1st 2017 and between October 16th through 21st 2017.

In the first period between September 27th through October 1st 2017, seventeen news articles were identified in the *Jornal de Angola* and one in the *Jornal o País* (it should be understood that in that year, the *Jornal o País* was still a weekly publication, becoming a daily one from the start of João Lourenço's mandate). The articles referred to are in relation to the Investiture speech of João Lourenço as President of the Republic.

Regarding the second period from October 16th through 21st 2017, twenty articles were identified in the *Jornal de Angola* and eighteen in the *Jornal o País*, relating to the First Message to the Nation.

As Espírito Santo (2006) observes, this analysis obeys the assumption of a constitutional diversity of the speeches, based on different types of threads dominated by the interdiscourse. With this, we mean to demonstrate the trends of constant communication within the selected *corpus*.

In short, twenty articles were identified from the *Jornal de Angola*, which varied from between 1,000 and 1,500 words, nine reports with between 1,500 and 2,300 words, and six notes with between 400 and 500 words. With regard to the *Jornal o País*, eight articles were identified with between 1,000 and 1,500 words, two reports with 3,300 words each, and three notes: two with 200 words and one with 150 words. Having described the analysis techniques of the study, we now move on to present our results.

The *Jornal de Angola* is the property of the State, edited by *Edições Novembro – E. P.*, and the *Jornal o País* is owned by the private Angolan Media Nova Group, which has been active in Social Communication since 2008.

According to data from the 2nd edition of the Media and Advertising Yearbook of Angola, *Marktest Angola*, published in 2019, the press category is led by the *Jornal de Angola* with 3.7%. The *Jornal o País* with 1.3% is in third place, behind the *Jornal dos Desportos* edited by *Edições Novembro*.

6. Characterization of the Speeches

In relation to the themes most touched upon in João Lourenço's speeches, they can be divided into four categories: Progress, Political-Ideological Values, Social

Challenges and Economic Challenges. The speech was made at the investiture ceremony as President of the Republic on September 27th 2017, in the Republic of Angola Square in Luanda. It lasted 48 minutes and 30 seconds and was broadcast live by two national television channels, *Televisão Pública de Angola (TPA)* and *TV Zimbo* (private).

It was also transmitted live by the main radio stations, in particular by the state radio station (*Rádio Nacional de Angola*) throughout the entire country. The press was represented by the dailies in the analysis (the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País*) and by *Semanários Expansão*, *Novo Jornal*, *Jornal Angolense*, *Jornal Económico*, *Jornal Expresso*, *Jornal O Crime*, *Folha 8* and the only weekly edition published outside of Luanda, the *Correio do Sul*, also published the speech. The internet also published and disseminated the contents of the speech, in particular the following websites: *Angola 24 Horas*, *Maka Angola*, *Guardião*, *Angonoticias*, *Sapo Angola* and the *Portal de Angola*. The only news agency in the country, *Angopop*, also published the speech.

In his first solemn message on the State of the Nation, given on October 16th 2017, President João Lourenço spoke for 58 minutes and 15 seconds. The content was divulged in the same way as for his earlier speech.

7. Overview of the leading themes of the speeches.

As regards the media's dissemination of the content of the investiture speeches of João Lourenço as President of the Republic, and his first solemn message on the State of the Nation, a selection of empirical data was collated and subsequently identified, being grouped into categories according to their similarities.

The tables below show excerpts of the investiture and first message to the nation speeches, which illustrate the categories defined above.

TABLE 1. Overview of the Investiture Speech

CATEGORIES			
PROGRESS	POLITICAL-IDEOLOGICAL VALUES	SOCIAL CHALLENGES	ECONOMIC CHALLENGES
Promotion of the Social State	Reinforcing the ties between State powers	Improving the quality of public information	Stimulus to private initiatives for the creation of businesses
Production and distribution of electric energy	Inclusive and participatory government	Promotion, dissemination and creation of more newspapers, radio and television	Control of illicit dealings in the financial and banking sector
Production and distribution of piped water	Consolidation of multi-party democracy	Increase diversity and freedom of expression	Incentivize credit to the economy
Modernization of the Armed Forces	Deepening of bilateral and multilateral relations	Promotion of women	Creation of a military and defense industry
	Implementation of local authorities	Investment in infrastructure and public transport	
	Combating Corruption and Impunity		
	Promotion of Justice		
	Promotion through merit, professionalism, transparency and diligence		
	Reform of public services		

Source: in-house.

In the table above, the principal concerns identified by President João Lourenço have been summarized, and they demonstrate the non-existence of relations and ties between various sectors of the State, a government without the participation of the those being governed, a weak democracy, a preferential relationship with many countries round the world, absence of local power, limitations to the right of expression and communication, weaknesses in public transport systems, in the economy, in public accounts and even in the areas of defense and security.

In his speech, President João Lourenço identifies the main problems which the country is struggling with. In his first solemn message on the State of the Nation, summarized in the table below, he demonstrates how he intends to resolve those problems.

TABLE 2. Overview of the Message on the State of the Nation

CATEGORIES		
POLITICAL-IDEOLOGICAL VALUES	SOCIAL CHALLENGES	ECONOMIC CHALLENGES
Making a country which is independent, free, unites, is at peace and reconciled	Promotion of Transparency in contracting public services	Eradication of the difficult economic times the country is living through
Reinforcement of the democratic system	Guaranteeing the Freedom of Religion, Belief and Cults and the Expansion of museums	Adoption of tax incentives for businesses
Implementation of Local Authorities	Improving the education system	Stabilizing the macroeconomy of the country
Committing to a swifter judicial system for the resolution of conflicts in the areas of administration, economy and finance	Improving the quality of Public Health Services	Promotion of agriculture, and the manufacturing and food industries.
Improving the areas of Defense and security	Supporting those areas responsible for combating corruption and economic and financial crimes	Revitalizing the steel industry, building, telecommunications and IT

Source: in-house.

In table number two, João Lourenço shows with which actions he will overcome the problems identified in table number one. He identifies as principal actions the implementation of local governments, the reinforcement and improvement of the justice system to make it swifter and fairer, the promotion of good government and the transparency of public actions, guaranteeing fundamental liberties, improving education and health, the diversification of the economy and the development of agriculture.

Having analyzed the messages of the political speeches of João Lourenço, we move on to present the main news articles with which the media represented these speeches.

8. Analysis of news articles

Beginning with the investiture speech and the first solemn message on the State of the Nation, we have some representations divided into four categories, as follows: Progress, Political-Ideological Values, Social Challenges and Economic Challenges, which allowed for fifty-three news articles to be collated from the online archives of the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País*, grouped in the following tables:

TABLE 3. Progress, Economic and Social Challenges

CATEGORIES			
PROGRESS, ECONOMIC AND SOCIAL CHALLENGES			
State Reform, essential for excellent service for citizens	Public social communication set towards serving the interests of society	Coalition speaks of high expectations	Forum of Town Councils closes with stronger boost for decentralization of local power
The war against impunity has started	Debate regarding local governments is amongst priorities	Executive commits to good management	PGR (Attorney-General of the Republic) opens investigation and "SIC (Criminal Investigation Service) makes strong commitment against corruption
President wants to halt importation of processed products	Businessman motivated by speech	Russian Deputy Prime Minister praises business relations with Angola	Diagnosis of the Health sector
Far-reaching speech confirms promises	Cross-sectional speech	Isabel dos Santos speaks of a special moment	Change is of utmost importance

Source: in-house.

The articles in the preceding table describe, through their headlines, the coverage of the main political actions in relation to the challenges that the President faces with development, the economy and the social problems identified in the speeches, with headlines such as State Reform, combating impunity and corruption, an end to imported processed products, social communication set towards serving the public, high expectations, town councils forum set on decentralizing the country, a diagnostic of the health sector or the Attorney-General of the Republic and the Criminal Investigation Service making a strong commitment to combat corruption.

TABLE 4. Political-Ideological Values

CATEGORIES			
POLITICAL-IDEOLOGICAL VALUES			
Angola and Madagascar commit to re-launching bilateral cooperation	Angola and Zambia take a unified position on Zimbabwe	Angolans in Portugal rejoice with João Lourenço	Head of State exonerates Diakité
Head of State dissolves GRECIMA (Cabinet for Revitalization and Execution of Institutional Communication)	Head of State nominates Cabinet members	Congo will lead with the Great Lakes	Assessors of the Vice-President Inducted
USA highlights the current reforms in Angola	Congratulations to politicians	Congratulations from Raúl Castro to his opposite number	Government inducted today
A Government to win	Socialist group greets the President	João Lourenço gives audiences to politicians	João Lourenço promises to be President for all Angolans
Member of civil society praises PR for the fight against corruption	MPLA (People's Movement for the Liberation of Angola) approves the list	MPLA defends free and thorough information	Opposition misses investiture
Friendly countries open to strengthening cooperation	Police and secret military with new responsibilities	Police expel hundreds of foreigners	PR exonerates chief of military intelligence services
President of the Republic	President of the Republic on his way to South Africa to strengthen cooperation	President of the Republic exonerates Commander-General of National Police	"President of the Republic speaks of the State of the Nation"
President expresses solidarity with Portugal	President of the Republic speaks of the State of the Nation	President expresses solidarity with Portugal	President expects commitment
President receives Samakuva	Promises are excessive	Rebellion in the RDC (Democratic Republic of Congo) heightens fear	Region strengthens support for the RDC
Region strengthens fight against the rebels of the RDC			

Source: in-house.

Regarding the Political-Ideological Values, the news summarized in table number four essentially show his first foreign visits, travelling to those countries he considers strategic, the dismissals and nominations for the constitution of a new government, and the strengthening of relations with countries friendly to Angola.

In the annex we include a table showing the frequency of news output, starting with excerpts of President João Lourenço's speeches which were printed in the following news items, reports and notes from the period analyzed, from September 27th through October 1st 2017 and from October 16th through 21st 2017.

With its focus centered on the Political-Ideological category, the value of governance was portrayed with news proposing the creation of local governments. The values relating to impunity appear as news. International cooperation is predominant with eight articles on Africa, followed by the values of Governance with seven articles in which aspects relating to an appeal for good governance, the dismissals and nominations of members of the government, the elimination and privatization of public companies play a central part.

The values for change were portrayed in two articles, with emphasis on the expectations of the political parties, accolades, reviews and an appeal for dialogue with the leaders of the opposition. Also in the news were figures for the Intelligence and the Armed Forces, with an article regarding the exoneration of their leaders. Impunity, one of João Lourenço's main themes, is covered by one article. The reaction of civil society to João Lourenço's speech also made the news in one article. The opposition is portrayed in one article in the news. No clear representation was verified regarding economic amounts or of the development of the speech.

The values of governance appear in thirteen articles, in which emphasis continues to be given to the matter of nominations and dismissals of members of the government, in particular of the heads of the military and the security. International cooperation stands out with five articles. The concerns of opposition parties also made the news with five articles. Social values were referred to in one article which highlighted the start of police operations in the fight against illegal immigration and one article about the values relating to change. Values regarding Justice were also in the news with four articles. The need for local government to be set up was in two articles. Impunity was covered in three articles. The categories of diversity, health and the fight against illegal immigration were each covered in one article. As regards economic challenges, an article stands out in the *Jornal o País*, which related to the values of national production and a halt to importing basic essentials. Values regarding corruption, the main theme of João Lourenço's governance, do not appear in the second period.

In specifically formulating as matters for research which are the themes most touched upon in João Lourenço's speeches (RT1), it is to be understood that the component of the speeches is centered upon the political and ideological, social, economic and developmental coverage.

It is from this that the analysis of the speeches gives rise to the understanding that the President of Angola, João Lourenço, is concerned with promoting the Social State, with strengthening the ties between the powers, improving the quality of public information, boosting private initiatives and the economy, producing more electrical energy and water, promoting an inclusive and participatory government, freedom of the press, suppressing illegal actions, consolidating democracy, modernization of the Armed Forces, broadening bilateral and multilateral relations and implementing local government.

The analysis further demonstrates that he wants to bring these assignments to fruition, combating corruption, impunity and nepotism. For this, João Lourenço uses the news in the media to unravel the speeches and publish them in different articles reaching the maximum number of people. In acting this way, he makes them aware and gives body to his aspirations, as, so Espírito Santo (2008) clarifies, the presidential speeches reveal themselves to be rich and diversified in reflecting the values, symbols and patterns of communication implicit to the political objectives.

The news articles during the period under analysis, were collated from clippings in the online archives of the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País*: fifty-three articles were written and published based on the speeches of President João Lourenço, nine of which are under the category of Progress, three under Economic Challenges, five under Social Challenges and thirty-six under Political-Ideological Values.

Due to the situation to which Santos (2017) and Faria (2013) refer, few articles were published affirming that the government did not have strong political opposition, nor a plausible alternative of a neutral and non-partisan press. Post-war politics and public life showed waves of oppression and resistance, which did not facilitate the work of journalists, giving rise to a certain concern regarding the publication of topics which came across as new and which went against the habitual practices of the party in power.

The way in which the two speeches (RT2) were represented by the media, makes us feel there were certain constraints, as observes Martins (2016, p.266), when mention was made of the restrictive environment in the way the media in Angola functioned during the rule of the previous President of the Republic, due to there being intimidation and arrests of journalists who covered sensitive subjects.

In this manner, the scenario was not a favorable one for an expressive representation of the message in the speeches of João Lourenço, caused by concerns deriving from previous scenarios.

Where the two newspapers give space to the topics of the speeches, they do so under self-censorship. There is hardly any mention of the campaign themes for the election to government of the President (combating corruption, nepotism and impunity).

As for the representations of the speeches to expound the initial ideas of the elected President, it was decided to use only news, reports and notes, in order to escape the influence of journalistic analysis of matters which seemed even to be regarding the structural organization of the country.

Two newspapers were studied as being those which carry weight in the construction of opinions and, as such, defend the theory of social and media representations because of their publications being based on interpersonal, institutional and communication aspects, which focus on the determination of the representations as well as of thought on the social construction of Angola (Jodelet, 2001).

Having presented the results of the analysis of the political speeches of João Lourenço and its media representation in the *Jornais de Angola* and the *País* newspapers, discussion of the results follows.

9. Discussion of the Results

At this juncture, we discuss the results concerning the content of the first two speeches of João Lourenço, the media's representation and the main topics broached in the news by the *Jornal de Angola* and the *Jornal O País*. Considering that the act of governance derives from a given political context that the State intends to correct or maintain, we note from the results under analysis, that Angola is a country where political-administrative organization was considerably influenced by those moments which were considered as obstacles to development, derived from the process of decolonization, from civil war and from economic and social crises. These situations, according to Gaio (2017), describe as atypical the way in which the government of President José Eduardo dos Santos remained in power for 38 years. It was because of this that President João Lourenço identified the problems summarized in the Political-Ideological, Economic, Social and Development Values, as factors that he intends to transform into actions in order to achieve the aim of change.

The actions described above precluded the application of the rights and duties which embody the common well-being, and constructed a management model with an aim that was not that of the pursuit of the common good. For Santos (2017), this occurred because the government did not have any strong political opposition,

nor a plausible partisan loyalty. Faria (2013, p.293), goes even further and justifies what occurred as being down to the fact that post-war politics and public life were found to have waves of oppression and resistance. Regarding corruption, for example, the previous regime had conducted the process of privatization of state companies without public tenders and by negotiating directly with selected suppliers. A practice which Ferreira (1999) considers played a negative role in the birth of the construction of the market economy, those benefitting from these privatizations being the agents and allies who represented a strategic value for the regime.

As Oliveira (2018, p.1) observes, João Lourenço aspires to a more efficient governance, capable of overhauling the economy, politics and the social state and correcting past habits. Through the media, João Lourenço brings his ambitions to the attention of the wider public. By the Theory of Political Action, politicians use the media as a tool, in order to give value to their political interests. In the same way as Traquina (2007) justifies, in considering that the news regarding the discursive promises are published systematically, the President uses the media to disseminate his political interests for the projection of his vision for society.

The analysis of the speeches seems to show that in practice, the country has problems connected with its structural organization, leading to the necessity of creating the conditions for the reform of the State. The realization of the right of expression and of information, the impulse for economic development and the improvement of social conditions, could allow João Lourenço, who is behind the institution of these principles, to replace these damaging practices.

Cardina (2016) and Mutsaers and Karam (2004), corroborate these principles. At the same time, they acknowledge that it is not easy to achieve such intentions, since the resolution of the problems outlined becomes more the reiteration of exemplary and symbolic moments, or of foundational narratives, and the Angolan situation has not facilitated the implementation of these actions.

Discussion of the results gives rise to the following final considerations.

10. Final Considerations

Analysis of the political speeches of João Lourenço demonstrates how the President of the Republic ideologically broaches the principal matters which afflict the Nation, translated into a message towards rescuing the frayed political image of the MPLA (the party in power), which was essentially associated with the bad management of the former government, led by ex-President José Eduardo dos Santos, and reflects that the state in which the country finds itself came about through a series of deeds by people of his own party, little or not at all committed to popular aspirations.

The message established a political priority, which apart from changing the social way of being, is to politically, economically and socially reform the country, through combating the main defects which afflict the nation, such as: corruption, impunity and nepotism, and in this way regain the resources wrongly taken from the public purse.

To reinforce with frameworks, technical and material methods, those institutions which directly get involved with combating corruption such as: the office of the Attorney-General of the Republic and the General Inspectorate of the State, both of which the President demands be more active.

Fighting impunity is being achieved by bringing legal proceedings against leading figures close to the former President of the Republic, until then considered as being above the law.

In the media's representation of the content of the speeches published by the *Jornal de Angola* and by the *Jornal o País*, a cross-sectional reflection by the Head of State stands out on the main problems raised, embodied in the political correction of the actions of the government, in the resolution of the social and economic problems, with a view to creating conditions for the sustained development of the country. There is a variation in the way the themes are broached. However, the two newspapers essentially drew from the sort of reporting for coverage of discursive concerns.

The texts which in media terms represent the messages of President João Lourenço, make aware and mobilize people towards a change in behavior, this much is clear, beginning with the symbolic values used to promote the socio-political intention of the President, which demonstrate the manner in which he proposes to govern the country and how he assesses the reality of the problems which affect the people.

The first difficulty encountered in the course of the investigation was the collation of the articles for media content analysis, due to the inconsistencies of the digital archives of the newspapers analyzed. The second difficulty was to do with the access to studies on political communication with regard to the Angolan situation. This difficulty does not frustrate, however, the intentions of the investigator in carrying out the job of analyzing this matter relating to the fact of wanting to see the projection of the practice of political communication in Angola.

Dealing with the revealing and representative role of the media, future investigations will be able to focus more on the analysis of the media's representation of the political speeches of the President of the Republic of Angola, in order to get a better knowledge of the projected political actions and to make a contribution to studies on political communication in Angola.

ANNEX 1

TABLE 1. Overview of the Political-Ideological Publications

DATE	SOURCE	POLITICAL-IDEOLOGICAL REASONS								
		LOCAL GOVERNMENTS	CHANGE	JUSTICE	INTERNATIONAL COOPERATION	STATE REFORM	DEMOCRACY	GOVERNANCE	ARMED FORCES INTELLIGENCE	OPPOSITION
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017										
27/09/17	J. A		2		2	1				1
28/09/17	J. A.	1			1					
29/09/17	J. A.	1			1			3	1	
30/09/17	J. A.							1		
WEEK OF OCTOBER 16TH THROUGH 21ST 2017										
16/10/17	J. A.							1		
17/10/17	J. A.	2						1		3
18/10/17	J. A.				1			1		
19/10/17	J. A.							1		1
20/10/17	J. A.					1			1	
21/10/17	J. A.				2	1				
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017										
27/09/17	O. P.									
28/09/17	O. P.									
29/09/17	O. P.									
30/09/17	O. P.	1								
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017										
27/09/17	O. P.					1	1		1	
28/09/17	O. P.			1	1			1		
29/09/17	O. P.			1	1			2		
30/09/17	O. P.				1			1		
01/10/17	O. P.							3		

TABLE 2. Overview of Social and Economic Publications

DATE	SOURCE	SOCIAL AND ECONOMIC REASONS						
		CIVIL SOCIETY	CORRUPTION	DIVERSITY	HEALTH	IMPUNITY	MIGRATION	ECONOMY
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017								
27/09/17	J. A.	1						
28/09/17	J. A.							
29/09/17	J. A.					1		
30/09/17	J. A.							
WEEK OF OCTOBER 16TH THROUGH 21ST 2017								
16/10/17	J. A.							
17/10/17	J. A.							
18/10/17	J. A.			1	1			
19/10/17	J. A.							
20/10/17	J. A.							
21/10/17	J. A.						1	
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017								
27/09/17	O. P.							
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							
WEEK OF SEPTEMBER 27TH THROUGH OCTOBER 1ST 2017								
27/09/17	O. P.	1				2		
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							
01/10/17	O. P.							

Source: In-house, adapted from the Research of Espírito Santo (2006) on the political message in the presidential election campaign: analysis of the content of the slogans between 1976 and 2006.

Abbreviations: J. A – *Jornal de Angola*; O. P. – *O País*.

ANNEX 2

List of News Clippings

- Jornal de Angola. (September 27th 2017). Angolans in Portugal rejoice with João Lourenço. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). João Lourenço promises to be the President of all Angolans. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). Isabel dos Santos speaks of a special moment. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). João Lourenço gives audiences to politicians. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). João Lourenço promises to be the President of all Angolans. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). Opposition misses investiture. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). Friendly countries open to strengthening cooperation. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 27th 2017). President of the Republic. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 28th 2017). Head of State nominates Cabinet members. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 29th 2017). Socialist group greets the President. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (September 30th 2017). Government inducted today. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 1st 2017). President expects commitment. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). President of the Republic speaks of the State of the Nation. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Head of State dissolves GRECIMA. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Coalition speaks of high expectations. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Debate regarding local authorities is amongst priorities. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Far-reaching speech confirms promises. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Cross-sectional speech. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Change is of the utmost importance. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.

- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Promises are “excessive”. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 17th 2017). Executive commits to good management. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). A Government to win. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). MPLA approves the list. Accessed on March 13th 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). Congo will lead with the Great Lakes. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). MPLA defends free and thorough information. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). Head of State exonerates Diakité. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 18th 2017). Diagnosis of the Health sector. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 19th 2017). Assessors of the Vice-President inducted. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 19th 2017). Businessman motivated by speech. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 19th 2017). President expresses solidarity with Portugal. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 19th 2017). President receives Samakuva. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 20th 2017). President expresses solidarity with Portugal. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 21st 2017). PGR opens investigation. Accessed on March 13th 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 21st 2017). Police expel hundreds of foreigners. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (October 21st 2017). Rebellion in the RDC heightens fear. Consulted on March 13th 2019 in <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal O País. (October 16th 2017). Angola and Madagascar commit to re-launching bilateral cooperation. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 16th 2017). Forum of Town Councils closes with stronger boost for decentralization of local power. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 16th 2017). Public social communication set towards serving the interests of society. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 17th 2017). President wants to halt importation of processed products. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.

- Jornal O País. (October 18th 2017). Angola and Zambia take a unified position on Zimbabwe. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 18th 2017). The “war against impunity” has started. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 20th 2017). PR exonerates chief of military intelligence services. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 21st 2017). Member of civil society praises PR for the fight against corruption. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 23rd 2017). President of the Republic on his way to South Africa to strengthen cooperation. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 25th 2017). Police and Secret Military with New Responsibilities. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 26th 2017). “State Reform – essential for excellent service for citizens”. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (October 27th 2017). State Reform – essential for excellent service for citizens. Consulted on March 13th 2019 in <www.opais.co.ao>.



A Representação Mediática do Conteúdo dos Discursos de Tomada de Posse e Estado da Nação de João Lourenço, Presidente da República de Angola

The Media's Representation of the Content of the Inaugural Speeches and State of the Nation by João Lourenço, President of the Republic of Angola (EN: 33-57)

Gabriel Luciano Maria Benguela*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.59-85

ABSTRACT

Analyzing the political speeches, this article examines the media's representation of the content of the inaugural and state speeches of the Nation by João Lourenço President of the Republic of Angola. The purpose of this article is to identify how João Lourenço's speeches were represented by the media and which are the main themes of the speeches that were published in the news by the *Jornal de Angola* and the *Jornal O País*. This article was produced based on the qualitative method, the discourse analysis was done with the help of the discourse analysis technique that gave an understanding of the language and the social significance which constitute the political-social action given in João Lourenço's political speeches. The pieces were collected through clippings and followed the prerequisites of the foundation of diversity of news as per the different threads which lead the interdiscourse, which helped to understand the communication trends in the selected *corpus*. The analysis shows that the most discussed topics in the *Jornal de Angola* and the *Jornal o País*, are related to Political-Ideological values, Social Challenges, Economic Challenges and Progress, ignoring in some cases key themes that João Lourenço's government proposed to correct, such as combating corruption, impunity and nepotism. The decomposition of the speeches

Artigo recebido a 23/01/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial a 15/04/2020.

* Doutorando em ciências da Comunicação, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Mestre em Governação e Gestão Pública, na especialidade de Governação e Políticas Públicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e Licenciado com Distinção em Jornalismo pela Faculdade de Filologia e Jornalismo, da Universidade Federal do Sul da Rússia.

E-mail: gmariz1955@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2689-3201>

showed that the concerns that the President of the Republic of Angola, João Lourenço, presents, fall under the promotion of the Social State, the strengthening of the connection between the powers, the improvement of the quality of public information, the impetus to private enterprise and to the economy, the production of electricity and running water, inclusive and participatory governance, the promotion of freedom of the press, the control of illegal acts, the consolidation of democracy, the modernization of the Armed Forces, the enhancement of foreign ones, the implementation of local government combating corruption and impunity.

Keywords: Political Communication, Political Discourse, *Media* and Angola

RESUMO

Fazendo a análise do discurso político, este artigo examina a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação de João Lourenço Presidente da República de Angola. O objetivo deste artigo é identificar como foram representados mediaticamente os discursos de João Lourenço e quais são as principais temáticas destes discursos difundidas nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal O País*. Produziu-se este artigo com base no método qualitativo, a análise dos discursos foi feita com a ajuda da técnica análise do discurso que permitiu perceber a linguagem e os significados sociais que constituem a ação político-social descritas nos discursos políticos de João Lourenço. As peças foram coletadas com a ajuda do *clipping* e obedeceu os pressupostos da heterogeneidade constitutiva das notícias nos diversos tipos de sequências dominadas pelo interdiscurso ajudando a compreender as tendências de comunicação constantes do *corpus* selecionado. A análise demonstra que os temas mais abordados no *Jornal de Angola* e no *Jornal o País*, estão relacionados com os valores Políticos-Ideológicos, Desafios Sociais, Desafios Económicos e Progresso, ignorando nalguns casos temas chaves que a governação de João Lourenço se propôs em corrigir, tais como o combate à corrupção, a impunidade e ao nepotismo. A decomposição dos discursos demonstrou que as preocupações que o Presidente da República de Angola, João Lourenço apresenta recaem para a promoção do Estado Social, o reforço da ligação entre os poderes, a melhoria da qualidade da informação pública, o impulso a iniciativa privada e a economia, a produção de energia elétrica e água canalizada, a governação inclusiva e participativa, a promoção da liberdade de imprensa, o controlo dos atos ilícitos, a consolidação da democracia, a modernização das Forças Armadas, o aprofundamento das externas, a implementação das autarquias locais, o combate a corrupção e a impunidade.

Palavras-chave: Comunicação Política, Discurso Político, *Media* e Angola

1. Introdução

A 26 de setembro de 2017, João Manuel Gonçalves Lourenço foi eleito como terceiro Presidente da República de Angola sucedendo a José Eduardo dos Santos, que liderou Angola de forma autoritária e patrimonial durante 38 anos. Depois da tomada de posse, João Lourenço prometeu uma série de reformas com o propósito de alterar o posicionamento social dos cidadãos e transformar o país.

Esta análise procura contribuir para a reflexão sobre a representação mediática dos discursos políticos de João Lourenço, Presidente da República de Angola difundidas nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*, enfatizando uma revisão teórica sobre a alteração que se regista na estrutura governativa angolana, fruto das eleições gerais realizadas em 2017 que elegeu um novo líder político e proporcionou uma série de ações tendentes a mudar práticas que não dignificavam o país.

O Presidente João Lourenço nos seus discursos emite mensagens cujo propósito é mudar a perceção social dos cidadãos e credibilizar as instituições do Estado. Destas mensagens identificamos a promoção de medidas como a detenção de altos dignatários e funcionários do Estado a par da constituição de processos judiciais, a retenção de capitais com proveniência duvidosa, o repatriamento de capitais indevidamente transferidos para o estrangeiro e a expulsão de estrangeiros ilegais através de operações policiais.

Apesar de existirem vários estudos sobre discursos políticos, conforme observa Poku (2001), estes incidem particularmente sobre a realidade ocidental, asiática ou do pacífico e não abordam factos angolanos. Análises sobre Angola são pouco frequentes do ponto de vista académico-científico.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira procura-se fazer uma contextualização das matérias abordadas, descrevendo o resumo e a introdução. A segunda apresenta a revisão e torno da literatura e as opções metodológicas. A terceira e última parte descreve a análise feita aos discursos políticos do Presidente João Lourenço e as peças noticiosas analisadas referente ao assunto, apresenta os resultados, discute-os e expõe as considerações finais.

2. Comunicação política e discursos políticos

Segundo Norris (2000), a comunicação política é um processo interativo relativo à transmissão de informações entre os políticos, os meios de comunicação e o público. De entre um conjunto de definições possíveis, comunicação política pode ser caracterizada como “o intercâmbio e a confrontação dos conteúdos de interesse público-político que produz o sistema político, o sistema dos meios de comunicação e o cidadão” (Mazzoleni, 2010, p. 36). Mutsvairo e Karam (2018) consideram que no campo académico, a Comunicação Política não está centrada apenas na relação política entre os políticos, a *media* e os cidadãos, mas em todas as formas de comunicação realizadas por políticos e outros atores políticos com a finalidade de alcançar objetivos específicos.

Os diferentes discursos presidenciais, como observa Espírito Santo (2011) podem revelar-se suficientemente ricos e diversificados para refletir sobre os objetivos, valores, símbolos e padrões de comunicação subjacentes à mensagem política

do Presidente da República. É com este propósito, como refere Cardina (2016), que se devem analisar os discursos presidenciais. Com base nestas constatações, Van Dijk (2002) considera que o processamento da informação política é frequentemente uma forma de descodificação do discurso, porque muita ação política e participação são realizadas por intermédio do discurso e da comunicação.

A comunicação política mudou radicalmente nas últimas décadas (Serrano, 2010). De uma comunicação baseada em relações interpessoais entre políticos e jornalistas passou a um processo profissionalizado e especializado de comunicação estratégica na qual intervém um conjunto de atores que pretendem influenciar o fluxo das notícias. Sendo o discurso político uma componente da comunicação política, Reyes-Rodríguez (2008) conceitua o discurso político, como sendo, toda a comunicação relativamente autónoma produzida oralmente por um político na frente de uma audiência, cujo propósito é meramente a persuasão, transmissão de informação ou entretenimento.

Relativamente a representação mediática dos discursos políticos, Ahmed e Matthes (2016) consideram que as histórias e imagens na *media* fornecem recursos (símbolos) através dos quais organizamos uma cultura, na medida em que os meios de comunicação de massas articulam valores, ideologias e desenvolvimentos sociais dominantes, e essas características frequentemente levam a representações das ideias e dos factos nos *media*. As funções básicas do discurso político segundo Espírito Santo (2008, p. 139) estão intrinsecamente ligadas e podem revelar vários aspetos importantes, a começar pelos moldes de concretização das estratégias político-partidárias.

Apesar de historicamente os estudos sobre discursos políticos terem começado nos anos 60, nos Estados Unidos da América, como um campo interdisciplinar e multidisciplinar, em Angola só emergiram a partir das últimas duas décadas do século XXI (Mutsvairo e Karam, 2018).

O pesquisador Okoro (2013) justifica o atraso no desenvolvimento de estudos sobre discursos políticos, com as décadas de guerra civil e a corrupção que culminaram com uma série de abusos económicos e financeiros que os *media* não podiam expor, discutir ou disseminar.

Para Mutsvairo e Karam (2018) esteve igualmente na base deste atraso o fator diversidade, não apenas em relação à cultura, religião e dimensão geográfica, mas também em infraestruturas políticas, culturais e de comunicação.

Quanto a natureza dos discursos políticos, Cardina (2016) considera que passa mais pela reiteração de momentos simbólicos ou de narrativas fundacionais do que pela elaboração de argumentos historiográficos. O discurso político é, por conseguinte, um elemento do processo interativo de transmissão de informações para os *media* e para o público (Mutsvairo e Karam, 2004). Ao clarificar a natureza

do discurso político, Koussouhon e Dossoumou (2015) asseveram que no discurso político, o objetivo final é destacar como o Presidente codificou os significados da sua comunicação para transmitir as suas ideologias presidenciais e políticas e os propósitos da sua administração, de forma a avaliar as realidades nacionais e, em última análise, abordar os diversos tipos de problemas que afligem o país.

O argumento principal formulado a partir do conceito de comunicação política acima operacionalizado assenta antes sobre a noção de que o discurso político é parte integrante da comunicação política e o seu domínio facilitou a perceção da articulação entre a *media* e a veiculação das mensagens de João Lourenço transformadas em ações políticas pelo governo de Angola.

Feita a revisão teórica, passamos a caracterização da República de Angola.

3. Caracterização geopolítica e socioeconómica de Angola

A República de Angola (doravante Angola) situa-se na região ocidental da África Austral. Com a globalização das economias nas últimas duas décadas, houve um aumento crescente nas relações políticas e económicas estratégicas. No entanto, em relação à Angola, o sistema político apresenta ainda sérios desafios, porque o país continua politicamente instável e economicamente insustentável (Okoro, 2013).

Segundo a Constituição da República de Angola (CRA), no seu artigo 2.º, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. Angola é um Estado unitário que respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas, nos termos da Constituição e da lei (artigo 8, CRA).

Quanto a organização do poder executivo, o Presidente da República é o Chefe de Estado, o Titular do Poder Executivo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, e exerce o poder executivo, auxiliado por um Vice-Presidente, Ministros de Estado e Ministros (artigo 108, CRA).

Angola tem no seu vasto território recursos que a tornam potencialmente rica, com destaque para como o petróleo e os diamantes, pelos quais é comumente conhecida. Todavia, é um país com uma população que vive maioritariamente pobre, devido ao reflexo das fragilidades de um Estado possuidor de recursos naturais, mas com práticas preocupantes de corrupção. De acordo com o Corruption Perceptions Index 2018, Angola ocupa o 165.º lugar em 180 países.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) estimam a população angolana em cerca de 30.175.553 habitantes dos quais, 14 219 652 são cidadãos maiores

de 18 anos, em 2019. Angola apresenta uma taxa de desemprego estimada em cerca de 20%. Ainda de acordo com o INE, em 2018 o indicador do Clima Económico continuou abaixo da média da série e a Conjuntura Económica permanece desfavorável. Segundo o Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP 2008/09), as principais atividades produtivas são a agricultura e a pesca (setor primário de atividade). A par destas atividades seculares, Jauhari (2018) afirma que no início do século XXI, muitos países da África abriram caminho para o crescimento económico. O Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou nesta situação: Ruanda, Moçambique, Nigéria, Chade, Etiópia e Angola.

Segundo Pearce, Péclard e Oliveira (2018), depois da vitória do governo do Presidente José Eduardo dos Santos, em 2002, contra os rebeldes da UNITA, Angola aumentou a sua produção de petróleo, passando de pouco mais de um milhão de barris por dia para cerca de dois milhões, entre 2002 e 2008. Com o preço desta matéria-prima a crescer dos 20 para os 147 Dólares, o PIB de Angola aumentou dez vezes, entre 2002 e 2013, o que a tornou na terceira maior economia da África Subsaariana, com um rendimento de cerca 121 bilhões de dólares norte americanos por ano.

Como advoga Gaio (2017), no período pós-guerra civil, o capital transnacional tornou-se cada vez mais relevante na agenda da reconstrução nacional e isto acentuou a autonomia governativa prezada pelo Governo do Presidente dos Santos e assim Angola conseguiu, enfim, financiar a agenda da reconstrução sem a necessidade de se submeter aos requisitos governativos neoliberais atribuídos à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Em relação ao sistema económico, Ferreira e Oliveira (2018) consideram que os sectores das finanças e bancário cresceram muito em menos de uma década situando-se como um dos maiores em África impulsionados pela grande procura petrolífera. Os bancos tornaram-se cruciais na articulação das interações com o sistema internacional, o que foi aproveitado pelo governo do Presidente Eduardo dos Santos para a materialização da agenda doméstica de consolidação oligárquica da elite dominante do MPLA.

No que toca aos órgãos de comunicação social, Martins (2016) considera que Angola vive um ambiente restrito de funcionamento dos *media* que envolve a intimidação e prisão de jornalistas decorrentes da cobertura de assuntos sensíveis, como os protestos contra o Governo do Presidente Eduardo dos Santos ou a corrupção no seio do Governo. Cunha e Araújo (2018) descrevem esta situação como resultado do sistema político autoritário que vigorava, daí que o país não podia ter uma imprensa suficientemente independente que pudesse investigar e divulgar fenómenos com intensidade.

No capítulo Press Freedom Status, o relatório da Freedom House de 2017, que analisou a Liberdade de Imprensa em Angola, atribui ao país *Not Free* na posição 73 dos 100 estados analisados, considerando igualmente a conjuntura do ambiente político, económico e legal. O país recebeu pontuações, mas nenhum relatório narrativo em relação a situação de imprensa.

A organização Repórteres Sem Fronteiras considera na sua classificação mundial de 2019, que Angola ocupa a posição 109 de 180 países, com a pontuação 34,96. Esta pontuação deve-se ao facto de os *media* tradicionais ainda continuarem sob controlo do governo, pois os quatro canais de televisão, as dezassete rádios e os títulos da imprensa permanecem em grande parte sob controlo ou sob a influência do governo e do partido no poder. Apenas a Rádio Eclésia e um conjunto muito restrito de sítios particulares na internet conseguem produzir informações críticas e independentes. Os custos exorbitantes das licenças de rádio e de televisão constituem um obstáculo ao pluralismo.

É nesta conformidade que Joffe (2014) propõe que o governo deve se ajustar a um novo relacionamento com os *media*. As relações entre os *media* e os atores estatais angolanos sempre foram protegidas, sobretudo os com jornalistas ao serviço do Estado, trabalham para promover ativamente o partido no poder (Mutsvairo & Karam, 2018).

Caracterizada a República de Angola, descrevemos o processo de transição política.

4. Transição política em Angola

Depois do anúncio do ex-Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em 2016, durante uma reunião do comité central do MPLA, partido que governa Angola que cederia o seu lugar ao então ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, como candidato a um novo mandato como Presidente da República, criou-se uma grande expectativa no sentido de relançar as bases para a prosperidade do país, pois aventava-se a possibilidade de se construir um novo modelo de desenvolvimento que beneficiasse todos os cidadãos. Começou-se por discutir os detalhes da situação política, do país, que sofrera com um regime autoritário desde 1979 a proclamação da independência.

O país estava à beira de um colapso, por causa da forte dependência do petróleo (Stevenson, 2018, p. 41). Os preços caíram abaixo de 50 USD por barril combinados com a produção que se fixou em apenas cerca de 1,5 milhão de barris por dia fizeram reduzir a receita do governo e mergulhar a economia num declínio acentuado. A desvalorização cambial e a inflação alta (42% em 2016) forçaram inúmeras empresas a fecharem as portas e levaram muitos investidores estrangeiros a saírem de Angola.

Toda esta situação ocorreu, segundo Gaio (2017), porque o Governo do Presidente Eduardo dos Santos preservou uma atípica autonomia governativa e ficou conhecido por essa postura perante as instituições internacionais. O Governo conduziu o processo de privatização das empresas estatais sem concursos públicos e sob negociação direta com os compradores selecionados. Esta ação desempenhou um papel negativo na gênese da construção do mercado, pois os beneficiários dessas privatizações foram os agentes e aliados que apresentavam algum valor estratégico para o regime, como constata (Ferreira, 1999). Tudo se convertia numa intensa luta para superar um regime político entrincheirado, que imitava atividades de um sistema genuinamente funcional, mas que permanecia oco e subordinado aos mesmos ditames (Faria, 2013).

Considerando as afirmações de Santos (2017), o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de doutrina partidária. É por isso, que para Faria (2013), a política angolana do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência, e cita, a título de exemplo, os protestos contra o governo do Presidente Eduardo dos Santos e o seu partido que ocorriam em meio a um clima de medo e repressão. O contexto descrito, causou um certo receio em relação ao sucessor do Presidente Eduardo dos Santos, conquanto o Presidente João Lourenço podia aspirar a uma governação mais eficiente (Pearce, Péclard & Oliveira, 2018). No entanto, não havia evidências de que ele estivesse disposto ou capaz de reconfigurar a economia política de uma maneira que afetaria os interesses do seu eleitorado (Oliveira, 2018).

Foi num contexto de adversidade política e económica, que foram eleitos a 23 de agosto de 2017, em simultâneo os deputados à Assembleia Nacional, o Presidente e Vice-Presidente da República (n.º 1, artigo 109.º CRA).

Descrevendo um certo pessimismo em relação ao novo período de governação, Stevenson (2018) considera que apesar de os discursos do Presidente João Lourenço concentrarem a atenção dos cidadãos para a necessidade de se acabar com a corrupção e resgatar os valores essenciais de um Estado, o Presidente não pode agir segundo os mesmos, pois, estaria a desafiar o legado do seu antecessor.

Este estudo ancora-se na Teoria das Representações Sociais e Mediáticas, através da qual, a *media* com base nos aspetos interpessoais, institucionais e de comunicação, incide o seu foco na determinação das representações, bem como no pensamento sobre a construção social da realidade (Jodelet, 2001).

Para esta teoria, a importância da *media* reside na constituição das representações, sociais que recaem para três aspetos: o vetor de transmissão da linguagem, que é o portador das representações; os processos estruturais e formais do pensamento social e de influência, o consenso, o dissenso, a polémica e a produção de representações que apoiadas na vontade social são pertinentes para a vida da

coletividade, assim como, a Teoria da Ação Política, que se serve dos *media* noticiosos de forma instrumentalista, isto é, subordinando-se objetivamente a certos interesses políticos.

Para Traquina (2007), esta teoria defende a posição de que as notícias são distorções sistemáticas ao serviço dos interesses políticos de certos agentes sociais específicos, que as utilizam na projeção da sua visão do mundo e da sociedade.

Estando revista a comunicação política, o discurso político, caracterizada a República de Angola e feita a análise da transição política em Angola, com vista a prosseguir os nossos objetivos apresenta-se as opções metodológicas.

5. Opções metodológicas

Produziu-se este artigo com base no método qualitativo, com o qual como afirma Bryman (2012) pode-se denotar uma alternativa à ortodoxia positivista. O que permitiu estruturar este artigo sobre a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação de João Lourenço. Para tal, definiu-se um objetivo geral e duas questões de pesquisa

O objetivo geral deste estudo é identificar como foram representados mediaticamente os dois primeiros discursos do Presidente João Lourenço e quais foram as principais temáticas dos discursos abordadas pelas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*. De modo específico, este estudo tem como objetivo descrever os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço na cerimónia de investidura como Presidente da República e na sua primeira mensagem a nação, assim como, avaliar a representação mediática do conteúdo destes discursos.

Para a construção do presente artigo, foram identificadas duas questões de pesquisa:

- ♦ QP1-Quais são os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço?
- ♦ QP2-Como foi representado mediaticamente o conteúdo do discurso de investidura de João Lourenço como Presidente da República e da sua primeira mensagem a nação?

O estudo e a sistematização dos discursos foram realizados com a ajuda da técnica análise do discurso, que facilitou a perceção da linguagem, refletindo os significados sociais que constituem o fator catalisador da ação político-social para concretizar os objetivos traçados (Fonseca & Ferreira, 2016). Com base na técnica descrita por Fonseca e Ferreira (2015), descodificaram-se os discursos de João Lourenço, Presidente da República de Angola, categorizando-os por temas para perceber o seu efeito social. Os temas identificados foram os que nos pareceram

criar um interesse particular na relação entre a linguagem e o poder refletidas nas promessas e preocupações derivadas das relações estruturais opacas, bem como transparentes de dominância, discriminação, poder e controlo manifestadas na sua linguagem.

A recolha de dados foi feita com base na pesquisa e análise bibliográfica e documental. Com ajuda do *clipping* manual foram compiladas as notícias sobre os discursos em análise nos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País* publicadas no período que vai de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017 e de 16 a 21 de outubro de 2017.

No primeiro período, de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017, identificaram-se dezasseis peças noticiosas no *Jornal de Angola* e uma no *Jornal o País* (entenda-se que naquele ano, o *Jornal o País* ainda era um semanário, tendo-se tornado diário no decurso do mandato de João Lourenço). As referidas peças estão relacionadas com o discurso de Investidura de João Lourenço como Presidente da República.

Quanto ao segundo período, de 16 a 21 de outubro de 2017, identificaram-se vinte notícias no *Jornal de Angola* e dezoito no *Jornal o País*, relativas a Primeira Mensagem a Nação.

Como observa Espírito Santo (2006), esta análise obedece os pressupostos da heterogeneidade constitutiva dos discursos com base nos diversos tipos de sequências dominadas pelo interdiscurso. Pretende-se, com isso, demonstrar as tendências de comunicação constantes do *corpus* selecionado.

Em suma foram selecionados no *Jornal de Angola*, vinte notícias, que variam entre as 1.000 e 1.500 palavras, nove reportagens com uma variação entre 1.500 e 2.300 palavras e seis notas com uma variação entre 400 e 500 palavras. Quanto ao *Jornal o País*, foram identificadas oito notícias, que variam entre as 1.000 e 1.500 palavras, duas reportagens com 3.300 palavras cada e três notas; duas com 200 palavras e uma com 150 palavras. Descrito o método e as técnicas de análise do estudo segue-se a apresentação dos resultados.

O *Jornal de Angola* é propriedade do Estado editado pela Edições Novembro - E. P., e o *Jornal o País* é propriedade do Grupo privado angolano Media Nova, que atua no setor da Comunicação Social desde 2008.

Segundo os dados da 2.^a edição do Anuário de *Media* e Publicidade em Angola, *Marktest Angola* publicados em 2019, a categoria imprensa é liderada pelo *Jornal de Angola* com 3,7%. O *Jornal o País* com 1,3%, ocupa a terceira posição, atrás do *Jornal dos Desportos* editado pela Edições Novembro.

6. Caracterização dos discursos

Relativamente aos temas mais abordados nos discursos de João Lourenço, reparam-se em quatro categorias a descrever: Progresso, Valores Político-Ideológicos, Desafios Sociais e Desafios Económicos.

O discurso pronunciado na cerimónia de investidura como Presidente da República no dia 27 de setembro de 2017, em Luanda na Praça da República de Angola. Teve a duração de 48 minutos e 30 segundos, tendo sido emitido em direto por dois canais de televisão com cobertura nacional, designadamente a *Televisão Pública de Angola (TPA)* e a *TV Zimbo* (privada).

Foi igualmente difundido em direto pelas principais rádios, com destaque para os canais da Rádio pública (*Rádio Nacional de Angola*) para todo o território nacional. A imprensa representada pelos diários em análise (o *Jornal de Angola* e o *Jornal o País*) e os *Semanários Expansão*, *Novo Jornal*, *Jornal Angolense*, *Jornal Económico*, *Jornal Expresso*, *Jornal O Crime*, *Folha 8* e o único semanário editado fora de Luanda, o *Correio do Sul* também divulgou o discurso. As páginas alojadas na internet também fizeram reprodução e difusão do conteúdo do discurso, destacando os portais: *Angola 24 Horas*, *Maka Angola*, *Guardião*, *Angonoticias*, *Sapo Angola* e o *Portal de Angola*. A única agência de notícias do país, *Angop*, também fez a divulgação do discurso.

Na sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, apresentada no dia 16 de outubro de 2017, o Presidente João Lourenço falou durante 58 minutos e 15 segundos. Quanto a divulgação do conteúdo obedeceu o mesmo tratamento que o discurso anterior.

7. Síntese dos principais temas dos discursos

No tocante a divulgação mediática do conteúdo dos discursos de investidura de João Lourenço como Presidente da República e da sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, recolheu-se um conjunto de dados empíricos e procedeu-se à sua identificação, agrupando-as em categorias de acordo com as suas similaridades.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os excertos dos discursos de investidura e da sua primeira mensagem à nação que ilustram as categorias temáticas pré-definidas.

QUADRO 1. Síntese do Discurso de Investidura

CATEGORIAS			
PROGRESSO	VALORES POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS	DESAFIOS SOCIAIS	DESAFIOS ECONÓMICOS
Promoção do Estado Social	Reforço da ligação entre os poderes do Estado	Melhoria da qualidade da informação pública	Impulso a iniciativa privada para a criação de negócios
Produção e distribuição de energia elétrica	Governança inclusiva e participativa	Promoção, divulgação e criação de mais jornais, rádio e televisão	Controlo dos atos ilícitos no setor financeiro e bancário
Produção e distribuição de água canalizada	Consolidação da democracia multipartidária	Aumento da pluralidade e liberdade de expressão	Incentivo ao crédito à economia
Modernização das Forças Armadas	Aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais	Promoção das mulheres	Criação de uma indústria militar e de defesa
	Implementação de autarquias locais	Investimentos em infraestrutura e transportes públicos	
	Combate a Corrupção e a Impunidade		
	Promoção da Justiça		
	Promoção do mérito, do profissionalismo, da transparência e do rigor		
	Reforma dos serviços públicos		

Fonte: Produção própria.

No quadro acima exposto resumem-se as principais preocupações identificadas pelo Presidente João Lourenço, que demonstram a inexistência de relações e ligação entre os diferentes setores do Estado, uma governação sem a participação dos governados, uma democracia débil, um relacionamento preferencial com os demais Estados do mundo, ausência do poder local, limitações no direito de expressão e comunicação, debilidades nos transportes públicos, na economia nas contas públicas e até nos setores de defesa e segurança.

No discurso o Presidente João Lourenço identifica os principais problemas com que o país se debate. Na sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação resumida no quadro abaixo demonstra como pretende resolver os problemas identificados.

QUADRO 2. Síntese da Mensagem Sobre o Estado da Nação

CATEGORIAS		
VALORES POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS	DESAFIOS SOCIAIS	DESAFIOS ECONÓMICOS
Conquista de um país independente, livre, unido, em paz e reconciliado	Promoção da Transparência na contratação de serviços públicos	Erradicação dos tempos difíceis que o país vive economicamente
Reforço do sistema democrático	Garantir a Liberdade de Religião, Crença e Culto e Expansão dos serviços museológicos	Adoção de incentivos fiscais para as empresas
Implementação de Autarquias	Melhorar o sistema de educação	Estabilização macroeconómica do país
Aposta num sistema judicial célere para a resolução de conflitos nas áreas administrativas, económica e Financeira	Melhorar a qualidade dos Serviços Públicos de Saúde	Promoção da agricultura, da indústria transformadora e alimentar
Melhoria dos setores de Defesa e Segurança	Apoiar as áreas responsáveis pelo combate à corrupção e aos crimes económicos e financeiros	Dinamização das indústrias siderúrgicas, de construção, telecomunicações e tecnologias de informação

Fonte: Produção própria.

No quadro número dois, João Lourenço demonstra com que ações, vai debelar os problemas identificados no quadro número um. Identifica como as ações principais a implementação de autarquias locais, o reforço e melhoria do sistema de justiça para que seja mais célere e justo, a promoção da boa governação e da transparência nos atos públicos, a garantia das liberdades fundamentais, a melhoria da educação e da saúde, a diversificação da economia e o desenvolvimento da agricultura.

Feita a análise as mensagens dos discursos políticos de João Lourenço segue-se a apresentação das principais peças noticiosas que representam mediaticamente estes discursos.

8. Análise das peças noticiosas

A partir do discurso de investidura e da primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, levantaram-se representações divididas em quatro categorias, designadamente: Progresso, Valores Político-Ideológicos, Desafios Sociais e Desafios Económicos, permitindo a recolha nos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País*, de cinquenta e três peças noticiosas agrupadas nos seguintes quadros:

QUADRO 3. Progresso, Desafios Económicos e Sociais

CATEGORIAS			
PROGRESSO, DESAFIOS ECONÓMICOS E SOCIAIS			
Reforma do Estado um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão	Comunicação social pública orientada a servir os interesses da sociedade	Coligação fala em boas expetativas	Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local
Começou a guerra à impunidade	Debate sobre autarquias está entre as prioridades	Executivo faz compromisso de boa gestão	PGR abre investigação” e “SIC cria força tarefa contra a corrupção
Presidente quer acabar a importação de produtos refinados	Empresário sente-se motivado com o discurso	Vice-primeiro-ministro russo enaltece relações comerciais com Angola	Diagnóstico ao setor da Saúde
Discurso abrangente confirma promessas	Discurso transversal	Isabel dos Santos fala em momento especial	Mudanças são importantíssimas

Fonte: Produção própria.

As peças no quadro anterior, descrevem através dos seus títulos, a cobertura das principais ações políticas relacionadas com os desafios que o Presidente tem com o desenvolvimento, a economia e os problemas sociais identificados nos discursos com os títulos como Reforma do Estado, combate a impunidade e a corrupção, fim da importação de produtos refinados, comunicação social orientada a servir o público, boas expetativas, fórum dos municípios aposta na descentralização do país, diagnóstico ao setor da saúde ou Procurador-Geral da República e Serviço de Investigação Criminal criam força tarefa para o combate a corrupção.

QUADRO 4. Valores Políticos-Ideológicos

CATEGORIAS			
VALORES POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS			
Angola e Madagáscar apostam no relançamento da cooperação bilateral	Angola e Zâmbia concertam posições sobre Zimbabwe	Angolanos em Portugal estão regozijados com João Lourenço	Chefe de Estado exonera Diakité
Chefe de Estado extingue GRECIMA	Chefe de Estado nomeia membros do Gabinete	Congo vai liderar os Grandes Lagos	Empossados assessores do Vice-Presidente
EUA destacam reformas em curso em Angola	Felicitações aos Estadistas	Felicitações de Raúl Castro ao homólogo	Governo é hoje empossado
Governo para vencer	Grupo socialista saúda o Presidente	João Lourenço concede audiências a estadistas	João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos
Membro da sociedade civil enaltece PR no combate à corrupção	MPLA aprova a lista	MPLA defende uma informação isenta e rigorosa	Oposição faltou à investidura
Países amigos estão abertos ao reforço da cooperação	Polícia e secreta militar com novos responsáveis	Polícia expulsa centenas de estrangeiros	PR exonera chefe dos serviços de inteligência militar
Presidente da República	Presidente da República a caminho da África do Sul para reforço da cooperação	Presidente da República exonera comandante Geral da Polícia Nacional	“Presidente da República fala do estado da Nação”,
Presidente está solidário com Portugal”	Presidente da República fala do estado da Nação	Presidente está solidário com Portugal	Presidente exige trabalho
Presidente recebe Samakuva	Promessas são excessivas”	Rebelião na RDC engrossa o terror”,	Região reforça apoio à RDC
Região reforça combate aos rebeldes da RDC			

Fonte: Produção própria.

Relativamente aos Valores Político-Ideológicos, as notícias resumidas no quadro número quatro, demonstram essencialmente as suas primeiras deslocações ao exterior, passando pelos países que considera estratégicos, as exonerações e nomeações a constituição do novo governo e o reforço das relações com os países amigos de Angola.

Em anexo apresentamos um quadro com as frequências de notícias produzidas a partir de trechos dos discursos do Presidente João Lourenço, produzidas nos

seguintes géneros notícia, reportagem e notas do período em análise, que vai de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017 e de 16 a 21 de outubro de 2017.

Com enfoque centrado na categoria Político-Ideológica, o valor governação foi retratado com uma notícia a propor a criação de autarquias. Os valores relacionados com a impunidade aparecem com uma notícia. O item cooperação internacional tem maior predominância com oito peças sobre África, seguido dos valores sobre Governação com sete peças, em que se ressaltam aspetos relacionados ao apelo a boa governação, as exonerações e nomeações de membros do governo, a extinção e privatização de empresas públicas.

Os valores sobre mudança foram retratados com duas peças, com realce à expressão das expectativas dos partidos políticos, elogios, críticas e apelo ao diálogo com os líderes da oposição. Constitui igualmente notícia os valores sobre Inteligência e Forças Armadas com uma peça, relacionada com a exoneração das suas chefias. A impunidade, um dos principais temas de bandeira de João Lourenço é notícia com uma peça. A reação da sociedade civil ao discurso do Presidente da República também faz notícia com uma peça. A oposição está retratada nas notícias com uma peça. Não foi verificada nenhuma representação clara sobre valores económicos e de desenvolvimento no discurso.

Os valores sobre governação aparecem com treze notícias, nas quais continua-se a enfatizar as questões de nomeações e exonerações dos membros do governo com destaque para as exonerações das chefias militares e de segurança. A cooperação internacional continuou a ser destacada com cinco notícias. As preocupações dos partidos da oposição também estão representadas nas notícias com cinco peças. Os valores Sociais registam uma peça que enfatiza o início das operações policiais de luta contra a imigração ilegal e uma notícia sobre valores relacionados com as mudanças. Os valores sobre Justiça também estão presentes nas notícias com quatro peças. A necessidade de instauração de autarquias também é notícia com duas peças. Os temas sobre impunidade foram retratados em três notícias. As categorias sobre pluralidade, a Saúde e a luta contra a imigração ilegal, foram retratadas cada uma com uma notícia. Quanto aos desafios económicos, destaca-se a notícia divulgada pelo Jornal o País, relacionada com valores sobre a produção nacional e o fim da importação de bens de primeira necessidade. Os valores sobre corrupção, a principal bandeira da governação de João Lourenço, não aparecem representados no segundo período.

Ao formular-se especificamente como questões de investigação, quais são os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço (QP1), entendia-se que a componente dos discursos se centra nas representações políticas e ideológicas, sociais, económicas e de desenvolvimento.

Daí o facto de a análise dos discursos levar a perceber que o Presidente da República de Angola, João Lourenço, está preocupado com a promoção do Estado Social, com o reforço da ligação entre os poderes, a melhoria da qualidade da informação pública, o impulso a iniciativa privada e a economia, a produção de mais energia elétrica e água, a promoção de uma governação inclusiva e participativa, a liberdade de imprensa, o controlo dos atos ilícitos, a consolidação da democracia, a modernização das Forças Armadas, o aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais e a implementação de autarquias locais.

A análise demonstra ainda, que quer realizar estas tarefas, combatendo a corrupção, a impunidade e o nepotismo. Para tal, João Lourenço serve-se dos *media* noticiosos para decodificar os discursos e representá-los nas diferentes peças noticiosas atingido o máximo possível de cidadãos. Ao agir assim estaria a sensibilizá-los e a dar corpo as suas pretensões, pois, como esclarece Espírito Santo (2008), os discursos presidenciais revelam-se ricos e diversificados ao refletir valores, símbolos e padrões de comunicação implícitos aos objetivos políticos.

Relativamente às notícias, durante o período em análise recolheram-se por *clipping* dos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País*, cinquenta e três peças noticiosas produzidas e publicadas com base nos discursos do presidente João Lourenço, em que a categoria Progresso aparece publicada com nove peças, Desafios Económicos com três, Desafios Sociais aparecem com cinco e Valores Políticos-Ideológicos com trinta e seis peças noticiosas.

Foram publicadas poucas peças, devido a situação a que se referiam Santos (2017) e Faria (2013), quando afirmavam que o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de imprensa neutra e apartidária. A política do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência, por isso, não facilitaram o trabalho dos jornalistas, o que levou a um certo receio em relação a publicação de temas que se apresentavam como novos e que contrariavam as habituais práticas do partido no governante.

O modo como foram representados mediaticamente os dois discursos (QP₂), nos remete a um certo condicionalismo, tal como observa Martins (2016), quando faz menção ao ambiente restrito de funcionamento dos *media* em Angola durante a vigência do anterior Presidente da República, devido a existência de intimidação e prisão de jornalistas, decorrentes da cobertura de assuntos sensíveis.

Assim, o cenário não era favorável a representação expressiva da mensagem dos discursos de João Lourenço, devido ao receio derivado do cenário anterior.

Nos casos em que os dois Jornais dão tratamento aos temas dos discursos fazem-no com autocensura. Quase que não existe menção aos temas de eleição do Presidente para a governação (o combate a corrupção, ao nepotismo e a impunidade).

Por serem representações de discursos que expõem as primeiras ideias do Presidente eleito optou-se pelo uso apenas de notícias, reportagens e notas para fugir a influência da análise jornalística sobre assuntos que nos pareciam ser até então de organização estrutural do país.

Estudou-se os dois jornais como elementos que têm peso na construção de opiniões tal como defende a teoria das representações sociais e mediáticas por basearem as suas publicações em aspetos interpessoais, institucionais e de comunicação, que incidem o seu foco na determinação das representações, bem como, no pensamento sobre a construção social de Angola (Jodelet, 2001).

Feita a apresentação dos resultados da análise dos discursos políticos de João Lourenço e da sua representação mediática nos *Jornais de Angola* e o *País* segue-se a discussão dos resultados.

9. Discussão dos Resultados

Neste ponto, discutem-se os resultados sobre o conteúdo dos dois primeiros discursos de João Lourenço, sua representação mediática e as principais temáticas abordadas pelas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*. Considerando que o exercício de governação deriva de um dado contexto político que o Estado pretende corrigir ou manter, nota-se dos resultados da análise, que Angola é um país onde a organização político-administrativa foi bastante influenciada pelos momentos que eram considerados de obstáculos ao desenvolvimento, derivados do processo de descolonização, da guerra civil, de crises económicas e sociais. Estes contextos, para Gaio (2017) descrevem como atípica a forma como o Governo do Presidente José Eduardo dos Santos preservou a governação durante os seus 38 anos de poder. Foi por isso que o Presidente João Lourenço identificou os problemas resumidos nos Valores Políticos-Ideológicos, Económicos, Sociais e de Desenvolvimento como fatores que ele pretende transformar em ações para o alcance da mudança.

A atuação anteriormente descrita inviabilizou a aplicação de um conjunto de direitos e deveres que corporizavam o bem-estar comum e construiu um modelo de gestão cujo propósito não era o da prossecução do bem comum. Para Santos (2017), isso sucedia porque o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de doutrina partidária. Faria (2013), vai mais longe e justifica que sucedia porque a política do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência. Relativamente a corrupção, por exemplo, o anterior regime conduziu o processo de privatização das empresas estatais sem concursos públicos e sob negociação direta com os compradores selecionados. Uma prática que Ferreira (1999), considera que desempenhou um papel negativo na gênese da

construção da economia de mercado, ao beneficiar com essas privatizações, os agentes e aliados que apresentavam algum valor estratégico para o regime.

Como observa Oliveira (2018), João Lourenço aspira por uma governação mais eficiente, capaz de reconfigurar a economia, a política e o estado social e corrigir os vícios do passado. Através dos *media*, João Lourenço leva ao conhecimento do grande público as suas pretensões. Para a Teoria da Ação Política, os políticos ao servirem-se de forma instrumentalista dos *media*, pode-se fazer valer os seus interesses políticos. Do mesmo modo que justifica Traquina (2007), ao considerar que as notícias sobre as promessas discursivas ao serem sistematicamente publicadas, o Presidente serve-se dos *media* para divulgar os seus interesses políticos para a projeção da sua visão à sociedade.

A análise aos discursos parece mostrar que na prática o país vive problemas relacionados com a sua organização estrutural, o que remete a necessidade de criação de condições para a reforma do Estado. A efetivação do direito a expressão e a informação, o impulso ao desenvolvimento económico e a melhoria das condições sociais, podem permitir a João Lourenço que incentive a instituição destes preceitos para substituir as práticas lesivas.

Cardina (2016) e Mutsvairo & Karam (2004), corroboram com estes preceitos. No entanto, reconhecem não ser fácil concretizar tais intenções, já que a resolução dos problemas identificados passam mais pela reiteração de momentos exemplares e simbólicos ou de narrativas fundacionais e a conjuntura angolana não tem facilitado a implementação destas ações.

Das discussões dos resultados discorrem as seguintes considerações finais.

10. Considerações Finais

A análise aos discursos políticos de João Lourenço demonstram como ideologicamente o Presidente da República aborda os principais temas que afligem a Nação, traduzidos numa mensagem virada para o resgate da imagem política desgastada do MPLA (partido no poder), que esteve essencialmente associada a má-gestão do anterior governo liderado pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos e reflete que o estado em que o país se encontra emergiu de uma série de atitudes de cidadãos do seu próprio partido, pouco ou nada comprometidos com as aspirações populares.

A mensagem estabelece uma prioridade política, que é para além da alteração do modo social de estar, reformar politicamente, economicamente e socialmente o país, mediante o combate aos principais vícios que afligem a nação, tais como: a corrupção, a impunidade e o nepotismo e, assim recuperar os recursos indevidamente retirados do erário público.

Ao reforçar com quadros, meios técnicos e materiais as instituições que intervêm diretamente no combate a corrupção, tais como: a Procuradoria-geral da

República e a Inspeção Geral do Estado, o Presidente pretende que as mesmas sejam mais atuantes.

O combate a impunidades vem sendo feito com a constituição de processos judiciais contra personalidades próximas ao antigo Presidente da República, consideradas até então impunes.

Da representação mediática do conteúdo dos discursos efetuada pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal o País* sobressai um reflexo transversal dos principais problemas levantados pelo Chefe de Estado, consubstanciados na correção política das ações do governo, resolução dos problemas sociais e económicos visando criar condições para o desenvolvimento sustentado do país. Existe uma diversidade na abordagem dos temas. Todavia, os dois jornais recorreram essencialmente a géneros informativos para cobertura das preocupações discursivas.

Os textos que representam mediaticamente as mensagens do Presidente João Lourenço sensibilizam e mobilizam os cidadãos à mudança de atitude, percebe-se isso, a partir dos valores simbólicos usados para promover a intenção político-social do Presidente, que demonstra a maneira como se propõe governar o país e como avalia a realidade e os problemas que afligem os cidadãos.

A primeira dificuldade encontrada no decurso da investigação foi a recolha das notícias para análise do conteúdo da *media*, devido a inconsistência nos arquivos digitais dos jornais analisados. A segunda dificuldade teve a ver com o acesso a estudos sobre comunicação política relacionados com a realidade angolana. Esta dificuldade não frustra, porém, as intenções do investigador em prosseguir o trabalho de análise desta natureza, esta relacionada com o fato de querer ver a projeção da prática da comunicação política em Angola.

Atendendo o papel revelador e representativo da *media*, investigações futuras poderão incidir mais sobre a análise da representação mediática dos discursos políticos do Presidente da República de Angola, para reunir um maior conhecimento sobre as ações políticas projetadas e constituir um contributo para os estudos sobre comunicação política em Angola.

Referências

- Ahmed S., & Matthes, J. (2016). Media representation of Muslims and Islam from 2000 to 2015: A meta-analysis. *The International Communication Gazette*, 79(3), 219–244.
- Cardina, M. (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações*, 17, 31–42.
- Cunha, I. F., & Araújo, B. (2018). As notícias sobre corrupção e as redes de sociabilidade: um estudo exploratório em Portugal, Brasil e Angola. *Observatório (OBS*) Journal*, 12(2), 90–107.

- Espírito Santo, P. (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: Análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. *Comunicação & Cultura*, 2, 83–102.
- Espírito Santo, P. (2011). A mensagem nas eleições presidenciais portuguesas: os cartazes e slogans entre 1976 e 2006. *Observatório (OBS*) Journal*, 5(2), 161–195.
- Faria, P. C. (2013). The dawning of Angola's citizenship revolution: a quest for inclusionary politics. *Journal of Southern African Studies*, 39(2), 293–311.
- Ferreira, M. E. (1999). A indústria em tempo de guerra: Angola, 1975-91. Estados Unidos da América: Cosmos (PT).
- Ferreira, M. E., & Oliveira, R. S. (2018). The political economy of banking in Angola. *African Affairs*, 1–26.
- Fonseca, P., & Ferreira, M. (2015). Through 'seas never before sailed': Portuguese government discursive legitimization strategies in a context of financial crisis. *Discourse & Society*, 26 (6), 682–711. doi: 10.1177/0957926515592780
- Fonseca, P., & Ferreira, M. (2016). Paulo Portas e a legitimação discursiva das políticas de austeridade em Portugal. *Análise Social*, 221(4), 886–921. ISSN 0003-2573
- Freedom House. (2017). *Freedom of the Press/2017 (Angola)*. Retrieved April 18, 2019 from <<https://freedomhouse.org>>.
- Gaio, G. F. (2017). Preservando o status quo na economia política angolana: Adaptações governativas, angolanização e o mercado. *Mural Internacional*, 1, 14–28.
- Governo de Angola. (2017, Oktober 16). *Estado da nação 2017: mensagem do Presidente João Lourenço*. Retrieved February 20, 2019 from <www.governo.gov.ao>.
- Governo de Angola. (2017, September 26). *Cerimónia de investidura como Presidente da República de Angola*. Retrieved February 20, 2019 from <www.governo.gov.ao>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2009, July 1). *Inquérito integrado sobre o bem-estar da população Vol. V 2008-2009*. Retrieved March 13, 2019 <from <https://www.ine.gov.ao>>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014, May 31). *População projetada por grupos etários, segundo a área de residência e sexo Angola 2019, a partir do senso geral da população 2014*. Retrieved March 13, 2019 <from <https://www.ine.gov.ao/>>.
- Instituto Nacional de Estatística. *Folha de Informação Rápida do Índice de Preços de Bens de Exportação e Importação Junho 2018*. Retrieved March 13, 2019 from <<https://www.ine.gov.ao>>.
- Jauhari, A. (2018). African economic renaissance: A case study of Rwanda and Angola. *Insight on Africa*, 10(2), 1–23.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (pp. 17–44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Joffe, G. (2014). Government–media relations in Tunisia: a paradigm shift in the culture of governance? *The Journal of North African Studies*, 19(5), 615–638.
- Koussouhon, L.A., & Dossoumou, A. M. (2015). Political and ideological commitments: A systemic functional linguistic and critical discourse analysis of President Buhari's inaugural speech. *International Journal of Linguistics and Communication*, 3(2), 24–34.

- Marktest Angola. (2019, April 12). 2.^a edição do *Anuário de Media e Publicidade*. Retrieved May 20, 2019 from <www.marktest.com>.
- Martins, P. (2016). Sistemas mediáticos e enquadramento legal da Comunicação Social nos Estados membros. In S. P. Sebastião (Coord.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a afirmação global das culturas de expressão portuguesa* (pp. 243–277). Lisboa: ISCSP.
- Martins, V. (2016). Politics of power and hierarchies of citizenship in Angola. *Citizenship Studies*, 1-16. doi: 10.1080/13621025.2016.1252718.
- Mazzoleni, G. (2010). *La Comunicación Política*. Madrid: Alianza Editorial.
- Mutsvairo, B., & Karam, B. (2004). Political Communication: an Africanised perspective. *Perspectives on Political Communication in Africa*. Pretoria: Palgrave Macmillan.
- Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511609343
- Okoro, E. (2013). Mass communication and sustainable political development in Africa: a review of the literature. *Studies in Media and Communication*, 1(1), 49-56.
- Pearce, J., Péclard, D., & Oliveira, R. S. (2018). Angola's elections and the politics of presidential succession. *African Affairs*, 1–15.
- Poku, N. (2001). *Regionalization and Security in Southern Africa*. London: Palgrave Macmillan.
- Reporters Sans Frontières. (2020, January 23). *Des médias traditionnels toujours sous contrôle*. Retrieved April 18, 2019 from <<https://rsf.org/fr/angol>>.
- Reyes-Rodríguez, A. (2008). Political discourse and its sociolinguistic variables. *Critical Inquiry in Language Studies*, 5(4), 225–242.
- Santos, L. A. (2017). Portugal and Angola: The politics of a troubled media relationship. *Media, Culture & Society*, 40(3), 470–476.
- Serrano, E. (2010). Spin doctoring e profissionalização da comunicação política. In J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. Espírito Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 91-98). Covilhã: LabCom Books.
- Stevenson, J. (2018). Angola's uncertain transition. *Strategic Comments*, 23, 17-59.
- Transparency International. (2019). *Corruption Perceptions Index 2018*. Retrieved April 12, 2019 from <www.transparency.org>.
- Traquina N. (2007). *Jornalismo*. Lisboa: Editora Quimera.
- Van Dijk, T. A. (2002). Political discourse and political cognition. In P. Chilton, & C. Shafner (Eds.), *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse* (pp. 203-237). Amsterdam: Benjamins.

ANEXO 1

QUADRO 1. Síntese das Representações Políticos-ideológicas

DATA	FONTE	MOTIVOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS								
		AUTARQUIAS	MUDANÇAS	JUSTIÇA	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	REFORMA DO ESTADO	DEMOCRACIA	GOVERNAÇÃO	INTELIGÊNCIA FORÇAS ARMADAS	OPOSIÇÃO
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017										
27/09/17	J. A		2		2	1				1
28/09/17	J. A.	1			1					
29/09/17	J. A.	1			1			3	1	
30/09/17	J. A.							1		
SEMANA DE 16 A 21 DE OUTUBRO DE 2017										
16/10/17	J. A.							1		
17/10/17	J. A.	2						1		3
18/10/17	J. A.				1			1		
19/10/17	J. A.							1		1
20/10/17	J. A.					1			1	
21/10/17	J. A.				2	1				
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017										
27/09/17	O. P.									
28/09/17	O. P.									
29/09/17	O. P.									
30/09/17	O. P.	1								
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017										
27/09/17	O. P.					1	1		1	
28/09/17	O. P.			1	1			1		
29/09/17	O. P.			1	1			2		
30/09/17	O. P.				1			1		
01/10/17	O. P.							3		

QUADRO 2. Síntese das Representações Sociais e económico

DATA	FONTE	MOTIVOS SOCIAIS E ECONÓMICO						
		SOCIEDADE CIVIL	CORRUPÇÃO	PLURALIDADE	SAÚDE	IMPUNIDADE	MIGRAÇÃO	ECONOMIA
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017								
27/09/17	J. A.	1						
28/09/17	J. A.							
29/09/17	J. A.					1		
30/09/17	J. A.							
SEMANA DE 16 A 21 DE OUTUBRO DE 2017								
16/10/17	J. A.							
17/10/17	J. A.							
18/10/17	J. A.			1	1			
19/10/17	J. A.							
20/10/17	J. A.							
21/10/17	J. A.						1	
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017								
27/09/17	O. P.							
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017								
27/09/17	O. P.	1				2		
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							
01/10/17	O. P.							

Fonte: Produção própria, adaptado da Pesquisa de Espírito Santo (2006) sobre a mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006.

Legenda: J. A. – *Jornal de Angola*; O. P. – *O País*.

ANEXO 2

Listas de Notícias (*Clipping*)

- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Angolanos em Portugal estão regozijados com João Lourenço. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Isabel dos Santos fala em momento especial. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço concede audiências a estadistas. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Oposição faltou à investidura. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Países amigos estão abertos ao reforço da cooperação. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Presidente da República. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (28 de setembro de 2017). Chefe de Estado nomeia membros do Gabinete. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (29 de setembro de 2017). Grupo socialista saúda o Presidente Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (30 de setembro de 2017). Governo é hoje empossado. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (1 de outubro de 2017). Presidente exige trabalho. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Presidente da República fala do estado da Nação. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Chefe de Estado extingue GRECIMA. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Coligação fala em boas expectativas. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Debate sobre autarquias está entre as prioridades. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Discurso abrangente confirma promessas. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Discurso transversal. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Mudanças são importantíssimas. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.

- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Promessas são “excessivas”. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Executivo faz compromisso de boa gestão. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Governo para vencer. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). MPLA aprova a lista. Acessado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Congo vai liderar os Grandes Lagos. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). MPLA defende uma informação isenta e rigorosa. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Chefe de Estado exonera Diakité. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Diagnóstico ao sector da Saúde. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Empossados assessores do Vice-Presidente. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Empresário sente-se motivado com o discurso. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Presidente está solidário com Portugal. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Presidente recebe Samakuva. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (20 de outubro de 2017). Presidente está solidário com Portugal. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). PGR abre investigação. Acessado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). Polícia expulsa centenas de estrangeiros. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). Rebelião na RDC engrossa o terror. Consultado a 13 de março de 2019 em <<http://jornaldeangola.sapo.ao>>.
- Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Angola e Madagáscar apostam no relançamento da cooperação bilateral. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Comunicação social pública orientada a servir os interesses da sociedade. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (17 de outubro de 2017). Presidente quer acabar a importação de produtos refinados. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.

- Jornal O País. (18 de outubro de 2017). Angola e Zâmbia concertam posições sobre Zimbábue. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (18 de outubro de 2017). Começou a “guerra a impunidade”. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (20 de outubro de 2017). PR exonera chefe dos serviços de inteligência militar. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (21 de outubro de 2017). Membro da sociedade civil enaltece PR no combate à corrupção. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (23 de outubro de 2017). Presidente da República a caminho da África do Sul para reforço da cooperação. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (25 de outubro de 2017). Polícia e Secreta Militar com Novos Responsáveis. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (26 de outubro de 2017). “Reforma do Estado – um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão”. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.
- Jornal O País. (27 de outubro de 2017). Reforma do Estado – um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão. Consultado a 13 de março de 2019 em <www.opais.co.ao>.



Differences in Perceptions of Parental Acceptance/Rejection in Students in the 3rd Cycle of Schooling

Diferenças nas Perceções de Aceitação/Rejeição Parental em Estudantes do 3.º Ciclo de Escolaridade

(PT: 103-121)

Ana Rita Reboredo*

Research Center (CIE), ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.87-102

ABSTRACT

Perceptions of acceptance/rejection, in this case parental, are revealing for the psychological adjustment of students and for their success in various areas of life, in this case at school (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016). Based on some concepts from the Interpersonal Acceptance-Rejection Theory (Rohner 1975, 1986, 2004, 2016), this study analyzes differences in parental acceptance / rejection, mother and father, according to the students' grade (7th, 8th and 9th). The study sample included 573 students aged 12 to 18, mostly attending state schools in the Lisbon district and a state school in Beira Alta. Of these students, 214 (37.3%) were from the 7th grade, 202 from the 8th (35.3%) and 157 from the 9th grade (27.4%). For this, we used the One Way MANOVA and the Scheffé post-hoc test was applied to identify which grades differed in terms of parental acceptance / rejection (father and mother). Our results show significant differences between grades, in the dimensions and total scale related to the perception of maternal and paternal acceptance / rejection. In general terms, 9th grade students showed themselves as those who revealed to perceive more parental rejection, in global terms, in relation to father and mother. We believe that these students having been through adolescence, as well as being much nearer to attending secondary school,

Article received on 20/04/2020 and approved for publication by the Editorial Council on 13/05/2020.

* Doctorate in Educational Psychology at ISPA. Integrated Masters Degree in Psychology of Education, Development and Counselling at the Faculty of Psychology and Education Science at the University of Coimbra. Postgraduate in Mediation in Conflicts within the School Context. Advanced Studies Course in Educational Psychology. School Psychology at the Ministry of Education.
E-mail: anaritareboredo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9621-6508>

may explain these results. On the other hand, the 7th grade students, closest to childhood years, were those who revealed themselves to feel less problems regarding affection on the part of their mothers and fathers.

Keywords: Perceptions of parental acceptance/rejection, Third cycle of schooling, Grade

RESUMO

As percepções de aceitação/rejeição, nomeadamente parental, são revelantes para o ajustamento psicológico dos alunos e para o seu sucesso em várias áreas da vida, nomeadamente na escola (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016). Com base em alguns conceitos da Teoria da Aceitação-Rejeição Interpessoal (Rohner 1975, 1986, 2004, 2016), este estudo analisa diferenças quanto às percepções de aceitação/rejeição parental, mãe e pai, de acordo com o ano de escolaridade frequentado pelos alunos (7.º, 8.º e 9.º ano – 3.º ciclo do ensino básico). A amostra do estudo incluiu 573 estudantes, maioritariamente a frequentar escolas públicas do distrito de Lisboa e uma escola pública situada na Beira alta, com idades entre os 12 e os 18 anos. Destes alunos, 214 alunos (37.3%) encontravam-se a frequentar o 7.º ano, 202 a frequentar o 8.º (35.3%) e 157 a frequentar o 9.º ano (27.4%). Para tal, recorreu-se à *Anova One Way* Multivariada (MANOVA) e foi aplicado o teste *post-hoc* de *Scheffé* com o objetivo de identificar quais os anos escolares que apresentavam diferenças relativamente às percepções de aceitação/rejeição parental (pai e mãe). Os resultados revelam diferenças significativas entre os anos escolares, nas dimensões e total da escala relativas à percepção de aceitação/rejeição materna e paterna. Em termos gerais, os alunos do 9.º ano constituíram-se como aqueles que revelaram perceber mais rejeição parental, em termos globais, relativamente ao pai e à mãe. Acreditamos que a vivência plena da etapa da adolescência por parte destes alunos, bem como uma maior proximidade à frequência do ensino secundário, que se prevê desafiante, poderão explicar estes resultados. Por outro lado, os alunos do 7.º ano, mais próximos à partida do período temporal da infância, foram aqueles que revelaram sentir menos problemas de afeto por parte das suas mães e pais.

Palavras-chave: Percepções de aceitação/rejeição parental, Terceiro ciclo de escolaridade, Ano de escolaridade

1. Introduction

During the developmental stage in adolescence, a phase characterized by multiple transformations causes deep changes to take place in the social and family environment of adolescents (Braconnier, Marcelli & Fernandes, 2000; Steinber, 2001; Weymouth & Buehler, 2016). The literature suggests that between the ages of 12 and 17, the distance between parents and children makes itself felt more strongly. Meanwhile, despite this, the majority of adolescents report they have a good relationship with their parents, and, more importantly, conflict between parents and their offspring is not the norm (Steinberg, 2001).

The quality of relations between parents and children is related to social skills and the self-concept held by children and young people (Forehand & Nousiainen,

1993, Musitu & García, 2004), to mental health (Amato, 1994; Rohner & Brothers, 1999) and to behavior that is deviant (Campo & Rohner, 1992).

Within the Theory of Interpersonal Acceptance-Rejection *IPARTheory*, it is generally supported that children understand their parents/carers to be accepting (Parmar & Rohner, 2010).

The affection perceived by children in relation to their parents comes to be conceptualized as a *continuum*, which varies from the perception of the absence of affection (rejection) to the perception of it being wholly present (acceptance) (Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 1986, 2004, 2016).

Parental acceptance when accompanied by the love, affection and warmth which parents transmit to their children, have physical and verbal displays as their main manifestations. Physical displays can be, for example, cuddles, hugs, looks of approval, kisses, smiles and shows of affection, support, and approval. Verbally, praise refers to saying nice things about the child, directly or to others. It is based on actions such as storytelling or singing a song, gestures which reflect parental acceptance. Any child, independently of the fact of belonging to a family which in the main promotes acceptance, is exposed to behavioral changes, at times when even the most patient of parents occasionally gets impatient or angry, even showing typical signs of parental rejection (Rohner, 1986, 2016).

The conceptual definition of parental rejection refers to an absence or a noticeable lessening of affection, tenderness, or love by parents towards their children. Parental rejection comes in three main forms (Rohner, 1975, 2016): Hostility/Aggression; Indifference/ negligence and indifferent rejection. Hostility and indifference are considered internal psychological sentiments, with hostility including anger, resentment, unfriendliness, malice or bad will towards the child/young person, and indifference being translated as a lack of concern or care (Rohner, 1975, 2004, 2016). Aggression and negligence, on the other hand, are considered behavioral displays of the internal states mentioned. Aggression is to do with conduct which aims to affect negatively, physically or psychologically, someone, or, symbolically, an object (Rohner, 1975, 2004, 2016). Displays of aggression can be physical or verbal. Physical displays are characterized by, for example, hitting, biting, pushing, shaking, pinching, scratching, binding, scalding or burning. Verbal displays are shown through contempt, maligning, sarcasm, blaming and demeaning actions (Rohner, 1975, 2004, 2016). It includes every and all types of verbal content that is disagreeable, thoughtless and cruel, said directly to the child or about him/her.

Concerning negligence, it makes itself felt when parents do not attend to the child's basic needs, such as, amongst others, being fed and receiving medical care, as well as needs of a different sort: school-related, worries, desires or the inter-

ests of the child. The indicators of excellence of negligence are the physical and psychological unavailability of the parents (Rohner, 1986, 2004, 2016). Physical unavailability is the physical absence of the father and/or of the mother, causing the child to feel loneliness, coming from the fact that no-one physically looks after him/her. Psychological unavailability, a more complex process to be understood when the parents, although being present, do not psychologically reach out to the child, (they do not respond to the “dependent being” in the way that the latter needs, in their interaction with him/her), (Rohner, 1986, 2004, 2016).

For its part, indiscriminate rejection refers to the sentiment of rejection, when the children do not feel loved or wanted without, meanwhile, showing some of the typical indicators of rejection mentioned before. Specialized rejection is liable to be observed behaviorally, whilst aggression, neglect, or both, along with indiscriminate rejection, are not. Indiscriminate rejection refers, exclusively, to the subjective experiences of non-love, without the existence of observable indicators (Rohner, 1986, 2004, 2016).

From the various research carried out in light of the Theory of Interpersonal Acceptance/Rejection (e.g. Ali, 2011; Khaleque, 2012; Khaleque & Ali, 2017; Khaleque, & Rohner, 2012; Rohner & Britner, 2002, 2004), it is possible to conclude, on a global scale and independently of culture, that parental acceptance/rejection is of import for the psychological adjustment of children and young people. It is determined that psychological adjustment is the principle associated with parental acceptance/rejection, being the variable which stands out globally, with the presence of rejection perceived as having an impact on the development of disturbances of a psychological nature.

Regarding the period of adolescence, specifically, this is characterized by a greater need for autonomy by the adolescent from his parents, which can give rise to some tensions within the family unit. Adolescents need, in this phase of human development, more autonomy and they tend to have disagreements with their parents. These factors translate into greater challenges to the communication between parents and children (Nomaguchi, 2012; Shanahan, McHale, Crouter, & Osgood, 2007). The parents are weighed down with the onerous task of learning to balance between giving freedom to the adolescent to do what he/she wants, and establishing rules and limits (Deslandes, Potvin & Leclerc, 2000; Sentse, Veenstra, Verhulst, & Ormel, 2009). Taking into account the personal issues in this period of human development, some studies indicate the fact that children seem to feel a lessening of warmth, involvement and support from parents as they grow up (Ali, 2011; Rodríguez, Barrio, & Carrasco, 2009; Rosa, Parada & Rosa, 2014). Some studies reveal that displays of affection between parents and children, just as with the perceptions they hold about the relationship they have, tend to change signif-

icantly as they grow older, just as does the reduction of the time that parents and children spend together (Oliva, 2006).

Research undertaken within the *IPARTheory* allows the identification of the effects of perceptions of parental acceptance/rejection as actual and similar, independently of age, from infancy to adulthood (Akün, 2017; Khaleque & Rohner, 2002a, 2012).

In a study which researched the perceptions of acceptance/rejection in North-American and Indian Culture, the perceptions of acceptance/rejection showed they did not vary with age, at least for those between the ages of 6 and 12 (Rohner & Chaki-Sircar, 1987). Already, in research undertaken in Mexico, differences were found, the reasons for which have still not been clarified, with the youngest children revealing a higher level of the perception of rejection compared to the older ones (Rohner, 1975, 2004).

In a specimen of mothers from Bengal aged between 20 and 70, they reported having felt more rejected during infancy, compared to later periods (Rohner & Chaki-Sircar, 1987).

We know, furthermore, that it is between the ages of 6 and 12 that rejection has the most impact. In adolescence, whilst underlining the relevance that, in particular, relationships established within peer groups take on, self-representation becomes more affirmed, giving rise to a greater ability to deal with parental rejection without the same having an adverse impact (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Recent studies reflect some variations in the perceptions of parental acceptance/rejection relating to age in the period right from the heart of adolescence, a challenging time for parents and children (Ali, 2011; Ramírez-Uclés, González-Calderón, del Barrio-Gándara, & Carrasco, 2018).

2. Hypothesis

In the special context of the *PARTheory*, research essentially allows the identification of perceptions of parental acceptance/rejection and its related principle — psychological adjustment — as similar in subjects of different ages, from infancy to adulthood (Khaleque & Rohner, 2002a, 2012; Rohner, 2004, 2016; Rohner & Britner, 2002).

Recent studies reflect some variations in the perceptions of parental acceptance/rejection and their effects, in accordance with age during, for example, adolescence (Ali, 2011; Ramírez-Uclés et al., 2018).

We understand that if perceptions of parental acceptance/rejection differ according to the grades that schoolchildren are in, it is important for measures by school psychologists. The latter could, in this way, pay more attention to the work

done with pupils in different grades in the third cycle, better orientating measures for the perception of pupils of parental acceptance/rejection.

We know, on the other hand, that perceptions of parental acceptance/rejection are important for aspects such as the psychological adjustment of pupils and their success at school (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016)

Once it is of interest, specifically, to verify if significant differences exist between the perceptions of parental acceptance/rejection in schoolchildren in the grades that make up the 3rd cycle of education (+12 years), it could be considered as a possibility for pupils to go into more advanced grades when they are right in the middle of adolescence — with a more marked influence of peer groups on these ages — (Braconnier, Marcelli & Fernandes, 2000), presenting differing parental perceptions, maybe reporting a greater perception of rejection.

Meanwhile, we believe that, in global terms, these differences relating to the perceptions of parental acceptance/rejection in differing school grades do not make themselves felt, starting from the premiss that perceptions of parental acceptance/rejection and their main association, psychological adjustment, will be similar in subjects of different ages, from infancy to adulthood (Khaleque & Rohner, 2002a, 2012; Rohner, 2004, 2016; Rohner & Britner, 2002). Despite this, the existence of significant differences within the school grades (7th, 8th and 9th) with relation to the more specific dimensions of parental acceptance/rejection, are not to be overlooked.

In this way, we can formulate hypothesis 1:

Hypothesis 1

The schoolchildren in different grades (7th, 8th and 9th) present a similar global value for the perceptions of parental acceptance/rejection (father and mother).

3. Method

TABLE 1. Characterization of the sample

		FREQUENCY	%
SCHOOL GRADE	7 th year	214	37.3
	8 th year	202	35.3
	9 th year	157	27.4
	TOTAL	573	100.0
GENDER	Female	257	44.9
	Male	316	55.1
	TOTAL	573	100.0
AGE	12–13 years	246	42.9
	14–15 years	242	42.2
	16–17 years	79	13.8
	≥ 18 years	6	1.0
	TOTAL	573	100.0
		<i>M</i> = 13.95	<i>D.P.</i> = 1.46
		Min = 12.0	Max = 21.0

This study involved 573 schoolchildren, 257 girls (45%) and 316 boys (55%), with 214 pupils (37.3%) in the 7th grade, 202 in the 8th grade (35.3%) and 157 in the 9th grade (27.4%). These students came, mainly, from state schools in the Lisbon area and from a state school in Beira Alta. The specimen was chosen for reasons of convenience.

4. Tools

Questionnaire of Parental Acceptance/Rejection (Child PARQ Mother and Father, abbreviated)

This assesses the perceptions of the child/adolescent of the level of maternal and paternal rejection. There are two versions of this tool, one which assesses the perceptions of children of the acceptance/rejection of their parents, and the other which assesses the perception of acceptance/rejection on the part of mothers. Each version has 24 elements set out in four scales. The same correspond to the

values of parents' behavior, from the ones which children tend to itemize their perceptions of acceptance/rejection by parents: a) Warmth, b) Hostility/Aggression, c) Indifference/Negligence and d) Indiscriminate Rejection. These are the scales of feedback and the marking is done according to the 4-point *Likert* scale: a) frequently true, b) sometimes true, c) rarely true, and d) never true. Together, these four scales make up the total score of the PARQ. The total score of the scale reflects the level of rejection by parents, so that the questionnaire is set for measuring rejection. The higher the score, the more the rejected children tend to understand (Rohner, 2004).

In our study, the PARQ for the mother revealed a high level of inner confidence (alpha total = 0.88). The alpha of each of the dimensions was greater than 0.70 and varied from 0.72 through 0.85. The PARQ for the father revealed a very high level of inner confidence (alpha total = 0.93). The alpha of the dimensions was greater than 0.75 and varied from 0.78 through 0.92.

5. Procedures

The first step was to obtain the authorization for collecting the data, namely from the directors of the schools involved and from the legal representatives of the pupils.

The survey was done in a classroom and in a group environment, in classes from the 3rd cycle of schooling, chosen at random.

The instructions were read out loud before starting, an opportunity being given for questions to be asked or doubts to be clarified.

The data relating to parental acceptance/rejection, father and mother, was collated at two differing sessions, in order to avoid the participants getting tired, given that it dealt with versions of the same tool, and also to avoid possible contamination.

The data relating to academic output was collated through the reports of the 2nd period. Regarding the analysis of the results, this was carried out using the statistical program *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, version 21.

6. Results

Our objective focused on the comparison of the perceptions of parental acceptance/rejection in the three school grades that make up the 3rd cycle of education (7th, 8th and 9th). To do this, we used the multivariate Anova One way (MANOVA). Once the values of each tool (the version which analyzes the perception of acceptance/rejection by the father and by the mother and psychological maladjustment) are linked together, it was pertinent to use a multivariate analysis. The quantita-

tive nature of the scale, the large size of the groups and the existence of uniformity of the variances between them allowed for the use of this parametric test.

The average score was always used in the values (the sum of the items divided by the number of items which made it up).

The values of the scale are all in the negative, namely the value of affection, where a higher score indicates more problems at this level. The sum of the values of the scale was also carried out, in order to obtain a total of the perception of acceptance/rejection with relation to the father and to the mother (Table 2).

The results reveal significant differences between the school grades, in the values and total of the scales in relation to the perception of maternal acceptance/rejection. The *post-hoc Scheffe* test was applied in order to identify which were the grades that presented these differences. In general terms, the pupils of the 9th grade felt more rejection on the part of their mothers (total of the scale) than those of the 7th and 8th grades. These results could suggest that the pupils of the 9th grade, being right in the middle of adolescence, felt more parental rejection, caused by their greater autonomy which vindicate other factors such as being closer to their peer groups (Braconnier, Marcelli & Fernandes, 2000; Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007). Approaching secondary education, with the demands of this transition, could be another factor in contributing to the results of the 9th grade in relation to maternal rejection being shown as being higher.

Regarding hostility/aggression, the students of the 9th grade, meanwhile, felt less maternal hostility and aggression than the students of the other grades. This result focusses our attention on the need to understand parental acceptance/rejection as a *continuum*, in which all the values contribute towards acceptance/rejection (Rohner, 2004, 2016).

It is emphasized that the affection value has a medium effect value ($h^2p=0.056$). It was the students of the 7th grade who reported feeling more affection from their mothers, which could be explained by the fact that they are nearer to the period of infancy.

The students of the 8th grade were those who obtained the highest values for indiscriminate maternal rejection, a form of rejection which, exclusively, refers to subjective experiences of non-love, even though there are no observable, categorizable indicators, such as aggression, negligence or both (Rohner, 1986, 2004, 2016).

TABLE 2. ANOVA One Way Multivariate: Comparison between the different school grades relating to the perception of parental acceptance/rejection

	GRADE	AVERAGE	DP	N	MANOVA	P	PARTIAL ETA SQUARED
Affection Mother	7th	1.42	.48	214	16.795	.000***	.056
	8th	1.45	.47	202			
	9th	1.71	.59	157			
Hostility/Aggression Mother	7th	1.51	.53	573	6.822	.001***	.023
	8th	1.46	.47	214			
	9th	1.41	.48	202			
Indifference/Negligence Mother	7th	1.61	.67	157	7.323	.001***	.025
	8th	1.48	.54	573			
	9th	1.91	.46	214			
Indiscriminate Rejection Mother	7th	1.88	.43	202	5.064	.007**	.017
	8th	2.06	.55	157			
	9th	1.94	.48	573			
Total Mother	7th	1.36	.50	214	12.648	.000***	.042
	8th	1.29	.48	202			
	9th	1.48	.69	157			
Affection Father	7th	1.37	.56	573	16.487	.000***	.055
	8th	1.54	.37	214			
	9th	1.51	.37	202			
Hostility/Aggression Father	7th	1.72	.51	157	3.851	.022*	.013
	8th	1.58	.42	573			
	9th	1.60	.64	214			
Indifference/Negligence Father	7th	1.83	.75	202	14.151	.000***	.047
	8th	2.04	.87	157			
	9th	1.80	.77	573			
Indiscriminate Rejection Father	7th	1.40	.47	214	5.752	.003**	.020
	8th	1.51	.62	202			
	9th	1.57	.66	157			
Total Father	7th	1.49	.58	573	13.618	.000***	.046
	8th	1.65	.58	214			
	9th	1.77	.67	202			

*** $p \leq .001$; * $p \leq .05$; $\eta^2 p : \leq .05$ small effect value, $]0.05, 0.25]$ medium effect value; $]0.25, 0.50]$ high effect value; > 0.50 very high effect value.

Relating to the values of each scale referring to the perceptions of paternal acceptance/rejection, there are significant differences here also. In the total of the scale there are differences between each grade, the average increasing with each grade.

The students of the 9th grade felt more paternal rejection than those in the other grades. The explanation we find, within the literature, is similar to that which we found in relation to the mother: these pupils, because they find themselves, from the outset, due to their age, right in the center of adolescence, a phase full of challenges, could experience greater difficulties in their relationships with their parents (Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007), which could be reflected in a greater perception of paternal rejection.

In the values for affection and negligence, the 7th grade pupils felt less problems than the other pupils, which we believe is to do with their being closer to infancy. Despite this, there are also those who feel more problems with paternal hostility/aggression. Although they felt more problems with paternal hostility/aggression than the others, the pupils of the 7th grade were also those who reported a lesser perception of global paternal rejection. This aspect focusses our attention on a *continuum* which characterizes parental acceptance/rejection and which is made up of various values, all of which contribute to the acceptance/rejection (Rohner, 2004, 2016). In the affection value, for the father, the size of the effect is also average ($h^2p = .055$).

It is the pupils of the 8th grade who reported feeling more issues with paternal indifference/negligence. With regard to negligence, let us remember that it concerns providing the basic needs of the child, such as the need for food, medical care, amongst others, just as for needs of other types: school-related, worries, desires and the interests of the child. The indicators of excellence of negligence are the physical and psychological unavailability of the parents (Rohner, 1986, 2004, 2016).

To summarize, the students of the 9th grade were those who reported feeling the greatest parental rejection, relating to father and mother. The students of the 7th grade already reported feeling less paternal rejection and less problems with parental affection, father and mother. The students of the 8th grade reported higher levels of indiscriminate maternal rejection and of paternal indifference/negligence.

In this way, we reject the hypothesis of the research undertaken — “The pupils in different grades (7th, 8th, 9th) report similar values in the perception of parental acceptance/rejection, father and mother”, with the 9th grade pupils reporting higher levels of maternal and paternal rejection than the other pupils.

7. Discussion

The Theory of interpersonal acceptance/rejection advocates that, independently of culture and more or less for everyone, the perceptions of acceptance/rejection relating to father and mother are important for the holistic development of children in such aspects as, for example, their psychological adjustment — shown to be the main player in the perceptions of parental acceptance/rejection —, academic performance and behavioral issues (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016; Tulviste & Rohner, 2010).

The research undertaken held, as its main objective, undertaking comparative analyses of the perception of acceptance/rejection of pupils regarding their parents, based on the different grades they were attending (7th, 8th and 9th). For this, we applied the multivariate Anova One Way and the Sheffé *post-hoc* test.

The perceptions of acceptance/rejection, mother and father, were also analyzed for pupils in different grades (7th, 8th and 9th) of the 3rd cycle of education. With regard to mothers and fathers, the students of the 9th grade were those who overall felt more rejection. They reported more maternal indifference/negligence and more problems relating to maternal affection — coldness, than the pupils of the 7th and 8th grades. Despite this, they were also the ones who reported lower values of maternal hostility/aggression. This factor leads us to understand the perception of paternal acceptance/rejection as a spectrum, in which hostility/aggression, meanwhile and for this only, is one of the values not representing parental rejection (Rohner, 1986, 2004, 2016).

The pupils in the 9th grade also reported higher levels of indiscriminate paternal rejection, a more subtle and indeterminate way of feeling parental rejection (Rohner, 1986, 2004, 2016), as well as less paternal affection compared to the rest.

In adolescence, important transformations take place of, amongst others, a physiological, psychological and social nature. Writers such as Monahan, Cauffman and Steinberg (2009) focus our attention on the widening of relationships which occurs during adolescence, in which the adolescents begin to give more importance to peer groups, which go on to exert a greater influence.

The pupils in the 9th grade, from the start more advanced into adolescence than those of the 7th and 8th grades, find themselves right in the center of this phase. We know that during adolescence, relationships established with peer groups gain relevance. This factor represents, frequently, an increased challenge for parents (Bracconnier, Marcceli & Fernandes, 2000). A closer proximity to attending secondary school can also bring about certain tensions within the family unit, related to the relative transition to this cycle of education which, in some ways, is hoped for and desired.

Furthermore, adolescents can display more difficulties in the relationships they establish with their parents, caused by a greater need for autonomy, which can bring about conflicts within the family home (Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007). The parents have the difficult task of learning how to balance giving freedom to the adolescent to do what he/she wants, and establishing rules and limits (Deslandes, Potvin & Leclerc, 2000; Sentse et al., 2009).

Similarly to the results we obtained, other studies point to the fact that children seem to feel a decrease of warmth, involvement and support from their parents as they grow up (Rodríguez, Barrio & Carrasco, 2009; Rohner, 1986; Rosa-Alcázar, Parada-Navas & Rosa-Alcázar, 2014). Some authors (e.g. Oliva, 2006) affirm that the dynamic in parent/child relationships tends to change substantially during adolescence, with less time being spent together by parents and children, as well as a decrease in shows of tenderness and affection. This distancing which seems to be apparent between parents and children during adolescence, can explain the fact that the 9th grade pupils, from the outset older than the others, are those who feel more rejected by their parents.

The 7th grade pupils, maybe because they are still closer to infancy, are those who, compared to the other grades, report feeling that their parents, father and mother, are more affectionate. It was also the 7th grade pupils who felt their parents were more accepting of them. However, they reported higher levels of hostility and aggression with regard to their fathers. These results suggest that parental acceptance/rejection represents a spectrum, which must be viewed globally and which does not reduce, as an isolated element, its values. Let us remember, further, that even in those relationships principally dictated by acceptance, there are some displays of rejection (Rohner, 1975, 1986, 2016).

What is said regarding measures taken within the area of psychology, seems important for us to understand regarding to the relationship dynamic between parents and children, how it is that the perceptions of parental acceptance/rejection change in different school grades. In this way, the school psychologist would be in a position to identify in which school grades it is imperative to intervene, as regards pupils' perceptions of acceptance/rejection, namely through development of intervention programs and specific measures directed at families. This fact is of particular importance, because we know the relationship established by parents reveals a varied range of aspects such as, for example, academic success and the behavior pupils display (Ali, 2011; Musitu & García, 2004).

In this way, we believe that by being aware of the different values which make up the spectrum of parental acceptance/rejection, the educational psychologist would be better equipped to deal with the synchronicities established between

parents and children, supporting more adequately, in this way, the development of the pupils and their academic success and integration.

In the field of developmental understanding and the stability of perceptions of parental acceptance/rejection, it would become relevant to apply the same tests we used, on the same subjects, some years later, which would give a long-reaching vision which we were not able to obtain, given the cross-sectional character of this research.

We did not explore the understanding of social, contextual or other factors which could influence the perception of parental acceptance/rejection, such as, for example, aspects relating to the composition of the family structure, parents being in/out of work, the level of schooling of parents, the existence of psychological problems of parents, etc. It would be interesting to look into these aspects, which were not covered by this research.

It is further emphasized that it is of great interest to consider the phenomenological perspective of the child on his/her parents' behavior, differentiating between that of the father and that of the mother (Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 1975, 1986, 2004, 2016). Some authors who undertook more recent studies (e.g. Giffin, 2005; Navarro, 2007; Rohner 2016; Vieira & Souza, 2010), refer that for a long time, science in the area of psychology focused, essentially, on the study of the mothers or on the study of both parents together, with research on the father being dedicated more to the impact of his physical absence, which ended up not promoting a deeper exploration of the perspective of the children concerning the father's behavior.

Despite the limitations already indicated, our research intended, amongst other aspects, to be a contribution towards the study of parent/children relationships, allowing, at a practical level, a debate on the need for a more detailed approach to the distinction of mother/father, and which considers the differing values which make up the spectrum of parental acceptance/rejection. We believe it would be of added value should this occur, whether for prevention taken within a psychological scope, or for intervention through sensitive measures taken by the psychologist with the family.

8. Conclusion

In the perspective of excellent performance of pupils within a school context, meaning academic output and conduct at school, the perceptions relating to parental behavior, namely, the perceptions of acceptance/rejection concerning father and mother, present themselves as important (Ali, 2011; Musitu & García, 2004; Rohner, 2016; Tulviste & Rohner, 2010), as do other aspects, such as, for example, the psychological adjustment of pupils which is known to be intimately linked to

parental acceptance/rejection (Khaleque, 2012; Khaleque, & Rohner, 2012; Rohner & Britner, 2002, 2004).

The Theory of interpersonal Acceptance/Rejection of Rohner (1975; 1986; 2004; 2016), which the author developed over the last 50 years, is supported by the research into the consequences and matters relating to the perception of parental acceptance/rejection. In this way, this theoretical framework has been an impulse for various studies undertaken in this field, the world over (e.g. Ali, 2011; Khaleque, 2012; Khaleque & Ali, 2017; Khaleque, & Rohner, 2012; Tulviste & Rohner, 2010), there now being in existence over 3,000 works (Rohner, 2016).

Regarding the school/family relationship as far as academic results show, at times a cause of tension, the study of the perception of acceptance/rejection compared to the relationship which the pupils establish with the father and the mother, separately, reveals itself to be of utmost importance.

Authors who undertook more recent studies (e.g. Giffin, 2005; Navarro, 2007; Rohner 2016; Vieira & Souza, 2010), refer that for a long time now, the study of parental relationships centered on the mother, giving little emphasis to the father. In the current scientific outlook, the aspects of the paternal relationship have been explored more (Rohner, 2016; Vieira & Sousa, 2010), as the existence of studies which focus on the mother, as well as on the father, are of relevance.

The study of the perceptions of parental acceptance/rejection according to the school grade of pupils is important, in order for the school Psychologist to understand if there are significant differences in parental acceptance/rejection, indicators of higher levels of rejection which merit action. In this way, the school Psychologist can better organize the action to be taken with a focus on the perceptions of parental acceptance/rejection, namely by way of defining programs of intervention and action for the school grades indicated.

This study allowed us to determine that the 9th grade pupils, from the outset further into the challenging stage of adolescence, reveal that they feel a greater parental rejection regarding father and mother than the other school grades (7th and 8th). We know that the development stage of adolescence can cause greater tensions between parents and children, which will be reflected in the perceptions of parental acceptance/rejection. It falls to the educational psychologist to be alert to possible changes that can arise in the parents/children relationship during adolescence (Braconnier, Marcceli & Fernandes, 2000; Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007), namely, by the 9th grade pupils, which show them to feel greater parental rejection, allowing for bridges to be built which better serve the family unit during this particularly difficult period of human development.

From the results which we were able to determine, the importance stands out of understanding the parental acceptance/rejection as a *continuum* made up of

various values, all of which contribute to parental acceptance/rejection (Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016). This way, we found results in the 7th grade pupils to show they were the ones who considered the father as the most rejecting, in global terms, but also as the most hostile/aggressive. Already the 9th grade pupils reported a greater maternal rejection, but they are also the ones who reported less maternal hostility/aggression. These results remind us of the importance of assessing the more specific values of parental acceptance/rejection, looking to intervene in values which stand out for being negative, even though the perceptions of parental acceptance/rejection, globally, stand out for being positive.

Despite the relevance of this study, a long-reaching approach was not undertaken with regard to the perceptions of parental acceptance/rejection, in a way that firmer conclusions could be arrived at. It would be relevant if other studies were to be undertaken, aimed at applying the tools for the perceptions of parental acceptance/rejection to the same pupils, during the 7th, 8th and 9th grades, in a similar period, with the objective of expanding the conclusions.



Diferenças nas Perceções de Aceitação / Rejeição Parental em Estudantes do 3.º Ciclo de Escolaridade

Differences in Perceptions of Parental Acceptance / Rejection in Students in the 3rd Cycle of Schooling

(EN: 87-102)

Ana Rita Reboredo *

Centro de Investigação em Educação, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.103-121

ABSTRACT

Perceptions of acceptance/rejection, in this case parental, are revealing for the psychological adjustment of students and for their success in various areas of life, in this case at school (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016). Based on some concepts from the Interpersonal Acceptance-Rejection Theory (Rohner 1975, 1986, 2004, 2016), this study analyzes differences in parental acceptance / rejection, mother and father, according to the students' grade (7th, 8th and 9th). The study sample included 573 students aged 12 to 18, mostly attending state schools in the Lisbon district and a state school in Beira Alta. Of these students, 214 (37.3%) were from the 7th grade, 202 from the 8th (35.3%) and 157 from the 9th grade (27.4%). For this, we used the One Way MANOVA and the Scheffé post-hoc test was applied to identify which grades differed in terms of parental acceptance / rejection (father and mother). Our results show significant differences between grades, in the dimensions and total scale related to the perception of maternal and paternal acceptance / rejection. In general terms, 9th grade students showed themselves as those who revealed to perceive more parental rejection, in global terms, in relation to father and mother. We believe that these students having been through adolescence, as well as being much nearer to attending secondary school,

Artigo recebido a 20/04/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial a 13/05/2020.

* Doutoramento em Psicologia Educacional pelo ISPA. Mestrado Integrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-Graduação em Mediação de Conflitos em Contexto Escolar. Curso de Estudos Avançados em Psicologia Educacional. Psicóloga escolar pelo Ministério da Educação.
E-mail: anaritareboredo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9621-6508>

may explain these results. On the other hand, the 7th grade students, closest to childhood years, were those who revealed themselves to feel less problems regarding affection on the part of their mothers and fathers.

Keywords: Perceptions of parental acceptance/rejection, Third cycle of schooling, Grade

RESUMO

As percepções de aceitação/rejeição, nomeadamente parental, são revelantes para o ajustamento psicológico dos alunos e para o seu sucesso em várias áreas da vida, nomeadamente na escola (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016). Com base em alguns conceitos da Teoria da Aceitação-Rejeição Interpessoal (Rohner 1975, 1986, 2004, 2016), este estudo analisa diferenças quanto às percepções de aceitação/rejeição parental, mãe e pai, de acordo com o ano de escolaridade frequentado pelos alunos (7.º, 8.º e 9.º ano – 3.º ciclo do ensino básico). A amostra do estudo incluiu 573 estudantes, maioritariamente a frequentar escolas públicas do distrito de Lisboa e uma escola pública situada na Beira alta, com idades entre os 12 e os 18 anos. Destes alunos, 214 alunos (37.3%) encontravam-se a frequentar o 7.º ano, 202 a frequentar o 8.º (35.3%) e 157 a frequentar o 9.º ano (27.4%). Para tal, recorreu-se à *Anova One Way* Multivariada (MANOVA) e foi aplicado o teste *post-hoc* de *Scheffé* com o objetivo de identificar quais os anos escolares que apresentavam diferenças relativamente às percepções de aceitação/rejeição parental (pai e mãe). Os resultados revelam diferenças significativas entre os anos escolares, nas dimensões e total da escala relativas à percepção de aceitação/rejeição materna e paterna. Em termos gerais, os alunos do 9.º ano constituíram-se como aqueles que revelaram perceber mais rejeição parental, em termos globais, relativamente ao pai e à mãe. Acreditamos que a vivência plena da etapa da adolescência por parte destes alunos, bem como uma maior proximidade à frequência do ensino secundário, que se prevê desafiante, poderão explicar estes resultados. Por outro lado, os alunos do 7.º ano, mais próximos à partida do período temporal da infância, foram aqueles que revelaram sentir menos problemas de afeto por parte das suas mães e pais.

Palavras-chave: Percepções de aceitação/rejeição parental, Terceiro ciclo de escolaridade, Ano de escolaridade

1. Introdução

Durante a etapa de desenvolvimento da adolescência, fase caracterizada por múltiplas transformações, ocorrem profundas mudanças no ambiente social e familiar do adolescente (Braconnier, Marcelli & Fernandes, 2000; Steinber, 2001; Weymouth & Buehler, 2016). A literatura sugere que nas idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade, a distância entre pais e filhos se faz sentir de forma mais acentuada. No entanto, apesar disso, a grande maioria dos adolescentes revela um bom relacionamento com os pais e, mais importante, o conflito entre pais e filhos não é normativo (Steinberg, 2001).

A qualidade das relações que pais e filhos estabelecem está relacionada à competência social e ao autoconceito das crianças e jovens (Forehand & Nousiainen,

1993, Musitu & García, 2004), à saúde mental (Amato, 1994; Rohner & Brothers, 1999) e a comportamentos de índole desviante (Campo & Rohner, 1992).

No quadro da Teoria da Aceitação/Rejeição Interpessoal *IPARTheory* é suportado que, de forma geral, as crianças percebem os seus pais/cuidadores como aceitantes (Parmar & Rohner, 2010).

O carinho percecionado pelas crianças em relação aos pais surge concetualizado de acordo com um *continuum*, que varia da percepção de ausência de afeto (rejeição) à percepção da sua presença total (aceitação) (Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 1986, 2004, 2016).

A aceitação parental que se relaciona com o amor, afeto e calor que os pais transmitem aos seus filhos tem como principais demonstrações, as manifestações físicas e verbais. A manifestação física pode traduzir-se, por exemplo, em carícias, abraços, olhares de aprovação, beijos, sorrisos e de outras manifestações de carinho, suporte e aprovação. Verbalmente, o elogio refere-se a dizer coisas agradáveis sobre a criança, à própria ou a terceiros. Baseia-se em atos como o de contar uma história ou cantar uma canção, gestos que refletem a aceitação parental. Qualquer criança independentemente do facto de pertencer a uma família que promove maioritariamente a aceitação, experimenta combinações comportamentais uma vez que até os pais mais pacientes, por vezes se tornam impacientes ou se zangam, podendo manifestar comportamentos típicos da rejeição parental (Rohner, 1986, 2016).

A definição concetual de rejeição dos pais refere-se à ausência ou diminuição significativa do afeto, carinho ou amor dos pais em relação aos filhos. A rejeição dos pais assume três formas principais (Rohner, 1975, 2016): Hostilidade / Agressão; Indiferença / negligência e rejeição indiferenciada. A hostilidade e a indiferença são consideradas sentimentos psicológicos internos, com a hostilidade a incluir raiva, ressentimento, inimizade, malícia ou má vontade em relação à criança/jovem e a indiferença traduzindo uma falta de preocupação ou cuidado (Rohner, 1975, 2004, 2016). A agressão e negligência, por outro lado, constituem manifestações comportamentais dos estados internos mencionados. A agressão está relacionada a comportamentos cuja intenção é atingir de forma negativa, física ou psicologicamente, o outro ou, simbolicamente, um objeto (Rohner, 1975, 2004, 2016). A manifestação da agressão pode ser física ou verbal. A manifestação física caracteriza-se, a título de exemplo, por bater, morder, empurrar, abanar, beliscar, arranhar, amarrar, escaldar ou queimar. A verbal identifica-se pelo menosprezo, maledicência, sarcasmo, culpabilização e atos de denegrir (Rohner, 1975, 2004, 2016). Inclui toda e qualquer forma de verbalização de conteúdo desagradável, impensado e cruel, diretamente tido para com a criança, ou sobre ela.

Em relação à negligência, expressa-se quando os pais não atendem às necessidades básicas da criança, como a necessidade de alimentos, assistência médica, entre outras, bem como necessidades de outra ordem: educacional, preocupações, desejos e interesses da criança. Os indicadores de excelência da negligência são a indisponibilidade física e psicológica dos pais (Rohner, 1986, 2004, 2016). A indisponibilidade física remete para a ausência da presença física do pai e/ou da mãe, sendo que o produto é a solidão da criança que se depara com o facto de não ter ninguém para tomar fisicamente conta de si. A indisponibilidade psicológica é um processo mais complexo de ser compreendido uma vez que os pais, embora estando presentes, não acedem psicologicamente à criança, (não respondem ao “ser dependente” da forma que esta necessita, na interação consigo), (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Por sua vez, a rejeição indiferenciada refere-se ao sentimento de rejeição, quando os filhos não se sentem amados e desejados sem que, no entanto, manifestem alguns dos indicadores típicos de rejeição já mencionados. A rejeição diferenciada é passível de ser observada comportamentalmente enquanto agressão, negligência ou ambas, ao passo que a rejeição indiferenciada, não. A rejeição indiferenciada refere-se, exclusivamente, às experiências subjetivas de não amor, sem que existam indicadores observáveis (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Dos vários trabalhos de investigação realizados à luz da Teoria da Aceitação/Rejeição Interpessoal (e.g. Ali, 2011; Khaleque, 2012; Khaleque & Ali, 2017; Khaleque, & Rohner, 2012; Rohner & Britner, 2002, 2004) é possível concluir que, a nível global e independentemente da cultura, a percepção de aceitação/rejeição parental releva para o ajustamento psicológico das crianças e jovens. Constatou-se que o ajustamento psicológico é o principal correlato da percepção de aceitação/rejeição parental, sendo a variável que mais se destaca a nível mundial, com a presença da rejeição percecionada a ter impacto no desenvolvimento de perturbações psicológicas.

No que concerne à etapa da adolescência, em específico, esta caracteriza-se por uma maior necessidade de autonomia do adolescente relativamente aos pais, o que poderá originar alguma tensão no seio familiar. Os adolescentes exigem, nesta fase do desenvolvimento humano, mais autonomia e tendem a discordar mais dos seus pais. Estes fatores traduzem-se em desafios acrescidos para a comunicação entre pais e filhos (Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007). Os pais estão incumbidos da árdua tarefa de aprender a equilibrar entre dar a liberdade ao adolescente para fazer o que quer e estabelecer regras e limites (Deslandes, Potvin & Leclerc, 2000; Sentse et al., 2009). Tendo em conta as questões próprias deste período do desenvolvimento humano, alguns estudos apontam para o facto de as crianças parecerem perceber uma diminuição no calor, envolvimento e apoio dos

pais à medida que crescem (Ali, 2011; Rodríguez, Barrio, & Carrasco, 2009; Rosa, Parada & Rosa, 2014). Alguns estudos revelam que as manifestações de afeto entre pais e filhos bem como a percepção que têm sobre o relacionamento que mantêm tendem a mudar significativamente com o aumento da idade, bem como a redução do tempo que pais e filhos passam juntos (Oliva, 2006).

A investigação conduzida no âmbito da *IPARTheory* permitiu identificar os efeitos das percepções de aceitação/rejeição parental como presentes e semelhantes, independentemente da idade, desde a infância à idade adulta (Akün, 2017; Khaleque & Rohner, 2002a, 2012).

Num estudo que pesquisou as percepções de aceitação/rejeição na cultura norte-americana e indiana, as percepções de aceitação/rejeição demonstraram não variar com a idade, pelo menos no que diz respeito ao intervalo compreendido entre os 6 e os 12 anos (Rohner & Chaki-Sircar, 1987). Já numa pesquisa com amostra mexicana, foram encontradas diferenças, cuja razão de ser ainda não foi clarificada, com as crianças mais novas a revelarem uma percepção de rejeição mais elevada, relativamente às mais velhas (Rohner, 1975, 2004).

Numa amostra de mães provenientes de Bengali, com idades compreendidas entre os 20 e os 70 anos, as mesmas revelaram auto percecionar-se mais rejeitadas no período da sua infância, relativamente a períodos posteriores (Rohner & Chaki-Sircar, 1987).

Sabe-se, também, que é no período compreendido entre os 6 e os 12 anos que a rejeição terá mais impacto. Na etapa da adolescência, com o sublinhar da relevância que, nomeadamente, as relações estabelecidas com o grupo de pares assumem, as autorrepresentações caminham para a sua solidez, verificando-se uma capacidade mais elevada para lidar com a rejeição parental sem que a mesma consiga produzir impactos tão nefastos (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Estudos recentes refletem alguma variação das percepções de aceitação/rejeição parental de acordo com a idade, no período concreto da adolescência, fase desafiante para pais e filhos (Ali, 2011; Ramírez-Uclés et al., 2018).

2. Hipótese

No contexto especial da *PARTheory*, a investigação permitiu essencialmente identificar as percepções de aceitação/rejeição parental e o seu principal correlato - o ajustamento psicológico - como similares em sujeitos de diferentes idades, desde a infância à idade adulta (Khaleque & Rohner, 2002a, 2012; Rohner, 2004, 2016; Rohner & Britner, 2002).

Estudos recentes refletem alguma variação nas percepções de aceitação/rejeição parental e nos seus efeitos, consoante a idade durante, por exemplo, a adolescência (Ali, 2011; Ramírez-Uclés et al., 2018).

Percebermos se as percepções de aceitação/rejeição parental diferem consoante o ano de escolaridade que os alunos frequentam é importante para a intervenção realizada pelo psicólogo escolar. Este poderá estar, deste modo, mais atento ao trabalho realizado com os alunos dos vários anos de escolaridade que compõem o terceiro ciclo, melhor norteando a sua intervenção no que se refere à percepção dos alunos sobre a aceitação/rejeição parental.

Sabemos, por outro lado, que as percepções de aceitação/rejeição parental são importantes para aspetos como o ajustamento psicológico dos alunos e o seu sucesso escolar (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016).

Uma vez que é do interesse, em específico, verificar se existem diferenças significativas entre as percepções de aceitação/rejeição parental dos alunos pertencentes aos vários anos de escolaridade que compõem o 3.º ciclo do ensino básico (+12 anos), pode-se considerar a possibilidade de os alunos a frequentar os anos escolares mais avançados, por se encontrarem plenamente na etapa do desenvolvimento da adolescência, - com uma influência mais marcada do grupo de pares nestas idades - (Braconnier, Marcelli & Fernandes, 2000), apresentarem percepções parentais diferentes, podendo revelar maior percepção de rejeição.

No entanto, acreditamos que, em termos globais, essas diferenças relativas às percepções de aceitação/rejeição parental nos vários anos escolares não se façam notar, ao partirmos da premissa que as percepções de aceitação/rejeição parental e o seu principal correlato, o ajustamento psicológico, serão similares em sujeitos de diferentes idades, desde a infância à idade adulta (Khaleque & Rohner, 2002a, 2012; Rohner, 2004, 2016; Rohner & Britner, 2002). Não se descarta, apesar disso, a existência de diferenças significativas nos vários anos escolares (7.º, 8.º e 9.º), relativas a dimensões mais específicas da aceitação/rejeição parental.

Deste modo, formulamos a hipótese 1:

Hipótese 1

Os alunos dos vários anos de escolaridade, (7.º, 8.º e 9.º), apresentarão um valor global semelhante nas percepções de aceitação/rejeição parental (pai e mãe).

3. Método

TABELA 1. Caracterização da amostra

		FREQUÊNCIA	%
ANO DE ESCOLARIDADE	7.º ano	214	37.3
	8.º ano	202	35.3
	9.º ano	157	27.4
	TOTAL	573	100.0
GÉNERO	Feminino	257	44.9
	Masculino	316	55.1
	TOTAL	573	100.0
IDADE	12-13 anos	246	42.9
	14-15 anos	242	42.2
	16-17 anos	79	13.8
	≥ 18 anos	6	1.0
	TOTAL	573	100.0
		<i>M</i> = 13.95	<i>D.P.</i> = 1.46
		Min = 12.0	Max = 21.0

Este estudo envolveu 573 alunos, 257 raparigas (45%) e 316 rapazes (55%), com 214 alunos (37.3%) a frequentar o 7.º ano, 202 a frequentar o 8.º ano (35.3%) e 157 a frequentar o 9.º (27.4%). Estes estudantes pertenciam, maioritariamente, a escolas públicas do distrito de Lisboa e a uma escola pública situada na Beira alta. A amostra foi escolhida por questões de conveniência.

4. Instrumentos

Questionário da Aceitação/Rejeição Parental (Child PARQ Mãe e Pai, forma reduzida)

Avalia as percepções da criança / adolescente sobre o nível de rejeição materna e paterna. Existem duas versões do instrumento, uma que avalia as percepções das crianças sobre a aceitação-rejeição dos pais e outra que avalia a percepção de aceitação/rejeição por parte das mães. Cada versão consiste em 24 itens, dispostos em

quatro escalas. As mesmas correspondem às dimensões do comportamento dos pais a partir das quais as crianças tendem a organizar suas percepções de aceitação / rejeição dos pais: a) Calor b) Hostilidade / Agressão, c) Indiferença / Negligência e d) Rejeição indiferenciada. Essas são escalas de auto-resposta e sua cotação é feita através de uma escala de *Likert* de 4 pontos: a) frequentemente verdade, b) às vezes verdade, c) raramente verdadeira e d) nunca verdadeira. Em conjunto, essas quatro escalas compõem a pontuação total do PARQ. A pontuação total da escala reflete o nível de rejeição dos pais, de modo que o questionário é digitado na direção da rejeição. Quanto maior a pontuação, mais as crianças rejeitadas tendem a perceber (Rohner, 2004).

No nosso estudo, o PARQ para a mãe revelou alta confiabilidade interna (alfa total = 0,88). O alfa de cada uma das dimensões foi maior que 0,70 e variou de 0,72 a 0,85. O PARQ para o pai apresentou confiabilidade interna muito alta (alfa total = 0,93). O alfa das dimensões foi maior que 0,75 e variou de 0,78 a 0,92.

5. Procedimentos

O primeiro passo foi obter a autorização para a recolha de dados, nomeadamente, por parte dos diretores das escolas envolvidas e dos representantes legais dos estudantes.

A recolha foi realizada em sala de aula e em ambiente coletivo, em turmas pertencentes ao 3.º ciclo de escolaridade, escolhidas de forma aleatória.

As instruções foram lidas em voz alta antes do início da aplicação, sendo dada a oportunidade para o esclarecimento de dúvidas.

Os dados relativos à aceitação rejeição parental, pai e mãe, foram recolhidos em dois momentos distintos para evitar a fadiga dos participantes, por se tratar de versões do mesmo instrumento, bem como evitar possíveis efeitos de contaminação.

Os dados relativos ao desempenho académico foram recolhidos através das pautas do 2.º período. Quanto à análise dos resultados, a mesma foi efetuada com recurso ao programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, versão 21.

6. Resultados

O nosso objetivo incidiu na comparação das percepções de aceitação/rejeição parental nos três anos de escolaridade que compõem o 3.º ciclo de estudos do ensino básico (7.º, 8.º e 9.º). Para tal, recorreu-se à Anova One way multivariada (MANOVA). Uma vez que as dimensões de cada instrumento (versão que avalia a percepção de aceitação/rejeição para o pai e para a mãe, e desajustamento psicoló-

gico) estão relacionadas entre si, foi pertinente usar uma análise multivariada. A natureza quantitativa da escala, a elevada dimensão dos grupos e a existência de homogeneidade de variâncias entre eles permitiu o uso deste teste paramétrico.

Utilizou-se sempre o *score* médio nas dimensões (soma dos itens a dividir pelo número de itens que as compõem).

As dimensões da escala estão todas pela negativa, nomeadamente a dimensão afeto, onde um *score* mais elevado indica mais problemas a este nível. Efetuou-se também o somatório das dimensões da escala para obter um total da percepção de aceitação/rejeição relativamente ao pai e à mãe (Tabela 2).

Os resultados revelam diferenças significativas entre os anos escolares, nas dimensões e total da escala relativas à percepção de aceitação/rejeição materna. Foi aplicado o teste *post-hoc* de *Scheffé* para identificar quais os anos que apresentam essas diferenças. Em termos gerais, os alunos do 9.º ano percecionam mais rejeição por parte das mães (total da escala) do que os alunos do 7.º e 8.º ano. Estes resultados podem sugerir que os alunos do 9.º ano, ao se encontrarem a viver em pleno a adolescência perceberão maior rejeição parental, fruto da maior autonomia que reivindicam e de outros fatores como a maior proximidade ao grupo de pares (Bracconnier, Marcelli & Fernandes, 2000; Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007). A maior proximidade ao ensino secundário, dada a exigência desta transição, poderá ser outro fator a contribuir para os resultados dos alunos do 9.º ano, relativos à rejeição materna, se terem demonstrado mais elevados.

Na dimensão hostilidade/agressão os alunos do 9.º ano percecionam, no entanto, menor hostilidade e agressão materna do que os alunos dos outros anos. Este resultado chama-nos a atenção para a necessidade de se compreender a aceitação/rejeição parental como um *continuum*, no qual todas as dimensões contribuem para a aceitação/rejeição (Rohner, 2004, 2016).

Sublinha-se que na dimensão afeto há uma dimensão de efeito médio ($h^2p = 0,056$). Foram os alunos do 7.º ano que revelaram sentir mais afeto por parte das suas mães, o que se pode explicar pela sua maior proximidade ao período temporal da infância.

Os alunos do 8.º ano foram aqueles que obtiveram valores mais altos para a rejeição indiferenciada materna, uma forma de rejeição que se refere, exclusivamente, às experiências subjetivas de não amor, sem que existam indicadores observáveis, catalogáveis como agressão, negligência ou ambas (Rohner, 1986, 2004, 2016).

TABELA 2. ANOVA One Way Multivariada: Comparação entre os diferentes anos de escolaridade relativa às percepções de aceitação/rejeição parental

	ANO	MÉDIA	DP	N	MANOVA	P	PARTIAL ETA SQUARED
Afeto Mãe	7.º ano	1.42	.48	214	16.795	.000***	.056
	8.º ano	1.45	.47	202			
	9.º ano	1.71	.59	157			
Hostilidade/Agressão Mãe	7.º ano	1.51	.53	573	6.822	.001***	.023
	8.º ano	1.46	.47	214			
	9.º ano	1.41	.48	202			
Indiferença/Negligência Mãe	7.º ano	1.61	.67	157	7.323	.001***	.025
	8.º ano	1.48	.54	573			
	9.º ano	1.91	.46	214			
Rejeição Indiferenciada Mãe	7.º ano	1.88	.43	202	5.064	.007**	.017
	8.º ano	2.06	.55	157			
	9.º ano	1.94	.48	573			
Total Mãe	7.º ano	1.36	.50	214	12.648	.000***	.042
	8.º ano	1.29	.48	202			
	9.º ano	1.48	.69	157			
Afeto Pai	7.º ano	1.37	.56	573	16.487	.000***	.055
	8.º ano	1.54	.37	214			
	9.º ano	1.51	.37	202			
Hostilidade/Agressão Pai	7.º ano	1.72	.51	157	3.851	.022*	.013
	8.º ano	1.58	.42	573			
	9.º ano	1.60	.64	214			
Indiferença/Negligência Pai	7.º ano	1.83	.75	202	14.151	.000***	.047
	8.º ano	2.04	.87	157			
	9.º ano	1.80	.77	573			
Rejeição Indiferenciada Pai	7.º ano	1.40	.47	214	5.752	.003**	.020
	8.º ano	1.51	.62	202			
	9.º ano	1.57	.66	157			
Total Pai	7.º ano	1.49	.58	573	13.618	.000***	.046
	8.º ano	1.65	.58	214			
	9.º ano	1.77	.67	202			

*** $p \leq .001$; * $p \leq .05$; h² $p : \leq .05$ dimensão de efeito pequeno, $]0.05, 0.25]$ dimensão de efeito médio; $]0.25, 0.50]$ dimensão de efeito elevado; > 0.50 dimensão de efeito muito elevado.

Relativamente às dimensões e total da escala referente às percepções de aceitação/rejeição paterna também se constatarem diferenças significativas. No total da escala há diferenças entre todos os anos, aumentando a média com o ano de escolaridade.

Os alunos do 9.º ano percecionam mais rejeição paterna do que os alunos dos outros anos. A explicação que encontramos, enquadrada na literatura, será semelhante àquela que encontrámos relativamente à mãe: Estes alunos por se encontrarem, à partida, pela sua idade, a viver de forma mais plena a etapa da adolescência, fase repleta de desafios, poderão experienciar maiores dificuldades de relacionamento com os pais (Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007), o que se poderá ter repercutido numa maior percepção de rejeição paterna.

Nas dimensões afeto e negligência os alunos do 7.º ano sentem menos problemas do que os restantes alunos, o que acreditamos relacionar-se com a maior proximidade temporal à infância. Contudo também se constituem como aqueles que percecionam mais problemas de hostilidade/agressão paterna. Apesar de percecionarem mais problemas de hostilidade/agressão paterna do que os restantes, os alunos do 7.º ano foram também aqueles que apresentaram uma menor percepção de rejeição paterna global. Este aspeto chama-nos a atenção para o *continuum* que caracteriza a aceitação/rejeição parental e que é composto por várias dimensões, todas elas contribuindo para a aceitação/rejeição (Rohner, 2004, 2016). Na dimensão do afeto, referente ao pai, o tamanho do efeito também é médio ($h^2p = .055$).

São os alunos do 8.º ano que demonstraram percecionar mais problemas de indiferença/negligência paterna. Em relação à negligência, relembremos que diz respeito a cumprir com as necessidades básicas da criança, como a necessidade de alimentos, assistência médica, entre outras, bem como necessidades de outra ordem: educacional, preocupações, desejos e interesses da criança. Os indicadores de excelência da negligência são a indisponibilidade física e psicológica dos pais (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Em suma, os alunos do 9.º ano de escolaridade constituíram-se como aqueles que demonstraram percecionar maior rejeição parental, relativamente ao pai e à mãe. Já os alunos do 7.º ano revelaram percecionar menor rejeição paterna e menores problemas de afeto parental, materno e paterno. Os alunos do 8.º ano revelaram os maiores níveis de rejeição indiferenciada materna e de indiferença/negligência paterna.

Rejeita-se, deste modo, a hipótese de investigação formulada – “Os alunos dos vários anos de escolaridade, (7.º, 8.º, 9.º) apresentarão um valor semelhante na percepção de aceitação/rejeição parental, pai e mãe”, com os alunos do 9.º ano a revelarem maiores níveis de rejeição materna e paterna que os alunos dos restantes anos de escolaridade.

7. Discussão

A Teoria da aceitação/rejeição interpessoal preconiza que, independentemente da cultura e um pouco por todo o mundo, as percepções de aceitação/rejeição relativamente ao pai e à mãe têm importância para o desenvolvimento holístico dos filhos em aspetos como, por exemplo, o seu ajustamento psicológico — apontado como o principal correlato das percepções de aceitação/rejeição parental —, o desempenho académico e os problemas de comportamento (Ali, 2011; Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 2016; Tulviste & Rohner, 2010).

A pesquisa realizada teve um objetivo principal realizar análises comparativas a incidir na percepção de aceitação/rejeição dos alunos sobre os pais, com base nos diferentes anos de escolaridade que frequentam (7.º, 8.º e 9.º ano). Para tal, aplicámos a Anova One Way multivariada e o teste post-hoc de Sheffé.

As percepções de aceitação/rejeição, mãe e pai, foram também analisadas para os alunos dos diferentes anos escolares (7.º, 8.º e 9.º) do 3.º ciclo do ensino básico. Relativamente às mães e aos pais, os alunos do 9.º ano foram aqueles que percecionaram mais rejeição, a nível global. Apresentaram mais indiferença/negligência materna e mais problemas de afeto materno — frieza, que os alunos do 7.º e 8.º ano. Apesar disso, também foram aqueles que percecionam menor hostilidade/agressão materna. Os alunos a frequentar o 9.º ano, embora se percecionem como mais rejeitados pela mãe que os alunos dos 7.º e do 8.º ano, sentindo também mais frieza materna são, no entanto, aqueles que apresentaram menores valores de percepção de hostilidade/agressão por parte da mãe. Este fator leva-nos a compreender a percepção de aceitação/rejeição parental como um espectro, no qual a hostilidade/agressão se constitui como uma das suas dimensões não representando, no entanto e por si só, a rejeição parental (Rohner, 1986, 2004, 2016).

Os alunos do 9.º ano registaram, também, maiores níveis de rejeição indiferenciada paterna, uma forma mais subtil e indeterminada de sentir a rejeição parental (Rohner, 1986, 2004, 2016), bem como menos afeto paterno comparativamente aos restantes.

Na adolescência ocorrem importantes transformações de natureza fisiológica, psicológica, social, entre outras. Autores como Monahan, Cauffman e Steinberg (2009) chamam a nossa atenção para o alargamento das relações que acontece durante a adolescência, na qual os adolescentes começam a dar mais relevo ao grupo de pares, que passa a exercer grande influência.

Os estudantes do 9.º ano de escolaridade, à partida mais avançados temporalmente no período da adolescência que os colegas a frequentar o 7.º e o 8.º ano encontrar-se-ão na fase plena da vivência desta etapa. Sabe-se que durante a adolescência as relações estabelecidas com o grupo de pares ganham relevo. Este fator representa, frequentemente, um desafio acrescido para os pais (Braconnier, Marc-

celi & Fernandes, 2000). A maior proximidade à frequência do ensino secundário poderá constituir-se como fator precipitante da acusação de uma certa tensão no seio da relação familiar, relacionada à transição relativa ao ciclo de escolaridade que, de certa forma, é esperada e desejada.

Ainda, os adolescentes podem manifestar mais dificuldades na relação que estabelecem com os pais, fruto de uma maior necessidade de autonomia, que poderá originar conflitos na esfera familiar (Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007). Aos pais cabe a difícil missão de aprender a equilibrar entre dar a liberdade ao adolescente para fazer o que quer e estabelecer regras e limites (Deslandes, Potvin & Leclerc, 2000; Sentse et al., 2009).

À semelhança dos resultados que obtivemos, outros estudos apontam para o facto de as crianças parecerem perceber uma diminuição no calor, envolvimento e apoio dos pais à medida que crescem (Rodríguez, Barrio & Carrasco, 2009; Rohner, 1986; Rosa-Alcázar, Parada-Navas & Rosa-Alcázar, 2014). Alguns autores (e.g. Oliva, 2006) afirmam que a dinâmica das relações pais/filhos tende a alterar, substancialmente, no período da adolescência, verificando-se uma diminuição do tempo que pais e filhos passam juntos, bem como uma diminuição nas manifestações de carinho e afeto. Este maior distanciamento que se parece constatar entre pais e filhos, durante a etapa da adolescência pode auxiliar a explicar o facto de os alunos do 9.º ano, à partida mais velhos que os restantes, serem aqueles que se percecionam como mais rejeitados pelos seus pais.

Os alunos do 7.º ano talvez por se encontrarem mais próximos, ainda, do período temporal da infância, comparativamente aos colegas dos restantes anos de escolaridade foram aqueles que revelaram percecionam os pais, pai e mãe, como mais afetuosos. Foram também os alunos do 7.º ano a apresentarem-se como aqueles que percecionam o pai como mais aceitante relativamente a si. No entanto, revelaram percecionam, no pai, maiores níveis de hostilidade e agressão. Estes resultados sugerem que a aceitação/rejeição parental representa um espectro, que deve ser encarado na globalidade e que não se reduz, de forma isolada, às suas dimensões. Relembramos, ainda, que mesmo nas relações pautadas maioritariamente pela aceitação, ocorrem algumas manifestações próprias da rejeição (Rohner, 1975, 1986, 2016).

No que diz respeito à intervenção realizada no âmbito da psicologia parece-nos importante perceber-se, relativamente às dinâmicas relacionais de pais e filhos, como é que as percepções de aceitação/rejeição parental se alteram com os anos de escolaridade. Deste modo, o Psicólogo escolar estará em posição de identificar em quais anos escolares lhe é premente intervir no que concerne às percepções de aceitação/rejeição dos alunos, nomeadamente através do desenvolvimento de programas de intervenção e ações específicas direcionadas às famílias. Este facto

reveste-se de particular importância porque sabemos que a relação estabelecida com os pais releva para um variado leque de aspetos como, por exemplo, o sucesso escolar e os comportamentos que os alunos exibem (Ali, 2011; Musitu & García, 2004).

Deste modo, acreditamos que estando alerta para as diferentes dimensões que compõem o espectro da aceitação/rejeição parental, o psicólogo da educação poderá melhor atender às sincronias estabelecidas entre pais e filhos apoiando deste modo, mais adequadamente, o desenvolvimento dos alunos e o seu sucesso e integração escolares.

No âmbito da compreensão do desenvolvimento e estabilidade das percepções de aceitação/rejeição parental, tornar-se-ia relevante proceder à aplicação dos mesmos testes que utilizámos, aos mesmos sujeitos, anos mais tarde, o que proporcionaria uma visão longitudinal que nos foi impossibilitada dado o carácter transversal desta pesquisa.

Não explorámos a compreensão de fatores sociais, contextuais ou outros, que pudessem influenciar a percepção de aceitação/rejeição parental como, por exemplo, aspetos relacionados à composição da estrutura familiar, emprego/desemprego parental, grau de escolaridade parental, existência de problemas psicológicos dos pais, etc. Seria interessante atender a estes aspetos, o que não foi contemplado na presente pesquisa.

Sublinha-se, ainda, que se reveste de todo o interesse considerar a perspectiva fenomenológica da criança sobre os comportamentos dos pais, diferenciado a percepção sobre o pai da percepção sobre a mãe (Khaleque & Ali, 2017; Rohner, 1975, 1986, 2004, 2016). É referido, por alguns autores que realizaram estudos mais recentes (e.g. Giffin, 2005; Navarro, 2007; Rohner 2016; Vieira & Souza, 2010), durante muito tempo a ciência na área da psicologia se focou, essencialmente, no estudo sobre as mães ou no estudo de ambos os pais conjuntamente, com a pesquisa sobre o pai a dedicar-se mais ao estudo dos impactos da sua ausência física, o que acabou por não promover uma exploração mais aprofundada sobre a perspectiva dos filhos acerca do comportamento do pai.

Apesar das limitações já enunciadas a nossa pesquisa pretendeu, entre outros aspetos, ser um contributo para o estudo das relações pais/filhos permitindo, ao nível da prática, um debate em torno da necessidade de uma abordagem mais pormenorizada que atenda à distinção mãe/pai e que considere as várias dimensões que compõem o espectro da aceitação/rejeição parental. Acreditamos que seria uma mais-valia que tal se verificasse quer ao nível da prevenção realizada no âmbito da psicologia, quer da intervenção, através de um trabalho atento, por parte do psicólogo, aos fatores familiares.

8. Conclusão

Na perspetiva do funcionamento ótimo do aluno em contexto escolar, traduzido no seu desempenho académico e nos comportamentos que exhibe na escola, surgem como importantes as percepções relativas ao comportamento parental, nomeadamente as percepções de aceitação/rejeição concernentes ao pai e à mãe (Ali, 2011; Musitu & García, 2004; Rohner, 2016; Tulviste & Rohner, 2010) bem como outros aspetos, como por exemplo o ajustamento psicológico dos alunos que se sabe estar intimamente ligado à aceitação/rejeição parental (Khaleque, 2012; Khaleque, & Rohner, 2012; Rohner & Britner, 2002, 2004).

A Teoria da Aceitação/Rejeição interpessoal de Rohner (1975; 1986; 2004; 2016), que o autor tem desenvolvido ao longo dos últimos 50 anos, é suportada pela pesquisa a incidir nas consequências e correlatos da percepção de aceitação/rejeição parental. Desta forma, este quadro teórico tem sido um impulsionador para a realização de diversos estudos neste âmbito, um pouco por todo o mundo (e.g. Ali, 2011; Khaleque, 2012; Khaleque & Ali, 2017; Khaleque, & Rohner, 2012; Tulviste & Rohner, 2010), sendo que atualmente existem mais de 3000 trabalhos (Rohner, 2016).

No contexto da relação escola/família em que os resultados académicos representam, por vezes pontos de tensão, o estudo da percepção de aceitação/rejeição face à relação que os alunos estabelecem com o pai e com a mãe, separadamente, revela-se de extrema importância.

Autores que realizaram estudos mais recentes (e.g. Giffin, 2005; Navarro, 2007; Rohner 2016; Vieira & Souza, 2010) referem que durante muito tempo, o estudo sobre o relacionamento parental se centrou na mãe, tendo sido dado pouco destaque ao pai. No panorama científico atual, os aspetos relativos à relação paterna têm sido objeto de maior exploração (Rohner, 2016; Vieira & Sousa, 2010), sendo que a existência de estudos que se focam na mãe, e também no pai, se revestam de relevância.

O estudo das percepções de aceitação/rejeição parental de acordo com o ano de escolaridade dos alunos é importante, por permitir ao Psicólogo escolar perceber se existem diferenças significativas na aceitação/rejeição parental, indiciadoras de níveis mais elevados de rejeição que mereçam intervenção. Deste modo, o Psicólogo escolar poderá melhor organizar-se quanto à intervenção a realizar com foco nas percepções de aceitação/rejeição parental, nomeadamente através do delineamento de programas de intervenção e ações direcionadas aos anos escolares sinalizados.

Este estudo permitiu constatar que os alunos do 9.º ano, à partida mais avançados na etapa desafiante da adolescência, revelaram perceber maior rejeição parental concernente ao pai e à mãe, do que os alunos dos restantes anos escolares

(7.º e 8.º ano). Sabe-se que a fase do desenvolvimento da adolescência poderá representar o aumento de tensões entre pais e filhos e um maior afastamento, que se verá refletido nas percepções de aceitação/rejeição parental. Cabe ao psicólogo da educação estar alerta para as possíveis alterações que possam surgir na relação pais/filhos ao longo da adolescência (Braconnier, Marccelli & Fernandes, 2000; Nomaguchi, 2012; Shanahan, et al., 2007), nomeadamente manifestadas pelos alunos do 9.º ano — que revelaram perceber maior rejeição parental, permitindo a construção de pontes que melhor sirvam a dinâmica do sistema familiar durante este período tão especial do desenvolvimento humano.

Dos resultados que nos foram possíveis apurar, salienta-se a importância de compreender a aceitação/rejeição parental como um *continuum* constituído por várias dimensões, todas elas a contribuir para a aceitação/rejeição parental (Khalique & Ali, 2017; Rohner, 2016). Assim, encontramos resultados nos alunos do 7.º ano a indicar que estes são aqueles que consideram o pai como menos rejeitante, em termos globais, mas também como mais hostil/agressivo. Já os alunos do 9.º ano revelaram perceber maior rejeição materna, mas também foram aqueles que revelaram menor hostilidade/agressão materna. Estes resultados remetem-nos para a importância de avaliarmos as dimensões mais específicas da aceitação/rejeição parental, procurando intervir em dimensões que se destacam pela negativa, ainda que as percepções de aceitação/rejeição parental, a nível global, se salientem pela positiva.

Apesar da relevância deste estudo, não foi realizada uma abordagem longitudinal quanto às percepções de aceitação/rejeição parental, de forma a serem retiradas conclusões mais firmes. Seria relevante que outros estudos fossem realizados com o sentido de proceder à aplicação dos instrumentos sobre as percepções de aceitação/rejeição parental, aos mesmos alunos, durante a sua frequência do 7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade, em período semelhante, com o objetivo de se aprofundarem conclusões.

Referências

- Akün, E. (2017). Relations among adults' remembrances of parental acceptance–rejection in childhood, self-reported psychological adjustment, and adult psychopathology. *Comprehensive Psychiatry*, 77, 27-37. doi:10.1016/j.comppsy.2017.05.002.
- Ali, S. (2011). Perceived teacher and parental acceptance-rejection, and the academic achievement, adjustment, and behavior of children: Literature review. *International Journal of Peace and Development Studies*, 2(5), 138-147. doi: 10.5897/IJPDS.
- Amato, P. R. (1994). Father–child relations, mother–child relations, and offspring psychological well-being in early adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 56(4), 1031–1042. doi:10.2307/353611.

- Braconnier, A., Marcelli, D., & Fernandes, M. C. (2000). *As mil faces da adolescência*. São Paulo: Clemipsi.
- Campo, A. T., & Rohner, R. P. (1992). Relationship between perceived parental acceptance-rejection, psychological adjustment, and substance abuse among young adults. *Child abuse & neglect*, 16(3), 429-440. doi:10.1016/0145-2134(92)90052-S
- Deslandes, R., Potvin, P., & Leclerc, D. (2000). Les liens entre l'autonomie de l'adolescent, la collaboration parentale et la réussite scolaire. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 32, 208-217. doi:10.1037/h0087117
- Forehand, R., & Nousiainen, S. (1993). Maternal and paternal parenting: Critical dimensions in adolescent functioning. *Journal of Family Psychology*, 7(2), 213-221. doi:10.1037/0893-3200.7.2.213
- Giffin, K. (2005). A inserção dos homens nos estudos de gênero: Contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 47-57. doi:10.1590/S1413-81232005000100011
- Khaleque, A. (2012). Perceived Parental Warmth, and Children's Psychological Adjustment, and Personality Dispositions: A Meta-analysis. *Journal of Child and Family Studies*, 22(2), 297-306. doi:10.1007/s10826-012-9579-z.
- Khaleque, A., & Ali, S. (2017). A systematic review of meta-analyses of research on interpersonal acceptance-rejection theory: Constructs and measures. *Journal of Family Theory & Review*, 9(4), 441-458. doi:10.1111/jftr.12228
- Khaleque, A., & Rohner, R. P. (2002a). Perceived parental acceptance-rejection and psychological adjustment: A meta-analysis of cross-cultural and intracultural studies. *Journal of Marriage and Family*, 64, 54-64. doi:10.1111/j.1741-3737.2002.00054.x
- Khaleque, A., & Rohner, R. P. (2002b). Reliability of measures assessing the pancultural association between perceived parental acceptance-rejection and psychological adjustment: A meta-analysis of cross-cultural and intracultural studies. *Journal of Cross Cultural Research*, 33, 87-99. doi:10.1177/0022022102033001006
- Khaleque, A., & Rohner, R. P. (2012). Pancultural associations between perceived parental acceptance and psychological adjustment of children and adults: A meta-analytic review of worldwide research. *Journal of cross-cultural Psychology*, 43(5), 784-800. doi:10.1177/0022022111406120
- Monahan, K. C., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2009). Affiliation with antisocial peers, susceptibility to peer influence, and antisocial behavior during the transition to adulthood. *Developmental Psychology*, 45(6), 1520-1530. doi:10.1037/a0017417
- Musitu, G., & García, J. (2004). Consecuencias de la socialización familiar en la cultura española. *Psicothema*, 16, 288-293.
- Navarro, F. R. (2007). La construcción social de la parentalidad y los procesos de vinculación y desvinculación padre-hijo. El papel del mediador familiar. *Ciências Psicológicas*, 1(2), 119-133.
- Nomaguchi, K. M. (2012). Parenthood and psychological wellbeing: Clarifying the role of child age and parent-child relationship quality. *Social Science Research*, 41, 489-498. doi:10.1016/j.ssresearch.2011.08.001
- Oliva, A. (2006). Relaciones familiares y desarrollo adolescente. *Anuario de Psicología*, 37, 209-223.

- Parmar, P., & Rohner, R. (2010). Perceived teacher and parental acceptance and behavioral control, school conduct, and psychological adjustment among school-going adolescents in India. *Cross-Cultural Research*, 44, 253-268. doi:10.1177/1069397110367613
- Ramírez-Uclés, I., González-Calderón, M. J., del Barrio-Gándara, V., & Carrasco, M. Á. (2018). Perceived parental acceptance-rejection and children's psychological adjustment: The moderating effects of sex and age. *Journal of Child and Family Studies*, 27(4), 1336-1348. doi:10.1007/s10826-017-0975-2
- Rodríguez, M. Á., Barrio, M. V. D., & Carrasco, M. Á. (2009). Cómo perciben los hijos la crianza materna y paterna? Diferencias por edad y sexo. *Escritos de Psicología*, 2(2), 10-18.
- Rohner, R. P. (1975). *They love me, they love me not: A worldwide study of the effects of parental acceptance and rejection*. New Haven, CT: HRAF Press.
- Rohner, R. P. (1986). *The warmth dimension: Foundations of parental acceptance-rejection theory*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, Inc.
- Rohner, R. P. (2004). The parental "acceptance-rejection syndrome": Universal correlates of perceived rejection. *American Psychologist*, 59(8), 830-840. doi:10.1037/0003-066X.59.8.830
- Rohner, R. P. (2016). Introduction to interpersonal acceptance-rejection theory (IPAR-Theory) and evidence. *Online Readings in Psychology and Culture*, 6(1), 3-40. doi:10.9707/2307-0919.1055
- Rohner, R. P., & Britner, P. A. (2002). Worldwide mental health correlates of parental acceptance-rejection: Review of cross-cultural and intracultural evidence. *Cross-Cultural Research*, 36(1), 16-47. doi:10.1177/106939710203600102
- Rohner, R. P., & Brothers, S. A. (1999). Perceived parental rejection, psychological maladjustment, and borderline personality disorder. *Journal of Emotional Abuse*, 1, 81-95. doi:10.1300/J135V01N04_05
- Rohner, R. P., & Chaki-Sircar, M. (1987). Caste differences in perceived maternal acceptance in West Bengal, India. *Ethos*, 15(4), 406-425. doi: 10.1525/eth.1987.15.4.02a00040
- Rosa-Alcázar, A. I., Parada-Navas, J. L., & Rosa-Alcázar, Á. (2014). Síntomas psicopatológicos en adolescentes españoles: Relación con los estilos parentales percibidos y la autoestima [Psychopathologic symptoms in Spanish adolescents: Relationship with perceived parental styles and self-esteem]. *Anales de Psicología*, 30(1), 134-143. doi:10.6018/analesps.30.1.165371
- Sentse, M., Veenstra, R., Lindenberg, S., Verhulst, F. C., & Ormel, J. (2009). Buffers and risks in temperament and family for early adolescent psychopathology: Generic, conditional, or domain-specific effects? The trails study. *Developmental Psychology*, 45(2), 419-430. doi:10.1037/a0014072
- Shanahan, L., McHale, S. M., Crouter, A. C., & Osgood, D. W. (2007). Warmth with mothers and fathers from middle childhood to late adolescence: Within- and between-families comparisons. *Developmental Psychology*, 43, 551-563.
- Steinberg, L. (2001). We know some things: Parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11(1), 1-19. doi:10.1111/1532-7795.0000

- Tulviste, T., & Rohner, R. P. (2010). Relationships between perceived teachers' and parental behavior and adolescent outcomes in Estonia. Cross-cultural Research. *The Journal of Comparative Social Science*, 44(3), 222-238. doi:10.1177/1069397110366797
- Vieira, E. N., & Souza, L. D. (2010). Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise Psicológica*, 28(4), 581-596.
- Weymouth, B., & Buehler, B. (2016). Adolescent and parental contributions to parent-adolescent hostility across early adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 45(4), 713-729. doi:10.1007/s10964-015-0348-3.



Transition to the Second Child: from Health to Public Policies

Transição para o Segundo Filho:
da Saúde às Políticas Públicas

(PT: 139-157)

Joana Rita Guarda da Venda Rodrigues*

Maria Antónia Rebelo-Botelho**

Nursing Research and Development Unit, University of Lisbon
Higher Nursing School of Lisbon, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.123-137

ABSTRACT

In Portugal there has been a decline in fertility and birth rates, and its recovery is currently related to the transition to the second child, which requires concerted action by those involved. However, the evidence illustrating this phenomenon is scattered in the literature. This article aims to outline how the transition experience inherent to the birth of a second child presents itself in national and international scientific research, and also the challenges posed to research, clinical practice and public policies.

It was found that the birth of a second child emerges as a transition in parenting with implications for health and quality of life, with scant research characterizing it. Its study is recommended, as well as the operationalization of a specific professional human career. Public policies can play a relevant role in creating a favorable environment for couples to decide to have more children.

Keywords: Parenting, Family nursing, Second child, Public policy

Article received on 01/05/2020 and approved for publication by the Editorial Council on 20/05/2020.

* Graduated in Nursing and Management. Master in Nursing with Specialization in Child Healthcare Nursing and Pediatrics. Studying for a PhD in Nursing at the University of Lisbon / Higher Nursing School of Lisbon.
E-mail: guarda.joana@gmail.com ORCID: 0000-0002-9323-9410

** Lecturer and Coordinator at the Higher Nursing School of Lisbon. Scientific Coordinator at the Unit for Research and Development in Nursing. ORCID: 0000-0001-7356-2053

RESUMO

Em Portugal tem-se verificado um declínio da fecundidade e natalidade, sendo que a sua recuperação está atualmente relacionada com a transição para o segundo filho, que requer uma intervenção concertada dos seus intervenientes. Contudo, a evidência que retrata este fenómeno encontra-se dispersa na literatura.

O presente artigo surge com o objetivo de enunciar como é que na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo filho, bem como os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas.

Verificou-se que o nascimento de um segundo filho emerge como uma transição na parentalidade com implicações na saúde e qualidade de vida, sendo escassas as investigações que a caracterizam. É recomendado o seu estudo, assim como a operacionalização de um cuidado humano profissional diferenciado. As políticas públicas podem ter um papel relevante na criação de um ambiente favorável à decisão dos casais em terem mais filhos.

Palavras-chave: Parentalidade, Segundo Filho, Enfermagem, Política Pública

1. Introduction

In Portugal, as in Europe, despite most people wishing for a first child, the decision has come to be delayed until they are older, which conditions the birth of a subsequent child or children (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). We live, thus, in a country and in a current situation, in which the birth-rate and fertility have, incrementally, worsened, and we are heading for a future in which uncertainty faced with the current economic situation, considering, moreover, its worsening with the reality of the pandemic, becomes a leading factor and will, for sure, bring a recovery in the birth-rate, in more concrete terms in the decisions by couples to have a second child.

In 2013, the Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos (*National Institute of Statistics and the Francisco Manuel dos Santos Foundation*) collated information on the fertility of the Portuguese, as well as on their intentions and incentive, whether wishing (or not) to make a concrete transition to parenthood, as well as for conceiving more children. According to the information collated, in Portugal, children wished for surpassed children born, or rather, on average, people wished to have 2.3 children, they considered 2.38 children the ideal number of children for a family and they expected to have 1.8 children, but, in reality, they had on average 1 child, a level far below the minimum of 2.1 for a renewal of the population (Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014). The differences identified between the fertility wished for, intentional fertility and actual fertility, could be to do with individual reasons, such as those related to financial situations, jobs, timing, schooling or to the couple (Tomé et al., 2018).

After the Second World War, in countries of greater economic prosperity, the model of the man-breadwinner and the woman-housewife and carer, based on paid and non-paid work became widespread. The Social State followed this model for couples, the man being the breadwinner and the principal target of public policies (Cunha, 2018). Despite this, in the 60s and the 70s during the last century, whether because of financial constraints, along with the feminist struggle for franchise and financial independence, a decline came about of the man-breadwinner and the woman-housewife model, and the couple model of the “two incomes” or the “income and a half” transpired (Cunha, 2018). These models are sustained in different visions by the Social State. In the “two incomes” model, both of the couple work full-time, a characteristic in countries with policies which promote gender equality, with a public network or subsidized by crèches and kindergartens, promoting the participation of women and men in the jobs market. In the “income and a half” model, the man is in full-time work and the woman works part-time, usually where there are young children, characteristic in countries with family policies based on the idea that “it falls to the mother to have ultimate responsibility for the children until they go to school, offering long maternity leave and/or benefits to look after them at home” (Cunha, 2018, p. 93).

Tomé et al. (2018) refer that the increase in the levels of schooling, together with women’s participation in the job market, and, consequently, the personal and professional desires and aspirations of women, can, apparently, condition the incentives and the intentions of women and men, influencing the number of children and the age those children are conceived at, which leads to a subsequent delay in conception. Changes, which clearly bring challenges to public policies and also for healthcare practices based on evidence.

Effectively, age becomes one of the key factors in the intention to have another child, the delay in having the first child meaning maybe that the transition to the second child could be compromised (Oliveira, 2012; Tomé et al., 2018). Thus, for the recovery of fertility in Portugal currently being linked to the increase in births of second children (Tomé et al., 2018), it is important to understand the experience relating to the second transition in parenthood, currently under-researched and left out in scientific material, together with identifying the challenges that face research, clinical practice and public policies. This work will contribute to gathering existing knowledge in different areas which influence the phenomenon, just as will identifying missing areas or new actions to be undertaken, in a concerted manner, and which can have an impact on the decision to conceive by couples and/or in the transition triggered by the birth of the second child.

In this sense, this article of narrative revision of literature presents itself as an objective announcement of how, in national and international scientific output,

the experience of the transition to the birth of a second child presents itself, as do the challenges faced by research, clinical practice and public policies, in order to promote this transition. To construct it, bibliographical research was undertaken in databases (ResearchGate and SCielo Portugal and Brazil), search engines (EBSCO and Plataforma B-On) and data repositories (RCAAP and *Repositório Comum*) with the defined keywords (mother*, women, female, parent*, father*, becoming a mother, transition*, transition to parenthood, second child, second-time, two children, public policy) adapted to Portuguese and Spanish.

2. Transition to the Second Child

The transition to the second child, representing a singular moment in time, of transformation and greater vulnerability, demands an adaptable trajectory and (re-)finding a new equilibrium (O'Reilly, 2004), which is characterized at the outset by the sibling subsystem (Vivian, 2010; Pereira & Piccinini, 2007). The transition to the second child also involves a change towards new roles and responsibilities, with implications, whether in the health and the quality of life of the individual(s), as with conjugal and family relationships, and the physical and healthy emotional development of the child(ren). According to Chick & Meleis (1986), the transition leads to new knowledge being absorbed, regarding changes in behavior and a new definition of "self".

From the revision undertaken, only a few studies were identified which described the experience of this transition, whether from the woman's point of view, not focusing solely on gestation, the post-natal period or in the weeks immediately following the birth (Stewart, 1990; O'Reilly, 2004; Holditch-Davis & Miles, 2012; Rodrigues & Velez, 2018), but also on the man's experience (Oliveira & Lopes, 2010) or on that of the firstborn (Piccinini, Pereira, Marin, & Lopes, 2007).

The literature consulted was predominantly made up of international studies from the 80s, showing a slight come-back in the 90s and in 2000 (Pereira & Piccinini, 2007; Rodrigues & Velez, 2018). In Portugal, as well as internationally, research had been undertaken regarding the transition to parenthood and on exercising the maternal/paternal role, but without focusing on the transition experienced with the birth of the second child.

In the integrating revision of literature undertaken by Gage, Everett and Bullcock, (2006), with the objective of critically synthesizing and analyzing the research into parenthood in nursing, it was discovered that the majority of research was on the study of children with physical or developmental disabilities, with no reference at all to studies on the transition to parenthood with regard to the birth of the second child.

The birth of a second child emerges, according to the literature consulted, as a personalized, specific and singular experience (Dessen, 1997; Kojima, Wakita, & Irisawa, 2005).

Despite this, in demanding new ways of interaction resulting from the expansion of a unit with three players to a unit with four, the presence of a second child also increases the complexity of those interactions, and requires the reorganization of the established family unit (O'Reilly, 2002), there not only being the relationship between the couple, but also between parents/children and between siblings (Stewart, 1990).

With regard to family relationships, there is a consensus in the scientific literature that shows changes occur in different dimensions, such as “in the father/mother/oldest child relationship, in the couples’ relationship, in the mother/first-born, father/first-born relationship” amongst others (Oliveira & Lopes, 2010, p. 104). Despite this, the mother-child relationship is the one which, according to most studies, is the most affected (Oliveira & Lopes, 2010; Piccinini et al., 2007). This condition, with the father only being included in the sample in a few of the studies, together with the fact that the arrival of a second child coming as a moment of “rupture” in the relationship, as does the redefinition of the maternal role (Oliveira & Lopes, 2010, p. 99), a result of the changes which occurred during pregnancy, while being away from home in hospital and the demanding, long-term care required by the newly-born (Piccinini et al., 2007). O'Reilly (2004) also highlights that women who become mothers of a second child, tend to report feeling more stress than those who become mothers for the first time, or than those who have three or more children. This maternal stress appears to arise from the difficulties in caring for the first-born, as well as from a constellation of factors relating to the relationship with the partner, to the situation at work or to both (Stewart, 1990). The changes experienced can, in this way, be demanding and wearing, leading to a rise in issues such as depression, anxiety, anger, tiredness or stress (Möller, Hwang, & Wickberg, 2006; Krieg, 2007).

From the scientific literature identified, there are several studies on this phenomenon. Walz and Rich (1983), for example, studied the behavior of 14 post-natal women, with a view to understanding how the second child became incorporated into the woman's life, as well as into the other child's life. They identified six groups of behavior which involved: (a) promoting the acceptance of the newborn by the first child; (b) the struggle with the loss of the exclusive relationship with the first child; (c) planning the inclusion of the second child within family life; (d) reformulating the relationship with the first child; (e) the identifying of the second child in comparison with the first, and (f) self-assessment regarding the ability to nurture affection simultaneously for both children. It was found that in this early

post-natal period, the women focused almost exclusively on the dyad relationship with the first child. It was also concluded that in order for this transition to succeed, it was fundamental for the mother to accept her new identity as a mother of two children.

In turn, the study developed by O'Reilly (2004) with the objective of describing the experience of transition in parenthood from the perspective of the woman who is a mother for the second time, identified seven themes with elements common to the lives of the participants: *balancing the positive and the negative elements of the first weeks after the birth, knowing what to expect, establishing a new routine, maintaining the couple's relationship, taking a break, looking for support, nurturing the relationships between family members* (O'Reilly, 2004, p. 455). The women were concerned with their relationships with each child, with their relationship with the father of the children and with the children's relationship. The author concludes that the majority of the mothers found that the addition of a second child to the family was a positive experience, independently of the effort it took them to accommodate the needs of the two children in their lives. This study also underlines, that despite second-time mothers coping with this transition with a great range of skills, they may have issues which go unnoticed by nurses (O'Reilly, 2004).

In her doctorate, Vivian (2010) studies the process of becoming a mother to a second child, from gestation to the second year of the child's life, looking to discover the impact of the "sibling unit". The researcher found that the woman: changed her mind about the second child being easier; understood that the progressive creation of more space for another child was a challenge; that the relationship with her own mother changed, and that her relationship with her husband was deeply impacted by support for caring for the first-born. The author suggests this phenomenon should continue to be studied.

In 2013, Vivian, Lopes, Geara, and Piccinini published a study in which they researched the expectations and feelings of women expecting a second child, in relation to the first-born. The results showed different maternal expectations regarding the second child, in relation to its gender and name, as well as regarding the emotional and physical characteristics, with comparisons that were made with the first-born standing out. According to the authors, the significance of becoming the mother of a second child should continue to be researched.

Stewart (1990), by not focusing exclusively on the mother, and by way of a longitudinal study, analyzed the adjustments in the relations between parents and children, between siblings and between couples. The first assessments were undertaken during the third trimester of the second pregnancy and the subsequent assessments were undertaken during the first year of the second child's life. The

analysis showed, that despite the birth of a second child being a stressful event for both parents, the mothers experienced higher levels of stress and of a greater variety than their partners.

Other studies were also identified which interlinked the experience relating to the transition to a second child and the questions of gender, relationships and conjugal satisfaction.

In the study developed by Krieg (2007), with the objective of understanding how having a child affects women who are mothers for the first time and for the second time, it was found that those who were mothers for the second time reported not feeling a greater capability to care for the second child and felt more stress pre-natal than post-natal. Despite this, the mothers for the second time reported that over time, the positive aspects of the quality of conjugal life diminished, showing that one month after the birth, the number of domestic chores for which they were responsible had increased.

For their part, Möller, Hwang, and Wickberg (2008), in researching whether satisfaction with the couple's relationship, during the transition to parenthood, was related to domestic chores, found that for women who have a second child, there is a significant correlation between the amount of domestic chores and the quality of the relationship of the couple. In a society such as in Sweden, where the study was undertaken, with a high level of equality between men and women, domestic chores and stress appeared as indicators of happiness for women recently becoming mothers for the second time.

Hakulinen, Paunonen, White, and Wilson (1997) looked to describe the family dynamic during the third trimester of a healthy pregnancy, in families with a first or second child, in the south-east of Finland. Mothers for the second time reported more role conflict and isolation, suggesting an increase in the complexity of the roles which occurs with each birth and with daily demands, in relation to the modifications of previously defined routines.

In turn, Katz-Wise, Priess, and Hyde (2010) examined the changes in attitudes in the part played by gender and in behavior during the transition to parenthood for the first time and after the birth of the second child. The authors found that attitudes relating to the role played by gender became more traditional, from pregnancy until 12 months old, keeping those who were parents for the second time within this study. It was also found that the family assumed more importance than work.

Parenthood, being in a couple and the support received when there is a second child were also studied. Möller et al. (2006), in looking to examine the association between types of bonding and the relationships in couples after the transition to

parenthood, found that for second-time mothers, an insecure bond with her partner was significantly associated with dissatisfaction with the couple's relationship.

The studies developed by Gottlieb and Mendelson (1995), Dessen (1997), Pereira and Piccinini (2007), Krieg (2007), Barnes (2013), Park (2012), Martins (2013), highlight the influence of various factors of living through this transition, which increase the family unit, including amongst others the extended family, friends, neighbors and health institutions.

Gottlieb and Mendelson (1995) researched the relationship between the different states of mind and social support afforded to 50 married mothers who were expecting a second child, both pre- and post-natal. They found that those mothers who were depressed, irritated and/or tired said they received inadequate support. It was also concluded that different types of support performed different functions, before and after the birth. In turn, the mothers who were satisfied with the support they received were less susceptible to depression or anger.

Barnes (2013), in the study he carried out in the USA, and which had as its objective to clarify how mothers for the first time and for the second time decide on the length of their maternity leave, found that the women who were pregnant for the second time who took part in the study were more confident and took different decisions from the others. Apart from this, the women shared, on the one hand, the belief that six weeks paid maternity leave was insufficient, and on the other, the wish for the same to be increased, that their husbands should also have the right to it and that there should be more flexibility. The women also demonstrated that they adjusted their leave to their family situation, which was seen as an example in order for better planning of pregnancies.

The birth of the second child representing, as described, a complex moment of transition, brings challenges for all the subsystems which make it up, as a lack of adequate conditions and support can impact this experience, surmising that it could influence the decision by the couple to have more children.

3. Path(s) to Follow

As described in the various studies consulted, the investigation into the transition to the second child should continue to be investigated within the Portuguese context, with a view to better understanding the phenomenon. This knowledge will allow, on the one hand, the development of care practices based on evidence, just as it can contribute to identifying the strategies for incentivizing fertility and births, or, the definition of policies which minimize the difficulties and reinforce the advantages identified in experiencing this transition of parenthood. It will be, certainly, a concerted strategy in various areas, which will influence or create favorable conditions so that the transition can pass from desire to reality.

The following considerations are presented only as contributions for reflection on paths to follow in research, in clinical practices and in public policies as identified within the scientific material consulted.

3.1 The Research

In order for the phenomenon inherent to the experience of the second transition in parenthood to be properly understood, the literature identified suggests that studies should be undertaken to allow an in-depth understanding of the perspective of women who become mothers for the second time within the Portuguese context (Rodrigues & Velez, 2018), just as for the father (O'Reilly, 2002; Krieg, 2007), so that this transition is extensively understood and experiencing it is made easier.

Oliveira & Lopes (2010) highlight the importance of the development of new research, which could “contribute to the understanding of the repercussions of the birth of the second child on the emotional development of the first-born and, above all, on the matters of psychological or emotional separation as regards those who care for them” (p.105).

Dessen & Braz (2000) suggest that the influence of grandparents on the development of the child should be studied more concretely, regarding the part they play in the periods of family transition once the grandchildren are born.

Szabó, Dubas, and Aken (2012) also highlight that, since families are open systems, it would be important to know how the arrival of a second child leads to the reorganization of the family. With this thinking in mind, Krieg (2007) suggests that future studies should include mothers and fathers, together with information regarding the marriage and the division of labor in the home. These studies would permit a more precise assessment of the family dynamic of participants, helping to clarify the impact of contributions as understood by each of the parents in relation to their own actual contribution to domestic chores, as well as giving an analysis of the family as a system. Also, O'Reilly (2002), apart from the investigation of the father's experience during the transition to parenthood for the second time, recommends a study of the effect of paternal participation in the care of the child and his satisfaction with the division of labor.

Piccinini et al. (2007), in turn, highlight the need for studies to be undertaken to investigate this transition within the family context in different social classes, allowing a much deeper understanding of this period. Just as with undertaking studies which assist in founding support and educational programs for families for the period when their children are born.

In 2012, Mendes, in an article with the heading “Decline in fertility, delaying and the ideal number of children in Portugal: the role of political measures”, published in the *Roteiros do Futuro* – Conference “Being born in Portugal”, coor-

minated by the Casa Civil consultancy of the President of the Republic, also highlights the importance of more studies being developed on the Portuguese people's approach to fertility. As with the need to "understand how far the decision for fertility is associated with the idea of the desired or considered ideal size of the family, and the circumstances which, gradually, will transform them into intentions and, finally, into births" (Mendes, 2012, p. 108). The researcher further emphasizes that this assessment must be carried out as a cohort study and not by using the indicator of time.

3.2 Clinical practices

From the studies consulted, the transition triggered by the conception and birth of the second child can lead to specific health issues (O'Reilly, 2002; Möller et al., 2006; Krieg, 2007), associated to factors linked to the need to reorganize the family and the adjustments for each of those involved, presenting itself as a period of greater vulnerability (Pereira & Piccinini, 2011).

The easing of the transition processes is focused on the area of nursing (Meleis & Schumacher, 1994; Meleis, Sawyer, Im, Hilfinger, & Schumacher, 2000; Meleis, 2010; Basto, 2012), in which care presents itself as a process which eases successful transitions (Meleis, 2010). According to Rodrigues & Velez (2018), this change in parenthood calls for a professional human carer to reinforce skills and resources and to lessen vulnerability.

In the studies identified, suggestions for clinical practices are presented. O'Reilly (2004) in her research, suggests that nurses involved in assisting the adjustment of women, when faced with the actual transition, emphasize the depth of skills and experience they possess, just as with a suitable adaptation for them to undergo from the birth of the first-born. It is also suggested that these professionals provide, following discharge from hospital, the support required for lactation in a way that any stress underlying these issues with early breastfeeding is minimized. The writer also suggests bringing forward discussion regarding sleep patterns of children and infants, which implicates that nurses and other professionals should have updated skills on the various approaches for adequate sleep hygiene, and that they have an individualized assessment of each child and family, in order to ensure that preconceptions do not get passed on to the parents.

In the study undertaken by O'Reilly (2004), those taking part reported that, at times, they hesitated before sharing their ideas with other parents, for fear of getting negative feedback. In this way, the researcher suggests that nurses should discuss the topic with women, reinforcing, together, the possibility of the existence of different parental approaches and options, making them aware of the importance of respecting other women's decisions. According to the researcher, this approach

can contribute to creating an environment of mutual support, to the detriment of a destructive context towards one another (O'Reilly, 2004). The discussion on the importance of free time, of the construction of a support network, encouraging the father's skills in caring for the child and establishing priorities, is also portrayed in the implications for putting this study into practice (O'Reilly, 2004).

Szabó et al. (2012) suggest actions to be put in place for the parents of a (second) child with a difficult temperament, as well as discussion on matters relating to co-parenting, with cooperation between the parents to deal with the stress they feel with having a difficult child.

The growing evidence of research into the conflict of roles within the second transition in parenthood, leads Lorensen, Wilson and White, (2004) to suggest that actions should impact support for negotiation to deal with the changes in roles following the birth of a child, but focusing on concrete behaviors, namely the carrying out of tasks equally as well as a way of arriving at an agreement as to how to share said tasks (Lorensen et al., 2004).

Regarding resources and strategies to be adopted in order to reply to needs, O'Reilly (2004) also proposes post-natal sessions, support groups and online material on relevant themes, with links to further sources of information, right from the first week after the birth, as well as during the first year of life, also suggested in this study. Despite this, the assessment of learning needs and the personalization of teaching is cited as paramount, taking into consideration the physical and cognitive situation of each woman (O'Reilly, 2004).

Along this line of thinking, Rossato Pereira & Piccinini (2011) also propose the creation of specific programs for parents expecting their second child, where guidelines should be available regarding the changes hoped for in behaviors and in the structure of family relationships, from the start of the gestation period until the arrival of the second child. Hakulinen et al. (1997), having studied the contribution of nursing directly regarding the use of resources, highlights that families hope nurses will give specific care and consider the family as a whole and as a greater unit than before, with isolation and role conflict being attended to, as well as recommended resources.

In this regard, Hakulinen et al. (1997) also suggest that nurses should include courses which cover the basic ideas of family communication, such as listening and expressing feelings, and the use of strategies which allow the resolution of matters in an advantageous way for all parties. The mobilization of applicable and significant material for family life, and recourse to role-playing also being highlighted as paramount.

Despite this, it is important to report that the effects of the birth of a second child cannot be generalized. The implications can be very varied and complex, and

depend as much on the parents as on the first-born (Park, 2012), being central to them the development of personalized actions based on evidence (Hakulinen, et al., 1997).

3.3 Public Policies

As previously referred to, Portugal currently has an ageing population structure, a result of living longer, having fewer children and with less people being in active life (Tomé et al., 2018). The low birth-rate emerging as a dynamic and complex social phenomenon, entails the articulation of different perspectives, and the aggregation and compromising of efforts by various parties (Cunha, 2018).

We know that the incentive and the decision to have only one child or to go beyond the first, conditions the fertility and rejuvenation of the parents (Tomé et al., 2018). According to Mendes et al. (2016), in the Portuguese aged between 30 and 39, the incentive to have more children appears to be to do with the age of the person, their financial situation, whether co-habiting or married, with the size of their own family (those with more siblings want to have more children), just as with the age at which they left their own family (Mendes et al., 2016). Tomé et al. (2018) refer that for approximately 30% of young people up to the age of 30, matters relating to where they live bear weight on not wanting to have more children. Added to this, also, is the fact that smaller homes lead to smaller families, the current scenario in our country not seeming favorable for incentivizing fertility or births.

Simultaneously, on entering the job market late and with the increase in levels of schooling returning with difficulty, the current framework can only be altered in situations where the couple enjoy enough economic and social stability to have (more) children, which implicates they enjoy the conditions they consider ideal for having the children they wish and when they want them (Tomé et al., 2018).

In parallel to this, immigration could have an impact on the increase in fertility and birth-rate in Portugal. Despite this, we know from various studies, that second generation immigrants adopt fertility patterns very similar to those of their countries of origin, so that the best strategy would be, therefore, to ensure those residing here are offered conditions which are favorable for them in order to conceive the number of children that they wish for (Tomé et al., 2018).

Implementing (re-)attraction measures to the emigrants who left Portugal between 2011 and 2015, who were mostly single, young, active people, or getting them to settle, is another strategy which is also noted as relevant to an increase in the birth-rate (Tomé et al., 2018), in the measure that the number of Portuguese who did this was quite high and the tendency for them to remain permanently in their countries of destination and to have their children there, to the detriment of Portugal, is very strong. In this sense, according to Tomé et al. (2018), it would

be important for these individuals to be offered satisfactory working conditions, with salaries compatible to their existing expectations in relation to their level of education and professional qualifications.

Apart from the creation of the socio-economical conditions referred to above favorable to the Portuguese (residing – or not – within national territory), in order for them to conceive the number of children they wish for, scientific material also identifies the difficulties regarding reconciling professional life with family life, as set out in the areas where actions are required. The results of the International Social Survey Programme (ISSP) – “Family and the role of gender undergoing change”, published in the “*Livro Branco Homens e Igualdade de Género*” (White Book – Men and Gender Equality), reveal that:

Despite a high prevalence of *double incomes* in Portuguese life, gender inequality shows itself in the different amount of hours that women and men dedicate to paid work and, principally, to unpaid work. With effect, domestic chores, looking after the family and reconciling professional life — elements which are less visible and tangible in daily family life and socially less valued — continue to fall, in the main, to women (Cunha, 2018, p. 104).

However, we are also beginning to see signs in Portugal of some generational changes by both sexes, which come down to a lessening of female over-burdening (Cunha, 2018). Effectively, gender inequality patent in paid work, unpaid work and in the reconciliation of the two spheres of life, is not reflected by article 13 of the Constitution of the Portuguese Republic, it being a recurring theme in the agenda and of the actions of political decision-makers, social partnerships and public organizations for years (Cunha, 2018).

In this regard, the adoption of protective public policies could have an impact on the collective change of attitudes, for example, regarding the deconstruction of gender stereotypes, hugely responsible for the role conflicts that women and men face both as parents and professionally. Also, the challenge to change the predominant work culture, more concretely relevant to the needs for reconciliation of families and for the recognition that male employees are, themselves as well, responsible for the reconciliation of family-work, as potential carers. As well as the

“consolidation and coherence of protective public policies of ‘double incomes’ and the reconciliation of family/work, what is needed in order to reinforce as much the responsibilities of men within the framework of parental leave, as the network of public or subsidized facilities for childhood, still openly insufficient and territorially unequal could be the focus of attention of public policies (Cunha, 2018, p. 106).

However, let us not forget that national fertility is based on countless individual decisions taken by couples as part of their specific circumstances and being influenced by distinct factors, which could be modified with the passing of time (Mendes, 2012). Along this line of thought, Mendes (2012) reports that the “policy measures wishing to be effective in the creation of a favorable environment for the fertility decision by couples, cannot be established universally, but before the event, taking into account the target population which (still) wishes to have children”, as well as being “directed towards the factors which could bring about changes of behavior in this population group”. The author adds that policy measures cannot take on a unique and universal character, since much of the time, this is where their ineffectiveness stems from (p. 108).

Thus, the policies adopted must not be an incentive to fertility, but come into play before the event, to “*create a favorable environment* for the parents to have (more) children if and when they desire” (Mendes, 2012, p. 103). The author adds that “actions which allow the pattern of family life to improve, increase disposable income, decrease costs for the children, ensure education and health, and, promote equality between men and women in the job market and at home, will contribute decisively towards an increase in fertility” (Mendes, 2012, p. 106).

According to the author, the macro level of these actions could lead to measures which, in general, could reduce unemployment and job insecurity, reduce uncertainty, as well as generate a favorable outlook for young people, in the measure that the promotion of a friendly environment for families could have influence on decisions taken by couples (Mendes, 2012).

4. Conclusion

In Portugal, the transition to parenthood continues to be a reality in the lives of most of the population. Given the high proportion of only children, the transition to the second child shows signs of being more difficult to achieve each time, despite the ideal number of two children continuing to be the clear wish of the Portuguese.

The identification of scientific output on the experience of the transition regarding the birth of the second child, and the challenges faced by those involved, made a contribution to the ordering of knowledge and to the identification of missing areas and actions to be developed, in a concerted fashion by the different parties, with a view to promoting this transition.

The birth of a second child emerges as an experience which is qualitatively personal, specific and singular, and which involves the taking on of new roles and responsibilities, with possible implications for the health and the quality of life of the individual(s), as well as for conjugal and family relationships and for the

physical and emotionally healthy development of the child(ren). Issues regarding gender are frequently associated with this transition, with a focus on the greater overburdening experienced by women, as with the existing impact on conjugal relationships and satisfaction. The influence of the family and the social support network, as important resources to this transition, are also portrayed.

In Portugal, research has been carried out regarding the transition to parenthood, but not on understanding the transition experienced with the birth of the second child. There are a number of researchers who suggest this phenomenon should continue to be studied.

This transition requires a professional human carer to be made operational in order to help people acquire greater independence and abilities to adapt to their new roles. Nursing, being focused on facilitating transition, is well placed to act alongside those involved, to accompany them through this period of the cycle of life and to help them successfully overcome the transition.

The off-set between the ideas and the reproductional behavior of the Portuguese create a way-in for birth-rate policies, with a view to creating a favorable environment for those couples who wish to have a second child, as well as for those elements which could influence changes in behavior in these individuals.

Thus, faced with the complexity inherent in this transition and its impact on the rejuvenation of the parents, the realizing of different perspectives and endeavors is paramount, at a strategic level as concerns public policies, as well as through specific health and holistic care based on evidence.



Transição para o Segundo Filho: da Saúde às Políticas Públicas

Transition to the Second Child:
from Health to Public Policies

(EN: 123-137)

Joana Rita Guarda da Venda Rodrigues *

Maria Antónia Rebelo-Botelho **

Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem,
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.139-157

ABSTRACT

In Portugal there has been a decline in fertility and birth rates, and its recovery is currently related to the transition to the second child, which requires concerted action by those involved. However, the evidence illustrating this phenomenon is scattered in the literature.

This article aims to outline how the transition experience inherent to the birth of a second child presents itself in national and international scientific research, and also the challenges posed to research, clinical practice and public policies.

It was found that the birth of a second child emerges as a transition in parenting with implications for health and quality of life, with scant research characterizing it. Its study is recommended, as well as the operationalization of a specific professional human career. Public policies can play a relevant role in creating a favorable environment for couples to decide to have more children.

Keywords: Parenting, Family nursing, Second child, Public policy

Artigo recebido em 01/05/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 20/05/2020.

* Licenciada em Enfermagem e em Gestão. Mestre em Enfermagem com Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. Doutoranda em enfermagem da Universidade de Lisboa / Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. E-mail: guarda.joana@gmail.com ORCID: 0000-0002-9323-9410

** Professora coordenadora na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Coordenadora Científica da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem. ORCID: 0000-0001-7356-2053

RESUMO

Em Portugal tem-se verificado um declínio da fecundidade e natalidade, sendo que a sua recuperação está atualmente relacionada com a transição para o segundo filho, que requer uma intervenção concertada dos seus intervenientes. Contudo, a evidência que retrata este fenómeno encontra-se dispersa na literatura.

O presente artigo surge com o objetivo de enunciar como é que na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo filho, bem como os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas.

Verificou-se que o nascimento de um segundo filho emerge como uma transição na parentalidade com implicações na saúde e qualidade de vida, sendo escassas as investigações que a caracterizam. É recomendado o seu estudo, assim como a operacionalização de um cuidado humano profissional diferenciado. As políticas públicas podem ter um papel relevante na criação de um ambiente favorável à decisão dos casais em terem mais filhos.

Palavras-chave: Parentalidade, Segundo Filho, Enfermagem, Política Pública

1. Introdução

Em Portugal, tal como na Europa, embora a maioria dos indivíduos deseje ter um primeiro filho, esta decisão tem vindo a ser adiada, para idades mais tardias, o que condiciona o nascimento do(s) filho(s) subsequente(s) (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). Vivemos, assim, num país e num presente, em que a situação da natalidade e fecundidade se tem vindo, paulatinamente, a agravar, e direcionamo-nos para um futuro, em que a incerteza face à atual conjuntura económica, atendendo, inclusive, ao seu agravamento face à pandemia vivida, se assume como fator preponderante e que terá, certamente, recuperações na natalidade, mais concretamente na decisão dos casais em terem um segundo filho.

Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos, recolheram informações sobre a fecundidade dos portugueses, assim como, sobre as suas intenções e motivações, quer para concretizarem (ou não) a transição para a parentalidade, como para a conceção de mais filhos. De acordo com a recolha efetuada, em Portugal, os filhos desejados superaram os filhos dados à luz, ou seja, em média, as pessoas desejavam ter 2,3 filhos, consideravam 2,38 filhos como o número ideal de filhos numa família, esperavam ter 1,8 filhos, mas na realidade tiveram em média 1 filho, valor muito abaixo do nível mínimo de renovação da população situado nos 2,1 (Instituto Nacional de Estatística & Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014). As diferenças identificadas entre fecundidade desejada, a fecundidade intencional e a fecundidade realizada podem estar associadas quer a motivações individuais, como de ordem económica, laboral, temporal, educacional ou conjugal (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

Depois da Segunda Guerra Mundial, nos países de maior prosperidade económica, difundiu-se o modelo conjugal do homem provedor e da mulher doméstica e cuidadora, baseado no trabalho pago e não pago. O Estado Social estava alinhado com este modelo conjugal, sendo o homem provedor, o principal destinatário das políticas públicas (Cunha, 2018). Contudo, nas décadas de 60 e 70 do século passado, quer os constrangimentos económicos, bem como a luta feminista pelo acesso à cidadania e independência económica, levaram ao declínio do modelo do homem provedor e da mulher doméstica, pelo modelo conjugal do “duplo emprego” ou do “emprego e meio” (Cunha, 2018). Estes modelos sustentam-se em diferentes visões por parte do Estado Social. No modelo do “duplo emprego” os dois elementos do casal trabalham a tempo inteiro, sendo característico em países em que as políticas apostam na promoção da igualdade de género, numa rede pública ou comparticipada de creches e jardins-de-infância, promotora da participação de mulheres e homens no mercado de trabalho. No modelo conjugal do “emprego e meio” o homem está no mercado de trabalho a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial, por norma quando tem filhos pequenos, sendo característico em países com políticas familialistas assentes no pressuposto de que “cabe à mãe a responsabilidade última pelo cuidado às crianças até à sua entrada na escola, oferecendo[-se] licenças de maternidade longas e/ou subsídios para cuidar em casa” (Cunha, 2018, p.93).

Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) referem que o aumento dos níveis de escolaridade, como a participação feminina no mercado de trabalho e, consequentemente, os desejos/aspirações pessoais e profissionais das mulheres, aparentemente, podem condicionar as motivações e intenções de mulheres e homens, influenciando o número de filhos e a idade com que esses filhos são concebidos, o que conduz a um adiamento consecutivo da conceção. Alterações que, claramente, colocam desafios quer para as políticas públicas, mas também para uma prática de cuidados de saúde baseada em evidência.

Efetivamente, constituindo-se a idade como um dos fatores-chave na intenção de se ter mais um filho, o adiamento do primeiro filho, pode significar que a transição para o segundo filho fica comprometida (Oliveira, 2012; Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). Assim, estando a recuperação da fecundidade em Portugal atualmente relacionada com o aumento do número de nascimentos de segundos filhos (Tomé, et al., 2018) importa conhecer a experiência inerente à segunda transição na parentalidade, que atualmente se encontra pouco investigada e dispersa na produção científica, bem como identificar os desafios que se colocam à investigação, à prática clínica e às políticas públicas. Esta sistematização contribuirá para agregar o conhecimento existente em diferentes áreas com influência no fenómeno, assim como identificar lacunas ou novas intervenções a serem desenvolvidas, de forma

concertada, e que possam ter impacto na decisão de concepção dos casais e/ou na transição despoletada com o nascimento do segundo filho.

Neste sentido, o presente artigo de revisão narrativa da literatura surge com o objetivo enunciar, como é que, na produção científica nacional e internacional, se apresenta a experiência de transição inerente ao nascimento de um segundo filho, bem como os desafios colocados à investigação, à prática clínica e às políticas públicas, com vista à promoção desta transição. Para a sua construção foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de dados (ResearchGate e SCielo Portugal e Brasil), motores de busca (EBSCO e Plataforma B-On) e repositórios (RCAAP e Repositório Comum) com os descritores definidos (*mothe**, *women*, *female*, *parent**, *father**, *becoming a mother*, *transition**, *transition to parenthood*, *second child*, *second-time*, *two children*, *public policy*) adaptados à língua portuguesa e espanhola.

2. Transição para o Segundo Filho

A transição para o segundo filho, representando um período singular, de transformação e de maior vulnerabilidade, exige um trajeto adaptativo e de (re)encontro com um novo equilíbrio (O'Reilly, 2004), que é marcado pelo início do subsistema fraterno (Vivian, 2010; Pereira & Piccinini, 2007). A transição para o segundo filho envolve, também, a mudança para novos papéis e responsabilidades, com implicações, quer na saúde e qualidade de vida do(s) indivíduo(s), bem como das relações conjugais e familiares, e do desenvolvimento físico e emocional saudável da(s) criança(s). De acordo com Chick & Meleis (1986), a transição conduz à incorporação de novo conhecimento, no sentido da modificação de comportamentos e de uma nova definição da própria pessoa (*self*).

Da revisão realizada foram identificados poucos estudos que descrevam a experiência desta transição, quer a partir do ponto de vista da mulher, não se focando apenas na gestação, no pós-parto ou nas semanas imediatamente após o nascimento (Stewart, 1990; O'Reilly, 2004; Holditch-Davis & Miles, 2012; Rodrigues & Velez, 2018), como a partir da experiência do homem (Oliveira & Lopes, 2010) ou do primogénito (Piccinini, Pereira, Marin, & Lopes, 2007).

Na literatura consultada sobressaem-se predominantemente estudos internacionais, da década de 80, verificando-se uma ligeira retoma nos anos 90 e 2000 (Pereira & Piccinini, 2007; Rodrigues & Velez, 2018). Em Portugal, tal como a nível internacional, tem sido desenvolvida investigação no âmbito da transição para a parentalidade e do exercício do papel maternal/paternal, sem que o foco incida sobre a transição vivida com o nascimento do segundo filho.

Na revisão integrativa da literatura realizada por Gage et al. (2006), com o objetivo de sintetizar e analisar criticamente a investigação efetuada no âmbito da

parentalidade em enfermagem, verificou-se que a maioria da pesquisa têm incidido no estudo de crianças com deficiência física ou de desenvolvimento, não tendo sido efetuada qualquer referência a estudos relativos à transição na parentalidade inerente ao nascimento de um segundo filho.

O nascimento de um segundo filho emerge, na literatura consultada, como uma experiência qualitativamente diferenciada, específica e singular (Dessen, 1997; Kojima, Wakita, & Irisawa, 2005).

Contudo, ao exigir novos modos de interação resultantes da expansão de um sistema com três intervenientes para um sistema com quatro, a presença de um segundo filho, aumenta também a complexidade das interações e requer uma reorganização do sistema familiar estabelecido (O'Reilly, 2002), agora não existe apenas o relacionamento dos membros do casal, mas também pais-filhos e os relacionamentos entre irmãos (Stewart, 1990).

Relativamente às relações familiares, há consenso na literatura científica de que, ocorrem mudanças em diferentes dimensões, isto é, “na relação pai-mãe-filho mais velho, na relação conjugal, na relação mãe-primogénito, pai-primogénito” entre outros” (Oliveira & Lopes, 2010, p.104). Contudo, é a relação mãe-criança que é apontada, por grande parte dos estudos identificados, como a mais afetada (Oliveira & Lopes, 2010; Piccinini et al., 2007). Tal condição, pode ser compreendida por poucos estudos terem incluído o pai na amostra, como pelo facto da chegada de um segundo filho ser marcada por um período de rutura na relação, assim como pela redefinição do papel materno (Oliveira & Lopes, 2010, p.99), fruto das alterações, ocorridas com a gravidez, com o afastamento aquando da hospitalização e dos exigentes e longos cuidados necessários ao recém-nascido (Piccinini et al., 2007). O'Reilly (2004) sublinha, também, que as mulheres que se tornam mães de um segundo filho tendem a relatar mais stress, do que as mães pela primeira vez ou, do que as mães com três ou mais crianças. Este stress materno parece surgir, tanto das dificuldades em cuidar do primogénito, como de uma constelação de fatores inerentes ao relacionamento com o cônjuge, com a situação laboral ou com ambas (Stewart, 1990). As mudanças vividas podem, assim, ser exigentes e desgastantes, conduzindo ao surgimento de problemas, tais como a depressão, a ansiedade, a raiva e o cansaço ou o stress (Möller, Hwang, & Wickberg, 2006; Krieg, 2007).

Da literatura científica identificada, apresentam-se alguns estudos sobre o fenómeno. Veja-se Walz & Rich (1983) estudaram o comportamento de 14 mulheres, no pós-parto, com vista a compreenderem como é que era efetuada a incorporação do segundo filho na vida da mulher, bem como na vida do outro filho. Foram identificados seis grupos de comportamentos que envolviam: (a) a promoção da aceitação, do novo bebé, pelo primeiro filho; (b) o luto pela perda da relação exclu-

siva com o primeiro filho; (c) o planejamento para coordenar a inclusão do segundo filho na vida familiar; (d) a reformulação do relacionamento com o primeiro filho; (e) a identificação do segundo filho, a partir da comparação com o primeiro; e (f) a auto-avaliação relativamente à capacidade para nutrir com afeto simultaneamente os dois filhos. Verificando-se que neste período pós-parto precoce, as mulheres focavam-se quase exclusivamente na relação da díade com o primeiro filho. Conclui-se também que para que esta transição fosse bem-sucedida era fundamental que a mãe aceitasse a sua nova identidade enquanto mãe de duas crianças.

Por sua vez, no estudo desenvolvido por O'Reilly (2004), com o objetivo de descrever a experiência de transição na parentalidade a partir da perspectiva da mulher que é mãe pela segunda vez, foram identificados sete temas como elementos comuns à vida das participantes: *equilibrando os elementos positivos e os negativos das primeiras semanas após o parto, sabendo o que esperar, estabelecendo uma nova rotina, mantendo a relação conjugal, fazendo uma pausa, procurando suporte, nutrindo os relacionamentos entre os membros da família* (O'Reilly, 2004, p. 455). As mulheres estavam preocupadas com o seu relacionamento com cada criança, com a relação do pai com as crianças e com a relação das crianças. A autora conclui que a maioria das mães encontra na adição de uma segunda criança à família, uma experiência positiva, independentemente do esforço que levou a acomodar nas suas vidas, as necessidades de dois filhos. Esta investigação também destaca que embora, as mães pela segunda vez, encarassem esta transição com uma riqueza de conhecimentos, as mulheres podem ter preocupações que não são foco de atenção dos enfermeiros (O'Reilly, 2004).

No âmbito do doutoramento, Vivian (2010) estudou o processo de tornar-se mãe de um segundo filho, desde a gestação até ao segundo ano de vida da criança, procurando conhecer o impacto do “complexo fraterno”. A investigadora verificou que a mulher: alterou a sua ideia de que o segundo filho seria mais fácil; percebeu que a criação progressiva de mais espaço para uma outra criança se constituiu como um desafio; que a relação com a própria mãe foi alterada; e que a relação com o marido foi fortemente marcada pelo apoio nos cuidados ao primogénito. A autora sugere que se continue a estudar este fenómeno.

Em 2013, Vivian, Lopes, Geara, & Piccinini publicaram um estudo em que investigaram as expectativas e os sentimentos, de mulheres grávidas do segundo filho, em relação ao primogénito. Os resultados indicaram diferentes expectativas maternas quanto ao segundo filho, tanto em relação ao sexo e ao nome, como relativamente às características emocionais e físicas, com destaque para as comparações existentes com o primogénito. De acordo com os autores, o significado de se tornar mãe do segundo filho também deve continuar a ser investigado.

Stewart (1990), não se focando exclusivamente na mulher, e através de um desenho longitudinal, analisou os ajustamentos nas relações entre pais e filhos, entre irmãos e entre cônjuges. As primeiras avaliações foram realizadas durante o terceiro trimestre da segunda gravidez e as avaliações seguintes foram realizadas ao longo do primeiro ano de vida do segundo filho. Na análise verificou que, embora o nascimento de um segundo filho se constitua como um evento stressante para ambos os elementos do casal, as mulheres tinham experienciado níveis mais altos de stress e em maior variedade, do que os seus cônjuges.

Foram também identificados vários estudos que interligam a experiência inerente à transição para o segundo filho e as questões de género, de relacionamento e satisfação conjugal.

No estudo desenvolvido por Krieg (2007), com o objetivo de compreender como é que ter um filho afeta as mulheres que são mães pela primeira e pela segunda vez, verificou-se que as participantes que eram mães pela segunda vez, relataram não sentir maior capacidade para cuidar do segundo filho e identificaram um aumento do stress, do pré para o pós parto. Além disso, as mães pela segunda vez referiram que ao longo do tempo os aspetos positivos da qualidade conjugal diminuía, verificando-se que, um mês após o parto, o número de tarefas domésticas pelas quais eram responsáveis tinha aumentado.

Por sua vez, Möller, Hwang, & Wickberg (2008) ao investigarem se a satisfação com o relacionamento do casal, durante a transição para a parentalidade, estava relacionada com as atividades domésticas, verificaram que, para as mulheres que têm um segundo filho, existe uma correlação significativa entre a carga de trabalho doméstico e a qualidade do relacionamento do casal. Numa sociedade, como a sueca, onde o estudo foi desenvolvido, com um elevado nível de igualdade entre homens e mulheres, o trabalho doméstico e o stress parecem ser indicadores de felicidade, para as mulheres que recentemente se tornaram mães pela segunda vez.

Hakulinen, Paunonen, White, & Wilson (1997) procuraram descrever a dinâmica familiar durante o terceiro trimestre de uma gravidez saudável, em famílias que tinham o seu primeiro ou segundo filho, no sudoeste da Finlândia. As mães pela segunda vez relataram mais conflitos de papéis e isolamento, sugestivos do aumento da complexidade de papéis, que surge com cada nascimento e com as exigências diárias, relacionadas com a modificação de rotinas previamente definidas.

Por sua vez, Katz-Wise, Priess, & Hyde (2010) examinaram as mudanças nas atitudes de papel de género e no comportamento, ao longo da transição para a parentalidade pela primeira vez e após o nascimento de uma segunda criança. Os autores verificaram que as atitudes relacionadas com o papel de género tornaram-se mais tradicionais, desde a gravidez até aos doze meses de idade, mantendo-se

neste registo para os progenitores que são pais pela segunda vez. Verificou-se também que a família assumiu maior relevância comparativamente com o trabalho.

A parentalidade, a conjugalidade e a rede de suporte recebido, no contexto de um segundo filho, também têm sido estudadas. Möller et al. (2006) ao procurarem examinar a associação entre os estilos de vinculação e a relação dos casais após a transição para a parentalidade, verificaram que para as mães pela segunda vez, uma vinculação insegura com o parceiro foi significativamente associada com a insatisfação no relacionamento do casal.

Os estudos desenvolvidos por Gottlieb & Mendelson (1995), Dessen (1997), Peireira & Piccinini (2007), Krieg (2007), Barnes (2013), Park (2012), Martins (2013) destacam a influência de vários fatores na vivência desta transição que extrapolam o sistema familiar nuclear, incluindo, nomeadamente, a família extensa, os amigos, vizinhos, instituições de saúde, entre outros.

Gottlieb & Mendelson (1995) investigaram a relação entre os diferentes estados de humor e o apoio social detido, de 50 mães casadas que esperavam um segundo filho, no pré e pós-parto. Verificou-se que as mães deprimidas, irritadas e / ou cansadas relatavam ter tido apoio inadequado. Concluiu-se também que diferentes tipos de apoio desempenham funções diferentes, antes e após o nascimento. Por sua vez, as mães que ficaram satisfeitas com o apoio que receberam eram menos suscetíveis de ficarem deprimidas ou referirem raiva.

Por sua vez, Barnes (2013) no estudo que realizou nos EUA, e em que tinha como objetivo clarificar como é que as mães pela primeira e pela segunda vez decidiam sobre a duração da sua licença de maternidade, verificou que as mulheres grávidas de um segundo filho, participantes no estudo, falavam de um modo mais confiante e que tomavam decisões diferentes umas das outras. Além disso, estas mulheres partilhavam, por um lado, a crença de que seis semanas pagas para a licença de maternidade era insuficiente, e por outro, o desejo de que a mesma fosse aumentada, que os maridos também tivessem direito e que existisse maior flexibilidade na mesma. Estas mulheres mostraram também adequar a licença à situação familiar, o que passava por exemplo, por um maior planeamento da gravidez.

O nascimento do segundo filho representando, como descrito, um momento complexo de transição traz desafios para todos os subsistemas que o compõe, sendo que a falta de condições e suporte adequados pode ter impacto nesta experiência, depreendendo-se que, poderá mesmo a ter influência na decisão dos casais de terem mais filhos.

3. Caminho(s) a Percorrer...

Tal como descrito em vários estudos consultados, a investigação no âmbito da transição para o segundo filho, deve continuar a ser investigada, nomeadamente

no contexto português, com vista a uma melhor compreensão do fenómeno. Esse conhecimento permitirá, por um lado, o desenvolvimento de uma prática de cuidados baseada na evidência, como também poderá contribuir para a identificação de estratégias de incentivo à fecundidade e à natalidade, ou seja, à definição de políticas que minimizem as dificuldades e reforcem as vantagens identificadas na vivência desta transição na parentalidade. Será, certamente, uma estratégia concertada em várias áreas, que influenciará ou criará condições favoráveis para que esta transição passe do desejo à realidade.

De seguida são apresentadas considerações que se pretendem constituir apenas como contributos para uma reflexão sobre os caminhos a percorrer na investigação, na prática clínica e nas políticas públicas, identificados na produção científica consultada.

3.1 Na Investigação

Para que o fenómeno, inerente à vivência da segunda transição na parentalidade, seja compreendido de forma aprofundada, na literatura identificada sugere-se que sejam realizados estudos que permitam compreender aprofundadamente a perspetiva das mulheres quando se tornam mães pela segunda vez, no contexto português (Rodrigues & Velez, 2018), assim como a experiência do pai (O'Reilly, 2002; Krieg, 2007), de modo a que esta transição seja compreendida de modo aprofundado e a sua vivência possa ser facilitada.

Oliveira & Lopes (2010) sublinham a importância do desenvolvimento de novas pesquisas que possam “contribuir para o entendimento das repercussões do nascimento do segundo filho no desenvolvimento emocional do primogénito e, sobretudo, nas questões de separação psicológica ou emocional em relação aos seus cuidadores” (p.105).

Por sua vez, Dessen & Braz (2000) sugerem que seja estudada a influência dos avós no desenvolvimento da criança, mais concretamente, no que diz respeito, à sua participação nos períodos de transição familiar decorrentes do nascimento dos netos.

Szabó, Dubas, & Aken (2012) também sublinham que, atendendo a que as famílias são sistemas abertos, seria importante conhecer o modo como a chegada de um segundo filho pode levar à reorganização da família. Nesta linha de pensamento, Krieg (2007) sugere que os estudos futuros incluam mães e pais, assim como informações relativamente ao casamento e à divisão do trabalho em casa. Estes estudos permitiriam uma avaliação mais precisa das dinâmicas familiares dos intervenientes, ajudando, a esclarecer o impacto da contribuição percebida de cada um dos progenitores relativamente à sua contribuição, efetiva, nas tarefas domésticas, bem como o exame da família enquanto sistema. Também O'Reilly

(2002), para além da investigação sobre a experiência do pai na transição na parentalidade pela segunda vez, recomenda o estudo do efeito da participação paterna nos cuidados à criança e a satisfação com a divisão do trabalho.

Piccinini et al. (2007), por sua vez, sublinha a necessidade de serem realizados estudos que investiguem esta transição no contexto de famílias de diferentes classes sociais, possibilitando uma compreensão mais aprofundada deste período. Assim como, a realização de estudos que auxiliem na fundamentação de programas de apoio e educação a familiares no período do nascimento de filhos.

Em 2012, Mendes, na comunicação intitulada “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”, publicada em Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, destaca também a importância de serem desenvolvidos mais estudos sobre as intenções de fecundidade dos portugueses. Assim como a necessidade de se “perceber em que medida a decisão de fecundidade está associada à noção de dimensão familiar desejada ou considerada *ideal* e às circunstâncias que, gradualmente, as vão transformando em intenções e, finalmente, em nascimentos” (Mendes, 2012, p. 108). A investigadora sublinha ainda que esta avaliação deve ser realizada em termos de coorte e não usando um indicador do momento.

3.2 Na prática clínica

Dos estudos consultados, a transição despoletada pela concepção e nascimento do segundo filho, pode conduzir a problemas de saúde específicos (O’Reilly, 2002; Möller et al., 2006; Krieg, 2007), associados a fatores associados à necessidade de reorganização da família e ao ajustamento por parte dos diferentes intervenientes, traduzindo-se num período de maior vulnerabilidade (Pereira & Piccinini, 2011).

A facilitação dos processos de transição constitui-se como um foco de atenção da disciplina de enfermagem (Meleis & Schumacher, 1994; Meleis, Sawyer, Im, Hilfinger, & Schumacher, 2000; Meleis, 2010; Basto, 2012), em que o cuidar emerge como um processo que facilita as transições bem sucedidas (Meleis, 2010). De acordo com Rodrigues & Velez (2018) esta mudança na parentalidade exige a operacionalização de um cuidado humano profissional dirigido ao reforço de competências e de recursos, assim como à minimização de vulnerabilidades.

Nos estudos identificados são apresentadas sugestões para a prática clínica. O’Reilly (2004) na investigação que desenvolveu sugere que os enfermeiros na promoção do ajustamento das mulheres, face à atual transição, sublinhem a riqueza de conhecimentos e experiência que detêm, assim como, a adequada adaptação que realizaram aquando do nascimento do primeiro filho. É também sugerido que estes profissionais promovam, após a alta hospitalar, o suporte necessário à lacta-

ção, de modo a que seja minimizado o stress subjacente aos problemas precoces de amamentação. A autora também sugere a discussão antecipada sobre padrões de sono das crianças e lactentes, o que implica que os enfermeiros e outros profissionais detenham conhecimentos atualizados sobre as várias abordagens para uma adequada higiene do sono e que tenham uma apreciação individualizada de cada criança e família, garantindo que preconceitos não são transmitidos aos pais.

No estudo desenvolvido por O'Reilly (2004) as participantes revelaram que, por vezes, hesitavam partilhar as suas filosofias com outros pais, com receio de respostas negativas. Assim, a investigadora sugere que os enfermeiros discutam este tema com as mulheres, reforçando-se, junto das mesmas, a possibilidade de existirem diferentes abordagens e opções parentais, sensibilizando-as para a importância do respeito pelas decisões de outras mulheres. Segundo a investigadora esta abordagem pode contribuir para fomentar um ambiente de suporte mútuo, em detrimento de um contexto destrutivo para com o outro (O'Reilly, 2004). A discussão sobre a importância do tempo livre, da construção de uma rede de suporte, o encorajamento das competências do pai nos cuidados à criança e do estabelecimento de prioridades, também é retratado nas implicações para a prática deste estudo (O'Reilly, 2004).

Por sua vez, Szabó et al. (2012) sugere intervenções direcionadas para pais com um (segundo) filho com temperamento difícil, assim como a discussão de questões relacionadas com a coparentalidade, isto é, com a cooperação entre os pais, face ao stress que vivem quando têm uma criança difícil.

A crescente evidência na investigação relativamente ao conflito de papéis existentes nesta segunda transição na parentalidade, conduz Lorensen et al., (2004) a sugerirem que a intervenção deve incidir no suporte à negociação face à mudanças nos papéis resultantes do nascimento de uma criança, mas com enfoque em comportamentos concretos, nomeadamente na organização equitativa as tarefas, bem como na forma de chegar a acordo relativamente ao modo de como as tarefas são divididas (Lorensen et al., 2004).

Quanto a recursos e estratégias a adotar para dar resposta às necessidades, O'Reilly (2004) também propõe sessões pós-parto, grupos de apoio, visitas domiciliárias, assim como a oferta de ajuda. A disponibilização de informação e materiais online, sobre temáticas relevantes com *links* para adicionar fontes de informação, desde a primeira semana, após o parto, bem como ao longo do primeiro ano de vida também são sugeridas neste estudo. Não obstante, é destacado como preponderante a avaliação das necessidades de aprendizagem e a individualização dos ensinamentos, tendo em consideração a condição física e cognitiva de cada mulher (O'Reilly, 2004).

Nesta linha de pensamento, Rossato Pereira & Piccinini (2011) também sugere a criação de programas específicos para os pais que esperam o seu segundo filho, onde sejam facultadas diretrizes sobre as mudanças esperadas nos comportamentos e na estrutura que envolve as relações familiares desde o período gestacional até a chegada do segundo filho.

Por sua vez, Hakulinen et al. (1997) tendo estudado as intervenções de enfermagem concebidas para facilitar a utilização dos recursos destacam que as famílias esperam que os enfermeiros forneçam cuidados específicos e considerem a família como um todo e numa extensão superior à que era anteriormente, que as questões de isolamento e conflito de papéis sejam atendidas, assim como sejam recomendados recursos.

Neste âmbito, Hakulinen et al. (1997) também sugerem que os enfermeiros integrem cursos que incluam noções básicas de comunicação em famílias, tais como o processo de escuta e expressão de sentimentos, e utilização de estratégias que permitam a resolução de problemas de forma vantajosa para todos os intervenientes. A mobilização de conteúdos aplicáveis e significativos para a vida familiar, com recurso a *role playing*, também é destacada como preponderante.

Não obstante, importa referir que os efeitos do nascimento de uma segunda criança não são generalizáveis. As implicações podem ser muito variadas e complexas e dependem tanto dos genitores quanto do primogénito (Park, 2012), sendo preponderante o desenvolvimento de intervenções individualizadas, mas baseadas em evidência (Hakulinen, et al., 1997).

3.3 Nas Políticas Públicas

Como referido anteriormente, Portugal apresenta atualmente uma estrutura populacional envelhecida, resultado do aumento da esperança de vida, da diminuição do número de filhos e da diminuição da população em idade ativa (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). A baixa natalidade emergindo como um fenómeno social dinâmico e complexo requer a articulação de diferentes perspetivas e a congregação e comprometimento de esforços de diversos intervenientes (Cunha, 2018).

Sabe-se que as motivações e a decisão para ter apenas um filho ou ir além do primeiro, condicionam a fecundidade e o rejuvenescimento do país (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018). De acordo com Mendes et al. (2016) a motivação, em indivíduos portugueses entre os 30 e os 39 anos, para ter mais filhos aparenta estar relacionada com a idade do indivíduo, com questões de ordem financeira, com a existência de coabitação ou casamento, com a dimensão do agregado de origem (quem teve mais irmãos, pretende ter mais filhos), assim como, com a idade em que se deixou o agregado familiar de origem (Mendes et al., 2016). Por sua vez, Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) referem que para aproximadamente 30% dos

jovens até aos 30 anos, as questões inerentes à habitação se assumem como determinantes, para não pretenderem ter mais filhos. Acresce, também, a esta informação que casas mais pequenas, potenciam famílias menores, ou seja, a conjuntura existente, no nosso país, parece não ser favorável ao incentivo da fecundidade e da natalidade.

Concomitantemente e, uma vez que, a entrada tardia no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de escolaridade dificilmente regredirão, a atual moldura só poderá ser alterada em situações em que os casais sintam estabilidade económica e social para terem (mais) filhos, o que implica que lhes sejam proporcionadas as condições que considerem as ideias para terem os filhos que pretendem, e na altura que desejam (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

Paralelamente, o recurso à imigração poderia ter algum impacto no aumento da fecundidade e natalidade, em Portugal. Contudo sabe-se, através de vários estudos, que os imigrantes de 2.ª geração adotam comportamentos de fecundidade muito idênticos aos dos seus países de origem, pelo que a melhor estratégia passa, então, por proporcionar aos residentes as condições favoráveis para conceberem o número de filhos que pretendem (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018).

A implementação de forças (re)atrativas ou de fixação sobre os emigrantes que entre 2011 e 2015 saíram de Portugal, e que eram sobretudo indivíduos em idade ativa jovem, é outra estratégia que é também apontada como relevante para o aumento da natalidade (Tomé, Magalhães, & Ribeiro, 2018), na medida em que, o número de portugueses que o fizeram foi bastante elevado e que tendência de que se venham a fixar, permanentemente, nos países de destino e a ter os seus filhos nesses locais, em detrimento de Portugal, é muito forte. Nesse sentido, de acordo com Tomé, Magalhães, & Ribeiro (2018) seria importante que fossem proporcionadas a estes indivíduos condições de trabalho satisfatórias, com salários compatíveis às expectativas existentes relativamente às habilitações literárias e qualificações profissionais que detêm.

Para além da criação das anteriormente referidas condições socioeconómicas favoráveis aos portugueses (habitantes, ou não, em território nacional), para conceberem o número de filhos pretendidos, na produção científica são também identificadas as dificuldades inerentes à conciliação da vida profissional e familiar, assim como enunciadas as áreas em que são necessárias intervenções. Os resultados do International Social Survey Programme (ISSP) – ‘Família e papéis de género em mudança’, publicado no Livro Branco Homens e Igualdade de Género em Portugal, revelam que,

apesar da elevada prevalência do *duplo emprego* na sociedade portuguesa, a desigualdade de género manifesta-se no diferente volume de horas que mulheres e homens dedicam ao trabalho pago e, prin-

principalmente, ao trabalho não pago. Com efeito, as tarefas domésticas, os cuidados a familiares e a conciliação com a vida profissional — dimensões menos visíveis e tangíveis do quotidiano das famílias e socialmente menos valorizadas — continuam a recair sobretudo sobre as mulheres (Cunha, 2018, p.104).

Contudo, já começam a existir, em Portugal, também sinais de alguma mudança geracional protagonizada por ambos os sexos, que se traduz numa diminuição da sobrecarga feminina (Cunha, 2018). Efetivamente a desigualdade de género patente no trabalho pago, no trabalho não pago e na conciliação entre as duas esferas da vida, não encontra eco na redação do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, sendo um tópico recorrente da agenda e da ação de decisores políticos, parceiros sociais e organizações da sociedade civil ao longo destes anos (Cunha, 2018).

Neste âmbito, a adoção de políticas públicas protetoras podem ter impacto, nomeadamente na mudança coletiva de atitudes, por exemplo, no que diz respeito à desconstrução de estereótipos de género, grandemente responsáveis pelo conflito de papéis que mulheres e homens, enfrentam enquanto pais e profissionais. Também o desafio da mudança da cultura empresarial predominante, mais concretamente relativamente às necessidades de conciliação das famílias e ao reconhecimento que os trabalhadores do sexo masculino são, também eles, responsáveis pela conciliação família-trabalho, assim como potenciais cuidadores. Também a

consolidação e coerência das políticas públicas de proteção do *duplo emprego* e da conciliação família-trabalho, o que passa por reforçar tanto as responsabilidades dos homens no quadro das licenças parentais, como a rede de equipamentos públicos ou comparticipados para a infância, ainda manifestamente insuficiente e territorialmente desigual” podem ser alvo da atenção das políticas públicas (Cunha, 2018, p.106).

Todavia, não é possível esquecer que, a fecundidade nacional resulta de inúmeras decisões individuais tomadas pelo casal, em função das suas circunstâncias específicas, e sob a influencia de distintos fatores, que podem ser modificados com o passar do tempo (Mendes, 2012). Nesta linha de pensamento, Mendes (2012) refere que as “medidas de política que se pretendam eficazes na criação de um ambiente favorável à decisão de fecundidade dos casais não poderão ser estabelecidas de modo universal, mas antes tendo em conta a população-alvo que (ainda) pretende ter filhos”, bem como ser “orientadas para os fatores que podem possibilitar nessas populações mudanças de comportamento”. A autora acrescenta assim que as me-

didadas políticas não podem assumir um carácter único e universal, pois daí resulta, muitas vezes, a sua ineficácia (p.108).

Assim, as políticas a adotar devem passar não pelo incentivo à fecundidade, mas antes por “*criar um ambiente favorável* para que os casais possam vir a ter (mais) filhos se e quando o desejarem” (Mendes, 2012, p.103). A autora acrescenta que “uma intervenção que permitisse melhorar o padrão de vida das famílias, aumentar o seu rendimento disponível, diminuir o custo dos filhos, assegurar educação e saúde, tal como, promover a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e no espaço doméstico, contribuiria decisivamente para um aumento da fecundidade” (Mendes, 2012, p.106). De acordo com a autora, a um nível macro estas intervenções podem ser traduzidas em medidas que, de um modo geral, pudessem diminuir o desemprego e a redução da precariedade, a redução da incerteza, bem como gerar boas perspetivas para os jovens, na medida em que a promoção de um ambiente amigo das famílias poderá ter influência na tomada de decisão dos casais (Mendes, 2012).

4. Conclusão

Em Portugal a transição para a parentalidade continua a ser uma realidade vivida pela maioria da população. Atendendo à elevada proporção de filhos únicos, a transição para o segundo filho dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar, embora o número ideal de dois filhos continue a marcar claramente os desejos dos portugueses.

A identificação da produção científica, sobre a experiência de transição inerente ao nascimento do segundo filho e os desafios colocados aos seus intervenientes, trouxe contributos para a sistematização do conhecimento e para a identificação de lacunas e intervenções a serem desenvolvidas, de forma concertada pelos diferentes agentes, com vista à promoção desta transição.

O nascimento de um segundo filho emerge como uma experiência qualitativamente diferenciada, específica e singular que envolve a transição para novos papéis e responsabilidades, com possíveis implicações, quer na saúde e qualidade de vida do(s) indivíduo(s), bem como das relações conjugais e familiares e do desenvolvimento físico e emocional saudável da(s) criança(s). Frequentemente associada a esta transição emergem questões de género, com enfoque para a maior sobrecarga experienciada pelas mulheres, bem como no impacto existente no relacionamento e na satisfação conjugal. A influência da família e da rede suporte social enquanto recursos importantes nesta transição também surge retratada.

Em Portugal, tem sido desenvolvida investigação no âmbito da transição para a parentalidade, mas sem que o foco seja sobre a compreensão da transição vivida

aquando do nascimento do segundo filho. São vários os investigadores que sugerem que este fenómeno deve continuar a ser estudado.

Esta transição exige a operacionalização de um cuidado humano profissional que ajude a pessoa a adquirir maior autonomia e capacidade de adaptação ao novo papel. A enfermagem, tendo como enfoque a facilitação das transições, surge numa posição em que pode intervir junto dos distintos intervenientes acompanhando-os neste momento do ciclo de vida e ajudando-os a ultrapassar esta transição de forma bem-sucedida.

O desfasamento entre os ideais e os comportamentos reprodutivos dos portugueses constitui uma porta da entrada para as políticas de natalidade, nomeadamente com vista à criação de um ambiente favorável direccionado para os casais que pretendem vir a ter um segundo filho, assim como para os fatores que podem influenciar as mudanças de comportamento nesses indivíduos.

Assim, face à complexidade inerente a esta transição e ao seu impacto no rejuvenescimento do país, é preponderante a articulação de diferentes perspetivas e esforços, nomeadamente a nível estratégico, no que concerne às políticas públicas, como através de cuidados de saúde específicos e holísticos baseados em evidência.

Referências

- Barnes, M. W. (2013). Having a first versus a second child: Comparing women's maternity leave choices and concerns. *Journal of Family Issues*, 34(1), 85–112. <<https://doi.org/10.1177/0192513X12440089>>.
- Basto, M. L. (2012). Qual o objecto de estudo das teses de doutoramento em enfermagem das universidades portuguesas? Uma análise dos resumos. *Pensar Enfermagem*, 16(1), 2–25.
- Chick, N., & Meleis, A. (1986). Transitions: A nursing concern. In P. Chinn (Ed.), *Nursing Research Methodology* (pp. 237–257). Boulder, CO: Aspen Publication.
- Cunha, V. (2018). Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade entre mulheres e homens e natalidade. In Portugal: Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: A Natalidade* (pp. 89–108). Coimbra: Edições Almedina.
- Dessen, M. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, 3, 51–61. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300006>.
- Dessen, M., & Braz, M. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 221–231. Retrieved from <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01023772200000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>.
- Gage, J. D., Everett, K. D., & Bullock, L. (2006). Integrative review of parenting in nursing research. *Journal of Nursing Scholarship*, 38(1), 56–62.
- Gottlieb, L. N., & Mendelson, M. J. (1995). Mothers' moods and social support when a second child is born. *Maternal-Child Nursing Journal*, 23(1), 3–14. Retrieved from

- <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=mnh&AN=7791380&site=ehost-live>>.
- Hakulinen, T., Paunonen, M., White, M., & Wilson, M. (1997). Dynamics of families during the third trimester of pregnancy in southwest Finland. *International Journal of Nursing Studies*, 34(4), 270-277. Retrieved from <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=107348606&site=ehost-live>>.
- Holditch-Davis, D., & Miles, M. (2012). Parenting research in nursing. In *Encyclopedia of Nursing Research* (Third edit). NY: Springer Publishing Company.
- Instituto Nacional de Estatística, & Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2014). *Inquérito à Fecundidade 2013*. Retrieved from <<https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/1490/inquerito-a-fecundidade-2013>>.
- Katz-Wise, S. L., Priess, H. A., & Hyde, J. S. (2010). Gender-role attitudes and behavior across the transition to parenthood. *Developmental Psychology*, 46(1), 18-28. <https://doi.org/10.1037/a0017820>
- Kojima, M., Wakita, M., & Irisawa, Y. (2005). The impact of a second infant on interactions of mothers and firstborn children. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 23(1), 103-114. Retrieved from 10.1080/02646830512331330910
- Krieg, D. B. (2007). Does motherhood get easier the second-time around? Examining parenting stress and marital quality among mothers having their first or second child. *Parenting: Science & Practice*, 7(2), 149-175. Retrieved from <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=105878787&site=ehost-live>>.
- Lorensen, M., Wilson, M., & White, M. (2004). Norwegian families: Transition to parenthood. *Health Care for Women International*, 25(4), 334-348. Retrieved from <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106663962&site=ehost-live>>.
- Martins, C. (2013). *A transição no exercício da parentalidade durante o primeiro ano de vida da criança: Uma teoria explicativa de enfermagem*. (Doctoral dissertaion, Universidade de Lisboa). Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9420/1/ulsdo66671_td_Cristina_Martins.pdf>.
- Meleis, A. I. (2010). *Transitions theory: Middle range and situation specific theories in nursing research and practice*. New York: Springer Publishing Company, LLC. Retrieved from <https://taskurun.files.wordpress.com/2011/10/transitions_theory_middle_range_and_situation_specific_theories_in_nursing_research_and_practice.pdf>.
- Meleis, A. I., & Schumacher, K. L. (1994). Transitions: A central concept in nursing. *Journal of Nursing Scholarship*, 26(2), 119-127.
- Meleis, A., Sawyer, L., Im, E., Hilfinger, M., & Schumacher, K. (2000). Experiencing transitions: An emerging middle-range theory. *Adv Nurs Sci*, 23(1), 12-28.
- Mendes, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: O papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro: Presidência da República - Conferência "Nascer em Portugal"* (pp. 91-109). Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mendes, M., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., & Freitas, R. (2016). *Determinantes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Möller, K., Hwang, C., & Wickberg, B. (2006). Romantic attachment, parenthood and marital satisfaction. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 24(3), 233–240. Retrieved from <[http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106268796&s](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=106268796&s>)>.
- Möller, K., Hwang, C., & Wickberg, B. (2008). Couple relationship and transition to parenthood: Does workload at home matter? *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 26(1), 57–68. Retrieved from <[http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=105915639&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=105915639&site=ehost-live>)>.
- O'Reilly, W. M. M. (2004). Achieving a new balance: Women's transition to second-time parenthood. *JOGNN: Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing*, 33(4), 455–462. <<https://doi.org/10.1177/0884217504266911>>.
- O'Reilly, W. M. M. (2002). *The experience of maternal transition to second-time parenthood. Experience of Maternal Transition to Second-time Parenthood*. University of Connecticut. Retrieved from <[http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=109877312&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rzh&AN=109877312&site=ehost-live>)>.
- Oliveira, D., & Lopes, R. (2010). Implicações emocionais da chegada de um irmão para o primogênito: Uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 97–106. Retrieved from <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a11v15n1.pdf>>.
- Oliveira, I. (2012). A Fecundidade em Portugal: Uma análise segundo a ordem de nascimento. In Casa Civil da Presidência da República (Ed.), *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer Portugal"* (pp. 111–128). Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Retrieved from <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8878/1/Livro_roteirosdofuturo_nasceremporugal.pdf>.
- Park, S.-M. (2012). Social networks and second-childbirth intentions of Korean married women. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 30(4), 398–412. <<https://doi.org/10.1080/02646838.2012.725129>>.
- Pereira, C., & Piccinini, C. (2007). O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 385–395.
- Piccinini, C., Pereira, C., Marin, A., & Lopes, R. (2007). O nascimento do segundo filho e as relações familiares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 253–261. Retrieved from <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/ao3v23n3.pdf>>.
- Rodrigues, J., & Velez, M. (2018). Tornar-se mãe de um segundo filho: Uma revisão scoping. *Pensar Enfermagem*, 22(1), 5–17. Retrieved from <http://pensarenfermagem.esel.pt/files/3_Artigo_1_-_p.5-18.pdf>.
- Rossato Pereira, C. R., & Piccinini, C. A. (2011). Relacionamento mãe-primogênito durante a gestação do segundo filho. *Relationship Between Mother and First-Born Child During Her Second Pregnancy*, 27(2), 179–188. Retrieved from <<http://10.0.6.54/s0102-37722011000200006>>.
- Stewart, R. B. (1990). *The Second Child: Family Transition and Adjustment*. Retrieved from <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=eric&AN=ED355015>>.
- Szabó, N., Dubas, J., & Aken, M. (2012). And baby makes four: The stability of coparenting and the effects of child temperament after the arrival of a second child. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 554–564. <<https://doi.org/10.1037/a0028805>>.

- Tomé, L., Magalhães, M., & Ribeiro, F. (2018). Maternidade e paternidade: Motivações e intenções. A importância da idade ao nascimento do primeiro filho. In Portugal: Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: a Natalidade* (pp. 173–195). Coimbra: Edições Almedina.
- Vivian, A. (2010). *Tornar-se Mãe de um Segundo Filho: Da Gestação ao Segundo Ano de Vida* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Retrieved from <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26812/000761032.pdf?sequence=1>>.
- Vivian, A., Lopes, R., Geara, G., & Piccinini, C. (2013). “Eu fico comparando”: Expectativas maternas quanto ao segundo filho na gestação. *Estudos de Psicologia*, 30(1), 75–87. Retrieved from <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n1/09.pdf>>.
- Walz, B. L., & Rich, O. J. (1983). Maternal tasks of taking-on a second child in the postpartum period. *Maternal-Child Nursing Journal*, 12(3), 185–216. Retrieved from <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=mnh&AN=6556428&site=ehost-live>>.



Preliminary Study of Adaptation of the Motivation Model for the Perry Public Service (1996) within the Portuguese Context

Estudo Preliminar de Adaptação do Modelo de Motivação para o Serviço Público de Perry (1996) para o Contexto Português

(PT: 183-210)

João Marcos Rodrigues da Fonseca*

José Luís Rocha Pereira do Nascimento**

Damasceno Dias***

Center for Public Administration and Public Policies,
Higher Institute of Social and Political Science, University of Lisbon, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.159-181

Article received on 04/04/2020 and approved for publication by the Editorial Council on 25/05/2020.

* PhD student in Public Administration, specialization in Public Administration and Policies at the ISCSP-ULisboa. Masters Degree and Graduate in Public Administration at the ISCSP-ULisboa.
E-mail: jmfonseca@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0001-5239-9744

** Assistant Professor and Member of the Center for Public Administration and Policies of the Higher Institute of Social and Policy Studies, University of Lisbon. PhD student in Management with specialization in Organization and Development of Human Resources at the Higher Institute of Business Science and Labor (Instituto Superior de Ciências da Empresa e do Trabalho), University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL).
E-mail: jnascimento@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0003-4754-0461

*** Assistant Invited Professor of the Center for Public Administration and Policies of the Higher Institute of Social and Policy Studies, University of Lisbon. PhD student in Management with Specialization in Organization and Development of Human Resources at the Higher Institute of Business Science and Labor (Instituto Superior de Ciências da Empresa e do Trabalho) University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL).
E-mail: ddias@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0002-0238-009X

The authors wish to gratefully acknowledge the contribution of two anonymous proofreaders to this article.

ABSTRACT

Public Service Motivation (PSM) has been shown to be a consistent model in the various studies in which it was used. This study aims to contribute to the validation of PSM, conceptualized by Perry and Wise (1990), within the Portuguese context. Starting from the dimensions that make up PSM in the model proposed by Perry (1996), we intend to identify the dimensions with possible relevance to the Portuguese context. This research inserts itself into the context of a large project of validation of the PSM model representative of the Portuguese Public Administration. Using a questionnaire initially proposed by Perry (1996) which covers forty items to measure the six dimensions, we performed different Exploratory Factor Analyses (EFA) through the elimination of the items that presented a factor loading of below 0,50 and/or saturated with a factor loading greater than 0,50, in more than one extracted factor. Following this, by using the Confirmatory Factor Analysis (CFA), we compared the measurement model achieved (EFA) with the two other models. One was that initially proposed by Perry (1996) and the other was the final model discovered in this study by Perry (1996). The results obtained allowed the identification of three dimensions of the six proposed initially by Perry (1996) and two new dimensions which assume a reverse nature. They are Social Selfishness and Social Cynicism, there not being, however, any literature found to contextualize them within the scope of PSM. The implications of these results were also discussed and future studies suggested.

Keywords: Public Service Motivation, Dimensions, Measurement Model

RESUMO

A Motivação para o Serviço Público (PSM) tem revelado ser um constructo consistente nos diversos estudos em que tem sido utilizado. O presente estudo tem como objetivo contribuir para a validação para o contexto português do Modelo de Motivação para o Serviço Público (*Public Service Motivations* – PSM) conceptualizado por Perry e Wise (1990). Pretende-se, partindo das dimensões constituintes deste modelo identificar dimensões relevantes para o contexto público português. Insere-se, assim, no contexto de um projeto mais vasto de identificação e validação de um modelo da PSM representativo da Administração Pública Portuguesa. Partindo-se do questionário inicialmente proposto por Perry (1996), constituído por quarenta itens que medem as seis dimensões, foram realizadas diversas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) através da eliminação dos itens que apresentaram um *factor loading* inferior a 0,50 e/ou saturaram com *factor loading* superiores a 0,50 em mais do que um fator extraído. Em seguida, através de Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC), o modelo resultante da AFE, foi comparado com outros dois modelos. Um foi o modelo inicial proposto por Perry (1996) e o outro foi o modelo final encontrado neste estudo (Perry, 1996). Os resultados obtidos permitiram identificar três dimensões das seis propostas inicialmente por Perry (1996) e duas novas dimensões que assumem uma natureza *reverse*. São elas o Egoísmo Social e o Cinismo Social, não tendo, no entanto, sido encontrada literatura que as contextualizassem no âmbito da PSM. Foram também discutidas as implicações destes resultados e sugeridos estudos futuros.

Palavras-chave: Motivação para o Serviço Público; Dimensões; Modelo de Medida

1. Introduction

The potential of missions of the various bodies within Public Administration has given rise to the question of how public organizations can amplify the attraction of working in public service, and of how motivation can bring about higher performance levels (Desmidt & Prinzie, 2019). Faced with a growing need for stimulating personal values, for guiding behavior (Perry & Wise, 1990) and for motivating people to collaborate within society (Vandenabeele, Ritz & Neumann, 2018), significant ground has been made in the last quarter of a century towards a more complete understanding of the motivational factors for the delivering of public policies (Kim, 2017; Pandey, Pandey, Breslin & Broadus, 2017) and for recruiting highly qualified employees being competed for by the private sector (Asseburg & Homberg, 2020).

The idea that employees in public service might feel the desire to contribute to the general good is outdated (Horton, 2008; Vandenabeele, 2014; Vandenabeele et al., 2018), with the pressing need for scientific research on the construct of Public Service Motivation (PSM), identified as “the propensity of an individual to respond to causes which are fundamentally or exclusively pertaining to public institutions” (Perry & Wise, 1990, p. 368).

Thus, the motivation towards public service consists of an individual predisposition for collective interests, conditioning behavior in an organizational context, according to those values and attitudes which rise above personal and organizational interest (Coursey & Pandey, 2007; Coursey, Perry, Brudney, & Littlepage, 2008; Han, 2018; Kim, 2009a; Perry, 1996; Perry & Wise, 1990; Rainey & Steinbauer, 1999; Vandenabeele, 2007; Vandenabeele, 2008a; Wright & Christiansen, 2010).

For Perry and Hondeghem (2008), PSM as a motivation to “do good to others and shape the well-being of society” (p. 3) comes to assume an important position in the study of Public Administration and Public Management, once it is linked to the range of results considered beneficial for public sector bodies. Thus, motivation for public service presupposes that altruistic motivational components allow organizational behavior to be explained, introducing connections between institutions and the individual (Vandenabeele et al., 2018), which allow for the stimulation of assistance to society, civic duty, concern for the public and social justice (Perry, Brudney, Coursey & Littlepage, 2008).

PSM has also been characterized from a rational perspective, or of personal interest for public service, which promotes specific interests by an ideological ruling, or of individual ethical circumspection, when faced with the specific project or program of public policies (Perry & Wise, 1990).

Considering that public servants are motivated by a concern for the community, by a desire to serve or by a sense of duty not encountered amongst private sector officials (Crewson, 1997, Houston, 2000; Perry & Wise, 1990), Perry (1996) designed and proposed a PSM model linked to a scale of measures and composed of forty items which measured the six dimensions, namely, (i) the attraction to public policy-making, (ii) the commitment to public interest, (iii) civic duty, (iv) social justice, (v) self-sacrifice, and (vi) compassion. Meanwhile, no studies were found to have been done for validation within the Portuguese context of a PSM model, nor of the instrument proposed by Perry (1996).

It is on the basis of this observation that this study intends to explore the content and factorial structure of the Perry (1996) PSM Model within the Portuguese context, in a preliminary approach towards a project of adaptation and validation of this model for the Portuguese Public Administration.

2. Theoretical Framework

PSM was conceptualized as a propensity of individuals to respond to delivering public policies in a public organizational context (Perry, 1996), as well as contributing towards the good of society and its citizens (Houston, 2006). Along these lines, Brewer and Selden (1998) describe PSM as “a motivational force which induces individuals to perform a meaningful public service” (p. 417). Apart from this, Rainey and Steinbauer (1999) define this construct as “an altruistic motivation to serve the interests of the community, a State, a nation or mankind” (p. 23).

Conversely, PSM has been explained by the convictions and behaviors which go beyond personal or organizational interest, and which can induce by way of public interaction, a motivation for a channeled action (Vandenabeele, Scheepers, & Hondeghem, 2006), allowing the individual to act in accordance with public fulfillment, but with a dual set of priorities split between organizational (Vandenabeele, 2007) and individual orientation (Perry & Hondeghem, 2009).

Despite definitions of the construct varying a little from author to author, it is sustained and agreed that PSM is a compromise for public interest, a service and dedication to one's fellow men and self-sacrifice (Houston, 2006).

2.1 Models proposed by Perry

Traditional and empirical evidence showing employees in public office are different, led Perry and Wise (1990) to conceptualize this differentiation in order to define the construct of motivation for public service.

Considering the distinction referred to, the relationship between PSM and organizational behaviors (Han, 2018), has made it possible to characterize estab-

lished rational motives for maximizing individual usefulness, regulatory motives based on rules and heuristics, and rooted in the desire to achieve the common good and promote public interests, and emotive reasons based on human feelings (Perry, 2000; Perry et al., 2008). This being the case: (i) the rational motives are linked to participation in the process of formulating public policies and to involvement in public projects and programs; (ii) the regulatory motives are affiliated to the desire to serve public interests and to loyalty to the governing executive; and (iii) the emotive reasons are connected to personal convictions for affiliation to public service (Perry et al., 2008).

Alongside this can also be positioned the motives linked to PSM, like psychological needs which can be satisfied by working in public organizations, when the intrinsic rewards given can be considered superior to those of the private sector, for recognition to usefulness in helping the community and in serving public interest (Crewson, 1997; Houston, 2000; Perry & Wise, 1990; Rainey, 1982).

Initially, Perry (1996) proposed a motivation for public service model composed of six dimensions. Specifically: Attraction to Policy Making – APM; Commitment to the Public Interest – CPI; Civic Duty – CD; Compassion – COM; Self-Sacrifice – SS. These six dimensions were measured by forty items and with a Lickert-style response scale of 7 points, going from 1 (completely disagree) to 7 (completely agree).

In validating the data, Perry (1996) was able to establish a final model in which social justice was eliminated and civic duty was integrated into the commitment to the public interest. Thus, the final model as presented by Perry (1996), was composed of twenty-four items and four dimensions. The Cronbach Alpha coefficients for the four sub-scales went from 0.69 through 0.74 and the factorial amount of the items from 0.39 through 0.78 Perry (1996).

2.2 Validation Studies

Subsequent studies on the matter by Perry and Wise (1990), researched the link between PSM dimensions and attraction to the public sector (Christensen & Wright, 2011; Lewis & Frank, 2002; Steijn, 2008; Vandenabeele, 2008b), giving rise to disparate implications (Ritz, Brewer & Neumann, 2016). The variations in the results can be explained by the different cultures of the countries of origin which were researched into. Most studies analyze data from Europe (Kjeldsen & Jacobsen, 2013) or from the United States of America (Christensen & Wright, 2011).

Some authors have indicated the inequality arose from the organizational socialization of the population researched into, being made up of employees in public office (Asseburg & Homberg, 2020).

Despite this, this discussion was clarified by using a sample of graduate students, who, without any socialization organization, intended to work in Public Administration (Clerkin & Cogburn, 2012).

Independently of the existence of various PSM studies, the scale could alter its measuring capacity in different contexts and environments, leading Vandenaabeele (2008b) to establish other dimensions, namely interest in policy and public policies, public interest, compassion, self-sacrifice, equality and bureaucratic values. This research resulted in thirty-five items taken from the forty-seven initially proposed, once the dimensions of religion and technical ability were ruled out by Vandenaabeele's (2008b) validation.

Conversely, Kim (2009b), on testing the Perry Model (1996) within the Korean context, validated a scale of 14 items with four factors, specifically, attraction to policy-making, commitment to public interest, compassion, self-sacrifice, the Cronbach Alpha coefficient going from 0.62 through 0.74.

Also to be highlighted are other studies which allow various relationships to exist between motivation for public service and various other variable ones such as, amongst others, organizational commitment, job security and satisfaction, and perceived social impact (Horváth & Horvath-Vadasz, 2019). More recently still, Horváth and Horvath-Vadasz (2019) suggest the use of correlations between PSM and variables of job security and organizational commitment, attaining explanatory models of 48% and 63% respectively.

Added to this is that one of the more significant implications of PSM is the idea that motivation links public interest to administrative behavior (Moynihan & Pandey, 2007), envisaging that employees with higher levels of PSM better interpret the meaning of public service mission (Pandey, Wright & Moynihan, 2008; Vandenaabeele, 2014).

For this reason, we can conclude that public service motivation, as well as the measurement model, depend on the socio-political and cultural context where it is applied. This evidence implies that, faced with the attraction of employment policies in Public Administration, there is a need for validating and establishing a model for public service motivation, specifically within the Portuguese context, as verified in other countries, for the most recent studies of PSM validation (Table 1).

It is not clear to what measure PSM is linked with attraction to the public sector in the job market, with, in particular, strong practical implications for recruitment and selection (Asseburg & Homberg, 2020). This study rightly seeks to meet this requirement, through development of a global measuring instrument for public service motivation. This instrument would have the potential to ignore the contextual sensitivity of the existing dimensional measures, introducing the

TABLE 1. Validation Studies adapted by Perry (1996)

ARTICLE	METHODOLOGY	SAMPLE DIMENSION	SAMPLE TYPE	DIMENSIONS	SCALE	PERRY ADAPTATION (1996)
Asseburg, J., & Homberg, F. (2020). Public service motivation or sector rewards? Two studies on the determinants of sector attraction. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 40(1), 82-111.	Meta-Analysis	600	Graduate & Masters Students of AP	4 (APS, SS, CPV, COM)	Kim et al. (2013)	X
Neumann, O. (2019). Giving Something Back to Society": A Study Exploring the Role of Reciprocity Norms in Public Service Motivation. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 39(2), 159-184.	Regressions	205	AP Policy	4 (APM, SSF, COM, CPI)	Giauque et al. (2011)	X
Quratalain, S., Khan, A. K., & Sabharwal, M. (2019). Procedural fairness, public service motives, and employee work outcomes: Evidence from Pakistani public service organizations. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 39(2), 276-299.	Hierarchical Regressions	232	AP Public Officers	3 (APM, CPI, COM)	Perry (1996)	X
Desmidt, S., & Prinzie, A. (2019). Establishing a mission-based culture: Analyzing the relation between intra-organizational socialization agents, mission valence, public service motivation, goal clarity and work impact. <i>International Public Management Journal</i> , 22(4), 664-690.	SEM*	585	Health AP	1 (APS)	Wright & Pandey (2011)	X
Ripoll, G., & Ballart, X. (2019). Judging unethical behavior: The different effects of external and public service motivation. <i>International Public Management Journal</i> , 1-23.	SEM	574	Social Services (AP, Private & 3.º Sector)	4 (APP, CPI, COM, SS)	Kim et al. (2013)	X
Homberg, F., Vogel, R., & Weiherl, J. (2019). Public service motivation and continuous organizational change: Taking charge behaviour at police services. <i>Public administration</i> , 97(1), 28-47.	Regressions	1165	Police AP	4 (APM, SS, COM, PI)	Wright, Moynihan & Pandey (2012)	X

* Structured Equation Modeling

TABLE 1. (cont.)

ARTICLE	METHODOLOGY	SAMPLE DIMENSION	SAMPLE TYPE	DIMENSIONS	SCALE	PERRY ADAPTATION (1996)
Holt, S. B. (2019). The influence of high schools on developing public service motivation. <i>International Public Management Journal</i> , 22(1), 127-175.	SEM	680	Students of AP	1 (APS)	Kim et al. (2013) e Perry (1996)	X
Kim, S., Vandenabeele, W., Wright, B. E., Andersen, L. B., Cerase, F. P., Christensen, R. K., ... & Palidauskaite, J. (2013). Investigating the structure and meaning of public service motivation across populations: Developing an international instrument and addressing issues of measurement invariance. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 23(1), 79-102.	SEM	2868	AP Public Officers	4 (APP, CPV, COM, SS)	Giaque et al. (2011), Kim (2009a, 2009b), Perry (1996) and Vandenabeele (2008a, 2008b)	X
Wright, B. E., Moynihan, D. P., & Pandey, S. K. (2012). Pulling the levers: Transformational leadership, public service motivation, and mission valence. <i>Public Administration Review</i> , 72(2), 206-215.	SEM	1322	AP (Local)	3 (CPI, COM, SS)	Alonso & Lewis (2001), Brewer, Selden & Facer (2000), Kim (2004), Pandey, Wright & Moynihan (2008), Wright & Pandey (2011)	X
Wright, B. E., & Pandey, S. K. (2011). Public organizations and mission valence: When does mission matter?. <i>Administration & Society</i> , 43(1), 22-44.	SEM	168	AP (Agency)	3 (CPI, COM, SS)	Wright (2008)	X
Giaque, D., Ritz, A., Varone, F., Anderfuhren-Biget, S., & Waldner, C. (2011). Putting public service motivation into context: A balance between universalism and particularism. <i>International Review of Administrative Sciences</i> , 77(2), 227-253.	SEM	3754	AP Public Officers	4 (APM, SSF, COM, CPI)	Coursey & Pandey (2007), Vandenabeele (2007), Coursey et al. (2008), Kim (2009a, 2009b)	X

Source: In-house.

possibility of directly assessing the result of motivation, or the lack of it, for undertaking public service (Vandenabeele et al., 2018).

Thus, this research intends to give a preliminary contribution to PSM validation within the Portuguese context, given that there are no known studies to measure public service, nor of the adaptation of the model and the instrument proposed by Perry (1996) for Portuguese Public Administration.

3. Methodology

This work consists of a preliminary study of adaptation and validation of the PSM model within the Portuguese context. Its objective is to verify the results which may emerge from the collection of a specific PSM structure for Portuguese Public Administration. It is a quantitative study, supported by a questionnaire survey and, because of this, it being of a research and preliminary nature, a small-scale sample was opted for. The statistical treatment of the data lay, in the first phase, in the Exploratory Factorial Analysis (EFA), followed by a Confirmatory Factorial Analysis (CFA) of the model extracted from the EFA. This model resulting from the EFA was subsequently validated and compared to the two PSM models proposed by Perry (1996). Following this, a validation of this construct was developed within the Portuguese Public Administration context.

3.1 Sample

In order to establish the sample, the original PSM questionnaire (Perry, 1996), was given, during the month of November 2018, to 205 students from evening courses at graduate, masters and PhD levels in Public Administration, at the Higher Institute for Social and Policy Sciences, at the University of Lisbon (ISCSP-ULisboa). Meanwhile, the target would be those students with experience of working in public administration. Thus it was opted to survey only students of evening courses so as to maximize the number of employee-students. This option is in line with various studies as presented in Table 1 (e.g., Asseburg & Homberg, 2020; Holt, 2019).

The questionnaire was answered in a classroom setting and with pencil and paper, taking place at the beginning of lessons. Of these, 28 were eliminated for only having worked in private organizations and 39 for not having any experience at all.

The final sample was selected by way of convenience and made up of 138 subjects. Despite the sample size not being sufficient for a validation study (Hair, Black, Babin & Anderson, 2010), this work stands out as a preliminary study, and is included in a much vaster project of identification and validation of a PSM model for the Portuguese Public Administration. Thus, being viewed as a pre-test, a lower sample is acceptable in the measure that its results will go on to be

confirmed by later studies (Hair et al., 2010). Conversely, it is considered that, according to (MacCallum, Widaman, Zhang & Hong, 1999, p. 96), “common practical rules concerning the size of the sample under analysis are neither valid nor useful”, these authors (MacCallum, et al., 1999, p. 96) having highlighted the importance of the communalities of the items, suggesting that

(for) communalities in the order of 0.5, it is still not difficult to obtain a good finding of the population factors, but it is necessary to have well determined factors (not a large number of factors with only a few indicators each) and, if possible, a slightly larger sample, between 100 and 200.

The reasons presented above reinforce the decision to continue this preliminary study, especially as the results will be confirmed by future studies.

The sample is predominantly female, with employees from central state administration, having finished higher education and in the category of line managers and, mainly, from central state administration (Table 2).

Table 2. Socio-demographical characteristics of the Sample

		FREQUENCY	PERCENTAGE
GENDER	Masculine	54	39.1%
	Feminine	84	60.9%
EMPLOYMENT SECTOR	Private	3	2.2%
	Central Administration	109	79.0%
	Local Government Administration	4	2.9%
	Organisms w/ Autonomous Management	17	12.3%
	State Business Sector	5	3.6%
LEVEL OF EDUCATION	Secondary	23	16.7%
	University	115	83.3%
PROFESSIONAL CATEGORY	Top Management	7	5.1%
	Middle Management	38	27.5
	Line Manager	60	43.5%
	Technical/Operational Assistant	32	23.2%

Source: in-house.

The sample shows an average age of 47.89 years, a job seniority of 25.60 years and a length of service in public administration of 23.34 years (Table 3).

TABLE 3. Socio-demographical Characteristics

	MINIMUM	MAXIMUM	AVERAGE	PATTERN DEVIATION
Age	21	69	47.89	11.50
Job Seniority	1	45	25.60	11.75
Length of Service in AP	1	42	23.34	11.89
Length of Private service	0	22	4.79	4.94
Length of Service in Current Service	0	38	14.16	11.88
Length of Service in Current Position	0	38	8.22	7.88

Note: Unit of measurement in Years.
Source: in-house.

3.2 Measuring Instrument

The measuring instrument initially established by Perry was opted for, rather than the one used in the final model (Perry, 1996). This decision was due to the fact of not wanting to reduce the initial information of the study gleaned from the questionnaire, since PSM is influenced by the social culture within the context of its application, as pointed out by Perry, Hondeghem and Wise (2010) in accordance with the studies of Vandenabeele (2008a) in Flanders (Belgium) or of Kim (2009a) in South Korea or of Horváth and Hollósy-Vadász (2019) in Hungary, amongst others.

The questionnaire was translated into Portuguese using the translation-retroversion method, the Portuguese version having been verified by twelve qualified sources (from actual staff members of the Portuguese Public Administration), who corrected it, making the content and the meaning of the items much clearer. In general, there was agreement with the items proposed by Perry (1996), there having been a linguistic adaptation towards the current Portuguese situation and towards Portuguese Public Administration. Responses were given on the Lickert-style scale of 7 points, where (1) is “Completely Disagree” and (4) is “Neither Agree nor Disagree” and (7) is “Completely Agree”.

Being a Self-Reported Measure, it also finds itself in accordance with the preventative measures proposed by Podsakoff and associates (Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012; Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003): using qualified sources, random ordering of the items, an explanation of the objectives, confidentiality and anonymity of responses. Informed consent was also guaranteed by way of explaining to the participants that they were not obliged to respond to the questionnaire and that they could return it without filling it in.

Table 4 shows the structure of the questionnaire utilized as well as the Cronbach Alpha coefficient.

TABLE 4. Dimensions of the model

DIMENSION	ITEMS (NO.)	ITEMS REVERSE	CRONBACH ALPHA COEFFICIENT	RELIABILITY
1. Attraction to Policy Making (APM)	5	3	0.38	Low
2. Commitment to the Public Interest (CPI)	7	2	0.39	Low
3. Social Justice (SJ)	5	1	0.62	Acceptable*
4. Civic Duty (CD)	7	0	0.71	Acceptable
5. Compassion (C)	8	4	0.61	Acceptable *
6. Self-Sacrifice (SS)	8	1	0.79	Acceptable

* Despite being below the criteria of 0.70 (Maroco, 2014; Hair, et al., 2010).

Source: In-house based on the results obtained by the IBM SPSS v.25.

4. Results

As referred to above, this being a preliminary validation study of the measuring model for Portugal, the measuring model initially proposed was opted for rather than the final measuring model (Perry, 1996), so as to have a greater structure of data, with, specifically, 40 items and 6 dimensions. This way, with a larger data structure, it would be possible to extract a more suitable PSM model more representative of the Portuguese Public Administration.

This data structure was subjected to a process of exploratory factorial analysis (EFA) (using IBM SPSS v.25 software), using Principal Axis Factoring as a method of extraction, with oblique Promax rotation and Kaiser normalization, extracting factors with an *eigenvalue* greater than 1. The re-specification of the factorial solutions extracted was based on the elimination of those items showing factor

loadings of less than 0.5, explaining, in this way, the less than 25% factor variance (Hair et al., 2010).

Being an exploratory and preliminary study, it was decided to compare the Initial Model and the Final Model of Perry (1996) with the model extracted from the EFA, recurring to a modeling methodology for structural equations, specifically the confirmatory factorial analysis (CFA) using the Lisrel 9.3 (Jöreskog, Olsson & Wallentin, 2016).

The exploratory factorial analysis, borne by a KMO of 0.849, allowed for the extraction of a factorial solution composed of five factors with an *eigenvalue* greater than 1, which explain the 60.29% variance (Table 4). The average communality of the items was 0.509.

Twenty-four of the initial forty items were retained:

1. Self-Sacrifice (SS) which accounts on its own for only 31.24% of the variance. It is composed of nine items, five of which pertain to the original Perry (1996) Self-Sacrifice dimension. It presents a Cronbach Alpha coefficient value of 0.86, with acceptable reliability.
2. Civic Duty (CD) accounts for 10.93% of the variance, being composed of five items of which two correspond to the original Perry (1996) model dimension. The Cronbach Alpha coefficient is 0.80, presenting, as such, acceptable reliability.
3. Social Justice (SJ) accounts for 6.67% of the variance, being composed of four items. The Cronbach Alpha coefficient is 0.79, an acceptable reliability. Two of the four items which make up this factor are of the same dimension as the original model.

The two last factors do not correspond to any of the dimensions originally proposed by Perry (1996).

4. Social Selfishness (SR) accounts for 6.36% of the variance, being composed of four items (two from the original dimension Compassion, one from Commitment to Public Interest and the other from Self-Sacrifice). It is to be highlighted that the four items are reverse^[1]. The Cronbach Alpha coefficient is 0.77, an acceptable reliability. It was decided to name this factor Social Selfishness for the fact that on the one hand it represents only reverse items, and on the other, for the analysis of the content of each of these. This PSM dimension, proposed here, in conceptual terms consists of focusing the subject on themselves, on their interests, objectives, motivations to the detri-

1. Inverted or reverse

ment of others and, in general, of society, of their concerns, tensions and needs. For this reason, it is a factor of individual motivation, but negative for PSM. Thus, this new dimension, which is of interest to us, will be in accordance with the Egoism Syndrome much associated with businesspeople (Mintzberg, Simons, & Basu, 2002).

5. Social Cynicism (SC), the final factor extracted, accounts for 5.08% of the variance. It is composed of two reverse items, one linked to the Commitment to Public Interest dimension and the other to the Attraction to Public Policies. The Cronbach Alpha coefficient is 0.68, an acceptable reliability. The name Social Cynicism was chosen due to the content of both of the items.

In the view of Beer and associates (Beer, Spector, Lawrence, Mills, & Walton, 1984; Beer, Boselie, & Brewster, 2015), one of the outcomes of the model for management of human resources suggested by these authors, would be coherence between the spoken word and management practices. So, the absence of alignment between the spoken word and management practices, the existence of management incoherence, could give rise to a sentiment of disrepute in relation to the organization and management, impacting, whether in a cognitive, emotional or in a behavioral way, giving rise to what is conventionally called Organizational Cynicism (Abraham, 2000; Brandes, Dharwadkar, & Dean 1999; Dean, Brandes, & Dharwadkar, 1998; Naus, Van Iterson, & Roe, 2007). Thus, and by analogy with this theoretical view of organizational cynicism, it was proposed to call this dimension Social Cynicism, if we think it can reflect this disbelief in relation to others, to intentions and interests, being shown as a self-inconsistency in relation to society. Meanwhile, the existence of these two items alone to support this factor, is not enough to be conclusive, requiring further studies to confirm its validity within PSM.

TABLE 5. Factorial Structure corresponding to the PSM Measuring Model in Portugal

CODE	ITEM	FACTORS
FACTOR 1: SELF-SACRIFICE (SS)		
SS16	For me, being able to make a difference in society is more important than personal achievements	0.744
SS29	I am prepared to make sacrifices for the good of society	0.719
SS15	I am one of those people who would risk personal loss to help someone else	0.716

TABLE 5. (cont.)

CODE	ITEM	FACTORS
CD23	I feel an obligation to help those who are living with issues or who are going through a difficult time in their life	0.714
SJ18	I believe there are many public causes which deserve to be defended	0.659
SS22	I believe duty should come before personal interest	0.605
CPI17	I voluntarily contribute to my community	0.555
CD19	I feel I have the responsibility to help resolve problems in relationships between people	0.537
SS30	I believe people should give more to society than they get from it	0.511
FACTOR 2: CIVIC DUTY (CD)		
C34	For me, patriotism implies promoting the well-being of others	0.732
CPI35	I consider public service a civic duty	0.691
CD38	For me "duty, honor and country" are very important because they are to do with profound sentiments	0.683
CD33	I believe that when public officers take on an honorable commitment to perform their role, they accept obligations not expected from other citizens	0.653
APM39	I admire public officers who, from a good idea, succeed in putting forward a proposal in order to become law	0.590
FACTOR 3: SOCIAL JUSTICE (SJ)		
SJ5	5. I am willing to put all my energies into achieving a fairer society	0.897
CD6	6. I am willing to make personal sacrifices in order to do my duty for my country	0.798
SJ9	9. I am not frightened of fighting for the rights of others, even if I am ridiculed	0.610
C4	4. Frequently, daily events remind me how dependent we are on each other	0.573
FACTOR 4: SOCIAL SELFISHNESS (SR) (R)		
C14_I	14. I rarely consider the well-being of people I do not personally know	0.713
C25_I	25. I am rarely moved by the situation of those more disadvantaged	0.689
CPI37_I	37. I find it difficult to take a real interest in what goes on in my community	0.685

TABLE 5. (cont.)

CODE	ITEM	FACTORS
SS13_I	13. Being financially successful is absolutely more important to me than undertaking actions on society's behalf	0.605
FACTOR 5. SOCIAL CYNICISM (SC) (R)		
CPI27_I	27. People can talk about public interest but they are really only interested in their own interests	0.720
APM28_I	28. I have no great affinity with politicians	0.696

Extraction Method: Principal Axis Factoring with Promax rotation and Kaiser normalization. KMO=0.849; (R) Reverse Dimension.
Source: In-house.

Of the five dimensions, the one that presents the greatest intensity is that of Social Justice (Table 6), which stands in the mid-point of the scale. All of the others fall below this mid-point. Social Selfishness also stands out, despite presenting a lower intensity, for being a positive reverse dimension and, because of this, has a characteristic which should not be present in PSM. To be emphasized, albeit in the opposite sense, Organizational Cynicism, rather like Social Selfishness, would normally present a lower intensity, which does not occur.

A high consistency of answers was identified, showing a pattern deviance of less than 1. Also to be noted is that the positive connotation dimensions are inter-linked. Meanwhile, the two negative dimensions, specifically Social Selfishness and Social Cynicism, are not inter-linked with the three previous dimensions.

TABLE 6. Descriptive Statistics of the PSM Measuring Model in Portugal

	M	PD	1	2	3	4	5
1. Self-Sacrifice – SS	3.33	0.61	(0.86)				
2. Civic Duty – CD	3.68	0.73	0.60**	(0.80)			
3. Social Justice – SJ	4.06	0.71	0.65**	0.48**	(0.79)		
4. Social Selfishness - SR (R)	1.77	0.82	-0.34**	-0.09	-0.14	(0.77)	
5. Social Cynicism - SC (R)	3.40	1.05	0.12	0.15	0.11	0.12	(0.68)

The indices of the dimensions were calculated from the average of the items evaluated for the factor loading. M: Average; PD: Pattern Deviance **. Significant inter-linking to the level of 0.01 (2-tailed). In brackets. Cronbach Alpha Coefficient; (R) Reverse dimension
Source: In-house.

Considering that Self-Reported Measures were used and collated from the same source and within the same time period, and considering also the special context in which they were collated (an academic context), it becomes important to determine the error variance of the normal method. For this, initially, the Harman Test was used, followed by the Common Factor Test (Podsakoff et al., 2012; Podsakoff et al., 2003; Williams, Cote, & Buckley, 1989).

The first factorial solution factor based on the *eigenvalue* of more than 1 had a 31.25 variance. Yet, the unifactorial solution, where the factorial solution is forced in order to extract a single factor, accounted for the same percentage of variance. In the first place, it is reported that this common extracted variance is higher than recommended, with actual figures of 30% (Podsakoff et al., 2003) and of 25% (Williams et al., 1989). In the meantime, they considered the variance extracted through a factor loading framework, so with the common variance extracted (respectively 29.27% for the first factor and 28.63% for the common factor), the result obtained already being below that recommended by Podsakoff and assistants (2003) and slightly above that established by Williams and his team (1989). This finding, then, confirms that the results of the Harman Test suggest that the variance error of the common method is within the limits of acceptability.

For the result of the Common Factor Method, the CFA of the PSM model for Portugal was used, which corresponds to the final solution of the EFA, presenting a χ^2 of 147.75 with 60 df, a RMSEA of 0.103 and a CFI of 0.958. To this model was introduced a factor common to all the items. The extensive application of the common factor extracts the variance resulting from the common method. Thus, it is found in the first instance, that the adjustment of the model with the factor common to all the items presents a goodness of fit higher than the model which does not contain this factor ($\chi^2=293.37$; $df=218$; $RMSEA=0.094$; $CFI=0.958$). Conversely, the Qui-Quadrado Test suggested that the two models are different ($\Delta\chi^2[23]=76.48$).

Despite these results suggesting that if there is a variance with a significant resulting common method error, the extracted variance for the common factor to all the items is of 22.41% and, because of this, falls below the established criteria (Podsakoff et al., 2003). We can therefore conclude that there are signs of there being a common method error variance, despite having a percentage lower than the established limits.

In order to proceed with the comparison between the PSM model established for Portugal (M₁) and the initial model (M₂) and with the final PSM model (M₃), both by Perry (1996), it was found that the model established for Portugal had the best goodness of fit of the three models, with the initial Perry (1996) model having the worst fit (Table 7).

Table 7. Comparison of the three PSM Models

	χ^2	Df	RMSEA	CFI	IFI	GFI	RMR	χ^2/df	AIC
M ₁	369.85	242	0.103	0.928	0.930	0.762	0.0768	1.523	1823.908
M ₂	1876.13	725	0.145	0.679	0.684	0.548	0.143	2.588	2709.121
M ₃	537.89	246	0.127	0.787	0.792	0.673	0.119	2.187	2238.833

Source: In-house.

Despite the PSM model established for Portugal, with the exploratory factorial analysis and with testing by the confirmatory factorial analysis (Figure 1) not presenting a constant goodness of fit, it has some indicators which suggest an acceptable adjustment, specifically the CFI the IFI and the χ^2/df . The RMSEA is already above the recommended value ($RMSEA \leq 0.08$), despite lying between the limits of the reliability interval at 90% (from 0.0927 through 0.114). The GFI value (0.762) is lower than the reference value ($GFI \geq 0.90$), suggesting a goodness of fit lower than desirable. Meanwhile, the other indicators present values which suggest precisely the opposite. But, furthermore, Hair and assistants (Hair et al., 2010) indicate that these types of indicators, which are based on error, are penalized when the samples are reduced, as is the case with the sample in this study.

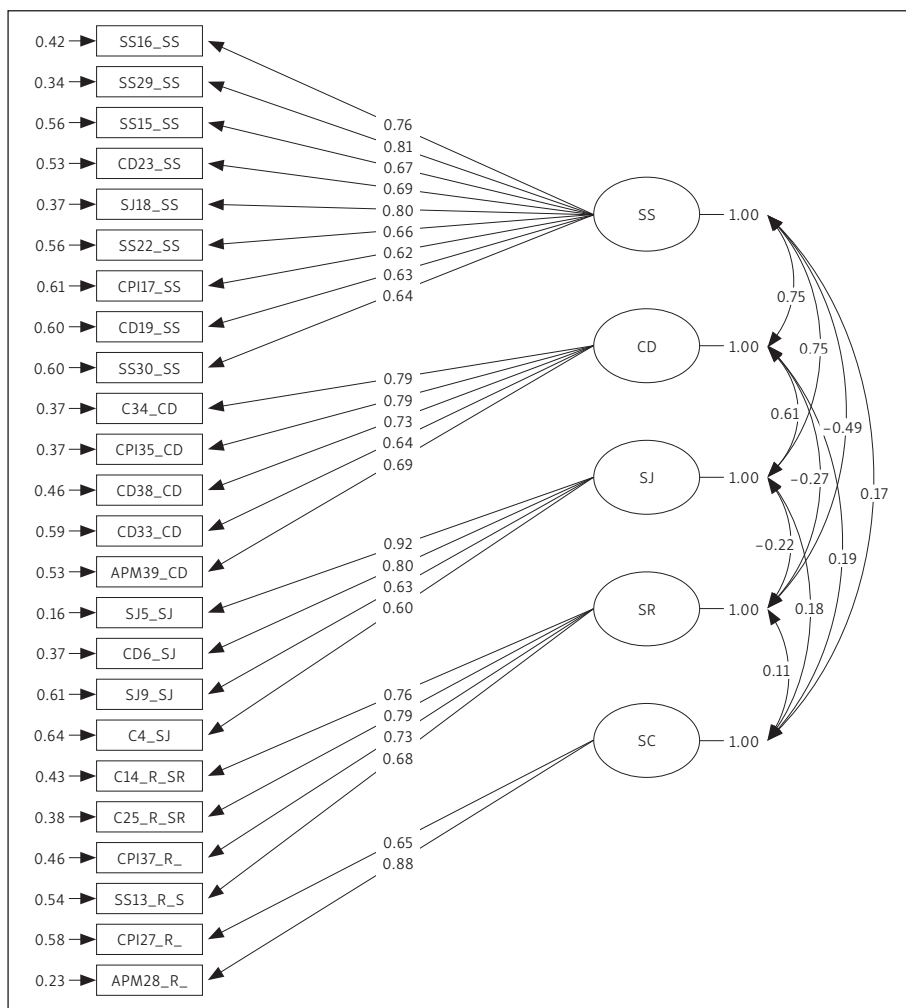
All of the twenty-four items present factor loadings greater than 0.6. Conversely, it must be pointed out that all of the dimensions present an average extracted variance and a construct reliability which are acceptable. The Self-Sacrifice (SS) dimension has an average extracted variance of 0.49 and a construct reliability of 0.99. Civic Duty (CD) has an average extracted variance of 0.53 and a construct reliability of 0.98. Social Justice (SJ) has an average extracted variance of 0.56 and a construct reliability of 0.97. Social Selfishness (SR) has an average extracted variance of 0.55 and a construct reliability of 0.97. Lastly, Social Cynicism (SC) has an average extracted variance of 0.60 and a construct reliability of 0.87.

The five dimensions present correlations lower than 0.70. Meanwhile, it should be noted that Self-Sacrifice (SS) is found to be strongly related to Civic Duty (CD) (0.75) and with Social Justice (SJ) (also with 0.75). These results lead us to question these three variables and, especially, Self-Sacrifice, as possibly being manifestations of the same variable (Hair et al., 2010).

The results described above suggest that the PSM model established for the Portuguese Public Administration has acceptable convergent and discriminant validity.

The fact that correlations exist between some of the five PSM dimensions led us to question if there could be a convergence of these dimensions which might

FIGURE 1. Diagram of the PSM Model established for the Portuguese Public Administration



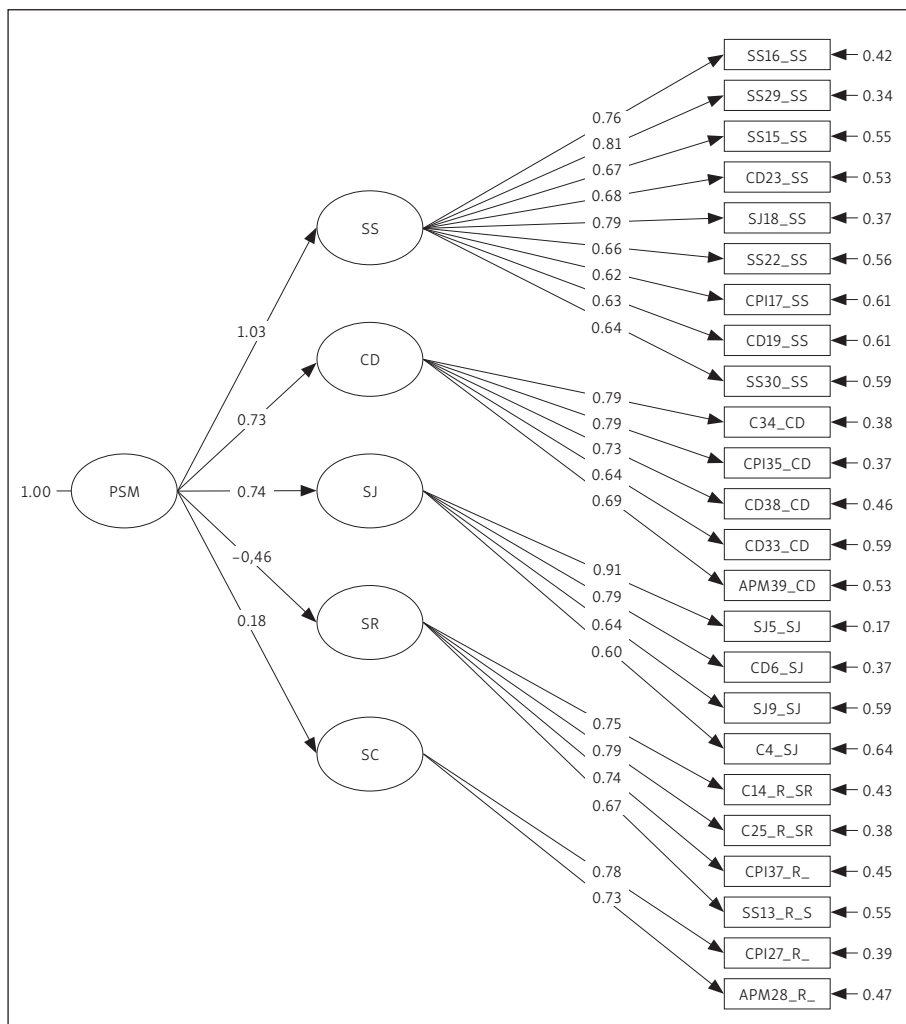
Source: In-house.

lead to, or support, a uni-dimensional PSM solution. Along these lines, a second order factorial analysis was undertaken (Figure 2).

The second order PSM model shows, in a completely standardized solution (Figure 2), a goodness of fit slightly less than that of the first order model ($\chi^2=380.77$; $df=247$; $RMSEA=0.103$; $CFI=0.925$; $IFI=0.926$; $GFI=0.756$; $RMR=0.0804$; $\chi^2/df=1.54$; $AIC=1823.908$), the twenty-four items having factor loadings greater than 0.6.

It is established that the principal factor/dimension which determines PSM is Self-Sacrifice (SS) ($FL=1.03$), followed by Social Justice (SJ) ($FL=0.74$) and Civic

FIGURE 2. Diagram of the PSM Model established for the Portuguese Public Administration in a Second Order solution of Factorial Analysis



Source: In-house.

Duty (CD) (FL=0.73). Social Selfishness (SR) presents a much-reduced contribution to PSM (FL=-0.46), Social Cynicism (SC) presenting the greatest contribution (FL=0.18), this factor loading not being of significance (T-value=1.29). It is noted that the direction of the second order factor loading for Social Selfishness (SR), which is negative, corresponds to the nature of this dimension, which is reverse. The same does not occur with Social Cynicism (SC) as this value is positive when

it is expected it would negative, as this is also a reverse dimension. These results further reinforce the discriminant value of this model.

5. Conclusion

Interest in the study of motivation for public service has demonstrated it is a construct which is ever more desirable to be investigated and additionally much debated within the dimension of Public Management (Vandenabeele, et al., 2018). Also to be highlighted, are the important contributions made to validate organizational performance in Public Administration, as Han (2018) points out.

Considering the link between PSM and the attraction in employment strategies of public bodies (Vandenabeele, 2008b), it is possible to highlight the importance of research in the behavioral area of Public Administration, given the need for competitiveness in recruitment between the public and the private sectors (Asseburg & Homberg, 2020; Moynihan & Pandey, 2007).

Within the view that PSM is an individual manifestation of values, it has also been possible to highlight its role relevant to the stability of organizations and its employees' behavior (Vandenabeele, 2014). It is with this in mind that Bakker (2015) attempts to explain individual behavior within organizations, typifying some elements which propel employment performance and which create value in the public context, and others which do not produce positive results, calling for managers in Public Administration to reflect on strategies for motivating employees in public office (Brewer, Seldon & Facer, 2000; Houston, 2006; Vandenabeele, 2008b).

Despite Horton (2008) having summarized the idea that employees in public office can minimize their personal interest so as to maximize/minimize service for society/community, even here PSM was conceptually conceived as a variable on an individual level which could affect the resources and demands of Public Administration (Bakker, 2015).

Conversely, as demonstrated in various validation studies, PSM is subject to the influence of the particular context to which it is applied, notably with regard to cultural characteristics (Horváth & Hollósy-Vadász, 2019; Kim, 2009a; Vandenabeele, 2008b). Therefore, more than being a validation study, it is necessary to conceive a PSM model which reflects the specific cultural aspects of this context and which reflects an identity impregnated into a common reference for all those who serve the state. It was within this perspective that this study was made, its objective being to verify if, from the structure for the PSM model proposed by Perry (1996), a structure could emerge which might be the basis for analysis (and subsequent confirmation) of a PSM model for Portugal, this objective having been achieved. Meanwhile, subsequent studies will have to analyze the invariance of

the model through the use of moderators (for example, age, length of service, the type of public body, etc.) through multi-group analyses.

The PSM model now available is composed of five dimensions. The first three, specifically, Self-Sacrifice, Civic Duty and Social Justice are in line with Perry's proposal. The final two statistically identified and proposed dimensions are, however, innovative. These are, specifically, the dimensions of Social Selfishness and Social Cynicism. This individual manifestation of values at an organizational level characterized by PSM (Quratulain & Khan, 2015), present in businesspeople, tends to create a certain mistrust in society, based on the antagonism between individual desires and society's requirements (Mintzberg et al., 2002), maybe aiding the theoretical justification of these two dimensions of social cynicism and social selfishness. In order to consolidate this statement, dimensions uniquely for reverse items whose scale has been inverted presented themselves, and thence the results regarding PSM were of a negative nature when they were present.

Curiously, furthermore, Perry (1996) identified a factor, specifically, Attraction to Public Policies, composed of the three reverse items of this dimension. This fact led Kim (2009b) to defend that the rational component cannot be correlated to PSM, given that the items may not be appropriate for measuring attraction to policy making (APM). This verification is corroborated also by subsequent research, determining the relevance of the APM items as the positivity of the declarations materialized in the sub-scale. Then, the question remains as to how to deal with this sort of item, there being suggestions of them being transformed into positive formulations, as with the non-reverse items.

This proposal for a PSM Model which we have presented, opted to maintain these items and assume the existence of negative or reverse dimensions. What is of interest to us, is that the results suggest the possibility of PSM possessing this dual dimension, or rather, the result of positive dimensions (the greater the value of these dimensions, the better the PSM) and also negative dimensions, i.e., inverse to PSM (the lower the value of these dimensions, the better the PSM). Thus, we can conclude that PSM is composed of a range of favorable attributes, as well as of other attributes which should not be present.

The study in question presents important leads towards the understanding of the dimensions which could effectively be taken into account for a specific motivation study for Public Administration in Portugal, especially when in terms of Public Policies, if it is wished to prioritize the attraction and retention of Human Resources in public service. The apparent paradox referred to earlier between the positive and negative dimensions encountered in this research, reinforce the robustness of the model when applied to the specific culture of Portuguese Public Administration. Meanwhile, the future use of an increased sample from the wide

spectrum of employees in public office could be pertinent for this exploratory study to be broadened.

This limitation will be rectified in the validation study of the PSM model for Portugal, a process which is already under way. Conversely, the variability of the model still needs to be verified when faced with different public contexts, especially between central administration, local government, self-managing public institutions and, also, the business sector of the State.

It would also be desirable to verify, in future studies, the variability of the model when faced with variable moderators of a socio-demographic nature, such as gender, age and length of service in public administration, or level of education, through multi-group analyses.

Despite the dimensions of Social Selfishness and Social Cynicism having been identified and proposed, they must be much more developed and systematized in the theoretical framework of PSM. Furthermore, the fact of being measured by a reduced number of items (by four and two items respectively), is a limiting factor. Thus, conceptualization studies (whether qualitative or quantitative) will be necessary on these two variables and on the creation and validation of measuring instruments.

Another important contribution which could support the view of Wright and assistants (2013), which considers the need for a measuring instrument for PSM as a global potential, ignoring the contextual sensitivity, puts this validation study as a potential input in contributing to the construction of a model to allow this vision of PSM to be assessed by future studies.

For this reason, more than being a conclusive study, this research aims to identify a range of characteristics and possible hypotheses which could lead to the development of future studies with reference to PSM, thus contributing towards designs for active public policies for Human Resource Management within Portuguese Public Administration.

In addition, for the role of employees in public office to be considered useful in the provision of services to others, and for PSM to be a strong predictor of individual behavior aligned with organizational values (Asseburg & Homberg, 2020; Vandenabeele, et al., 2018), this preliminary study of a PSM model within the Portuguese context is intended to be an initial contribution towards the identification and validation of a PSM Model specifically for Portugal, as well as a measuring instrument, so as to strengthen and incentivize research into this construct in those involved in public fulfillment.



Estudo Preliminar de Adaptação do Modelo de Motivação para o Serviço Público de Perry (1996) para o Contexto Português

Preliminary Study of Adaptation of the Motivation Model for the Perry Public Service (1996) within the Portuguese Context

(EN: 159-181)

João Marcos Rodrigues da Fonseca *

José Luís Rocha Pereira do Nascimento **

Damasceno Dias ***

Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN1/pp.183-210

ABSTRACT

Public Service Motivation (PSM) has been shown to be a consistent model in the various studies in which it was used. This study aims to contribute to the validation of PSM, conceptualized by Perry and Wise (1990), within the Portuguese context. Starting from the dimensions that make up PSM in the model proposed by Perry (1996), we intend to identify the dimensions with possible relevance to the Portuguese context. This research inserts

Artigo recebido em 04/04/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 25/05/2020.

* Doutorando em Administração Pública, com especialização em Administração e Políticas Públicas no ISCSP-ULisboa. Mestre e Licenciado em Administração Pública no ISCSP-ULisboa.
E-mail: jmfonseca@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0001-5239-9744

** Professor Auxiliar e Membro do Centro de Administração e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Doutorado em Gestão na especialidade de Organização e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, pelo Instituto Superior de Ciências da Empresa e do Trabalho, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
E-mail: jnascimento@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0003-4754-0461

*** Professor Auxiliar Convidado e Membro do Centro de Administração e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Doutorado em Gestão na especialidade de Organização e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, pelo Instituto Superior de Ciências da Empresa e do Trabalho, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
E-mail: ddias@iscsp.ulisboa.pt ORCID: 0000-0002-0238-009X

Os autores agradecem os contributos de dois revisores anónimos deste artigo.

itself into the context of a large project of validation of the PSM model representative of the Portuguese Public Administration. Using a questionnaire initially proposed by Perry (1996) which covers forty items to measure the six dimensions, we performed different Exploratory Factor Analyses (EFA) through the elimination of the items that presented a factor loading of below 0,50 and/or saturated with a factor loading greater than 0,50, in more than one extracted factor. Following this, by using the Confirmatory Factor Analysis (CFA), we compared the measurement model achieved (EFA) with the two other models. One was that initially proposed by Perry (1996) and the other was the final model discovered in this study by Perry (1996). The results obtained allowed the identification of three dimensions of the six proposed initially by Perry (1996) and two new dimensions which assume a reverse nature. They are Social Selfishness and Social Cynicism, there not being, however, any literature found to contextualize them within the scope of PSM. The implications of these results were also discussed and future studies suggested.

Keywords: Public Service Motivation, Dimensions, Measurement Model

RESUMO

A Motivação para o Serviço Público (PSM) tem revelado ser um constructo consistente nos diversos estudos em que tem sido utilizado. O presente estudo tem como objetivo contribuir para a validação para o contexto português do Modelo de Motivação para o Serviço Público (*Public Service Motivations* – PSM) conceptualizado por Perry e Wise (1990). Pretende-se, partindo das dimensões constituintes deste modelo identificar dimensões relevantes para o contexto público português. Insere-se, assim, no contexto de um projeto mais vasto de identificação e validação de um modelo da PSM representativo da Administração Pública Portuguesa. Partindo-se do questionário inicialmente proposto por Perry (1996), constituído por quarenta itens que medem as seis dimensões, foram realizadas diversas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) através da eliminação dos itens que apresentaram um *factor loading* inferior a 0,50 e/ou saturaram com *factor loading* superiores a 0,50 em mais do que um fator extraído. Em seguida, através de Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC), o modelo resultante da AFE, foi comparado com outros dois modelos. Um foi o modelo inicial proposto por Perry (1996) e o outro foi o modelo final encontrado neste estudo (Perry, 1996). Os resultados obtidos permitiram identificar três dimensões das seis propostas inicialmente por Perry (1996) e duas novas dimensões que assumem uma natureza *reverse*. São elas o Egoísmo Social e o Cinismo Social, não tendo, no entanto, sido encontrada literatura que as contextualizassem no âmbito da PSM. Foram também discutidas as implicações destes resultados e sugeridos estudos futuros.

Palavras-chave: Motivação para o Serviço Público; Dimensões; Modelo de Medida

1. Introdução

O potencial das missões das diversas entidades da Administração Pública tem suscitado a questão de como as organizações públicas podem aumentar a atratividade para trabalhar no serviço público e de como a motivação pode incrementar níveis superiores de desempenho (Desmidt & Prinzie, 2019). Face a uma necessidade

crescente de estimular valores pessoais, de direcionar comportamentos (Perry & Wise, 1990) e de motivar as pessoas na colaboração societal (Vandenabeele, Ritz & Neumann, 2018), têm sido feitos avanços significativos no último quarto de século, para um mais completo entendimento dos fatores motivacionais para a prossecução de políticas públicas (Kim, 2017; Pandey, Pandey, Breslin & Broadus, 2017) e para o recrutamento de trabalhadores altamente qualificados e disputados pelo sector privado (Asseburg & Homberg, 2020).

A ideia de que os trabalhadores em funções públicas podem ter o desejo de contribuir para o interesse geral é antiga (Horton, 2008; Vandenabeele, 2014; Vandenabeele et al., 2018), com a emergência na investigação científica do constructo da *Public Service Motivation*^[1] (PSM), identificado como “a propensão de um indivíduo para responder a motivos fundamentalmente ou exclusivamente de instituições públicas” (Perry & Wise, 1990, p. 368). Assim, a motivação para o serviço público consiste numa predisposição individual pelos interesses da coletividade, condicionando o comportamento em contexto organizacional, em função de valores e atitudes que vão além do interesse pessoal e organizacional (Coursey & Pandey, 2007; Coursey, Perry, Brudney, & Littlepage, 2008; Han, 2018; Kim, 2009a; Perry, 1996; Perry & Wise, 1990; Rainey & Steinbauer, 1999; Vandenabeele, 2007; Vandenabeele, 2008a; Wright & Christiansen, 2010).

Para Perry e Hondeghem (2008) a PSM como a motivação para “fazer o bem aos outros e moldar o bem-estar da sociedade” (p. 3) veio assumir uma posição relevante no estudo da Administração Pública e da Gestão Pública, uma vez que está relacionado com o alcance de resultados considerados benéficos para as entidades do setor público. Assim, a motivação para o serviço público pressupõe que componentes motivacionais altruístas podem permitir explicar o comportamento organizacional, introduzindo conexões entre o institucional e o individual (Vandenabeele et al., 2018), que permitem estimular o auxílio à sociedade, o dever cívico, a preocupação com os cidadãos e a justiça social (Perry, Brudney, Coursey & Littlepage, 2008).

A PSM tem ainda, sido caracterizada por uma perspectiva racional, ou de interesse pessoal pela prossecução pública, que promova interesses específicos, por uma ideologia normativa, ou de circunspeção ética da individualidade, e por uma aceção afetiva, ou de natureza emocional do cidadão, face a determinado projeto ou programa de políticas públicas (Perry & Wise, 1990).

Considerando que os servidores públicos são motivados por uma preocupação com a comunidade, por um desejo de servir o interesse público e por um senso de serviço não encontrado entre funcionários do setor privado (Crewson, 1997, Hous-

1. Motivação para o Serviço Público

ton 2000; Perry & Wise, 1990), Perry (1996) elaborou e propôs modelo da PSM, associado a uma escala de medida, constituído por quarenta itens que mediam a seis dimensões, designadamente, (i) a atração pela formulação de políticas públicas, (ii) o comprometimento com o interesse público, (iii) o dever cívico, (iv) a justiça social, (v) o autossacrifício e a (vi) compaixão. No entanto, não foram encontrados estudos de validação para o contexto português, do modelo da PSM, nem do instrumento proposto por Perry (1996).

Foi com base nesta constatação que o presente estudo pretende explorar o conteúdo e a estrutura fatorial do Modelo PSM de Perry (1996) no contexto português, numa abordagem preliminar a um projeto de adaptação e validação deste modelo para a Administração Pública Portuguesa.

2. Enquadramento Teórico

A PSM tem sido concetualizada como uma propensão dos indivíduos para dar resposta à prossecução de políticas públicas, em contexto organizacional público (Perry, 1996), bem como de contribuir em prol da sociedade e dos cidadãos (Houston, 2006). Nesta linha, Brewer e Selden (1998) descreveram a PSM como “a força motivacional que induz os indivíduos a desempenhar um serviço público significativo” (p. 417). Além disso, Rainey e Steinbauer (1999) definiram este constructo como “uma motivação altruísta para servir os interesses de uma comunidade, um Estado, uma nação ou a humanidade” (p. 23).

Por outro lado, a PSM tem sido explicada pelas convicções e comportamentos que vão para além do interesse próprio ou do interesse organizacional e que podem induzir por meio da interação pública, uma motivação para uma ação direcionada (Vandenabeele, Scheepers & Hondeghem, 2006), permitindo ao indivíduo agir em conformidade com a prossecução pública, numa duplicidade de preferências, entre a orientação organizacional (Vandenabeele, 2007) e a individual (Hondeghem & Perry, 2009).

Embora as definições do constructo variem um pouco de autor para autor, tem sido sustentado e consensual que a PSM é um compromisso para com o interesse público, um serviço e dedicação ao próximo e um autossacrifício (Houston, 2006).

2.1 Modelos propostos por Perry

As evidências consuetudinárias e empíricas de que os trabalhadores em funções públicas são diferentes, levaram Perry e Wise (1990) a concetualizar esta diferenciação pela definição do constructo da motivação para o serviço público.

Considerando a referida distinção, e a relação entre a PSM e os comportamentos organizacionais (Han, 2018), tem sido possível caraterizar motivos racionais

estabelecidos pela maximização da utilidade individual, motivos normativos baseados em regras e heurísticas e alicerçados no desejo de alcançar o bem comum e promover o interesse público, e motivos afetivos sustentados pelas emoções humanas (Perry, 2000; Perry et al., 2008). Assim sendo: (i) os motivos racionais estão associados à participação no processo de formulação de políticas públicas e ao comprometimento com projetos e programas públicos; (ii) os motivos normativos estão agregados ao anseio de servir o interesse público e à lealdade ao executivo governativo; e (iii) os motivos afetivos estão conectados a convicções pessoais de comprometimento com a prossecução pública (Perry et al., 2008).

Nesta linha pode-se também posicionar os motivos associados à PSM, como necessidades psicológicas que podem ser satisfeitas trabalhando em organizações públicas, uma vez que as recompensas intrínsecas atribuídas podem ser consideradas superiores às do setor privado, pelo reconhecimento da utilidade em ajudar a comunidade e em servir o interesse público (Crewson, 1997; Houston, 2000; Perry & Wise, 1990; Rainey, 1982).

Inicialmente Perry (1996) propôs um modelo da motivação para o serviço público constituído por seis dimensões. Em concreto: a atração pela formulação de políticas (*Attraction to Policy Making* – APM); o comprometimento com os interesses públicos (*Commitment to the Public Interest* - CPI); a justiça social (*Social Justice* – SJ); o dever cívico (*Civic Duty* – CD); a compaixão (*Compassion* - COM); o autossacrifício (*Self-Sacrifice* – SS). Estas seis dimensões eram medidas por 40 itens e com uma escala de resposta de tipo Lickert de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

Na sequência do trabalho de validação, Perry (1996) acabou por estabelecer um modelo final em que a dimensão justiça social foi eliminada e a dimensão dever cívico acabou por ser integrada na dimensão comprometimento com os interesses públicos. Assim, o modelo final, tal como apresentado por Perry (1996), ficou constituído por vinte e quatro itens e quatro dimensões. Os coeficientes do Alpha de Cronbach para as quatro subescalas variaram de 0,69 a 0,74 e as cargas fatoriais dos itens variaram de 0,39 a 0,78 (Perry, 1996).

2.2 Estudos de validação

Os estudos subsequentes ao artigo de Perry e Wise (1990), investigaram a ligação entre as dimensões da PSM e a atratividade do sector público (Christensen & Wright, 2011; Lewis & Frank, 2002; Steijn, 2008; Vandenabeele, 2008b) suscitando implicações díspares (Ritz, Brewer & Neumann, 2016). As variações nos resultados podem ser explicadas pelas diferenças culturais nos países originários da investigação. A generalidade dos estudos analisa dados da Europa (Kjeldsen & Jacobsen, 2013) ou dos Estados Unidos da América (Christensen & Wright, 2011).

Alguns autores têm mencionado a iniquidade decorrente da socialização organizacional pelas amostras investigadas serem constituídas por trabalhadores em funções públicas (Asseburg & Homberg, 2020).

Contudo, esta discussão tem sido clarificada pela utilização de amostras de alunos finalistas, que sem terem qualquer efeito da socialização organizacional, pretendem trabalhar na Administração Pública (Clerkin & Cogburn, 2012).

Independentemente da presença de diversos estudos da PSM, a escala pode alterar a sua capacidade de medição em diferentes contextos e ambientes, levando Vandenabeele (2008b) a estabelecer outras dimensões, designadamente o interesse em política e políticas públicas, o interesse público, a compaixão, o autossacrifício, a religião, a orientação para o cliente, a competência técnica, a igualdade e os valores burocráticos. Desta investigação resultou um conjunto de trinta e cinco itens, que derivaram dos quarenta e sete itens inicialmente propostos, uma vez que as dimensões da religião e da competência técnica, acabaram por ser abandonadas da validação de Vandenabeele (2008b).

Por outro lado, Kim (2009b) ao testar para o contexto Coreano o Modelo de Perry (1996), validou uma escala de 14 itens com quatro fatores, em concreto, atração pela formulação de políticas, comprometimento com os interesses públicos, compaixão e autossacrifício, variando o coeficiente Alpha de Cronbach de 0,62 a 0,74.

De realçar também, diversos estudos que permitiram a existência de diversas relações entre a motivação para o serviço público e diversas outras variáveis tais como, de entre outras, o comprometimento organizacional, a segurança e a satisfação no trabalho, o impacto social percebido (Horváth & Horvath-Vadasz, 2019). Mais recentemente ainda, Horváth & Horvath-Vadasz (2019) sugeriram a utilização de correlações entre a PSM e variáveis de segurança no trabalho e de comprometimento organizacional, alcançando modelos explicativos de 48% e 63%, respetivamente.

Acresce que uma das implicações mais significativas da PSM, é a ideia de que a motivação associa o interesse público ao comportamento administrativo (Moynihan & Pandey, 2007), equacionando que os trabalhadores com níveis superiores da PSM, interiorizam melhor o significado da missão de serviço público (Pandey, Wright & Moynihan, 2008; Vandenabeele, 2014).

Pelo exposto, pode-se concluir que a motivação para o serviço público, bem como o seu modelo de medida, depende do contexto sociopolítico e cultural de onde está a ser utilizado. Tal evidência implica, que face à atratividade das políticas de emprego na Administração Pública, a necessidade de se validar e estabelecer o modelo da motivação para o serviço público, específico para o contexto português, assim como tem sido verificado em outros países, pelos mais recentes estudos de validação da PSM (Tabela 1).

TABELA 1. Estudos de Validação adaptados de Perry (1996)

ARTIGO	METODOLOGIA	DIMENSÃO AMOSTRA	TIPOLOGIA AMOSTRA	DIMENSÕES	ESCALA	ADAPTAÇÃO PERRY (1996)
Asseburg, J., & Homberg, F. (2020). Public service motivation or sector rewards? Two studies on the determinants of sector attraction. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 40(1), 82-111.	Meta-Análise	600	Alunos de Licenciatura e Mestrado em AP	4 (APS, SS, CPV, COM)	Kim et al. (2013)	X
Neumann, O. (2019). Giving Something Back to Society": A Study Exploring the Role of Reciprocity Norms in Public Service Motivation. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 39(2), 159-184.	Regressões	205	AP Polícia	4 (APM, SSF, COM, CPI)	Giaque et al. (2011)	X
Quratalain, S., Khan, A. K., & Sabharwal, M. (2019). Procedural fairness, public service motives, and employee work outcomes: Evidence from Pakistani public service organizations. <i>Review of Public Personnel Administration</i> , 39(2), 276-299.	Regressões Hie-rárquicas	232	AP Fun-cionários Públicos	3 (APM, CPI, COM)	Perry (1996)	X
Desmidt, S., & Prinzie, A. (2019). Establishing a mission-based culture: Analyzing the relation between intra-organizational socialization agents, mission valence, public service motivation, goal clarity and work impact. <i>International Public Management Journal</i> , 22(4), 664-690.	SEM*	585	AP Saúde	1 (APS)	Wright & Pandey (2011)	X
Ripoll, G., & Ballart, X. (2019). Judging unethical behavior: The different effects of external and public service motivation. <i>International Public Management Journal</i> , 1-23.	SEM	574	Serviços Sociais (AP, Privado e 3.º Setor)	4 (APP, CPI, COM, SS)	Kim et al. (2013)	X

* Modelação por Equações Estruturais.

TABELA 1. (cont.)

ARTIGO	METODOLOGIA	DIMENSÃO AMOSTRA	TIPOLOGIA AMOSTRA	DIMENSÕES	ESCALA	ADAPTAÇÃO PERRY (1996)
Homberg, F., Vogel, R., & Weiherl, J. (2019). Public service motivation and continuous organizational change: Taking charge behaviour at police services. <i>Public administration</i> , 97(1), 28-47.	Regressões	1165	AP Polícia	4 (APM, SS, COM, PI)	Wright, Moynihan & Pandey (2012)	X
Holt, S. B. (2019). The influence of high schools on developing public service motivation. <i>International Public Management Journal</i> , 22(1), 127-175.	SEM	680	Alunos de AP	1 (APS)	Kim et al. (2013) e Perry (1996)	X
Kim, S., Vandenabeele, W., Wright, B. E., Andersen, L. B., Cerase, F. P., Christensen, R. K., ... & Palidauskaite, J. (2013). Investigating the structure and meaning of public service motivation across populations: Developing an international instrument and addressing issues of measurement invariance. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 23(1), 79-102.	SEM	2868	AP Funcionários Públicos	4 (APP, CPV, COM, SS)	Giauque et al. (2011), Kim (2009a, 2009b), Perry (1996) e Vandenabeele (2008a, 2008b)	X
Wright, B. E., Moynihan, D. P., & Pandey, S. K. (2012). Pulling the levers: Transformational leadership, public service motivation, and mission valence. <i>Public Administration Review</i> , 72(2), 206-215.	SEM	1322	AP (Local)	3 (CPI, COM, SS)	Alonso & Lewis (2001), Brewer, Selden & Facer (2000), Kim (2004), Pandey, Wright & Moynihan (2008), Wright & Pandey (2011)	
Wright, B. E., & Pandey, S. K. (2011). Public organizations and mission valence: When does mission matter?. <i>Administration & Society</i> , 43(1), 22-44.	SEM	168	AP (Agência)	3 (CPI, COM, SS)	Wright (2008)	X
Giauque, D., Ritz, A., Varone, F., Anderfuhren-Biget, S., & Waldner, C. (2011). Putting public service motivation into context: A balance between universalism and particularism. <i>International Review of Administrative Sciences</i> , 77(2), 227-253.	SEM	3754	AP Funcionários Públicos	4 (APM, SSF, COM, CPI)	Coursey e Pandey (2007), Vandenabeele (2007), Coursey, Perry, Brudney e Littlepage (2008), Kim (2009 ^a , 2009b)	X

Fonte: Elaboração própria.

Não é claro em que medida a PSM está associada à atratividade do sector público no mercado de trabalho, com fortes implicações práticas, nomeadamente, para o recrutamento e seleção (Asseburg & Homberg, 2020). Este trabalho procura justamente ir ao encontro desta necessidade, através de desenvolvimento de um instrumento de medida global da motivação para o serviço público. Este instrumento teria potencial para ignorar a sensibilidade contextual das medidas dimensionais existentes, introduzindo a possibilidade de avaliar diretamente o resultado da motivação, ou não, para o desempenho no serviço público (Vandenberg et al., 2018).

Assim, esta investigação pretende dar um contributo preambular para a validação da PSM para o contexto português, uma vez que não são conhecidos trabalhos para medir a motivação para o serviço público, nem da adaptação do modelo e do instrumento proposto por Perry (1996) para Administração Pública Portuguesa.

3. Metodologia

O presente trabalho consiste num estudo preliminar de adaptação e validação do modelo da PSM para o contexto português. Tem como objetivo verificar os resultados que possam emergir da recolha de uma estrutura da PSM específica da Administração Pública Portuguesa. É um estudo quantitativo, suportado por um inquérito por questionário e, tendo uma natureza exploratória e preliminar, e por isso, optou-se por utilizar-se uma amostra de pequenas dimensões. O tratamento estatístico dos dados assentou numa primeira etapa, na Análise Fatorial Exploratória (AFE), seguida de uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) do modelo extraído da AFE. Este modelo resultante da AFE foi em seguida, validado e confrontado com os dois modelos da PSM propostos por Perry (1996). Posteriormente foi, então, desenvolvido um estudo de validação deste constructo ao contexto da Administração Pública Portuguesa.

3.1 Amostra

Para a constituição da amostra, o questionário original da PSM (Perry, 1996), foi aplicado durante o mês de novembro de 2018 a 205 alunos dos cursos pós-laboral de licenciatura, mestrado e doutoramento em administração pública, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). No entanto, o alvo seria os alunos com experiência de trabalho na administração pública. Assim, optou-se por abranger unicamente alunos de cursos pós-laboral de forma a maximizar o número de trabalhadores-estudantes. Esta opção está em linha com diversos estudos nomeadamente apresentados na Tabela 1 (e.g., Asseburg & Homberg, 2020; Holt, 2019).

A aplicação foi presencial e por papel e lápis, tendo sido realizada no início de aula. Foram eliminados 28 por terem unicamente experiência laboral em organizações privadas e 39 por não terem qualquer tipo de experiência.

A amostra final é de conveniência sendo constituída por 138 sujeitos. Apesar da dimensão da amostra ser insuficiente para um estudo de validação (Hair, Black, Babin & Anderson, 2010) realça-se que este trabalho é um trabalho preliminar e inserido num projeto mais vasto de identificação e validação de um modelo da PSM para a Administração Pública Portuguesa. Assim, nesta perspetiva de pré-teste, é aceitável uma amostra de menor dimensão, na medida em que os resultados serão confirmados em estudos posteriores (Hair et al., 2010). Por outro lado, considerou-se que, na linha de (MacCallum, Widaman, Zhang & Hong, 1999, p. 96) “regras práticas comuns sobre o tamanho da amostra na análise não são válidas ou úteis”, tendo estes autores (MacCallum, et al., 1999, p. 96) realçado a importância das comunalidades dos itens e sugerindo que

comunalidades na ordem de 0,5, ainda não é difícil obter uma boa recuperação dos fatores populacionais, mas é preciso ter fatores bem determinados (não um grande número de fatores com apenas alguns indicadores cada) e possivelmente uma amostra um pouco maior, no intervalo de 100 a 200.

As razões atrás enunciadas reforçaram a decisão de continuar este estudo preliminar, tanto mais que os resultados serão confirmados em estudos futuros.

A amostra é predominantemente feminina, com trabalhadores da administração central do estado, com formação superior e da categoria de técnico superior e, maioritariamente, da administração central do estado (Tabela 2).

TABELA 2. Características Sociodemográficas da Amostra

		FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
SEXO	Masculino	54	39,1%
	Feminino	84	60,9%
SETOR DE ATIVIDADE	Privado	3	2,2%
	Administração Central	109	79,0%
	Administração Autárquica	4	2,9%
	Organismos c/ Autonomia Gestionária	17	12,3%
	Setor Empresarial do Estado	5	3,6%

TABELA 2. (cont.)

		FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
HABILITAÇÕES	Secundário	23	16,7%
	Universitário	115	83,3%
CATEGORIA PROFISSIONAL	Direção Superior	7	5,1%
	Direção Intermédia	38	27,5
	Técnico Superior	60	43,5%
	Assistente Técnico/Operacional	32	23,2%

Fonte: Elaboração própria.

A amostra apresenta uma idade média de 47,89 ano, uma senioridade laboral de 25,60 anos e uma antiguidade na administração pública de 23,34 anos (Tabela 3).

Tabela 3. Características Sociodemográficas

	MÍNIMA	MÁXIMA	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Idade	21	69	47,89	11,50
Senioridade Laboral	1	45	25,60	11,75
Antiguidade na AP	1	42	23,34	11,89
Antiguidade no Privado	0	22	4,79	4,94
Antiguidade no Serviço Atual	0	38	14,16	11,88
Antiguidade na Função Atual	0	38	8,22	7,88

Nota: Unidade de medida em anos

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Instrumento de Medida

Optou-se por utilizar o modelo de medida estabelecido inicialmente por Perry ao invés de se utilizar o modelo final (Perry, 1996). Tal decisão deveu-se ao facto de não se querer reduzir a informação inicial do estudo, dada pelo questionário, pois a PSM é influenciada pela cultura social própria do contexto onde se está a intervir, como foi destacado por Perry, Hondeghem e Wise (2010) na linha dos estudos de Vandenabeele (2008a) na Flandres (Bélgica) ou de Kim (2009a) na Coreia do Sul ou de Horváth e Hollósy-Vadász (2019) na Hungria, de entre outros.

O questionário foi traduzido para português através do método de tradução-retroversão tendo sido, a versão portuguesa, também verificada por 12 informadores qualificados (elementos do quadro de efetivos da Administração Pública Portuguesa) que corrigiram, tornando mais claro o conteúdo e o sentido dos itens. No geral, houve uma concordância com os itens propostos por Perry (1996) tendo havido uma adaptação linguística à realidade do português e da administração pública portuguesa. A resposta foi dada numa escala de tipo Lickert de sete pontos em que (1) corresponde a “Discordo Totalmente”, o (4) “Não Concordo, Nem Discordo” e o (7) “Concordo Totalmente”.

Sendo uma medida auto-reportada (*Self-Reported Measure*) teve-se, também, em linha de conta as medidas preventivas propostas por Podsakoff e colaboradores (Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012; Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003), nomeadamente a utilização de informadores qualificados, a ordenação aleatória dos itens, a explicação dos objetivos, a confidencialidade e anonimato das respostas. Garantiu-se também o consentimento informado através da explicação aos participantes que eram livres de não responder ao questionário ou entregar o mesmo em branco.

Apresenta-se na Tabela 4 a estrutura do questionário utilizado bem como o valor do coeficiente Alfa de Cronbach.

TABELA 4. Dimensões do modelo

DIMENSÃO	ITENS (N.º)	ITENS REVERSE	COEFICIENTE ALFA DE CRONBACH	FIABILIDADE
1. Atração Pelas Políticas Públicas (<i>Attraction to Policy Making</i> – APM)	5	3	0,38	Baixa
2. Comprometimento com o Interesse Público (<i>Commitment to the Public Interest</i> – CPI)	7	2	0,39	Baixa
3. Justiça Social (<i>Social Justice</i> – SJ)	5	1	0,62	Aceitável*
4. Dever Cívico (<i>Civic Duty</i> – CD)	7	0	0,71	Aceitável
5. Compaixão (<i>Compassion</i> – C)	8	4	0,61	Aceitável*
6. Autossacrifício (<i>Self-Sacrifice</i> – SS)	8	1	0,79	Aceitável

* Apesar de inferiores ao critério de 0,70 (Maroco, 2014; Hair, Black, Babin & Anderson, 2010).

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados obtidos do IBM SPSS v.25.

4. Resultados

Conforme já referido anteriormente, sendo este um estudo preliminar de validação do modelo de medida para Portugal, optou-se por utilizar o modelo de medida inicial proposto ao invés do modelo de medida final (Perry, 1996), de forma a ter-se uma maior estrutura de dados, em concreto, de 40 itens e 6 dimensões. Assim, com uma estrutura de dados de maior dimensão, poder-se-ia extrair um modelo de PSM mais adequado e representativo da realidade da Administração Pública portuguesa.

Esta estrutura de dados foi sujeita a um processo de análise fatorial exploratória (AFE) (recorreu-se ao *software* IBM SPSS v.25), tendo-se utilizado como método de extração o *Principal Axis Factoring* com uma rotação oblíqua Promax com normalização Kaiser e extração dos fatores com *eigenvalue* superior a 1. A reespecificação das soluções fatoriais extraída teve como base a eliminação dos itens que apresentaram *factor loadings* inferiores a 0,5 explicando, como tal, menos de 25% da variância do fator (Hair et al., 2010).

Sendo um estudo exploratório e preliminar, decidiu-se comparar o Modelo Inicial e o Modelo Final de Perry (1996) com o modelo extraído da AFE, recorrendo a uma metodologia de modelação por equações estruturais, em concreto a análise fatorial confirmatória (AFC) através do Lisrel 9.3 (Jöreskog, Olsson & Wallentin, 2016).

O processo de análise fatorial exploratória, suportado por um KMO de 0,849, permitiu a extração de uma solução fatorial constituída por cinco fatores com um *eigenvalue* superior a 1, que explicam 60,29% da variância (Tabela 4). A comunidade média dos itens foi de 0,509.

Foram retidos vinte e quatro itens dos quarenta itens iniciais:

1. Autossacrifício (SS) que explica, por si só 31,24% da variância. É constituído por nove itens, dos quais cinco pertencem à dimensão original de Perry (1996) Autossacrifício. Apresenta um valor do coeficiente Alpha de Cronbach de 0,86, com uma fiabilidade aceitável.
2. Dever Cívico (CD) explicando 10,93% da variância, sendo constituído por cinco itens dos quais dois correspondem a esta dimensão do modelo original de Perry (1996). O coeficiente do Alpha de Cronbach é de 0,80 apresentando, por isso, uma fiabilidade aceitável.
3. Justiça Social (SJ), explica 6,67% da variância, sendo constituído por quatro itens. O valor do coeficiente Alpha de Cronbach foi de 0,79, tendo uma fiabilidade aceitável. Dois dos quatro itens que constituem este fator são da mesma dimensão do modelo original.

Os dois últimos fatores não correspondem a qualquer uma das dimensões originalmente propostas por Perry (1996).

4. Egoísmo Social (*Social Selfishness* - SR), explica 6,36% da variância, sendo constituído por quatro itens (dois da dimensão original Compaixão, um do Comprometimento com o Interesse Público e outro do Autossacrifício). É de realçar o facto de os quatro itens serem todos *reverse*^[2]. O coeficiente do Alpha de Cronbach é de 0,77, com uma fiabilidade aceitável. Decidiu-se chamar a este fator de Egoísmo Social pelo facto de se estar perante itens todos eles *reverse*, por um lado, e por outro, pela análise do conteúdo de cada um deles. Esta dimensão da PSM, que agora se propõe, em termos conceptuais consiste numa focalização do sujeito em si próprio, nos seus interesses, objetivos, motivações em detrimento dos outros e, em geral, da sociedade, dos seus problemas tensões e necessidades. É por isso um fator de motivação individual, mas negativo para a PSM. Assim, esta nova dimensão, que nos parece interessante, vai confluir na linha do Síndrome do Egoísmo muito associada ao homem económico (Mintzberg, Simons, & Basu, 2002).
5. O Cinismo Social (*Social Cynicism* – SC), último fator extraído e explica 5,08% da variância. É constituído por dois itens *reverse*, um referente à dimensão Comprometimento com o Interesse Público e o outro à Atração pelas Políticas Públicas. O coeficiente Alpha de Cronbach foi de 0,68 tendo, por isso, uma fiabilidade aceitável. A opção pela designação de Cinismo Social deveu-se ao conteúdo de ambos os itens.

Na perspetiva de Beer e colaboradores (Beer, Spector, Lawrence, Mills, & Walton, 1984; Beer, Boselie, & Brewster, 2015) um dos *outcomes* no modelo da gestão de recursos humanos sugeridos por estes autores, seria a congruência entre o discurso e as práticas gestionárias. Ora, a ausência de alinhamento entre o discurso e as práticas de gestão, isto é, a existência de uma incongruência gestionária, iria originar um sentimento de descrédito em relação à organização e à sua gestão, impactando quer na forma cognitiva, quer afetiva, quer comportamental, originando no que se convencionou chamar de Cinismo Organizacional (Abraham, 2000; Brandes, Dharwadkar, & Dean 1999; Dean, Brandes, & Dharwadkar, 1998; Naus, Iterson, & Roe, 2007). Assim e por analogia com esta perspetiva teórica do cinismo organizacional, propôs-se a designação desta dimensão de Cinismo Social, pensarmos que pode refletir esta descrença em relação aos outros, às suas intenções e interesses, manifestada numa auto incongruência em relação à sociedade. No entanto, a existência de unicamente dois itens que suportam este fator, é insuficiente para ser conclusivo, necessitando de estudos futuros que confirmem a sua validade na PSM.

2. Invertidos ou revertidos

TABELA 5. Estrutura Fatorial correspondendo ao Modelo de Medida da PSM em Portugal

CÓDIGO	ITEM	FATORES
FATOR 1: AUTOSSACRIFÍCIO (SS)		
SS16	Para mim, poder fazer a diferença na sociedade, é mais importante do que as realizações pessoais	0,744
SS29	Estou preparado para fazer sacrifícios, pelo bem da sociedade	0,719
SS15	Eu sou uma daquelas pessoas que arriscariam perdas pessoais, para ajudar alguém	0,716
CD23	Sinto que tenho a obrigação de ajudar aqueles que estão a viver com problemas ou estão a passar por uma fase menos boa da sua vida	0,714
SJ18	Eu acredito que há muitas causas públicas que merecem ser defendidas	0,659
SS22	Eu acredito que o dever está à frente dos interesses pessoais	0,605
CPI17	Eu contribuo voluntariamente para a minha comunidade	0,555
CD19	Sinto que tenho a responsabilidade de ajudar a resolver problemas decorrentes das relações entre as pessoas	0,537
SS30	Acredito que as pessoas deviam dar mais à sociedade, do que obtêm da mesma	0,511
FATOR 2: DEVER CÍVICO (CD)		
C34	Para mim, o patriotismo implica promover o bem estar dos outros	0,732
CPI35	Eu considero o serviço público como um dever cívico	0,691
CD38	Para mim, a frase “dever, honra e país”, é muito importante pois tem a ver com sentimentos profundos	0,683
CD33	Acredito que, quando os funcionários públicos assumem um compromisso de honra para com as suas funções, aceitam obrigações não esperadas de outros cidadãos	0,653
APM39	Eu admiro os funcionários públicos que conseguem, a partir de uma boa ideia, propor à tutela uma proposta de lei	0,590
FATOR 3: JUSTIÇA SOCIAL (SJ)		
SJ5	5. Estou disposto a dedicar toda a minha energia em tornar a sociedade mais justa	0,897
CD6	6. Estou disposto a fazer sacrifícios pessoais, a fim de cumprir as minhas obrigações para com o meu país	0,798
SJ9	9. Não tenho medo de lutar pelos direitos dos outros, mesmo que isso signifique que eu seja ridicularizado	0,610
C4	4. Frequentemente, os acontecimentos do dia a dia lembram-me o quão dependentes somos uns dos outros	0,573

TABELA 5. (cont.)

CÓDIGO	ITEM	FATORES
FATOR 4. EGOÍSMO SOCIAL (SR) (R)		
C14_I	14. Eu raramente penso no bem estar das pessoas que não conheço pessoalmente	0,713
C25_I	25. Raramente me emociono com a situação dos mais desfavorecidos	0,689
CPI37_I	37. É difícil para mim ter um grande interesse, com o que se passa na minha própria comunidade	0,685
SS13_I	13. Ter sucesso financeiro é definitivamente mais importante para mim, do que realizar ações em prol da sociedade	0,605
FATOR 5. CINISMO SOCIAL (SC) (R)		
CPI27_I	27. As pessoas podem falar sobre o interesse público, mas o que realmente as preocupa são os seus interesses próprios	0,720
APM28_I	28. Não tenho grande simpatia pelos políticos	0,696

Método de Extração: *Principal Axis Factoring* com rotação Promax com normalização Kaiser. KMO=0,849; (R) Dimensão *Reverse*.

Fonte: Elaboração própria.

Das cinco dimensões aquela que apresenta uma maior intensidade é a da Justiça Social (Tabela 6), que se posiciona no ponto médio da escala. Todas as outras estão abaixo desse ponto médio. Destaca-se também a dimensão Egoísmo Social que é a que, não obstante apresentar a menor intensidade, se reveste de positivo por se tratar duma dimensão *reverse* e, por isso, consiste numa característica que não deverá estar presente na PSM. De enfatizar, embora no sentido contrário, a dimensão Cinismo Organizacional que, à semelhança do Egoísmo Social, seria expectável apresentar uma baixa intensidade, o que não acontece.

É identificada uma consistência elevada das respostas, apresentando um desvio padrão inferior a 1. É também de assinalar que as dimensões de conotação positiva estão correlacionadas entre si. No entanto, as duas dimensões de conotação negativa, em concreto o Egoísmo Social e o Cinismo Social não estão correlacionados com as três dimensões anteriores.

TABELA 6. Estatísticas Descritivas do Modelo de Medida da PSM em Portugal

	M	DP	1	2	3	4	5
1. Autossacrifício (<i>Self-Sacrifice</i> – SS)	3,33	0,61	(0,86)				
2. Dever Cívico (<i>Civic Duty</i> – CD)	3,68	0,73	0,60**	(0,80)			
3. Justiça Social (<i>Social Justice</i> – SJ)	4,06	0,71	0,65**	0,48**	(0,79)		
4. Egoísmo Social (<i>Social Selfishness</i> – SR) (R)	1,77	0,82	-0,34**	-0,09	-0,14	(0,77)	
5. Cinismo Social (<i>Social Cynicism</i> – SC) (R)	3,40	1,05	0,12	0,15	0,11	0,12	(0,68)

Os índices das dimensões foram calculados através da média dos itens ponderada pelo *factor loading*. M: Média; DP: Desvio Padrão

** Correlação significativa ao nível 0,01 (2- tailed). Entre parêntesis. Coeficiente Alpha Cronbach; (R) Dimensão *reverse*.
 Fonte: Elaboração própria.

Considerando que foram utilizadas medidas autoreportadas (*Self-Reported Measure*) recolhidas de uma mesma fonte e no mesmo período temporal e considerando também o contexto particular onde foram recolhidas (contexto académico), torna-se importante determinar o erro da variância do método comum. Para isso foi utilizado inicialmente o Teste de Harman, seguido do Teste do Fator Comum (Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012; Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003; Williams, Cote, & Buckley, 1989).

O primeiro fator da solução fatorial baseada no *eigenvalue* superior a 1 reteve 31,25 da variância. Já a solução unifatorial, isto é, a solução fatorial foi forçada à extração de um único fator que explicou também a mesma percentagem da variância. Refere-se, em primeiro lugar que esta variância comum extraída está acima do recomendado, com valores concretos de 30% (Podsakoff et al., 2003) e de 25% (Williams et al., 1989). No entanto, consideraram-se a variância extraída através do quadrado dos *factors loadings*, então com a variância comum extraída (respetivamente de 29,27% para o primeiro fator e de 28,63% para o fator comum), o resultado obtido já está abaixo do recomendado por Podsakoff e colaboradores (2003) e ligeiramente acima do estabelecido por Williams e equipa (1989). Desta constatação, conforma-se que os resultados do Teste de Harman sugerem que o erro da variância do método comum está no limite da aceitabilidade.

Para o resultado do Método de Fator Comum partiu-se da AFC do modelo da PSM para Portugal e que corresponde à solução final da AFE, tendo apresentado um χ^2 de 147,75 com 60 df, um RMSEA de 0,103 e um CFI de 0,958. A este modelo foi introduzido um fator comum a todos os itens. Esta aplicação extensiva do fator comum vai extrair a variância resultante do método comum. Assim, verifica-se em primeiro lugar que o ajustamento do modelo com o fator comum a todos os

itens apresenta uma bondade de ajustamento superior ao modelo que não contém esse fator ($\chi^2=293,37$; $df=218$; $RMSEA=0,094$; $CFI=0,958$). Por outro lado, o Teste do Qui-Quadrado indicou que os dois modelos são diferentes ($\Delta\chi^2[23]=76,48$).

Apesar de estes resultados sugerirem que se está perante uma variância com resultante do erro do método comum significativa, a variância extraída pelo fator comum a todos os itens é de 22,41% e, por isso, inferior aos critérios estabelecidos (Podsakoff et al., 2003). Pode-se, pois, concluir que há indícios de se estar perante um erro da variância de método comum apesar de apresentar uma percentagem inferior os limites estabelecidos.

Ao proceder à comparação entre o modelo da PSM estabelecido para Portugal (M1) com o modelo inicial (M2) e com o modelo final (M3) da PSM, ambos de Perry (1996), verificou-se que o modelo estabelecido para Portugal apresentava a melhor bondade de ajustamento dos três modelos, tendo o modelo inicial de Perry (1996) apresentado o pior ajustamento (Tabela 7).

TABELA 7. Comparação dos três Modelos da PSM

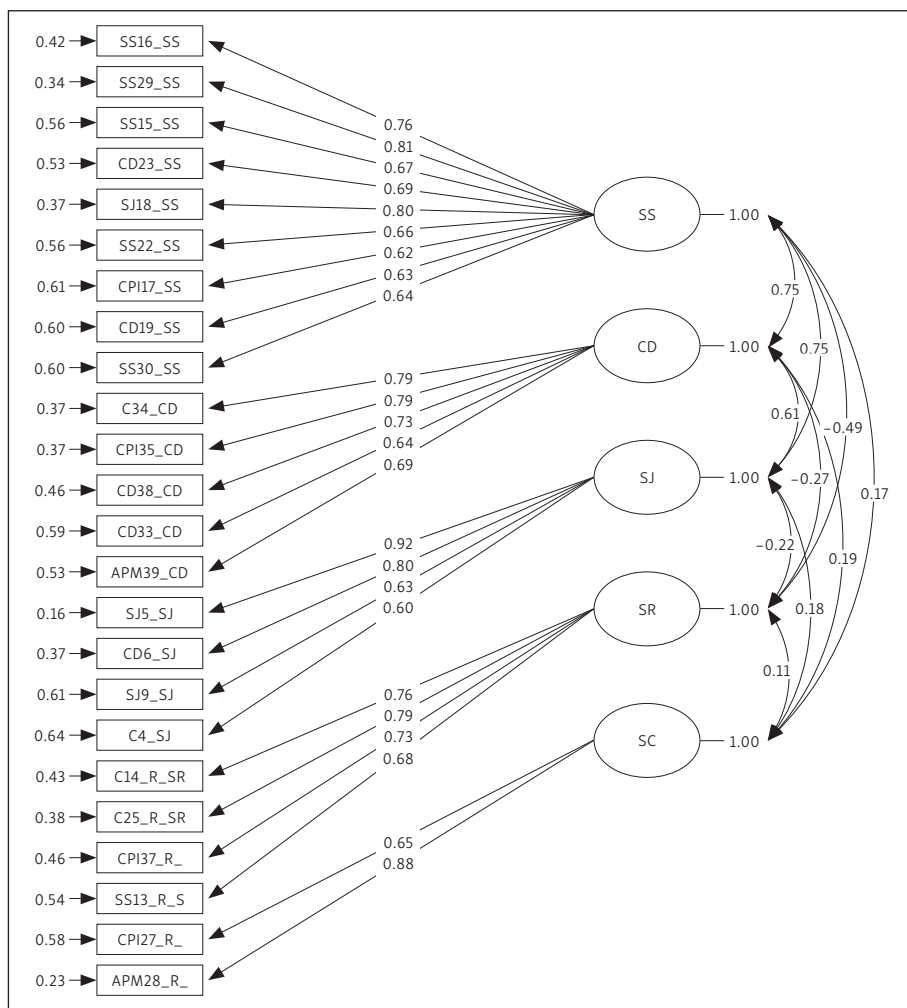
	χ^2	Df	RMSEA	CFI	IFI	GFI	RMR	χ^2/df	AIC
M1	369,85	242	0,103	0,928	0,930	0,762	0,0768	1,523	1823,908
M2	1876,13	725	0,145	0,679	0,684	0,548	0,143	2,588	2709,121
M3	537,89	246	0,127	0,787	0,792	0,673	0,119	2,187	2238,833

Fonte: Elaboração própria.

Apesar do modelo da PSM estabelecido para Portugal pela análise fatorial exploratória e testado pela análise fatorial confirmatória (Figura 1), não apresentar uma bondade de ajustamento consistente, tem alguns indicadores que sugerem um ajustamento aceitável, em concreto o CFI o IFI e o χ^2/df . Já o RMSEA está acima do valor recomendado ($RMSEA \leq 0,08$), apesar de se posicionar entre os limites do intervalo de confiança a 90% (de 0,0927 a 0,114). O valor do GFI (0,762) é inferior ao valor de referência ($GFI \geq 0,90$), sugerindo uma bondade de ajustamento inferior ao desejável. No entanto os outros indicadores apresentam valores que sugerem precisamente o oposto. Mais ainda, Hair e colaboradores (Hair et al., 2010) indicam que este tipo de indicadores, que são baseados no erro, é penalizado por amostras reduzidas como é o caso da amostra do presente estudo.

Todos os vinte e quatro itens apresentam *factor loadings* superiores a 0,6. Por outro lado, é de referir que todas as dimensões apresentam uma variância média extraída e uma fiabilidade de constructo aceitáveis. A dimensão Autossacri-

FIGURA 1. Diagrama do Modelo da PSM estabelecido para a Administração Pública Portuguesa



Fonte: Elaboração própria.

fício (SS) apresenta uma variância média extraída de 0,49 e uma fiabilidade de constructo de 0,99. Já o Dever Cívico (CD) tem uma variância média extraída de 0,53 e uma fiabilidade de constructo de 0,98. Quanto à Justiça Social (SJ) a variância média extraída foi de 0,56 e a fiabilidade de constructo de 0,97. Quanto ao Egoísmo Social (SR) tem-se uma variância extraída de 0,55 e uma fiabilidade de constructo de 0,97. Por último, o Cinismo Social (SC) apresenta uma variância extraída de 0,60 e uma fiabilidade de constructo de 0,87.

As cinco dimensões apresentam correlações inferiores a 0,70. No entanto, é de assinalar que o Autossacrifício (SS) encontra-se fortemente relacionado com o Dever Cívico (CD) (0,75) e com a Justiça Social (SJ) (também com 0,75). Estes resultados levam a questionar estas três variáveis e, em especial o Autossacrifício, por poderem ser manifestações de uma mesma variável (Hair et al., 2010).

Os resultados descritos anteriormente sugerem que o modelo da PSM estabelecido para a Administração Pública portuguesa apresenta uma validade convergente e discriminante aceitáveis.

O facto de haver correlações entre algumas das cinco dimensões da PSM, levou a questionar-se se não haveria uma convergência destas dimensões que levasse ou suportasse uma solução unidimensional da PSM. Neste sentido, foi efetuada uma análise fatorial de segunda ordem (Figura 2).

O modelo de segunda ordem da PSM apresenta, numa solução completamente estandardizada (Figura 2), uma bondade de ajustamento ligeiramente inferior ao modelo de primeira ordem ($\chi^2=380,77$; $df=247$; $RMSEA=0,103$; $CFI=0,925$; $IFI=0,926$; $GFI=0,756$; $RMR=0,0804$; $\chi^2/df=1,54$; $AIC=1823,908$), apresentando os vinte e quatro itens *factor loadings* superiores a 0,6.

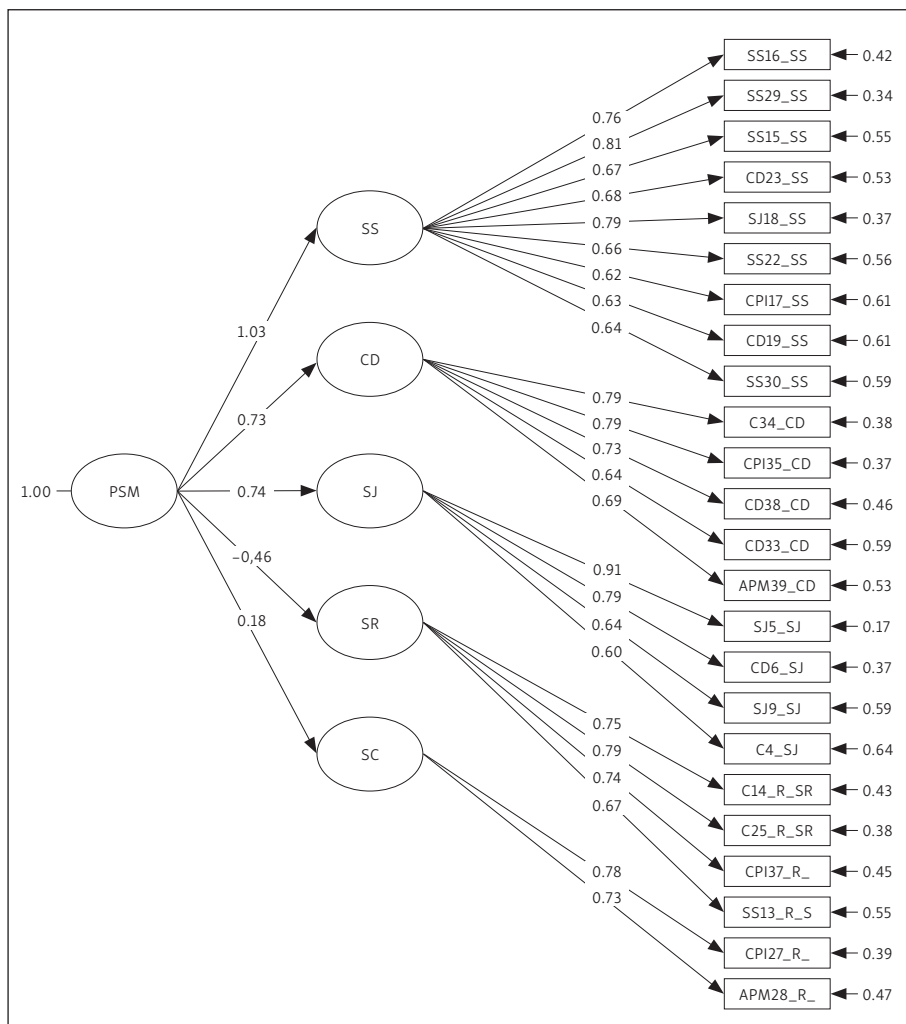
Verifica-se que o principal fator/dimensão que determina a PSM é o Autossacrifício (SS) ($FL=1,03$), seguido da Justiça Social (SJ) ($FL=0,74$) e do Dever Cívico (CD) ($FL=0,73$). Já o Egoísmo Social (SR) apresenta um contributo mais reduzido para a PSM ($FL=-0,46$), sendo o Cinismo Social (SC) o que apresenta um menor contributo ($FL=0,18$) sendo que este *factor loading* não é significativo ($T\text{-value}=1,29$). Note-se que o sentido do *factor loading* de segunda ordem da dimensão Egoísmo Social (SR), que é negativa, corresponde à natureza desta dimensão que é *reverse*. O mesmo não acontece com o Cinismo Social (SC) pois este valor é positivo quando o expectável seria que fosse também negativo pois é também uma dimensão *reverse*. Estes resultados reforçam ainda a validade discriminante deste modelo.

5. Conclusão

O interesse pelo estudo da motivação para o serviço público tem demonstrado ser um constructo cada vez mais apetecível de ser investigado e, complementarmente muito debatido na vertente da Gestão Pública (Vandenabeele, et al., 2018). De realçar também, os contributos importantes para dar sentido ao desempenho organizacional na Administração Pública, conforme realçou Han (2018).

Considerando a associação entre a PSM e a atratividade na estratégia de emprego das entidades públicas (Vandenabeele, 2008b), é possível realçar a importância de investigação na área comportamental da Administração Pública, em função da necessidade da competitividade do recrutamento entre o sector público e privado (Asseburg & Homberg, 2020; Moynihan & Pandey, 2007).

FIGURA 2. Diagrama do Modelo da PSM estabelecido para a Administração Pública Portuguesa em uma solução de Análise Fatorial de Segunda Ordem



Fonte: Elaboração própria.

Na perspetiva que a PSM é uma manifestação individual de valores, tem sido possível também, destacar o seu papel relevante na estabilidade da organização e no comportamento dos trabalhadores (Vandenabeele, 2014). É nesta aceção, que Bakker (2015), tenta explicar o comportamento individual nas organizações, tipificando alguns elementos que impulsionam o desempenho no trabalho e que criam valor em contexto público, e outros que não geram resultados positivos, apelando

aos dirigentes na Administração Pública a refletir em estratégias para motivar os trabalhadores em funções públicas (Brewer, Seldon & Facer, 2000; Houston, 2006; Vandenabeele, 2008b).

Apesar de Horton (2008) ter sintetizado a ideia de que um trabalhador em funções públicas pode minimizar os seus interesses pessoais de forma a maximizar/otimizar o serviço à sociedade/comunidade, ainda assim, a PSM foi concetualmente concebida como uma variável ao nível individual que pode afetar os recursos e as demandas da Administração Pública (Bakker, 2015).

Por outro lado, como tem sido demonstrado em diversos estudos de validação, a PSM é sujeita a uma influência do contexto particular onde se está a intervir, em especial das suas características culturais (Horváth & Hollósy-Vadász, 2019; Kim, 2009a; Vandenabeele, 2008b). Logo, mais do que um trabalho de validação, é necessário conceber um modelo de PSM que reflita os aspetos específicos culturais desse contexto e que reflita uma identidade, impregnada num referencial comum a todos os servidores do estado. Foi nesta perspetiva que se realizou este estudo, tendo como objetivo verificar se, da estrutura do modelo da PSM proposto por Perry (1996) emergiria uma estrutura que pudesse ser a base de análise (e posterior confirmação) de um Modelo da PSM para Portugal, tendo este objetivo sido atingido. No entanto, em estudos posteriores, haverá que analisar a invariância do modelo através da utilização de moderadores (por exemplo, a idade, antiguidade, o tipo de organismo público, etc.) através de análises multigrupos.

O modelo de PSM que agora se apresenta é constituído por cinco dimensões. As três primeiras, em concreto o Autossacrifício, o Dever Cívico e a Justiça Social, estão na linha do que Perry propôs. Já as últimas duas dimensões identificadas estatisticamente e propostas são inovadoras. Em concreto consistem na dimensão Egoísmo Social e a dimensão Cinismo Social. Esta manifestação individual de valores ao nível organizacional caracterizada pela PSM (Quratulain & Khan, 2015), protagonizada pelo homem económico, tende a gerar um grau de desconfiança na sociedade, alicerçada no antagonismo entre os desejos individuais e as necessidades sociais (Mintzberg, Simons & Basu, 2002), podendo ajudar a justificar teoricamente estas duas dimensões, isto é, do cinismo social e do egoísmo social. Para a consolidação desta constatação, constituíram-se, dimensões unicamente por itens *reverse* cuja escala foi invertida e daí, os resultados expressarem um carácter negativo sobre a PSM quando presentes.

Curiosamente, também, Perry (1996) identificou um fator, em concreto a Atração pelas Políticas Públicas, constituído pelos três itens *reverse* desta dimensão. Tal facto levou a que Kim (2009b) defendesse que a componente racional pode não estar correlacionada com a PSM, uma vez que os itens podem não ser os mais apropriados para medir a atração pela formulação de políticas (APM). Esta verifi-

cação é corroborada também em investigação posterior, determinando a relevância dos itens da APM, em função da positividade das declarações formalizadas na subescala. Logo, mantém-se a questão de como lidar com este tipo de itens, havendo sugestões da sua transformação em formulações positivas, isto é, no sentido dos itens não *reverse*.

Esta proposta do Modelo da PSM por nós apresentada, optou por manter esses itens e assumir a existências de dimensões negativas ou *reverse*. O que nos parece interessante é que os resultados sugerem e suportam a possibilidade da PSM possuir esta dualidade dimensional ou seja, a resultante de dimensões positiva (quanto maior for o valor destas dimensões, melhor a PSM) e também por dimensões negativas, isto é, inversas à PSM. (quanto menor for o valor dessas dimensões, melhor será a PSM). Assim, poderemos concluir que a PSM é constituída por um conjunto de atributos favoráveis, bem como por atributos que não deverão estar presentes.

O estudo em apreço deixa pistas importantes para o entendimento das dimensões que podem efetivamente ser tidas em conta para o estudo da motivação específica para a Administração Pública em Portugal, sobretudo quando em termos de Políticas Públicas se quer dar prioridade na atração e retenção de Recursos Humanos nos serviços públicos. O aparente paradoxo já referido anteriormente entre as dimensões positivas e negativas encontradas nesta pesquisa, reforçam a robustez do modelo quando aplicado a especificidade da cultura da Administração Pública portuguesa. No entanto, a utilização futura de uma amostra mais alargada do universo dos trabalhadores em funções públicas, pode mostrar-se pertinente para o aprofundamento deste estudo exploratório.

Esta limitação será colmatada no estudo de validação do modelo da PSM para Portugal, processo esse que já está em curso. Por outro lado, há também que verificar a variabilidade do modelo face a contextos públicos diversos, em especial entre a administração central, a autárquica, institutos públicos com autonomia gestonária e, também, o setor empresarial do Estado.

Seria também conveniente verificar, em estudos futuros, a variabilidade do modelo perante variáveis moderadoras de natureza sociodemográficas, tais como o género, a idade e senioridade na administração pública ou habilitações, nomeadamente, através de análises multigrupos.

Apesar de terem sido identificadas e propostas as dimensões Egoísmo Social e Cinismo Social têm de ser muito mais aprofundadas e sistematizadas no quadro teórico da PSM. Também, o facto de serem medidas por um número reduzido de itens (respetivamente por quatro e por dois itens) é um fator limitativo. Assim, haverá a necessidade de estudos (quer qualitativos, quer quantitativos) de conceptualização destas duas variáveis e de elaboração e validação de instrumentos de medida.

Outro contributo importante que pode vir a suportar a perspetiva de Wright e colaboradores (2013) que consideraram a necessidade de um instrumento de medida da PSM com um potencial global, que ignorasse a sensibilidade contextual, este estudo de validação pode ser um input que possa contribuir para a construção de um modelo, que permita em estudos futuros avaliar esta visão da PSM.

Por isso, mais do que um estudo conclusivo, a presente investigação visa identificar um conjunto de características e possíveis hipóteses que possam fomentar o desenvolvimento de futuros estudos referentes à PSM, contribuindo assim para desenhos de políticas públicas ativas para a Gestão das Pessoas na Administração Pública Portuguesa.

Acresce que, ao ser considerada a utilidade do papel dos trabalhadores em funções públicas na prestação de serviços a outras pessoas, e que a PSM pode ser um forte preditor de comportamentos individuais alinhados com os valores organizacionais (Asseburg & Homberg, 2020; Vandenabeele, et al., 2018), este estudo preliminar de um modelo da PSM em contexto português, pretende ser um contributo inicial para a identificação e validação de um Modelo da PSM específico para Portugal bem como de um instrumento de medida, de forma a potenciar e incentivar a investigação deste constructo em agentes envolvidos na prossecução pública.

Referências

- Abraham, R. (2000). Organizational cynicism: Bases and consequences. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 126(3), 269–292.
- Asseburg, J., & Homberg, F. (2020). Public service motivation or sector rewards? Two studies on the determinants of sector attraction. *Review of Public Personnel Administration*, 40(1), 82-111.
- Bakker, A. B. (2015). A job demands–resources approach to public service motivation. *Public Administration Review*, 75(5), 723-732.
- Beer, M., Boselie, P., & Brewster, C. (2015). Back to the future: Implications for the field of HRM of the multistakeholder perspective proposed 30 years ago. *Human Resource Management*, 54(3), 427-438.
- Beer, M., Spector, B. A., Lawrence, P. R., Mills, D. Q., & Walton, R. E. (1984). *Managing human assets*. New York: The Free Press. <https://doi.org/10.1002/hrm.3930240310>
- Brandes, P., Dharwadkar, R., & Dean, J. W. (1999). Does organizational cynicism matter? Employee and supervisor perspectives on work outcomes. In *Eastern Academy of Management Proceedings* (Vol. 2, pp. 150-153). Philadelphia: Editor.
- Brewer, G. A., & Selden, S. C. (1998). Whistle blowers in the federal civil service: New evidence of the public service ethic. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 8(3), 413-440.
- Brewer, G. A., Selden, S. C., & Facer II, R. L. (2000). Individual conceptions of public service motivation. *Public Administration Review*, 60(3), 254-264.

- Christensen, R. K., & Wright, B. E. (2011). The effects of public service motivation on job choice decisions: Disentangling the contributions of person-organization fit and person-job fit. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21(4), 723-743.
- Clerkin, R. M., & Coggburn, J. D. (2012). The dimensions of public service motivation and sector work preferences. *Review of Public Personnel Administration*, 32(3), 209-235.
- Coursey, D. H., & Pandey, S. K. (2007). Public service motivation measurement testing an abridged version of Perry's proposed scale. *Administration & Society*, 39(5), 547-568.
- Coursey, D. H., Perry, J. L., Brudney, J. L., & Littlepage, L. (2008). Psychometric verification of Perry's public service motivation instrument results for volunteer exemplars. *Review of Public Personnel Administration*, 28(1), 79-90.
- Crewson, P. E. (1997). Public-service motivation: Building empirical evidence of incidence and effect. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 7, 499-518.
- Dean Jr, J. W., Brandes, P., & Dharwadkar, R. (1998). Organizational cynicism. *Academy of Management Review*, 23(2), 341-352.
- Desmidt, S., & Prinzie, A. (2019). Establishing a mission-based culture: Analyzing the relation between intra-organizational socialization agents, mission valence, public service motivation, goal clarity and work impact. *International Public Management Journal*, 22(4), 664-690.
- Giaque, D., Ritz, A., Varone, F., Anderfuhren-Biget, S., & Waldner, C. (2011). Putting public service motivation into context: A balance between universalism and particularism. *International Review of Administrative Sciences*, 77(2), 227-253.
- Hair, J., Black, W., Babin, B. & Anderson, R. (2010). *Multivariate data analysis: a global perspective*. New Jersey: Pearson Prentice Hall.
- Han, Y. (2018). Is public service motivation changeable? Integrative modeling with goal-setting theory. *International Journal of Public Administration*, 41(3), 216-225.
- Holt, S. B. (2019). The influence of high schools on developing public service motivation. *International Public Management Journal*, 22(1), 127-175.
- Homberg, F., Vogel, R., & Weiherl, J. (2019). Public service motivation and continuous organizational change: Taking charge behaviour at police services. *Public Administration*, 97(1), 28-47.
- Horton, S. (2008). History and persistence of an idea and an ideal. In Perry, J. L. & Hondeghem, A. (Eds), *Motivation in public management: The call of public service* (pp. 17-32). Oxford: Oxford University Press.
- Horváth, Z., Hollósy-Vadász, G. (2019). The revision of Hungarian public service Motivation (PSM) model. *Central European Journal of Labour Law and Personnel Management*, 2(1), 17-28.
- Houston, D. J. (2000). Public-service motivation: A multivariate test. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10(4), 713-728.
- Houston, D. J. (2006). "Walking the walk" of public service motivation: Public employees and charitable gifts of time, blood, and money. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 16(1), 67-86.
- Jöreskog, K. G., Olsson, U. H., & Wallentin, F. Y. (2016). *Multivariate Analysis with LISREL*. Basel, Switzerland: Springer International Publishing.

- Kim, S. (2009a). Revising Perry's measurement scale of public service motivation. *American Review of Public Administration*, 39, 149–163.
- Kim, S. (2009b). Testing the structure of public service motivation in Korea: A research note. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 19(4), 839–851.
- Kim, S. (2017). Comparison of a multidimensional to a unidimensional measure of public service motivation: Predicting work attitudes. *International Journal of Public Administration*, 40(6), 504–515.
- Kim, S., Vandenabeele, W., Wright, B. E., Andersen, L. B., Cerase, F. P., Christensen, R. K., ... & Palidauskaite, J. (2013). Investigating the structure and meaning of public service motivation across populations: Developing an international instrument and addressing issues of measurement invariance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 23(1), 79–102.
- Kjeldsen, A. M., & Jacobsen, C. B. (2013). Public service motivation and employment sector: Attraction or socialization? *Journal of Public Administration Research and Theory*, 23(4), 899–926.
- Lewis, G. B., & Frank, S. A. (2002). Who wants to work for the government?. *Public Administration Review*, 62(4), 395–404.
- MacCallum, R. C., Widaman, K. F., Zhang, S., & Hong, S. (1999). Sample size in factor analysis. *Psychological Methods*, 4(1), 84–99.
- Maroco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Mintzberg, H., Simons, R., & Basu, K. (2002). Beyond selfishness. *MIT Sloan Management Review*, 44(1), 67.
- Moynihan, D. P., & Pandey, S. K. (2007). The role of organizations in fostering public service motivation. *Public Administration Review*, 67(1), 40–53.
- Naus, F., Van Iterson, A., & Roe, R. (2007). Organizational cynicism: Extending the exit, voice, loyalty, and neglect model of employees' responses to adverse conditions in the workplace. *Human Relations*, 60(5), 683–718.
- Neumann, O. (2019). "Giving Something Back to Society": A Study Exploring the Role of Reciprocity Norms in Public Service Motivation. *Review of Public Personnel Administration*, 39(2), 159–184.
- Pandey, S. K., Pandey, S., Breslin, R., & Broadus, E. (2017). Public service motivation research program: Key challenges and future prospects. *Chapter*, 19, 314–332.
- Pandey, S. K., Wright, B. E., & Moynihan, D. P. (2008). Public service motivation and interpersonal citizenship behavior in public organizations: Testing a preliminary model. *International Public Management Journal*, 11(1), 89–108.
- Perry, J. L. (1996). Measuring public service motivation: An assessment of construct reliability and validity. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 6, 5–22.
- Perry, J. L. (2000). Bringing society in: Toward a theory of public-service motivation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10(2), 471–488.
- Perry, J. L., & Hondeghem, A. (2008). Building theory and empirical evidence about public service motivation. *International Public Management Journal*, 11(1), 3–12.

- Perry, J. L., & Hondeghem, A. (2009). EGPA symposium on public service motivation and performance. *International Review of Administrative Sciences*, 75(1), 5-97.
- Perry, J. L., & Wise, L. R. (1990). The motivational bases of public service. *Public Administration Review*, 50, 367-373.
- Perry, J. L., Brudney, J. L., Coursey, D., & Littlepage, L. (2008). What drives morally committed citizens? A study of the antecedents of public service motivation. *Public Administration Review*, 68(3), 445-458.
- Perry, J. L., Hondeghem, A., & Wise, L. R. (2010). Revisiting the motivational bases of public service: Twenty years of research and an agenda for the future. *Public Administration Review*, 70, 681-690.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., & Podsakoff, N. P. (2012). Sources of method bias in social science research and recommendations on how to control it. *Annual Review of Psychology*, 63, 539-569.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J. Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88(5), 879.
- Quratulain, S., & Khan, A. K. (2015). How does employees' public service motivation get affected? A conditional process analysis of the effects of person-job fit and work pressure. *Public Personnel Management*, 44(2), 266-289.
- Quratulain, S., Khan, A. K., & Sabharwal, M. (2019). Procedural fairness, public service motives, and employee work outcomes: Evidence from Pakistani public service organizations. *Review of Public Personnel Administration*, 39(2), 276-299.
- Rainey, H. G. (1982). Reward preferences among public and private managers: In search of the service ethic. *The American Review of Public Administration*, 16(4), 288-302.
- Rainey, H. G., & Steinbauer, P. (1999). Galloping elephants: Developing elements of a theory of effective government organizations. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 9(1), 1-32.
- Ripoll, G., & Ballart, X. (2019). Judging unethical behavior: The different effects of external and public service motivation. *International Public Management Journal*, 1-23.
- Ritz, A., Brewer, G. A., & Neumann, O. (2016). Public service motivation: A systematic literature review and outlook. *Public Administration Review*, 76(3), 414-426.
- Steijn, B. (2008). Person-environment fit and public service motivation. *International Public Management Journal*, 11(1), 13-27.
- Vandenabeele, W. (2007). Toward a public administration theory of public service motivation: An institutional approach. *Public Management Review*, 9(4), 545-556.
- Vandenabeele, W. (2008a). Development of a public service motivation measurement scale: Corroborating and extending Perry's measurement instrument. *International Public Management Journal*, 11(1), 143-167.
- Vandenabeele, W. (2008b). Government calling: Public service motivation as an element in selecting government as an employer of choice. *Public Administration*, 86(4), 1089-1105.
- Vandenabeele, W. (2014). Explaining public service motivation: The role of leadership and basic needs satisfaction. *Review of Public Personnel Administration*, 34(2), 153-173.

- Vandenabeele, W., Ritz, A., & Neumann, O. (2018). Public service motivation: State of the art and conceptual cleanup. In *The Palgrave Handbook of Public Administration and Management in Europe* (pp. 261-278). London: Palgrave Macmillan.
- Vandenabeele, W., Scheepers, S., & Hondeghem, A. (2006). Public service motivation in an international comparative perspective: The UK and Germany. *Public Policy and Administration*, 21(1), 13-31.
- Williams, L. J., Cote, J. A., & Buckley, M. R. (1989). Lack of method variance in self-reported affect and perceptions at work: Reality or artifact? *Journal of Applied Psychology*, 74(3), 462-468. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.74.3.462>
- Wright, B. E., & Christensen, R. K. (2010). Public service motivation: A test of the job attraction-selection-attrition model. *International Public Management Journal*, 13(2), 155-176.
- Wright, B. E., & Pandey, S. K. (2011). Public organizations and mission valence: When does mission matter? *Administration & Society*, 43(1), 22-44.
- Wright, B. E., Christensen, R. K., & Pandey, S. K. (2013). Measuring public service motivation: Exploring the equivalence of existing global measures. *International Public Management Journal*, 16(2), 197-223.
- Wright, B. E., Moynihan, D. P., & Pandey, S. K. (2012). Pulling the levers: Transformational leadership, public service motivation, and mission valence. *Public Administration Review*, 72(2), 206-215.



INFORMATION FOR AUTHORS

EDITORIAL POLICY

Papers submitted for publication go through a double-blind peer review, limiting possible bias in the process. The journal has reviewers specialized in its many areas of publication. Editors have the final decision on the publication of each paper, based on the reviewers' judgment.

The articles submitted to *Public Sciences and Policies* must be unpublished in Portugal and in foreign countries and cannot be under evaluation for publication in any other publication vehicle. Remove any identification/mention to the authors of the article in the submitted file, ensuring, therefore, the Blind Peer Evaluation.

All papers must be submitted through the ScholarOne platform system of submission.

DOUBLE BLIND REVIEW EVALUATION

The submitted papers will be reviewed in a double-blind peer review process, and the Editorial Board reserves the right not to publish the articles received when this decision is supported by the evaluation of the reviewers.

The process is divided into three stages:

- Stage 1: Initial assessment in desk review by the Editorial Board, who will decide on the advancement of submitted articles to the peer-review stage.
- Stage 2: Detailed evaluation of the selected articles by reviewers in a double-blind process. Reviewers may suggest changes to authors. This phase aims to stimulate a constructive dialogue between reviewers and authors, aiming to improve the quality of the text until its final version for publication. The number of times a text returns to authors does not mean low quality but rather a stimulus to its improvement.
- Stage 3: The Editorial Board has the final decision over the publication of the selected articles, supported by the evaluations from reviewers.

MANUSCRIPT STRUCTURE

- Title in Portuguese and English.
- Abstract in Portuguese and English with a maximum of 500 words. The abstract must indicate, clearly, the aim of the work, the methodology adopted relevance to scientific community, results archived and principal conclusions.

- Three to five keywords in Portuguese and English.
- Introduction with proper framework, problem stated, aim of investigation, relevance, and contribution to the field in study.
- Theoretical framework.
- Methodological approach used to fulfil the study.
- Discussion of results, with interpretation and implications.
- Conclusion, mentioned limitations and future lines for the investigation.
- References, following the American Psychological Association (sixth edition).

MANUSCRIPT LAYOUT

- Paper: A4 (29.7 x 21 cm).
- Margins: Upper and left 3cm, lower and right 2cm.
- Font: Times New Roman, size 12 for title, abstract, content and references and size 10 for tables, figures and footnotes.
- Spacing: Simple (between characters, words and lines), and indentation (1.25cm) at the beginning of paragraphs.
- Alignment: text justify.
- Size of the article: The article should contain between 5,000 and 8,000 words, including title, abstract, content itself, tables, figures, notes and bibliographical references.
- Details: **Bold** should only be used for titles and subtitles; *Italic* should only be used for words in a foreign language; "Double quotes" should be used for direct quotes and sentences of interviewees; and [Brackets] should be used within double-quote text to isolate material that in the original font was enclosed in quotation marks.
- References: American Psychological Association (sixth edition).
- Any table, graphic or figure must be send in its original version and in editable files, when not produced in Word.

MANUSCRIPT SUBMISSION

All papers must be submitted through the ScholarOne platform system of submission, by accessing the following link: https://mco4.manuscriptcentral.com/pscp_capp.

INFORMAÇÃO AOS AUTORES

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ciências e Políticas Públicas* é uma revista científica publicada pelo Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. A revista aceita artigos em todos os campos das Ciências Sociais. Os textos submetidos para publicação são apreciados em regime de revisão por pares em duplo anonimato, de modo a assegurar a isenção no processo de revisão. A revista conta com uma bolsa de revisores, especialistas nas várias áreas em que publica. Os editores tomam a decisão final sobre a publicação dos artigos, fundamentada pelos pareceres dos revisores.

Os textos submetidos à *Ciências e Políticas Públicas* devem ser originais e inéditos, em Portugal e no exterior, e não devem encontrar-se sob outro processo de avaliação para publicação em outro veículo de divulgação de conhecimento científico.

Todos os trabalhos devem ser submetidos através do sistema de submissão da plataforma ScholarOne.

REVISÃO POR PARES

A publicações submetidas são apreciadas num regime de revisão por pares em duplo anonimato, reservando-se o Conselho Editorial a não publicar os artigos recebidos quando esta decisão se encontre apoiada pelo parecer dos revisores. O processo é dividido em três etapas:

- 1.ª Etapa: Apreciação inicial dos artigos em *desk review* pelo corpo editorial. É decidido a passagem de artigos à fase de revisão.
- 2.ª Etapa: Apreciação pormenorizada dos artigos selecionados num sistema de revisão por pares em duplo anonimato. Os revisores poderão sugerir aos autores alterações nos artigos propostos. Esta fase estimula a comunicação construtiva entre revisores e autores com o intuito de melhorar a qualidade do texto, até à sua versão final para publicação. A necessidade de várias revisões não significa baixa qualidade, mas sim um incentivo à melhoria.
- 3.ª Etapa: O Editor-chefe e/ou os Editores Convidados terão a palavra final sobre a publicação dos artigos mediante os pareceres produzidos pelos revisores.

ESTRUTURA PARA PUBLICAÇÃO

A revista aceita a submissão de artigos para publicação em todas as áreas das Ciências Sociais, devendo as submissões estar de acordo com as seguintes normas:

- Título do artigo em português e em inglês.
- Resumo em português e em inglês com, no máximo, 500 palavras. O *abstract* deverá indicar, de

forma clara e sucinta o objetivo do trabalho, a metodologia utilizada para a realização do estudo, a relevância para a comunidade científica, os resultados e as conclusões alcançadas.

- Lista de três a cinco palavras-chave em português e em inglês.
- Introdução com o enquadramento adequado, exposição do problema, objetivo da investigação, relevância e contribuição para a área em estudo.
- Enquadramento teórico.
- Metodologia utilizada para a concretização do estudo.
- Resultados e discussão de resultados, com interpretação e implicações.
- Conclusão, mencionando limitações e proposta de futuros passos da investigação.
- Referências bibliográficas devem seguir a norma da American Psychological Association (sexta edição).

FORMATAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

- Artigo: A4 (21 cm x 29,7 cm).
- Margens: superior e esquerda 3,0 cm, inferior e direita 2,0 cm.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 para título, resumo, conteúdo e referências bibliográficas e tamanho 10 para tabelas, figuras e notas de rodapé.
- Espaçamento: 1,5 entre linhas e recuar (1.25 cm) no início dos parágrafos.
- Alinhamento: texto justificado.
- Tamanho: o artigo deve conter entre 5 000 e 8 000 palavras, incluindo título, resumo, conteúdo, tabelas, figuras, notas e referências bibliográficas.
- Destaques: **Negrito** deve ser usado apenas para títulos e subtítulos; *Itálico* deve ser usado apenas para palavras em língua estrangeira; “Aspas duplas” devem ser utilizadas para citações diretas e frases de entrevistados; e [Parênteses] devem ser utilizados no texto com aspas duplas com o intuito de isolar o material que na fonte original foi colocado em aspas.
- Referências bibliográficas: American Psychological Association (sexta edição).
- Qualquer tabela, gráfico ou figura deverá também ser enviada na sua versão original e em ficheiros editáveis, quando não produzidos diretamente no Word.

ENVIO DE SUBMISSÕES

Todos os trabalhos devem ser submetidos através do sistema de submissão da plataforma ScholarOne, no link https://mco4.manuscriptcentral.com/pscp_capp.

1. Representação Política,
Eleições e Sistemas Eleitorais
Manuel Meirinho
2. A União Europeia como Actor Global
*Carla Costa, Andreia Soares,
Marcos Ferreira, Maria João Pereira*
3. Economia do Desenvolvimento
António Rebelo de Sousa
4. Economia Pública
José Albano Santos
5. Comunicação Estratégica:
As Relações Públicas
Sónia Sebastião
6. Introdução ao Serviço Social
Maria José Silveira Núncio
7. Os Conflitos Étnicos e Interculturais
Marina Pignatelli
8. Gestão Financeira
António Rebelo de Sousa
9. Cidadania e Participação Política
Manuel Meirinho Martins
10. Temas de Relações Económicas
Internacionais
Carla Costa
11. Instituições e Políticas de Regulação
Eduardo Lopes Rodrigues
12. Sociologia do Consumo – aplicada
ao Marketing e à Comunicação
Raquel Barbosa Ribeiro
13. Sociedade e Cultura na Área Islâmica
Teresa de Almeida e Silva
14. Ciência Política – Estudo da Ordem
e da Subversão (6.ª edição)
António de Sousa Lara
15. Subversão e Guerra Fria
António de Sousa Lara
16. Sociologia Política e Eleitoral (2.ª edição)
Paula do Espírito Santo
17. Princípios de Economia
*Carla Costa, Armando Cruz,
Elvira Pereira, José Dantas Saraiva
e Jorge Rio Cardoso*
18. www.CulturasDigitais.com
Coord. Cláudia Vaz
19. Teoria da Política Social
Hermano Carmo
20. Sociologia da Comunicação
Maria João Cunha Silvestre
21. Teorias das Relações Internacionais
*Victor Marques dos Santos
e Maria João M. Ferreira*
22. Sociedade Civil Transnacional
*Victor Marques dos Santos
e Maria João M. Ferreira*
23. Elementos de Análise Política Externa
Victor Marques dos Santos
24. Cultura Contemporânea
Sónia Sebastião

25. Estudos de Área: América Latina
Raquel Patrício
26. Economia Pública (2.ª edição)
José Albano Santos
27. Políticas da Família
e Intervenção Social com Famílias
Maria José Silveira Núncio
28. Ciência Política – Estudo da Ordem
e da Subversão (7.ª edição)
António de Sousa Lara
29. Teoria Fiscal (2.ª edição)
José Albano Santos
30. Teoria Organizacional
– Estruturas e Pessoas (7.ª edição)
João Abreu de Faria Bilhim
31. Ciência da Administração
– Fundamentos da Administração Pública
João Abreu de Faria Bilhim
32. Parentalidade: um contexto de mudanças
Margarida Mesquita
33. Marketing Político
Jorge de Sá
34. Fundamentos de Comunicação Integrada
Organizacional e de Marketing
Sónia Sebastião
35. Intervenção Social com Grupos
*Hermano do Carmo, Ana Esgaio
e Carla Pinto*
36. Desenvolvimento Comunitário
*Hermano do Carmo, Ana Esgaio,
Carla Pinto e Paula Campos Pinto*
37. Parentalidade(s) nas Famílias Nucleares
Contemporâneas
Margarida Mesquita
38. Introdução ao Serviço Social (2.ª edição)
Maria José Silveira Núncio
39. História da Administração Pública Portuguesa
Joaquim Croca Caeiro
40. Estado Social, Políticas Públicas
e Política Social
Joaquim Croca Caeiro
41. Ciência Política – Estudo da Ordem
e da Subversão (8.ª edição)
António de Sousa Lara
42. Representação Política, Eleições
e Sistemas Eleitorais (2.ª edição)
Manuel Meirinho
43. Gestão Estratégica de Recursos Humanos
(5.ª edição)
João Bilhim
44. A União Europeia
e as Dinâmicas da Europeização
Maria João Militão Ferreira
45. História e Conjuntura
nas Relações Internacionais
Nuno Canas Mendes
46. Ciência Política – Estudo da Ordem
e da Subversão (9.ª edição)
António de Sousa Lara
47. Gestão de Recursos Humanos
TOMO I – Gestão e Economia
Coord. Miguel Pereira Lopes
48. Gestão de Recursos Humanos
TOMO II – Ciências Sociais
Coord. Miguel Pereira Lopes
49. Gestão de Recursos Humanos
TOMO III – Recursos Humanos
Coord. Miguel Pereira Lopes

50. Agenda Internacional
– Os *Media* e as Relações Internacionais
Maria João Militão Ferreira
51. Manual de Ciência Política
– Teoria Geral da República
José Adelino Maltez
52. História da Administração
Pública Portuguesa – Volume II:
Do Liberalismo ao Estado Novo
Joaquim Croca Caeiro
53. Teoria das Relações Internacionais:
uma perspectiva
Raquel de Caria Patrício
54. Sociologia Política e Eleitoral – Atitudes
e Comportamento Eleitoral (3.^a edição)
Paula do Espírito Santo
55. Grandes Pensadores da Gestão
*Miguel Pereira Lopes, Patrícia Jardim da
Palma & Rosa Lutete Geremias* (coord.)
56. Manual de Ciência Política – Volume II:
Portugal Político: uma biografia
contemporânea
TOMO I – A Liberalização (1800–1889)
José Adelino Maltez
57. Manual de Ciência Política – Volume II:
Portugal Político: uma biografia
contemporânea
TOMO II – A Republicanização (1890–1925)
José Adelino Maltez
58. Manual de Ciência Política – Volume II:
Portugal Político: uma biografia
contemporânea
TOMO III – A Salazarquia (1926–1973)
José Adelino Maltez
59. Os Conflitos Étnicos e Interculturais
(2.^a edição)
Marina Pignatelli
60. Administração e Políticas de Saúde
em Portugal
Alexandre Morais Nunes

1. Abecedário de Teoria Política
– Pela Santa Liberdade I
José Adelino Maltez
2. Biografia do Pensamento Político
– Pela Santa Liberdade II
José Adelino Maltez
3. Mecanismo de Partilha de Poder
e Acomodação das Elites
Miguel Bembe
4. Colonização Moderna,
Descolonização e Dependência
António de Sousa Lara
5. Secularismo Pan-Indiano
vs. Fundamentalismo Hindu
Pedro Matias
6. Conceito Estratégico Nacional
Ángelo Correia
7. Guiné-Bissau: Um Caso
de Democratização Difícil (1998-2008)
Álvaro Correia de Nóbrega
8. Políticas de Saúde: Fundamentação,
Prioridades, Opções e Resultados
Ana Paula Harfouche
9. São Tomé e Príncipe como um
Gateway Regional – Estratégia para
um Desenvolvimento Sustentável
Maria das Neves de Sousa
10. Modelos do Processo Estratégico
António Silva Ribeiro

EDIÇÕES
ISCSP

— Edições de —
ANIVERSÁRIO

1. Valorizar a Tradição
– Orações de Sapiência no ISCSP
2. Uma Vida ao Serviço do ISCSP
– Homenagem ao Professor Óscar Soares Barata
3. Do Império por Cumprir – I
Portugal e o seu d'além.
Entre o ter e o estar (1820-1925)
José Adelino Maltez
4. Do Império por Cumprir – II
Portugal e o regresso ao d'aquém (1926-1976)
José Adelino Maltez
5. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo
entre Direito Internacional e Relações
Internacionais – Homenagem ao Professor
Luís Oliveira Fontoura

EDIÇÕES
ISCSP

————— *Coleção* —————
ESTUDOS SOBRE A CPLP

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:
A afirmação global das culturas de expressão
portuguesa
Sónia Pedro Sebastião (coord.)
2. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:
A afirmação global das culturas de expressão
portuguesa (volume 2).
Cidadania Lusófona
Sónia Pedro Sebastião (coord.)

EDIÇÕES
ISCSP

————— *Coleção* —————
ESTUDOS DO ORIENTE

1. Antologia Sobre a Ásia Contemporânea:
Perspetivas de Investigação no Instituto do
Oriente
*Carlos Piteira, Nuno Canas Mendes,
Irene Rodrigues, Teresa de Almeida e Silva
(coord.)*

EDIÇÕES
ISCSP

— Coleção —
ESTUDOS DE GÉNERO

1. Violências de Género
Sofia Neves e Dália Costa (coord.)
2. Género, Direitos Humanos e Desigualdades
*Anália Torres, Paula Pinto
& Cláudia Casimiro (coord.)*
3. Estudos de Género: Diversidade de Olhares
num Mundo Global
*Anália Torres, Dália Costa
& Maria João Cunha (org.)*

ebook 

EDIÇÕES
ISCSP

ebook 

1. Terrorismo Contemporâneo: Conferências
Internacionais sobre Terrorismo
Contemporâneo, 2016-2017
Teresa de Almeida e Silva (coord.)
2. Ética em Comunicação: Reflexões sobre
os atributos, os desafios e as práticas
Sónia Pedro Sebastião & Paulo Martins (eds.)

